

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

Sílvia Maria Amâncio Rachi Vartuli

***POR MÃOS ALHEIAS:***  
**usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial**

Belo Horizonte  
2014

Sílvia Maria Amâncio Rachi Vartuli

***POR MÃOS ALHEIAS:***  
**usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação

Área de concentração: História da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Thais Nivia de Lima e Fonseca

Silvia Maria Amâncio Rachi Vartuli. *Por mãos alheias: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

**Área de Concentração:** História da Educação

**Orientadora:** Profa. Dra. Thais Nivia de Lima e Fonseca

Aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Profa. Dra. Thais Nivia de Lima e Fonseca - Faculdade de Educação/UFMG  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães - Instituto de Educação/Universidade de Lisboa

---

Prof. Dr. Caio César Boschi - Instituto de Ciências Humanas/PUC Minas

---

Profa. Dra. Magda Becker Soares - Faculdade de Educação/UFMG

---

Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão - Faculdade de Educação/UFMG

---

Prof. Dr. Álvaro de Araújo Antunes - Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP  
(Suplente)

---

Profa. Dra. Mônica Yumi Jinzenji - Faculdade de Educação/UFMG  
(Suplente)

Belo Horizonte, 17 de Fevereiro de 2014.

*Para minha mãe, Eva, pelo amor que habita em  
seus gestos...*

## **POR GRATIDÃO...**

O doutorado é mar que desbravamos durante quatro longos anos. Com o tempo, o passado vai virando pontinho, grão de areia. Ficam para trás a seleção, o primeiro projeto, as grandes ambições. No enfrentamento das dificuldades, acabamos por fazer percurso mais modesto, porém não menos bonito. A compor a viagem, encontramos pessoas e parcerias indispensáveis. Elas, muitas vezes, auxiliam-nos a manter o rumo certo. Tal qual rosa dos ventos, nos guiam, ajudando-nos a descobrir a direção. Sinto, por isso, enorme alegria em poder expressar, aqui e agora, minha gratidão.

Nessa desafiadora trajetória, contei com a confiança e a firmeza de minha orientadora, Thais Nívia de Lima e Fonseca, e com a contribuição fundamental, desde o parecer dado ao projeto inicial, da professora Ana Maria de Oliveira Galvão. Thais, sempre se revelou amiga, disponível a colaborar. Indicou-me acervos e leituras, ajudou-me a ver e a acreditar. A ela assinalo meu agradecimento especial.

Sou grata, também, à banca examinadora da qualificação, professores Caio César Boschi e Mônica Yumi Jinzenji, por ajudarem na correção da rota, alertando-me, dentre outras coisas, para a necessidade de melhor definição conceitual.

Agradeço, igualmente, à Faculdade de Educação, professores e funcionários, pela constante atenção e amizade. Estendo o agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, permitindo maior dedicação à pesquisa.

Em Lisboa, parte inesquecível dessa jornada, para amadurecimento e apuro da discussão teórico-metodológica, foram essenciais a orientação, a interlocução e o compromisso do professor Justino Pereira de Magalhães. A ele, registro minha gratidão.

Em terras lusas, estabeleci contato com os professores Diogo Ramada Curto e Rita Marquilhas, os quais, gentilmente, dialogaram comigo e indicaram-me estudos nos campos da história da cultura escrita e da linguística. Conversei, do mesmo modo, com a colega Ana Rita Leitão e com Thiago C. P. dos Reis Miranda. A todos, não poderia deixar de expressar gratidão pelas preciosas dicas. Lá tive o prazer de conhecer, também, a professora Márcia Almada, mais tarde, amiga querida, a quem agradeço, com afeto, as indicações bibliográficas e boas sugestões para a escrita do texto de qualificação.

De volta ao Brasil, fui apresentada às professoras Magda Becker Soares e Leila Mezan Algranti. A elas sou grata pelas orientações certeiras, esclarecedoras sobre a direção a ser tomada. Em sua delicadeza, a professora Magda Becker me presenteou com o conceito de “evento de letramento”, e Leila Mezan explicou-me como “olhar” os testamentos de mulheres e por que minha pesquisa não era um estudo de história de gênero.

Às colegas do GEPHE, Talítha Gorgulho e Solange Silva, muito obrigada por compartilharem trabalhos. De igual maneira, agradeço aos funcionários da Casa Borba Gato, a quem devo generosa acolhida. Em particular, à Carla Starling, pela ajuda na leitura paleográfica e pelas ideias trocadas. Aos colegas e alunos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, quero agradecer pelo apoio e incentivo. De forma muito especial, exteriorizo minha gratidão à professora Virgínia Maria Trindade Valadares, pela confiança e amparo, quando estive do “outro lado do oceano”.

Sou grata aos meus sogros, Olga e Luciano. Sempre de forma carinhosa, acolheram-me no silêncio de sua casa, onde me refugiei para estudar.

Na concretização deste projeto, serei eternamente devedora aos amigos Ana Cristina, Luísa Teixeira e Caio César. Retribuo, pelo menos um pouquinho da ternura e da atenção por eles dispensadas, utilizando-me das palavras de Bartolomeu Campos de Queirós: “um sonho fora do sono persistia em mim. Nasci afogado por ele: o de desvendar o mar.” A realização do sonho só foi possível porque os tenho ao meu lado.

Agradecimento terno faço à minha família; aos meus irmãos, Letícia e Julius, à minha mãe, Eva, e aos meus filhos, André, Louise e Isabelle, que souberam esperar. Esperar pelo meu regresso, que ainda não se deu completamente. Para traduzir essa gratidão, tomo de empréstimo os dizeres de Clarice Lispector: “Amar os outros é a única salvação individual que conheço: ninguém estará perdido se der amor e às vezes receber amor em troca.”

Ao Gustavo, pela presença, cuidado e amor, ofereço meu “verso de cabeceira”, palavras de Fernando Pessoa: “Quando te vi amei-te já muito antes. Tornei a achar-te quando te encontrei. Nasci pra ti antes de haver o mundo (...)”.

E para meu netinho aproprio-me de Machado de Assis: “Teus olhos são meus livros. Que livro há aí melhor, em que melhor se leia a página do amor?” Lorenzo, deliciosa surpresa no meio desta viagem, além de constante inspiração, tornou-se fonte inesgotável de sorrisos.

*Uma palavra escrita é semelhante a uma pérola.*

JOHANN GOETHE

## RESUMO

Este trabalho pretendeu investigar a modalidade cartorária de usos sociais da escrita feitos por mulheres em Minas Gerais no período de 1780 a 1822. O *corpus* documental selecionado apresenta como principais fontes os testamentos *post mortem*, das duas últimas décadas do século XVIII até 1822, pertencentes ao acervo do Arquivo do Museu do Ouro/Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)/Casa Borba Gato, em Sabará, referentes ao território da Comarca do Rio das Velhas. Partimos da convicção de que as relações com a escrita ultrapassam em muito a capacidade de redigir de “próprio punho”. Começamos a nos mover, assim, com o inquietante objetivo de tornar clara a pragmática da constituição do escrito, não o subordinando apenas à redação autônoma. Pesquisar as *formas de escrita* das mulheres comuns transformou-se, desse modo, em grande desafio epistêmico. Nesse sentido, buscamos nos desvencilhar da concepção aprisionadora das vinculações com a escrita numa rígida arquitetura dos sistemas de comunicação para entendê-las em espaço aberto, múltiplo e criativo. Assim, a prática de ditar, corriqueira na feitura do testamento, constituiu-se em dimensão fundamental do fenômeno denominado “evento de letramento”. Para nortear-nos na análise das fontes, além de autores dedicados à compreensão da alfabetização e do letramento, bem como reflexões de pesquisadores que investigaram esses fenômenos em perspectiva histórica e de autores referenciais no estudo da sociedade do nosso período colonial, elegemos a perspectiva bakhtiniana. As proposituras de Mikhail Bakhtin formam um conjunto de reflexões teóricas e nas últimas décadas têm contribuído para o desenvolvimento de procedimentos analíticos em pesquisas de diferentes áreas, as quais, de algum modo, circunscrevem os fenômenos relacionados à linguagem. Ativemo-nos ao processo de constituição do texto testamental, à análise detida das elaborações discursivas dos sujeitos. Embasados na literatura que destaca o papel da oralidade na autoria dos textos, tornou-se possível perceber como diferentes mulheres, inclusivamente as iletradas, foram capazes de elaborar e redigir textos por mãos alheias, e, dessa forma, utilizarem-se da escrita.

**Palavras-chave:** Minas Gerais Colonial; Cultura Escrita; Testamentos.



## ABSTRACT

This study aimed to investigate the social uses of writing by women in Minas Gerais from 1780 to 1822. The *corpus* of analysis selected has as main documents wills of the territory of Rio das Velhas District from the referred period which belongs to the Archives of the Institute of Gold / Brazilian Museums (IBRAM) / House Borba Gato in Sabará. We share the conviction that relationships with writing go far beyond the ability to write with your "own hands". Our objective was to make visible the pragmatics of the writing and not what was related to the writing skills. Searching the *written forms* of ordinary women thus became a great epistemic challenge. In this sense, we aimed to disengage from the conception that associates the relationships with the writing with a rigid architecture of communication systems to understand them in an open, versatile and creative space. Thus, the oral practice was a fundamental dimension of the phenomenon called "literacy events". Our analyses were drawn by three sets of theoretical frameworks. Firstly, we based on authors who searched to understand the phenomena of literacy as well as on reflections of researchers who investigated the same phenomenon in a historical perspective. Secondly, we were supported by studies about the colonial period of our society. Finally, we used the Bakhtinian perspective. The theoretical propositions of Mikhail Bakhtin in recent decades has contributed to the development of analytical methods in different research areas, which somehow circumscribe the phenomena related to language in any of its modalities. We are focused on the textual construction process. Supported by literature that highlights the role of orality in written texts, it became possible to see how different women, especially those who could not read or write, were able to develop and write texts, even by the hands of others and thus use the writing.

**Keywords:** Writing; Writing Culture; colonial Minas Gerais.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema da enunciação num evento de letramento.....	47
Gráfico 1 – Número de testamentos lavrados por sexo e período (século XVIII) .....	141
Gráfico 2 – Quantidade de testamentos por cor e sexo .....	142
Gráfico 3 – Número de testadoras por ano .....	145
Gráfico 4 – Número de testamentos assinados por ano.....	146
Gráfico 5 – Testadoras e posse de escravos .....	210
Gráfico 6 – Bens das testadoras.....	234
Mapa 1 – Divisão territorial das comarcas da Capitania de Minas Gerais, entre 1714 e 1815.....	128
Mapa 2 – Capitania de Minas Gerais (1778).....	129
Mapa 3 – <b>Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas,</b> de José Joaquim da Rocha, elaborado em 1778. Forma original.....	133
Mapa 4 – <b>Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas,</b> de José Joaquim da Rocha, elaborado em 1778. Forma detalhada.....	134
Mapa 5 – Capitania de Minas Gerais. Divisão político-administrativa e divisão eclesiástica .....	135
Quadro 1 – Práticas e eventos de letramento.....	28
Tabela 1 – População da Capitania de Minas Gerais em 1776 .....	137

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

### ABREVIATURAS

**ant.** = anterior

**cf.** = confira / confronte

**Coord.** = Coordenador / Coordenação

**Dir.** = Diretor / Coordenação

**doc.** = documento

**Ed.** = Edição / Editor(a)

**ex.** = exemplo

**fl.(s)** = folha(s)

**Org.** = Organizador / Organização

**p.** = página

**v** = verso

**v.** = volume

### SIGLAS

**AHU / CU** = Arquivo Histórico Ultramarino / Conselho Ultramarino

**APM / CMS** = Arquivo Público Mineiro / Câmara Municipal de Sabará

**MO / CBG / CPO / LT** = Museu do Ouro / Casa Borba Gato / Cartório do 1º  
Ofício / Livros de Testamentos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 O ESCREVER POR OUTRAS MÃOS: CONCEPÇÃO, ALICERCES E LINHAS DE FORÇA.....</b>	<b>17</b>
1.1 A PALAVRA NO COTIDIANO: ESTATUTO, FUNÇÕES E USOS .....	31
1.2 A ESCRITA COMO ATO E FATO: TEMAS, MEMÓRIAS E PROJEÇÕES .....	34
1.3 DO VIVIDO AO REDIGIDO: OS ILETRADOS E A ESCRITA .....	37
1.4 DEFININDO OS PASSOS: O CAMINHO PARA SE ENTENDER OS USOS DA ESCRITA .....	39
1.5 DO DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA E A LINGUÍSTICA, A ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	41
1.6 NA ESCRITA DA MORTE, OS RELATOS DA VIDA: OS TESTAMENTOS COMO FONTE PARA O ESTUDO DAS PRÁTICAS DE LETRAMENTO .....	50
1.7 O DISCURSO DOS TESTAMENTOS.....	55
1.8 OS TESTAMENTOS E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO.....	64
<b>2 A ESCRITA COMO OBJETO DE ESTUDO: OLHARES E POSSIBILIDADES.....</b>	<b>68</b>
2.1 DO ORAL, O ESCRITO: DESEJOS, DEMANDAS E EXPECTATIVAS REDIGIDAS .....	78
2.2 A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO .....	92
2.3 O LUGAR DO LETRAMENTO NA HISTÓRIA E NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO .....	106
2.4 O CAMPO DE ESTUDOS DA ESCRITA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	112
<b>3 EM MINAS, OS USOS SOCIAIS DA ESCRITA .....</b>	<b>125</b>
3.1 A RELEVÂNCIA DO CENÁRIO E DOS MÉTODOS PARA O ENTENDIMENTO DAS RELAÇÕES COM A ESCRITA .....	125
3.2 A COMARCA DO RIO DAS VELHAS: CARACTERÍSTICAS.....	127
3.3 A PRÁTICA DE TESTAR: O QUE OS DADOS REVELAM.....	139
3.4 OS USOS SOCIAIS DA ESCRITA PELAS ASSINANTES .....	151
3.5 DA ESCRITA DOS HOMENS À ATUAÇÃO FEMININA.....	171
3.6 OUTROS ESCRITOS, DIFERENTES CAMINHOS .....	176
<b>4 SENTIMENTOS, LIBERDADE E PODER NOS REGISTROS CARTORÁRIOS.....</b>	<b>181</b>
4.1 <i>PELO MUITO AMOR QUE LHE TENHO: CRIAS E ENJEITADOS NA REDAÇÃO DOS</i> <i>TESTAMENTOS</i> .....	181
4.2 <i>A ESCRITA DA LIBERDADE: AS CARTAS DE ALFORRIA NA REDAÇÃO CARTORÁRIA</i> .....	208
4.3 <i>IMPERFEITA LIBERDADE: ALFORRIAS, RELAÇÕES DE PODER E TRABALHO NA</i> <i>REDAÇÃO DOS TESTAMENTOS</i> .....	231
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>248</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>252</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>257</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>273</b>

## INTRODUÇÃO

O historiador sabe que todas as fontes são criações imperfeitas. A pergunta para o historiador é sempre se ele pode cruzar esta série de imperfeições e extrair algo de valor nas fontes que analisa. Todas elas, de uma maneira ou outra, deformam em algum grau a realidade. Talvez esse exercício crítico seja, afinal, um ato de fé para o historiador. Mas em relação a isso sempre fui e ainda sou um crente.

*Stuart B. Schwartz*

Sinuosa e delicada. São essas características da tentativa de aproximação do passado, a partir do distorcido, vulgar ou óbvio das fontes históricas. No nosso caso – ao tomarmos a prática da escrita, na sociedade mineira colonial, como realidade de estudo –, além desse exercício de aproximação, condição primeira do ofício do historiador, interessou-nos compreender os percursos da constituição documental. Isto é, desejamos analisar as formas pelas quais as mensagens pensadas, elaboradas e verbalizadas deram vida aos registros escritos.

Intencionamos evidenciar, desse modo, a importância dos caminhos “percorridos” pelas narrativas até se cristalizarem no papel. Pretendemos capturar o abstrato por meio da materialidade textual. Para tanto, era preciso considerar que esses caminhos, à semelhança dos conteúdos das fontes, mostravam-se imperfeitos, nebulosos e escorregadios, mesmo assim, revelavam aspectos da sociedade em causa. Imbuídos dessa convicção, fomos levados a investigar um dos mecanismos – situado entre as práticas orais e a escrita – característico das sociedades do Antigo Regime e empregado na elaboração do documento redigido, qual seja, o ditado. Nessa perspectiva, desvencilhamo-nos do entendimento que vincula as relações com a escrita num inflexível modelo dos sistemas de comunicação, para concebê-las em sua multiplicidade e criatividade. Esse movimento deu origem ao nosso objeto de investigação: *os usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial*.

No referido contexto, em que o domínio da técnica da escrita era capital de poucos, principalmente do segmento masculino, branco e abastado, escrever tornou-se tarefa diversa, nascida, inclusive, das práticas orais. Por instrumentos outros e não somente pelas próprias mãos, a comunicação redigida se fez presente. Diferentes categorias sociais, impossibilitadas do acesso ao aprendizado sistemático das primeiras letras, servindo-se da pena de um

mediador, elaboraram narrativas colocadas no papel, legitimaram textos, construíram representações e imagens, além de comporem e alimentarem a cultura daquele tempo.

Dentre esses, selecionamos o das mulheres. Por um lado, como nos esclarece Roger Chartier, em **Leitoras e leitores na França do Antigo Regime**, historicamente a imagem da mulher foi associada à forma específica de leitura, contemplativa, lânguida e interiorizada, remetendo ao mundo da religiosidade, do romance e da solidão. Representações de variados artistas acabaram por conformar o imaginário social no que tange às relações do público feminino com o escrito (cf. imagens do Anexo). Por outro, excetuando-se as pesquisas concernentes às vidas e obras de escritoras e intelectuais, em especial daquelas que viveram nos séculos XIX e XX, muito pouco se disse a respeito das ligações de mulheres com a prática de escrever. Sobre essa temática, em especial, para as sociedades do Antigo Regime, impera o silêncio.

Desde logo, cabe esclarecer que esta investigação não se configura como um trabalho de história de gênero, apesar de tangenciarmos essa vertente historiográfica, porquanto não processamos uma investigação correlacional dos sexos. Poderíamos, por exemplo, ter selecionado forros ou cativos como sujeitos da pesquisa. Nossa opção pelas mulheres deu-se, tão somente, por se tratar de agentes aos quais, majoritariamente, na época em estudo, não foi ofertado o ensino da leitura e da escrita.

Apesar de seduzidos, em muitos momentos, pelas histórias de vida de nossas protagonistas, foi preciso manter o foco no uso social da escrita. Por conseguinte, ressaltamos não ser nosso objetivo central a demonstração de como mulheres iletradas<sup>1</sup> foram capazes de gerenciar vidas ou administrar negócios, mesmo conscientes da provável emergência dessas informações durante a análise das fontes e da necessidade do desenvolvimento de investigações a esse respeito. No essencial, desejamos identificar traços particulares nos textos de “escreventes orais”. Tentar explicitar como em certa modalidade de uso social da

---

<sup>1</sup> O sentido do termo *iletrado*, neste trabalho, não é exatamente o de expressão contrária à acepção de *letrado* no século XVIII. De acordo com o **Vocabulário Português & Latino** (...), do padre Raphael Bluteau, *letrado* significa “homem ciente; versado nas letras; *homo litteratus*.” (BLUTEAU, 1728, v. 5, p. 90). Aqui, nomeamos *iletrado* a quem não escrevia/grafava nenhuma palavra ou registrava apenas o nome e/ou sinais equivalentes, isto é, quem não redigia com as próprias mãos. Isso não significa equipará-los a *analfabetos* ou a não detentores de algum grau de *letramento*, como se compreende este conceito na atualidade. Pelo contrário, acreditamos que por viverem em sociedade perpassada pela escrita, esses sujeitos, provavelmente, estabeleceram relações com a mesma, fator propiciador do desenvolvimento de níveis de *letramento*. Há de se considerar, ainda, o fato dos aprendizados da leitura e da escrita acontecerem em momentos dissociados no contexto abordado (aprendia-se a ler antes de escrever), como explicitaremos mais a frente. Por consequência, muitos daqueles desprovidos da técnica de escrever, poderiam ser leitores. Voltaremos a essas questões, de maneira aprofundada, ao longo do texto.

escrita, pessoas, grosso modo denominadas analfabetas, apresentaram uma performance autoral, quando auxiliadas por quem detinha a técnica de escrever.

Mas como demonstrar algo tão incomum? De que maneira evidenciar os usos sociais da escrita feitos por quem não dominava o sistema alfabético? Por quais meios extrapolar o objetivo de construir taxas/estatísticas de alfabetização, entendendo-a, sempre, como sinônimo de progresso? Compreendemos que essa empreitada somente seria possível se descortinásemos o processo de elaboração da redação mediada e rastreássemos os sinais de autoria advindos do ditado.

Num olhar mais aligeirado, é plausível entender o ato de escrever por mãos alheias, em sociedade do Antigo Regime, como uma obviedade. No entanto, estamos convictos de ser esse costume, aparentemente simples, ação bem mais complexa. Nenhuma prática social é homogênea ou encontra-se dada, pronta, finalizada. Havia mais de um agente envolvido naquele processo, dentre eles, o narrador e o redator. Torna-se necessário, então, diligenciar no sentido de fazer florescer as marcas originárias da *fala* na criação textual.<sup>2</sup> O desafio de nossa pesquisa residiu na tentativa de demonstração da autoria por quem enunciava o conteúdo do texto. Acreditamos ser possível, dessa maneira, dar maior visibilidade às relações estabelecidas com a escrita por homens e mulheres comuns em seu cotidiano<sup>3</sup>.

Conscientes da importância dessa forma de linguagem no intercuro da vida social, e das estratégias desenvolvidas pelos sujeitos para a utilizarem, cuidamos por bem lançarmos numa (a)ventura calculada: o diálogo com a linguística. *Aventura* por ser empresa nova, de resultados não completamente previsíveis, *ventura* porque se tratava de afortunado mergulho no desconhecido; área rica de possibilidades para o intercâmbio com a história. E *calculada*, tendo-se em vista pautarmos-nos na teoria e no método. Do diálogo estabelecido entre essas disciplinas, construímos ferramentas de busca e captura dos indícios de autoria dos textos. Selecionamos, com esse objetivo, a documentação cartorária, em específico, os testamentos, pois trata-se de redações oriundas da fala, isto é, originárias de uma “autoria oral”, não obstante materializadas pelas mãos de outrem.

---

<sup>2</sup> De acordo com as orientações das professoras Magda Becker Soares e Ana Maria de Oliveira Galvão, empregamos a expressão *ditado* como equivalente a *fala/enunciação*, no sentido de enfatizar a complexidade da narrativa componente do ato de testar. Entendemos que a oralidade vai além da prática de ditar. Ao narrarem ou falarem o conteúdo a ser registrado, os sujeitos valiam-se desta ação situada em meio a oralidade e a escrita e caracterizada, em muitos momentos, por negociações entre enunciador e redator.

<sup>3</sup> Sem desconsiderar a importância do redator, interessou-nos, sobretudo, a elaboração textual a partir do conteúdo ditado pelo testador (enunciador). De forma inversa a algumas situações conhecidas, a exemplo da abordada pelo filme *Central do Brasil* (1998) - que destaca o papel e o poder de quem sabe escrever -, nosso foco analítico recaiu sobre a figura do iletrado e não do redator.

Ao considerarmos ser a sociedade abordada legitimada pelos registros escritos, verificamos uma profusão documental processada no século XVIII, quando se consolida, nas Minas Gerais, a organização político-administrativa. Nesse cenário, a escolha da Comarca do Rio das Velhas, como espaço privilegiado de análise, justifica-se devido à relevância da região no quadro mineiro colonial. Tratava-se de importante lócus urbano e comercial, com forte mercado interno, onde acoplada à circulação de mercadorias e à acumulação de riquezas, seguiu-se o incremento populacional, o fluxo contínuo de ideias, de relações sociais, enfim, de intensificação da vida cultural. Estamos atentos, portanto, às especificidades do contexto em questão, todavia, advogamos ser possível a generalização e o emprego da metodologia desenvolvida nesta investigação para a análise de outras realidades históricas que apresentem aproximações com a sociedade estudada. Isto é, localidades urbanas onde a utilização da escrita tenha se dado de forma solidária, fosse por meio do ato de testar ou de outros eventos.

O aumento da produção de testamentos ocorrido nas últimas décadas do Setecentos explica o marco inicial de nosso recorte temporal. Partimos do ano de 1780, quando observamos o avolumar-se de documentos femininos. Outro motivo para esse recorte reside na existência de considerável produção historiográfica, sobre a região em causa, dedicada ao período compreendido entre a primeira metade do Dezoito até 1780, fator não observado para os dois últimos decênios do mesmo século, tampouco para os primeiros do Dezenove. O ano de 1822 fecha o intervalo de tempo eleito. Refere-se a uma escolha arbitrária e corresponde, na verdade, ao epílogo institucional dos tempos coloniais.

A tese estrutura-se em quatro capítulos. No primeiro, buscamos aclarar como se constituiu nosso objeto de investigação, posto não objetivarmos, a exemplo de pesquisas realizadas nos campos da história e da história da educação, examinar a alfabetização em sociedades passadas. Demonstramos, em seguida, a configuração do campo da história da educação e da produção historiográfica referente às discussões sobre os fenômenos educacionais na América portuguesa. Apresentamos o *corpus* documental da pesquisa, nossa problemática de investigação, ademais da metodologia utilizada para análise da documentação. Por último, discorreremos a respeito das fontes selecionadas.

Investigar os usos sociais da escrita na sociedade colonial aflora, pois, como problemática nova, ensejando reflexão um pouco mais detalhada, como pretendemos realizar no segundo capítulo. Nele, abordamos as elaborações de autores de variadas áreas do conhecimento acerca do conceito de *escrita*, atentos às conexões existentes entre redação e



práticas orais. Refletimos, igualmente, sobre os constructos *alfabetização* e *letramento* e evidenciamos as contribuições de investigações que os abordaram em perspectiva histórica.

No terceiro capítulo, traçamos panorama da sociedade estudada e apresentamos informações contidas em nosso banco de dados, com o objetivo de delinear o perfil das testadoras. Selecionamos as mulheres assinantes, componentes de uma manifesta minoria, e analisamos passagens dos testamentos de algumas delas. Lançamos, também, breve olhar para os testamentos masculinos, com vistas ao reconhecimento de especificidades nas escritas.

Tomando como ponto de referência a transcrição de trechos dos documentos e embasados no aparato teórico-metodológico, no quarto capítulo, analisamos os usos sociais da escrita feitos por mulheres que declararam não saber escrever. Ou seja, buscamos encontrar indicadores de autoria presentes nas redações constituídas da enunciação das testadoras.

Desse modo, tanto os “dizeres” quanto a configuração assumida por eles em suporte material descortinaram os usos sociais da escrita. Em indeléveis linhas encontradas pelo pesquisador, os registros de outro tempo, emanados das práticas orais, revelaram os atos esquecidos para sua composição. Na ação de ditar, diferentes sujeitos usaram a escrita, criando *imperfeitas* e *deformadoras* fontes históricas. Acreditamos que, para o historiador, a análise crítica dessas fontes, de seus conteúdos e formas, possibilita-lhe aproximar, sinuosa e delicadamente, um pouco mais do passado.

## **1 O ESCREVER POR OUTRAS MÃOS: CONCEPÇÃO, ALICERCES E LINHAS DE FORÇA**

Pelos olhares que buscam conhecer, a partir de variadas perspectivas de investigação, as estratégias de aprendizagem desenvolvidas pelos sujeitos na América portuguesa, tem sido possível identificar e analisar práticas educativas processadas fora dos espaços responsáveis pela educação institucional. Com intenções e caminhos renovados, as pesquisas no campo da história da educação visam descortinar modos de apreensão e circulação dos conhecimentos e contribuir para a compreensão dos lugares ocupados por homens e mulheres nos cenários sociais. Pode-se afirmar que evidenciar as formas de apropriação de saberes e de percepções da realidade que engendraram ações transformadoras nas sociedades ao longo dos tempos configura-se como objetivo principal dos estudos mais recentes na referida área.

Nesse sentido, no presente capítulo, demonstraremos a maneira pela qual vem se configurando o campo da história da educação, bem como a produção historiográfica, referente às discussões sobre os fenômenos educacionais na América portuguesa. Na sequência, apresentaremos o *corpus* documental da pesquisa, nossa problemática de investigação, além da metodologia utilizada para análise das fontes. Por último, explicaremos como se encontram estruturadas as fontes que usamos.

No campo da história da educação, a maioria dos estudos existentes, realizados até a década de 1980, respeitantes ao Brasil colonial, apresenta como ponto central de análise a atuação da Companhia de Jesus e a aplicação das chamadas Reformas Pombalinas, especialmente a criação e a implantação das aulas régias. A educação, nesse contexto, é abordada em sua dimensão institucional. As referências praticamente se limitam à investigação da atuação jesuítica no campo do ensino até a expulsão dos seus religiosos, a partir de 1759, do território de Minas Gerais pelo futuro Marquês de Pombal, além da compreensão das reformas educacionais então processadas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Os trabalhos concentram-se, grosso modo, na reflexão acerca das estruturas e da burocracia escolar. Podemos apontar como representantes dessa vertente historiográfica: José Ricardo Pires de Almeida, Moreira D' Azevedo, Feu de Carvalho, Raul Briquet, Hélio Vianna, Antônio Alberto Banha de Andrade, Fernando de Azevedo e Laerte Ramos de Carvalho. Há de se ressaltar que, para esses autores, os processos educativos não institucionais, leia-se não escolares, situam-se num segundo plano de análise. Com essa mesma característica e mais afinados à tradição historiográfica que ressalta os papéis do Estado e da Igreja, engrandecendo as ações dos jesuítas e tecendo críticas às políticas relativas à educação, encontram-se os estudos de José Ricardo Pires de Almeida, Fernando de Azevedo e Otaíza de Oliveira Romanelli. No contexto das Reformas Pombalinas, no que concerne às análises das características regionais percebidas no processo de concretização das mesmas, destacam-se: José Ferreira Carrato, para a Capitania de Minas Gerais, Tereza Maria Fachada Levy Cardoso,

Salientamos que a historiografia a respeito da educação escolar possui importância fundamental, ao trazer à tona as potencialidades de diferentes fontes de pesquisa e propiciar o entendimento dos primórdios da escolarização no Brasil. Assim, somadas aos estudos realizados no Brasil, encontramos as investigações de pesquisadores portugueses que se dedicaram à produção historiográfica sobre a escolarização na América portuguesa, abordando-a como processo mais amplo, de acordo com uma ótica histórico-cultural.<sup>2</sup>

No entanto, em que pese a substancialidade das discussões teóricas dos estudiosos dedicados a compreender os meandros da escolarização, é perceptível a carência de estudos, no Brasil, referente à abordagem das práticas educativas ocorridas fora dos espaços institucionais com enfoque diferente daquelas relacionadas às ações do Estado e da Igreja (FONSECA, 2009, p. 7).<sup>3</sup> Nesse sentido:

Ainda é incipiente o investimento no estudo de práticas educativas não escolares desenvolvidas no cotidiano das populações coloniais e que envolviam algum tipo de aprendizado, de troca ou de transmissão de conhecimentos, saberes, crenças. Muitas vezes, essas situações são objeto de estudo de outros campos temáticos da historiografia, mas raramente relacionados de forma mais objetiva a concepções educacionais da época e seus efeitos a longo prazo. (FONSECA *et al.*, 2013, p. 2).

Em decorrência, verificamos grande parte das investigações na história da educação concentradas nos processos educativos ocorridos no século XIX, notadamente em sua dimensão institucional, o que reforça a lacuna com relação ao estudo dos fenômenos educacionais do período colonial e, especialmente, daqueles que guardam relação com o universo feminino.

Realçamos, entretanto, o desenvolvimento de trabalhos mais recentes pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Educação na América portuguesa (GECEAP), integrante do Centro de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, que apresenta contribuição substancial para o

---

para a realidade do Rio de Janeiro, Myriam Xavier Fragoso, para São Paulo, e, para o Mato Grosso, Gilberto Luiz Alves. Especificamente com relação à análise das aulas régias, em abordagem mais atual, temos os estudos de José Carlos de Araújo Silva, referente à realidade da Bahia, e de Adriana Maria Paulo da Silva, que observa o processo de escolarização entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, em Pernambuco.

<sup>2</sup> Integram essa vertente: Rogério Fernandes, Justino Pereira de Magalhães (1994) e Áurea do Carmo da Conceição Adão (1997), cujos estudos se caracterizam por estabelecer vigoroso diálogo entre os processos de escolarização, os diferentes espaços e formas de instrução e os fenômenos do letramento e da alfabetização.

<sup>3</sup> A autora demonstra que a porcentagem de pesquisas sobre o período colonial nos congressos de história da educação, nas últimas décadas do século XX, não passa de 2% do total dos trabalhos neles inscritos. FONSECA (2009b).

entendimento da temática.<sup>4</sup> São estudos que dão visibilidade aos processos educativos na América portuguesa, ocorridos fora dos espaços institucionais de educação. Eles nos permitem compreender as relações desenvolvidas por diferentes sujeitos com conhecimentos de variada natureza e trazem ao debate reflexões acerca das estratégias de aprendizagem facilitadoras de sua inserção na sociedade.

Referentemente à produção historiográfica sobre o período colonial brasileiro voltada ao entendimento dos fenômenos educativos, é possível afirmar que, em grande parte, as pesquisas realizadas preocuparam-se em analisar a implementação e o funcionamento das Reformas Pombalinas no âmbito da educação, as adaptações e os desvios ocorridos nesse processo, além da circulação, usos e posses dos materiais impressos. No universo dos trabalhos mais recentes, consigne-se a pesquisa de doutorado de Christianni Cardoso Morais (MORAIS, 2009), a qual, ancorada em documentação variada, buscou compreender os usos e a circulação da “cultura escrita”, inclusive a partir da expansão da escolarização no período. Deteve-se nas continuidades e rupturas desses processos em Portugal e no Brasil, particularmente na Vila e no Termo de São João del-Rei. A autora inova ao inserir na discussão historiográfica reflexões acerca dos processos de letramento e dos usos da “cultura escrita” por distintas camadas da população. Pela proximidade do objeto analisado por Morais com a problemática que investigamos, elegemos seu trabalho para interlocução privilegiada no percurso da pesquisa por nós realizada.

No conjunto dessa historiografia, destacamos a existência de estudos que, mesmo não possuindo como objeto de investigação os processos educativos, iluminam as aproximações e os intercâmbios processados entre as mulheres e as dimensões variadas do saber e da cultura. Ao ampliarem o leque de abordagens, dentro do movimento de renovação historiográfica responsável por fazer emergir sujeitos até então negligenciados nos processos históricos, alentadas pesquisas se preocuparam em dar maior visibilidade à mulher, à criança e às relações familiares.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Citamos como exemplos as pesquisas de Solange Maria da Silva (2011), que analisou as estratégias e práticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas, no século XVIII, e de Talítha Maria Brandão Gorgulho (2011), que investigou as estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da comarca do Rio das Velhas na segunda metade do século XVIII. De maneira específica, no que se refere à educação feminina, identificamos as pesquisas de Kelly Lislie Júlio (2007), que abordou as práticas educativas e sociabilidades das mulheres forras em São João del-Rei e São José del-Rei (1808-1840), e de Cláudia Fernanda de Oliveira (2008), que estudou a inserção social feminina na comarca do Rio das Velhas no século XVIII.

<sup>5</sup> Nessa perspectiva, destacamos as investigações de Leila Mezan Algranti (1993, 2004), relativas às famílias e à vida doméstica na América portuguesa e à condição feminina nos conventos e recolhimentos no Brasil. Em **Honradas e devotas: mulheres da Colônia**, Algranti (1993) ilumina aspectos das vidas das mulheres naquela sociedade e quebra paradigmas com relação à figura feminina, analisa seus papéis, apropriações do saber,

Ao seguir os passos dos estudos desenvolvidos nas últimas décadas, no campo da história da educação, e buscando tecer um diálogo com a historiografia consagrada ao período colonial, bem como com outros campos do conhecimento, destacadamente com a linguística, a presente pesquisa de doutorado pretendeu investigar os usos sociais da escrita feitos por mulheres em Minas Gerais no período de 1780 a 1822.

Para tanto, apresentamos, a seguir, o *corpus* documental selecionado para a investigação. As principais fontes são os testamentos *post mortem* das duas últimas décadas do século XVIII e das duas primeiras do XIX (até 1822), pertencentes ao acervo do Arquivo do Museu do Ouro/Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)/Casa Borba Gato, em Sabará, Minas Gerais, e que se referem ao antigo território da Comarca do Rio das Velhas.<sup>6</sup>

Foram levantados, para a pesquisa, 557 testamentos de mulheres registrados no período em causa, o que corresponde à consulta a um total de 43 livros de registros. Listamos todos os testamentos de mulheres registrados nesse espaço de tempo<sup>7</sup>. De maneira complementar, utilizamos testamentos e inventários de pessoas possuidoras de graus de parentesco com os sujeitos da pesquisa.<sup>8</sup> Essa opção intencionou ampliar o leque de informações acerca das formas de viver das testadoras.

---

comportamentos e resistências. Em **Livros de devoção, atos de censura; ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)**, Algranti (2004) elucida detalhes relacionados às práticas de leitura na América portuguesa, aos atos de censura e à circulação dos livros nos séculos XVIII e XIX. As pesquisas de Maria Beatriz Nizza da Silva situam-se no conjunto de trabalhos que, no Brasil, privilegiam as estruturas domiciliares e apresentam, em seu em bojo, a preocupação com as constituições familiares e o universo feminino. Os trabalhos produzidos e/ou coordenados por Mary Lucy M. Del Priore constituem referência teórica e metodológica acerca da história das mulheres no Brasil. Sua tese de doutorado, **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia (1990)**, e publicações posteriores, de forma inovadora, elucidaram aspectos fundamentais das vivências e sociabilidades femininas. A obra **História das mulheres no Brasil (1997)**, por ela organizada, tece reflexões sobre o feminino na história do Brasil ao longo de diferentes períodos e analisam o conjunto de investigações produzidas relacionadas ao tema da feminilidade. Da mesma maneira, as pesquisas de Luciano Figueiredo são referências indispensáveis para a compreensão do lugar ocupado pelas mulheres na sociedade mineira colonial. Em seu livro **O avesso da memória: o cotidiano da mulher em Minas Gerais no século XVIII (1993)** revela o cotidiano das mulheres escravas, forras e livres nas Minas Gerais setecentistas. Em **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII (1997)**, o foco da investigação feita por Figueiredo são o cotidiano dos sentimentos, as paixões, as violências e as relações de afeto, assim como as redes de solidariedade que perpassaram os diferentes arranjos familiares no contexto histórico em causa.

<sup>6</sup> As referências à documentação do acervo documental desta instituição serão feitas no texto iniciando-se pela sigla **MO/CBG/CPO/LT** (Museu do Ouro/Casa Borba Gato/ Cartório do 1º Ofício/Livro de Testamento), seguida dos números específicos dos livros – cotas atuais e cotas antigas (número entre parênteses) – e das folhas consultadas.

<sup>7</sup> É preciso esclarecer que trabalhamos com livros de registro do antigo Cartório do 1º Ofício, isto é, utilizamos os traslados da documentação. Não tivemos acesso aos testamentos originais.

<sup>8</sup> A consulta aos inventários, assim como aos testamentos de homens, foi realizada por meio do Banco de Dados de Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no Século XVIII. O projeto originador desse banco (doravante denominado apenas por Banco de Dados de Inventários e Testamentos) foi coordenado pela professora Beatriz Ricardina Magalhães e esteve sediado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da

Buscamos, com as fontes principais, colher e analisar informações referentes aos usos da escrita empregados pelas mulheres no processo de elaboração dos discursos presentes nos chamados *documentos oficiais* e na interpretação, reafirmação e legitimação desses mesmos documentos. Para a análise, abordamos a *escrita* como o registro gráfico e textual que permite a comunicação entre os sujeitos e entre estes e as instituições. Mecanismo cognitivo, próprio de um tempo, consente a expressão de pensamentos, possuindo regras próprias e finalidades específicas.<sup>9</sup>

Márcia Almada, ao discorrer sobre os diferentes significados atribuídos à arte da escrita no Antigo Regime, esclarece-nos que no contexto em pauta, relativamente à materialidade do ato, a escrita foi assim definida pelo padre Raphael Bluteau, inspirado em “uma passagem de Francisco Rodrigues Lobo, em **Corte na aldeia**”:

O escrever não é outra coisa, mais que suprir com um instrumento por meio da arte e das mãos, o que com a voz se não pode exprimir e alcançar com os ouvidos, ou por distância de lugar, como quem escreve aos ausentes, ou por discurso de tempo, como quem escreve aos vindouros. (ALMADA, 2012, p. 33).<sup>10</sup>

Nesse sentido, Almada discorre acerca da definição de escrita até o século XVIII. Explica que esta se funde com a ideia de *caligrafia*. Para a autora, o último termo somente apareceu nos dicionários a partir da terceira década do Dezenove, sendo entendido em viés artístico, como a arte que permitiria grafar com rigor e exatidão, transcrever com precisão e estética, o já registrado. Ao passo que *callígrafo* seria o indivíduo cuja letra é bem realizada e perfeitamente compreensível. A escrita era vista, portanto, em perspectiva artística, como a prática ou a técnica de escrever à mão, a qual seguia princípios e regras, tornando-a inteligível, além de coerente a determinado padrão estilístico.

Ressalvamos que, mesmo considerando o destaque atribuído ao desenho das letras, segundo essa concepção, seu conteúdo não era propriamente negligenciado, pois tanto no século XVII quanto no XVIII as regras eram de conteúdo e referiam-se às normas gramaticais de escrituração, assim como à ornamentação e apresentação, incluindo-se aí os materiais

---

Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto referiu-se ao levantamento de todos os inventários e testamentos do século XVIII, da Comarca do Rio das Velhas, que se encontram na Casa Borba Gato, arquivo documental do Museu do Ouro, em Sabará. O trabalho contou com financiamento do CNPq, da FAPEMIG e do CPq da UFMG. Agradecemos à professora Beatriz Ricardina Magalhães e ao ex-estagiário do projeto, Raphael Freitas Santos, por facultar-nos o acesso aos dados.

<sup>9</sup> Voltaremos à conceituação de *escrita*, de maneira mais aprofundada, no Capítulo 2.

<sup>10</sup> No texto desta obra se evidencia também a diferenciação entre os significados de *escrita* e *caligrafia* e as definições elaboradas por especialistas no Antigo Regime.

apropriados. De qualquer maneira, ao que nos parece, a *arte da escrita* ou a *escrita* era vista pelos especialistas, em sua definição, como recurso, sobretudo, imagético. De acordo com Justino Pereira de Magalhães (2008), existe uma relação dialética entre escrita e caligrafia, sendo tal relação extremamente rica, muito embora envolta em polêmicas.

Ainda segundo Almada: “Criando uma analogia com o tema de representação visual, o calígrafo espanhol António Alegre definiu a escritura como *a imagem das palavras, assim como estas são as imagens do pensamento.*” (ALMADA, 2012, p. 32). Observamos aqui, no entanto, diferenciação importante entre os conceitos de *escrita* e de *palavra*. Enquanto aquela é vista em sua dimensão artística, a palavra é entendida como “reflexo”, a imagem do pensamento que foi transferido para suporte material. Em última instância, pois, a escrita assumiria a qualidade de pensamento desenhado.

Se, por um lado, até o século XVIII, escrita é sinonimizada à caligrafia, reduzindo a possibilidade de escrever àquele que detinha a habilidade de desenhar as letras com perfeição, por outro, torna-se plausível pensar que a transferência do pensamento para o papel não se daria, necessariamente, pelas mãos de quem escrevia. Para Almada, tal sinonímia traduz a compreensão da escrita enquanto “ação que possibilita a concretização visual e material do texto sobre um dado suporte e, tal como o próprio texto, expressa atitudes, pensamentos e simbologias específicas de cada época e sociedade” (ALMADA, 2012, p. 33).

Logo, podemos indagar: se a escrita assume a propriedade de instrumento revelador da mentalidade de um tempo, e se no período considerado essa habilidade era atributo de poucos, como se comunicaram aqueles que não a detinham, vencendo a distância espacial e temporal? De que modo fizeram valer seus direitos e se posicionaram diante das instâncias representativas do poder? Por quais meios registraram e formalizaram suas demandas, interesses e disposições? Enquanto mecanismo que expressa *pensamentos e simbologias específicas de cada época e sociedade*, os textos possuem autorias diferenciadas, pois muitos são os pensamentos e intenções que veiculam. Dessa forma, são/foram forjados por distintos caminhos, porquanto os excluídos da escrita também dela se valeram ao longo de suas vidas.

Exemplifiquemos. Uma das dimensões em que não eram incomuns o contato e o uso da escrita por quem não a “dominava” refere-se às atividades econômicas. Sabemos que nos domínios da América portuguesa a escrita assumiu lugar de destaque nas relações socioeconômicas, tanto no âmbito da Colônia, e nas Minas particularmente, quanto entre a

Colônia e o Reino.<sup>11</sup> Como partícipes dessas práticas, encontravam-se letrados e iletrados na complexa teia de relações comerciais abarcadora de diferentes atividades. Numa sociedade na qual grande parte das práticas creditícias ocorria a prazo, o registro no papel era indispensável. Em decorrência, os sujeitos envolvidos elaboraram número elevado de anotações, legitimando as negociações de “débito e crédito” ao deixarem registradas, pelo menos, suas assinaturas (SILVEIRA, 1997, p. 95). Constatamos, assim, por meio das necessidades impostas pelo cotidiano, pela cultura de uma época, o adentrar da escrita na vida daqueles agentes que não tiveram acesso ao aprendizado das primeiras letras.

A esse respeito, isto é, da utilização e apropriação dos códigos e/ou da lógica do sistema alfabético pelos iletrados, Bouza Álvarez registra:

As notícias que testemunham o contato da população analfabeta com a escrita que não podiam entender por si próprios são tão abundantes que permitem romper as barreiras estabelecidas pela historiografia entre as culturas letrada e iletrada. Seja mediante a leitura em voz alta ou o sermão, seja por meio da delegação da escrita a terceiros, os analfabetos tomaram contato com os textos escritos e conviveram cotidianamente com eles, chegando inclusive a ser seus proprietários. (BOUZA ÁLVAREZ, 2001, p. 68 *apud* ALMADA, 2012, p. 35).

Pelo exposto, e pensando na realidade das Minas Gerais coloniais, é correto afirmar que, em suas condutas rotineiras, sujeitos iletrados enredaram formas de ler e de escrever. Tais práticas retiram o véu existente sobre o uso dos códigos culturais e fazem-nos perceber que esses são vivenciados e compartilhados para além das fronteiras das distinções sociais (CHARTIER, 2003, p. 151-153). No desenrolar das vivências e experiências e na narrativa das mesmas, diferentes segmentos da população, entre eles os *não letrados*, “escreveram” suas trajetórias, partilhando da “cultura letrada”, código cultural destinado a outros grupos sociais.

Cientes dessa realidade e com um movimento investigativo que analisa a própria elaboração do documento, tentaremos perceber os laços instituídos pelas mulheres com a escrita – a despeito de, em sua maioria, não saberem ler e/ou escrever – a partir da formulação de mensagens e entender como essas conexões representaram um chamado à construção de uma memória. Dialogamos com a afirmativa assente na historiografia de que esses sujeitos, por serem, de modo genérico, analfabetos, estariam impossibilitados de redigir de maneira mais elaborada. Para a historiografia, de forma geral, apenas aquelas mulheres pertencentes às

---

<sup>11</sup> Sobre essas temáticas, consultem-se: SILVEIRA (1997), FURTADO (2005) e SANTOS (2005).



camadas sociais mais abastadas conseguiram *utilizar* desenvolvamente a escrita no período abordado<sup>12</sup>.

Nossa proposta de investigação nasceu da constatação dos, nem sempre explícitos, entrelaçamentos das vidas desses agentes à escrita. Nasceu, da mesma maneira, do que poderia ter sido tomado, inicialmente, como uma desilusão: as assinaturas femininas são raras e a redação de próprio punho quase inexistente, ou seja, as fontes para a investigação são escassas, se pensarmos em abordagem tradicional da alfabetização.

Em nossa pesquisa, porém, partimos da convicção de que as relações com a escrita ultrapassam em muito a capacidade de redigir de “próprio punho” e de que estudar a apropriação, a circulação e o uso do escrito não pode se limitar à identificação dos livros nos inventários ou a existência das bibliotecas e de seus leitores. Começamos a nos mover, assim, pelo inquietante objetivo de tornar clara a pragmática da constituição do escrito, não o subordinando apenas à redação autônoma, quer no âmbito privado, no administrativo, no econômico ou no religioso.<sup>13</sup> Pesquisar as *formas de escrita* das mulheres comuns transforma-se, assim, em grande desafio epistêmico.

É sabido que o domínio da cultura letrada possibilitava distinção e ascensão social e que a posse e o uso dos impressos, bem como a propriedade das maiores bibliotecas particulares, faziam parte do mundo dos proprietários e/ou daqueles que exerciam atividades que demandavam certa formação intelectual. Assevera-se, grosso modo, que a escrita estaria, majoritariamente, nas mãos masculinas, brancas e abastadas, o que está dito e redito pela historiografia.<sup>14</sup> Não discordamos dessa análise, porém advogamos a necessidade de se levar em conta outras perspectivas de estudo no que tange à escrita. Em nossa pesquisa descentramos a atenção da posse da cultura letrada para nos focarmos nas formas de escrita, especialmente dos não alfabetizados, atentos à pluralidade de finalidades que essas elaborações e usos encerram no cotidiano.

As investigações sobre a *cultura letrada*, realizadas até então, são cruciais para o entendimento do papel exercido por ela na sociedade em voga, mas acreditamos que a

---

<sup>12</sup> Referimo-nos, aqui, especialmente aos estudos voltados para o entendimento das práticas de leitura, os quais, na verdade, compõem grande parte dos trabalhos dedicados à compreensão das relações estabelecidas pelas mulheres com a escrita no período colonial.

<sup>13</sup> Sobre o uso da escrita na administração, no comércio e na religião, cf.: BURKE (1997, p. 14-41).

<sup>14</sup> Especialmente para o caso de Minas Gerais, no século XVIII, ver: VILLALTA (1999); ALVARENGA (2003) e ANTUNES (2009). De acordo com Álvaro de Araújo Antunes, ao se referir a diferentes localidades mineiras, “[...] a grande maioria dos proprietários de livros era composta por homens brancos e livres [...]” o que acaba por levar à constatação de um perfil elitizado desses proprietários. (ANTUNES, 2009, p. 258).

desenvoltura relacionada à escrita não deve ser associada unicamente às dimensões da alfabetização, tampouco aos usos ou posse dos impressos. Buscamos rastrear, assim, quem eram os emissores das mensagens escritas. Essa tentativa parte da convicção de que não necessariamente, ou coincidentemente, eram eles os donos das mãos que redigiam os textos. Se, em muitos casos, quem lia era também quem ouvia e interpretava, por que não considerar a possibilidade de, em diferentes ocasiões, ser o “escritor” o enunciador do texto, apesar da elaboração compartilhada de seu conteúdo? A partir dessa compreensão, as fontes não só deixam à vista as relações das mulheres com a escrita, retirando esses sujeitos das margens do escrito, como ganham potencialidade e transbordam em informações. Entendemos que situações como a administração doméstica, no caso da morte do marido, as atividades comerciais, as práticas religiosas, a necessidade do acionamento da justiça, dentre outras, podem ser abordadas como motivadoras das práticas de comunicação escrita.

A pesquisa enfoca, portanto, o caráter ativo da escrita – mesmo quando não se possui a capacidade de ler e/ou de redigir independentemente de intermediários – na construção das representações que compõem a realidade e no processo de organização dos relatos, fator que proporciona inteligibilidade à experiência individual e coletiva.

A proposta investigativa nos instiga, desse modo, a desvencilharmo-nos da concepção que aprisiona as vinculações com a escrita numa rígida arquitetura dos sistemas de comunicação, para entendê-las em espaço aberto, múltiplo e criativo. Para tanto, consideramos as vinculações das mulheres com a escrita, independentemente do domínio da técnica de redigir, e tomamos o discurso falado como caminho para o *uso social* da escrita.

Compreender os usos sociais para além da escrita de próprio punho, entender a fala como potencialmente construtora de textos e abordar a “redação” desses sujeitos como instrumento de atuação social são ideias solidárias e não pretendem dissipar certezas, mas “reforçar um ponto de vista capaz de explorar as diferentes dinâmicas sociais presentes mesmo quando se trata de sociedades altamente hierarquizadas e caracterizadas [...] por diversos bloqueios” (CURTO, 2007, p. 15).

Questão candente, mas ainda pouco investigada na história da educação, o estudo das ligações estabelecidas pelas mulheres, de diferentes camadas sociais, com a escrita no aludido contexto bem como a relação desses conhecimentos com as práticas cotidianas podem elucidar aspectos fundamentais da configuração e da dinâmica sociais. Podem, igualmente, fazer emergir uma nova compreensão das diferentes modalidades e funções da escrita. Desse modo, pensamos os usos que as mulheres fizeram da escrita – a partir de suas elaborações

discursivas – como práticas educativas, isto é, formas de apreensão de determinado conhecimento que escapam aos limites ou à rigidez institucional.

A abordagem e o entendimento das práticas educativas no Antigo Regime requerem, portanto, o alargamento da concepção de ensino e de aprendizagem naquela realidade. Obriga-nos a considerar diferentes possibilidades de apreensão de conhecimentos que se esboçaram fora dos espaços institucionais de educação. Dessa maneira, devemos tentar identificar os espaços, os agentes e os mecanismos que proporcionaram a circulação da escrita, permitindo às mulheres os usos desse conhecimento e, por decorrência, o desenvolvimento de estratégias e de negociações no jogo social.

Para a compreensão dos conceitos de *estratégias* e de *práticas educativas* e do desenvolvimento desses processos especificamente na América portuguesa, seguimos as orientações de Thais Nivia de Lima e Fonseca, elaboradas a partir das reflexões desenvolvidas por Michel de Certeau, Roger Chartier e Pierre Bourdieu. Explica Fonseca:

Numa perspectiva ampliada, a ideia de práticas educativas aparece como tributária do conceito de práticas culturais, desenvolvido tanto por historiadores quanto por sociólogos. Respeitando as diferenças entre eles, considero adequadas aos meus propósitos suas definições das práticas como maneiras de fazer cotidianas dos sujeitos históricos relacionadas social e culturalmente na construção de seus espaços, suas posições e identidades. Analisadas como práticas culturais, as práticas educativas também implicam o estabelecimento de estratégias. (FONSECA, 2009, p. 10).

No concernente ao desenvolvimento dessas estratégias pelos grupos sociais, acrescenta:

O estudo assim fundamentado implica a análise de estratégias e práticas educativas, processos que, realizados ao longo de tempos mais dilatados, fizeram parte da formação cultural brasileira. A investigação sobre educação no período colonial pode, assim, levar em conta a diversidade e as particularidades da sociedade brasileira de então, considerando suas especificidades regionais. (FONSECA, 2009, p. 11-12).

A investigação das práticas educativas no mundo colonial deve considerar, portanto, a constituição das relações sociais, suas conexões com as dimensões políticas e a construção de uma cultura multifacetada tanto no referente ao conjunto do Império Português, quanto às diferentes regiões da América portuguesa. A análise das práticas engendradas pelos sujeitos não somente pode, como afirma Fonseca, mas, necessariamente, leva-nos a considerar as características e as particularidades regionais como condição indispensável para compreendermos as estratégias desenvolvidas pelos grupos sociais em suas permanências e

descontinuidades. O entendimento dos caminhos trilhados por homens e mulheres como meios de inserção social, por intermédio das interlocuções estabelecidas com distintas formas de conhecimento, não pode prescindir da compreensão das particularidades de cada contexto nos quais esses percursos foram traçados. Nesse sentido, os modos de transmissão e de apropriação de conhecimentos são inteligíveis somente se analisados no terreno social em que foram formulados. De acordo com essa ótica, compreendemos as práticas educativas como todo processo propiciador da transmissão de conhecimento de diversas origens e características e com diferentes finalidades, independentemente do local onde ocorram.

Nesse quadro, o contato estabelecido com o escrito deve ser analisado nos variados ambientes sociais, considerando-se suas múltiplas formas de circulação, dimensões, detalhes, descontinuidades e contradições. Defendemos que, apesar de a sociedade colonial ser marcada e legitimada pela palavra escrita e o aprendizado das primeiras letras constituir-se em caminho para possível inserção social, mesmo as pessoas não letradas com ela estabeleceram contato, dela se apropriaram e fizeram uso, o que possibilitou o desempenho de papéis sociais. Interpretaram leituras e tomaram decisões, legitimaram documentos, marcando-os com seu sinal contumaz, além de atuarem e assinarem como testemunhas. Conscientes dessa realidade é que abordamos as conexões estabelecidas pelas mulheres com a escrita, com base na análise dos textos testamentais por elas ditados. Nesse momento, a prática oral constituiu-se como dimensão fundamental do fenômeno denominado “evento de letramento”.<sup>15</sup> Essa compreensão parte da crença de que o *letramento*<sup>16</sup> deve implicar usos sociais que os sujeitos fazem da escrita, colocando em pauta os acontecimentos da vida diária e as atividades com as quais se envolvem. O *letramento*, nessa perspectiva, é entendido como processo que compõe a vida social do sujeito.

É preciso, contudo, ressaltar que no vasto painel histórico, onde se encontram múltiplas culturas, identificamos variedades de letramento, estando inextricavelmente vinculados às vivências. Como nos esclarece David Barton (1994), seus “eventos” ocorrem relacionados às práticas sociais mais amplas. Práticas e eventos são, assim, dimensões do letramento. Ainda no entendimento desse autor, os eventos de letramento são as atividades em que a escrita ocupa um lugar e as práticas são as diferentes formas como cada cultura utiliza a escrita.

---

<sup>15</sup> Sobre tal matéria, ver: BARTON (1994) e BARTON; HAMILTON; IVANIC (2000).

<sup>16</sup> A discussão detalhada sobre o conceito de *letramento*, inclusive com a explanação das opções teóricas às quais nos filiamos, será realizada no Capítulo 2.

De acordo com as orientações teóricas de Street (1984), Barton (1994), Barton, Hamilton e Ivanic (2000), torna-se possível compreender essas diferenciações, como exposto no quadro a seguir.

Quadro 1 – Práticas e eventos de letramento

Práticas de letramento	Eventos de letramento
São maneiras como cada sociedade utiliza-se da escrita. Vivências que fornecem sustentação aos usos da modalidade escrita e por meio das quais os indivíduos se relacionam durante suas vidas.	São episódios que podem ser isolados e observados, que têm origem nas práticas, e que também as originam, sendo por elas modulados. São momentos na vida cotidiana em que a escrita está presente.
Não podem ser separadas em unidades e analisadas enquanto comportamentos isolados, pois envolvem o conjunto de atitudes, ligadas às crenças, valores, afetividades e relações sociais. Trata-se de um conjunto de eventos de letramento.	São ações focalizadas em que a atividade escrita (texto escrito) ocupa lugar, exercendo papel preponderante, mediando as relações sociais.
São constituídas por regras que estatuem os usos e distribuição dos materiais escritos. Fazem parte de preceitos mais gerais da cultura. Encontram-se subjacentes e determinam como os sujeitos irão se conduzir num evento de letramento.	Alguns eventos apresentam estreita relação com as rotinas que podem ser procedimentos formais ou objetivos de instituições sociais; outros se originam de experiências mais comuns, vivenciadas no ambiente privado, no cotidiano.

Fonte: Elaboração própria.

Vale destacar que há usos, sociabilidades e práticas anteriores às regras, e, frequentemente, os usos não se cingem ao estatuído. No caso da cultura escrita, os modos de participar e vivenciar a escrita não estão circunscritos à caligrafia.

Sobre as práticas e eventos de letramento, pautamo-nos, igualmente, nas reflexões desenvolvidas por Hamilton (2000).<sup>17</sup> Suas contribuições possibilitam o entendimento a respeito dos “elementos visíveis” que alimentam os eventos de letramento, tais como *participantes*, *artefatos*, *ambientes* e *atividades*, bem como dos “elementos não visíveis”, que caracterizariam as práticas, a saber: *participantes ocultos*, *domínios*, *recursos* e *rotinas*. De acordo com a autora, nos eventos de letramento, os *participantes* seriam todos aqueles indivíduos que, de algum modo, estariam envolvidos com os materiais escritos. Enquanto os

<sup>17</sup> Mary Hamilton, a partir do estudo dos traços visuais de fotografias de jornais, procurou investigar práticas e eventos de letramento nas sociedades contemporâneas. Hamilton elencou quatro elementos visíveis que compõem os eventos de letramento: *participantes*, *ambientes*, *artefatos* e *atividades*. Cf.: HAMILTON (2000, p. 56-87, tradução nossa). Sabemos que, para o estudo de eventos de letramento, questões cruciais devem ser consideradas, tais como a tensão existente entre os *letramentos dominantes* e *vernaculares*, como trabalhado por Hamilton, bem como a abordagem de caráter etnográfico para embasamento das observações desses processos. A despeito de tributarmos ao momento da redação do texto testamentário o status de um “evento de letramento”, nosso foco de investigação recaiu sobre a compreensão dos *usos sociais* da escrita, mesmo porque se trata de realidade pretérita, sendo, por isso, impossível o estudo do “evento de letramento” em sentido clássico.

*ambientes* se referem ao contexto, “ambiente físico imediato” no qual a “interação” entre o sujeito e a escrita ocorre, os *artefatos* dizem respeito à materialidade relacionada à interação (instrumentos e materiais) e as *atividades* seriam as atitudes desenvolvidas por esses participantes nos eventos de letramento.

Com relação *aos elementos não visíveis*, os *participantes ocultos*, na visão de Hamilton (2000), referem-se a outras pessoas ou grupos presentes nas relações sociais que envolvem a escrita, e o *domínio* diz respeito às práticas no interior das quais o evento de letramento acontece. De acordo com tal percepção, existem diferentes letramentos, pois esses se alteram de um domínio para o outro. Os recursos são aqueles elementos que são acionados para as práticas de letramento, notadamente não materiais, como os sentimentos. Por último, as *rotinas* podem ser definidas como conjunto de regras de apropriação da escrita comuns a cada sociedade.

Importa destacar, portanto, que *evento de letramento*, no caso da nossa pesquisa, foi entendido como momento motivador da relação do sujeito com a palavra escrita. O ditado do testamento configurou-se, em nosso entendimento, como incentivador dessa prática, sendo tomado, nesse sentido, como modalidade de *uso social* da escrita. Seguindo as orientações de Hamilton, podemos afirmar que os participantes desse evento seriam o redator do documento, as testemunhas e, principalmente, o testador. O ambiente da escrita refere-se ao local onde se processou a verbalização e a redação das disposições testamentárias, os artefatos ao próprio suporte material do texto do testamento no qual constariam a assinatura ou sinal da testadora e as assinaturas das testemunhas e as atividades aos procedimentos e rituais que compunham esse momento solene. Portanto, a partir do momento do ditado do testamento, em que a escrita assume posição fundamental, tentamos evidenciar os usos e as funções aos quais a escrita se destinou para as mulheres. Em outras palavras, importa-nos compreender a lógica subjacente aos usos sociais da escrita no aludido contexto.

Fica claro, então, que as mulheres utilizaram a escrita com finalidade específica, vinculadas aos propósitos da vida cotidiana, isto é, numa situação interacional que teve lugar em suas histórias de vida. Dessa utilização resultou a diversidade do ato de escrever, sendo que aqui classificamos uma dessas modalidades como *escrita mediada*, que se dá de maneira solidária. Tal modalidade contrapõe-se a certa visão monolítica do uso da escrita, comprometida unicamente com a capacidade autônoma de redigir, com a alfabetização em seu sentido restrito ou, em última instância, com a educação institucionalizada.

Cumpramos ressaltar que, apesar de entendermos o momento da feitura do testamento como “evento de letramento”, nosso interesse investigativo residiu, sobretudo, no processo

que daí decorreu, isto é, no uso da escrita que tal evento possibilitou, ou seja, de que forma a constituição do texto testamentário proporcionou o *uso social* da escrita.

Neste ponto, cabe esclarecer o que denominamos *usos sociais*. Em primeiro lugar, entendemos que nem todos os usos da escrita são sociais, na medida em que existem redações de caráter privado, íntimo, como algumas modalidades de diários ou anotações pessoais. Portanto, quando afirmamos *usos sociais* estamos nos referindo a modalidades de textos que apresentam em seus objetivos individuais finalidades sociais, pois se relacionam de algum modo à esfera pública. São escritos que visam à defesa dos direitos individuais ou familiares, ao posicionamento social ou à comunicação entre sujeitos, ou entre estes e as instituições, ou seja, escritos, em última instância, voltados à esfera pública. Tal escrita permite um deslocamento do sujeito do âmbito privado e o coloca na cena social. A atividade discursiva, registrada no papel, possibilitaria um alargamento da atuação do indivíduo. Na construção textual, o sujeito, ao forjar o documento, acaba por o “ocupar” de diferentes maneiras, projetando-se, simultaneamente, no ambiente social. O texto elaborado manifesta, em cada uma de suas partes, o caráter interativo desenvolvido pelo sujeito com a escrita em distintos momentos da redação. A utilização da escrita apresenta-se como movimento multifacetado e complexo, não se reduzindo à forma unívoca.<sup>18</sup>

O texto comporta dizeres, relatos intencionais e amplos, tendo em vista abarcarem temas diversificados. Os conteúdos se forjam de acordo com o nível de interação desenvolvida entre autor e escrita. Isso significa dizer que, embora ditar o testamento seja movimento ou atitude padronizada, no *uso* realizado da escrita pelo testador, via discurso oral, há uma relação pessoal estabelecida pelo “autor/falante” com a redação, assim como é notória a finalidade social cuja qual o conteúdo da escrita se presta.

A produção textual, pautada no objetivo a que se destina, trata-se, na verdade, de um momento de criação, quando condições específicas imprimem uma tônica ao processo de elaboração discursiva. Em decorrência, as funções do texto são definidas com base em

---

<sup>18</sup> A esse respeito, consulte-se, dentre outros: ORLANDI (1998). Orlandi orienta-se para discorrer acerca do conceito de enunciação e autoria do discurso, a partir das reflexões desenvolvidas por autores como Oswald Ducrot e Michel Foucault, analisando alguns de seus postulados. Foucault desenvolveu estudos fundamentais referentes à relação dos sujeitos com a linguagem, principalmente em **As palavras e as coisas e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas** (trad. Salma Tannus Muchail, 9. ed., São Paulo, Martins Fontes, 2007). De forma geral, em sua obra, teceu discussões relativas ao *princípio da autoria*, à *atividade discursiva*, à *unidade e origem do discurso*, ao *discurso e instituições de poder* etc. Nesta pesquisa, não obstante trabalharmos, em alguma medida, com o conceito de autoria, nossas principais referências teóricas são autores da área da história, da educação, além do diálogo estabelecido com estudiosos das ciências linguísticas, escolha demonstrada no próximo capítulo. Essa opção teórico-metodológica nos pareceu mais adequada para tratarmos a problemática investigada, uma vez que nos instrumentaliza metodologicamente para compreendermos práticas relacionadas à escrita, numa perspectiva histórica.

características intrínsecas e extrínsecas, e, a nosso ver, invariavelmente, as subjetividades inscrevem-se no texto produzido. Isso equivale a dizer que, apesar do sujeito ser “forjado” social e historicamente, em igual medida, fatores pessoais e emocionais interferem na relação estabelecida com a linguagem. As funções assumidas pela linguagem escrita e, conseqüentemente, seus *usos* são determinados por condições históricas e pelas trajetórias particulares.

Por *usos* entendemos, portanto, a aplicação da escrita, o objetivo a que se destina, isto é, a finalidade aplicada a um texto, entendendo-a como fruto de eventos de letramento oriundos das práticas culturais. Nesse sentido, os *usos* são compreendidos independentemente da frequência com que os *eventos* se dariam. Eles podem ocorrer constantemente, bem como em momento único na vida do indivíduo.

Dessa compreensão resulta que, para abordarmos os *usos sociais* da linguagem escrita empregados pelos sujeitos no contexto aqui considerado, isto é, numa sociedade de “alfabetização restrita”, a pergunta a ser feita não seria tanto qual é o grau ou o nível de “domínio” que os indivíduos têm da escrita, quantas vezes a aplicaram ao longo de suas vidas, tampouco quais os significados dos termos que eles empregaram em suas “elaborações textuais”, mas, sobretudo, quais *usos* fizeram da escrita. A que matéria o emprego da linguagem escrita respondeu em suas vidas, a partir das demandas do cotidiano. Conforme esse raciocínio, *uso* significaria “hábito particular”,<sup>19</sup> com finalidade determinada, exercido por grupo específico de pessoas. Reportando-nos ao contexto abordado, poderíamos pensar, por exemplo, nos hábitos da leitura de oitiva ou, especialmente, no de escrever ditando, particularmente, para o grupo daqueles que não dominavam os códigos alfabéticos. O *uso* da escrita (recorrente ou eventual) estaria, desse modo, invariavelmente ligado ao contexto. Por um lado, apresenta-se dependente das práticas culturais; por outro, compõe a cultura ao ser forjado e partilhado pelos agentes sociais.

## 1.1 A PALAVRA NO COTIDIANO: ESTATUTO, FUNÇÕES E USOS

Públicos ou íntimos, sobre a vida ou a morte, os aspectos do cotidiano das mulheres, a partir da análise dos textos, afloram com tal intensidade que seria impossível a eles ficarmos indiferentes. As narrativas convidam os leitores a entrarem no mundo recôndito dos

---

<sup>19</sup> Sobre a definição do termo *uso*, cf.: TRASK (2004).



sentimentos e das dificuldades do dia a dia. Nas formas protocolares e requintadas de uma escrita padrão, deparamo-nos, por vezes, com narrativas de cunho pessoal, libertas e aconchegantes. Torna-se possível, desse modo, conhecer, por distintos caminhos, as trajetórias dos sujeitos e entender como as experiências foram relatadas por seus protagonistas, seja em tons de despedida, de melancolia, de alegria, de fé ou de suplício.

No esforço de resgatar as lembranças, de fazer sentir os afetos, de expressar as crenças, desejos e valores, as narrativas acomodam indícios de um modo de viver que extrapolava as paredes das casas, para, teimosamente, dar a conhecer no papel, a organização e a percepção do lugar social supostamente ocupado, a expressão dos vínculos sociais e a comunicação do almejado. Estratégicas ou não, as palavras e as expressões utilizadas davam passagem, em fatias de textos, aos interiores, aos matrimônios, às amizades, aos relacionamentos, às expectativas e à solidão. As palavras remetem às subjetividades que invadem, com o impulso das emoções, a substância escrita.

Por certo, importa bem menos conhecer se as mulheres escreveram por suas próprias mãos do que *como* escreveram e *com quais* intenções. Interessa-nos retirar desses relatos pistas sobre como tornaram inteligível sentimentos e esperanças, e tentar compreender as formas pelas quais as narrativas eram construídas e articuladas para o atendimento de seus anseios. Não estamos à procura da cópia literal dos dizeres das testadoras. Em escritas simples ou prodigiosas, vão se mostrando usos, itinerários, possibilidades de atuação social que buscamos evidenciar.

Ao analisarmos os conteúdos discursivos, devemos ter em conta a ambivalência que comportam: se, por um lado, apresentam aspectos de um *gênero*<sup>20</sup> textual específico, por outro, envolvem sonhos, desejos e afetividades, personagens, situações, representações e percepções reais *vis-à-vis* o contexto em que viviam. Apesar da formalidade e do conjunto de regras estipuladoras dos documentos, a transferência das palavras que caracterizam a fala cotidiana é, por vezes, visível nos textos. As expressões carregadas dos elementos da vida comum anunciavam e propagavam valores e aspirações e desenhavam os contornos do presente e do futuro almejado. Eis o que a leitura dessas fontes nos faculta: conhecermos aspectos da cultura de um tempo, das formas de pensar dos sujeitos e percebermos que, por meio do *uso* da escrita e da produção de mensagens, as expectativas não são meros sonhos, mas propósitos formatados e formalizados. A efetivação de direitos, a alforria de escravos, o

---

<sup>20</sup> A esse respeito, ver: ARIÈS (1989, p. 210-213).

legado de bens ou a esperança de se ter a “boa morte” são aspirações materializadas e legitimadas no texto escrito. No jogo das interações sociais, a escrita assume o status de arranjo estrutural das práticas, medida norteadora das ações e, ao mesmo tempo, “espaço” definido pelos acontecimentos diários. Traduz, em sua lógica, as formas de pensar e a síntese das histórias pessoais.

Como deixar de ver e perceber, assim, a apreensão e o uso da palavra escrita por esses sujeitos, mesmo quando “não sabiam ler e escrever”? Esse movimento só é possível à medida que realizamos a dissociação da ideia de *uso social* da escrita da redação de próprio punho. Por isso, tentamos evidenciar a utilização da escrita pelas mulheres mesmo na ausência da pena em suas mãos.

Na heterogeneidade de que se compõem os discursos escritos, rastreamos quais assuntos eram mais vivenciados e transformados em textos oficiais. Selecionamos os temas, elencamos dados relativos à condição econômica, às redes de sociabilidade, aos aspectos da religiosidade para buscarmos evidenciar as formas argumentativas mais usuais e correlacioná-las às características sociais mencionadas. Preocupou-nos compreender, portanto, o sentido social assumido pela escrita no contexto e suas decorrências (e não somente o domínio do sistema alfabético). O recorte cronológico selecionado permitiu-nos abordar o uso da escrita em um *continuum*, isto é, em seu aspecto histórico, evidenciando as semelhanças e as possíveis transformações das redações.

Quando pensamos na escrita cartorária, modalidade privilegiada neste trabalho, ressaltamos que o texto guarda uma espécie de paradigma, modelo e valoração da língua relacionada ao seu conteúdo e, igualmente, à forma. Sobre ele recai determinado padrão gráfico e modelo estilístico.<sup>21</sup> Essa valoração carrega um sentido político e cultural, e quem a ela não “pertencesse” ou a ela não “recorresse” estaria, em parte, excluído do funcionamento social. Nessa linha, a escrita oficial e seu invólucro, com formatação e meio próprios de se mostrar, padroniza, hierarquiza e, em alguns momentos, exclui outras maneiras de escrever. Consequentemente, é fundamental perceber e tentar identificar as virtudes ou qualidades e os valores que são associados a determinado modo de se escrever. Ampliamos essa problemática ao enfocarmos as especificidades dos textos geradas pela incorporação, aos valores da escrita padrão, das particularidades de cada existência.

---

<sup>21</sup> Sobre a diversidade de padrões gráficos e formas estilísticas e para a classificação e demonstração dos tipos de letras existentes no Antigo Regime, ver: ALMADA (2012), especialmente o capítulo 1.

Daí decorre que a análise realizada não se reduziu à intenção de restituição das falas das mulheres supostamente suplantadas pela dominação masculina e pelos padrões discursivos, mas buscou entender a própria atuação do sujeito numa perspectiva crítica e dialógica que considera a tensão que emana do espaço social. Com esse movimento, acabamos por problematizar a identidade de “analfabeta”, sustentados pela percepção dos confrontos e das articulações nascidas e estruturantes da sociedade. Alicerçados, também, pelo entendimento de que os *usos sociais* da escrita independem de tal condição, apresentando dimensão política e histórica. São construções e formas de atuação e não meros frutos do acaso.

Entendidas, portanto, em sua complexidade e separadas por eixos norteadores presentes nas narrativas, tentamos construir as categorias dos *usos* da escrita, de acordo com suas temáticas, finalidades e modos de utilização. Coloca-se em pauta a origem da construção desse discurso. Nesse sentido, interrogamos o próprio documento acerca de sua constituição. Quando as análises da elaboração discursiva e dos usos da escrita são encaradas a partir desse ângulo passam a interessar em igual medida à educação e à história, pois são descortinadoras da mentalidade de uma época, escondida por trás dos textos.

Tal escolha tem por base o entendimento de que a escrita é *sempre a redação de algo*, versa sobre determinado conteúdo e, por isso, apresenta intenções, objetivos e estratégias. Os relatos remetem aos acontecimentos da vida cotidiana que subjazem aos valores, hábitos, crenças, enfim, aos modos de viver. O *uso* da escrita, sob tal ótica, é flagrantemente construção, produto e produtor das práticas sociais.

## **1.2 A ESCRITA COMO ATO E FATO: TEMAS, MEMÓRIAS E PROJEÇÕES**

Uma vez que a análise da documentação cartorária nos permitiu pensar as formas de argumentação existentes nos discursos como meios de *utilização social* da linguagem escrita, optamos por não trabalhar com níveis ou escalas de letramento. Essa opção está pautada na ideia de que os níveis hierarquizariam a multiplicidade das maneiras pelas quais as mulheres se posicionaram diante da escrita, reduzindo as possibilidades de identificação da capacidade inventiva do sujeito.

Entendemos, porém, que o domínio das habilidades de ler e escrever autonomamente encerra um poder concreto, diferenciado daquele por nós denominado poder simbólico,

referente às capacidades de organização das ideias e de interpretação. Ao ditarem, as mulheres, mesmo forjando e participando da escrita, apresentavam outra vinculação com esse saber, diferente daquela que, sem mediadores, os detentores das habilidades de ler e escrever possuíam. Queremos deixar claro que, se não denominamos as mulheres de *analfabetas* – no sentido de não apresentarem nenhuma vinculação com o escrito, quando, por exemplo, não escreviam sequer o nome –, tampouco chegamos ao extremo oposto de igualá-las a quem redigia com as próprias mãos. Isso porque acreditamos que os modos de “diálogo” com a escrita vão de um extremo ao outro, e, seja de maneira concreta ou de forma simbólica, como denominamos, esses caminhos levam ao exercício de um poder real que é o da comunicação.

Nesse sentido, optamos por construir uma estratégia investigativa que apresentou a intenção de realçar os *usos* da escrita e não os níveis de letramento, haja vista, também, como veremos no próximo capítulo, que, para alguns autores, é impossível dissociar letramento de alfabetização. Partimos da hipótese, portanto, de que, independentemente dos níveis de letramento, a pessoa poderia possuir grande capacidade comunicativa. Assim, a pluralidade dos modos de envolvimento com o escrito serviu de parâmetro para a construção das categorias analíticas.

Nesse processo de seleção e interpretação dos conteúdos discursivos das fontes, a atenção aos argumentos contidos nos textos, que guardam nexos com as especificidades sociais dos sujeitos e com os cenários em que estavam inseridos, é indispensável para o desenvolvimento das análises. Portanto, a elaboração dessas categorias parte da substância contida na própria fonte, isto é, fundamentalmente de pontos preponderantes na escrita da documentação. Esse instrumental analítico configurou-se como referência para a leitura e a análise das relações estabelecidas pelos sujeitos com a escrita, identificáveis nos textos dos denominados documentos oficiais, como demonstraremos nos Capítulos 3 e 4. Nessa perspectiva, construímos um instrumental analítico que assumiu a geometria de um quadrilátero:

1. explicitamos as características sociais dos sujeitos: naturalidade, pertencimentos sociais, relações familiares;
2. reconhecemos os eixos condutores das narrativas, ou seja, classificamos, nos textos mais expressivos, a ênfase dada a temas específicos;
3. identificamos, ao mesmo tempo, a tônica das principais diretrizes e determinações contidas no texto, o que significou definir se os trechos de relevo do discurso

dizem respeito a aspectos referentes ao passado do sujeito ou a disposições relativas ao futuro;

4. por último, buscamos, em caráter complementar, identificar indícios da utilização ou da convivência com a escrita em diferentes momentos das vidas dessas mulheres. Por exemplo, a existência de cartas, cadernos ou outros materiais escritos.

Dessa forma, objetivamos distinguir usos, diferenciar conexões (poder real), conhecer acessos, compreender o simbólico e seus significados, observar práticas e capacidades de *uso* e aplicação da escrita. Entendemos que, por meio do destaque dos elementos (temáticas) mais recorrentes nas “elaborações textuais” das mulheres, tornou-se possível realçar as finalidades principais a que a escrita se prestava e de que forma esses sujeitos elaboraram seus discursos.

Por que construir categorias analíticas a partir dos elementos recorrentes? Porque, a despeito da formalidade discursiva dos documentos, os *usos* da escrita não apenas revelam representações que compõem o imaginário social da época, como também possibilitam o rastreamento de aspectos da oralidade e da individualização dos discursos. Reconhecer o viés temático preponderante nos documentos permite qualificar, juntamente com os dados de natureza social, as utilizações da escrita. A identificação e a caracterização das incursões e do trânsito numa sociedade marcada pela escrita – e que se dá pelo uso da palavra escrita –, em simultâneo, esclarecem acerca da continuidade discursiva comum, revelam suas rupturas ao longo do tempo. Por meio da abordagem e classificação dos *fiões condutores* das narrativas, é possível compreender a elaboração do documento e a importância atribuída a determinados aspectos do cotidiano, num quadro de valorização das experiências sociais.

Sem dúvida, os assuntos/temas que compõem a base para o enquadramento dos conteúdos discursivos variam de acordo com a natureza da documentação analisada. No caso de nossas fontes cartorárias, esse aspecto parece privilegiado, pois o testamento, apesar de suas finalidades iminentemente religiosas e de transmissão dos bens, comporta a redação de uma gama diversificada de temas. Seja como for, o que se ressalta na construção analítica é a premissa da utilização da escrita para além do domínio do alfabeto. No caso dos eixos analíticos aqui criados, a ênfase recaiu sobre os modelos e estratégias na/para a composição discursiva.

Defendemos que os estudos que buscam analisar os *usos* da escrita em períodos pré-estatísticos, bem como as investigações que possuem como foco os processos de alfabetização

nesse contexto, devem considerar os meios da constituição do discurso na documentação. Tal movimento analítico somente é possível a partir da definição de categorias que considerem o ato de ditar enquanto elemento produtor da escrita. O ditado do documento, nessa perspectiva, permite apreensões e formulações conceituais organizadas sucessivamente, em que as ideias são encadeadas de maneira lógica e representadas pela escrita. Nesse contexto, a *escrita mediada* surge como decorrência de uma prática social comum às sociedades do Antigo Regime.

Dessa maneira, compreendemos o social como condição/potência (variável independente) que permite e potencializa as utilizações da escrita. O cultural, entendido como o próprio texto escrito, forja-se como produto e chegada (variável dependente). Em decorrência, a análise documental se processou a partir de temas que emergiram com base nas experiências sociais. Acreditamos, assim, que as construções narrativas presentes nos testamentos foram edificadas com referência no vivido.

### 1.3 DO VIVIDO AO REDIGIDO: OS ILETRADOS E A ESCRITA

Às últimas páginas dos livros têm sido destinadas as reflexões sobre as posições ocupadas por *iletrados*, *analfabetos* ou *não assinantes* nas sociedades caracterizadas pelas práticas de escrita. Marcadas pelo silêncio historiográfico, tais posições, quando se referem especificamente ao “ato de escrever,” não foram, ainda, consideradas de maneira detida pelos pesquisadores.<sup>22</sup>

Normalmente, as investigações reafirmam o lugar secundarizado atribuído a esses agentes em suas relações com a escrita. Nesse quadro, as mulheres são correntemente qualificadas como “analfabetas”, “não assinantes”, “possuidoras de níveis inferiores de alfabetização ou de letramento”, sem que esses qualitativos sejam problematizados e compreendidos em sua multifacetação e sem que outras formas de vinculação com a ação de escrever sejam consideradas. Para possibilitar o realce e a compreensão da complexidade das

---

<sup>22</sup> Ressalvem-se sobre este aspecto alguns trabalhos: MAGALHÃES (1994) e MARQUILHAS (2000); e, especificamente para a América portuguesa, possuindo como recorte espacial a comarca do Rio das Mortes, ver: MORAIS (2009). Esses pesquisadores abordaram as práticas de letramento das diferentes camadas sociais em sociedades pretéritas, como demonstrado ao longo desta tese. Ainda assim, cabe frisar que, por buscarmos apresentar “índices” de alfabetização/letramento, prendem-se ao traço autográfico para a realização de suas investigações. Mesmo existindo, no Brasil, importantes estudos que se dedicaram a evidenciar as práticas de leitura, não conhecemos, pelo levantamento bibliográfico realizado, pesquisas que possuam como foco as relações estabelecidas pelos que “não sabiam escrever” com a *escrita* no período em pauta.

relações estabelecidas por esses sujeitos com a escrita, precisávamos partir de um elemento concreto, o qual possibilitasse vislumbrar como esses indivíduos se relacionaram com a produção de textos. Era preciso pensar e abordar as funções da escrita, tendo como referência um fator revelador da materialidade desses usos. Com esse objetivo, tomamos o momento do ditado do testamento como um *evento de letramento*, mesmo sem podermos observá-lo, considerando a testadora como *coautora* dos textos escritos. Da mesma forma, tomamos o registro da presença ou não da assinatura como primeiro instrumento organizador de nossas análises textuais.

Mais uma vez, recordamos, neste ponto, nosso distanciamento das pesquisas centradas nos processos de alfabetização, pois seus principais objetivos têm sido delinear e entender o perfil dos alfabetizados. A esse respeito, Morais afirma:

Os processos de alfabetização têm sido tomados como objeto de estudo por historiadores europeus desde a década de 1960. Dessa época até mais recentemente, definir o perfil de quem se alfabetiza e entender de que maneira e por quais motivos as pessoas se tornam letradas são questões principais para os que trabalham com esse campo de estudo. A presente tese [...] inscreve-se neste movimento. (MORAIS, 2009, p. 203).

Não obstante compreendermos a importância do mapeamento das capacitações alfabéticas dos habitantes de determinada região, acreditamos ser necessária a realização de outras análises e, por isso, nossa proposta foi diversa. Buscamos evidenciar tão somente as formas de utilização da escrita, principalmente pelos não letrados na sociedade colonial ou mesmo por aqueles que apresentavam apenas conhecimentos parciais de leitura ou de escrita.

Se não buscamos estabelecer níveis de letramento desses sujeitos, isto é, escalonar suas capacidades literárias, seria possível pensar em uma história da alfabetização? Acreditamos que não. Como procuraremos demonstrar no Capítulo 2, as investigações sobre alfabetização em sociedades pré-estatísticas valeram-se das assinaturas como importante ferramenta metodológica que, relacionada a outros fatores, permitiria inferir sobre os níveis de capacitação alfabética. Ressalvemos, no entanto, as profundas modificações apresentadas, ao longo do tempo, pelas investigações na abordagem desse fenômeno, uma vez que os estudos iniciais sobre alfabetização processaram a associação praticamente direta entre a capacidade de assinar e a competência de escrever.

#### 1.4 DEFININDO OS PASSOS: O CAMINHO PARA SE ENTENDER OS USOS DA ESCRITA

Em nosso caso, entretanto, pareceu-nos mais adequado não tomarmos a assinatura como principal ferramenta metodológica, mesmo entendendo-a como sinal de distinção/afirmação social ou como informação esclarecedora da oposição entre os que possuíam a habilidade, pelo menos rudimentar, de grafar o nome e aqueles designados como completamente analfabetos. Nossa escolha justifica-se tendo em vista compreendermos que ambas as percepções encontram-se atreladas à importância atribuída à capacidade (técnica) de escrever, fator não fundamental em nossa pesquisa. Para o entendimento dos usos da escrita – mesmo considerando a capacidade ou incapacidade de se redigir com as próprias mãos –, argumentamos ser necessário avançar no sentido de demonstrar como sujeitos *não assinantes* podem ser retirados do anonimato.

Esses indivíduos afirmaram-se, essencialmente, com seus sinais. As mulheres, em particular, marcaram os testamentos com alguma forma de sinal: rubrica ou cruz. Ao imprimirem sua marca, fizeram muito mais do que legitimar o documento: validaram a redação com finalidades específicas e, por decorrência, projetaram-se no cenário social. Por isso, interessou-nos especialmente analisar os textos daquelas mulheres que declararam não saber escrever, somente *marcando* o testamento. Com movimento metodológico inverso, mesmo registrando a presença da assinatura, de certa forma a desdenhamos, por estarmos conscientes de sua dispensabilidade para o alcance dos objetivos aqui propostos. Se não a negamos, tampouco a ressaltamos. Deixamos reforçada, por nossa opção metodológica, a crença de que mesmo os sujeitos que não sabiam escrever pertenciam a uma *civilização escrita*.

Cumprido esse breve esclarecimento, importante para a explicação de nossa metodologia, voltemos à proposta de trabalho. Não se trata, portanto, de um estudo sobre alfabetização, mesmo tangenciando tal conceito. Tampouco de investigação acerca das práticas de leitura na sociedade mineira setecentista, o que poderia nos levar a suposições relativas aos níveis de letramento. Como esclarecemos em linhas anteriores, nossa pesquisa busca apenas responder a certas indagações: como em uma sociedade penetrada, marcada e legitimada pela escrita, sujeitos em sua maioria não letrados usaram a escrita? Com quais finalidades e intenções? Como verbalizaram e “colocaram no papel” demandas, disposições, representações, enfim suas narrativas?



As hipóteses que visam responder a tais indagações principiam-se pelo final do questionamento: as mulheres colocaram no papel seus relatos e disposições pela via oral, escrevendo por mãos alheias. As finalidades e intenções, dada a caracterização das fontes selecionadas, estão associadas ao gerenciamento do cotidiano, à medida que se referem aos bens e aos relacionamentos sociais e familiares. Por fim, tendo-se em vista o não domínio do sistema alfabético, utilizaram-se da escrita em momentos determinados de suas vidas. Pensamos neste último ponto, considerando prováveis leituras e o ditado de outros documentos, práticas que tentamos identificar no percurso da investigação. Trata-se, portanto, como vimos discorrendo, da análise dos usos da escrita, da redação sem a habilidade de redigir. De momentos em que a escrita ocupou lugar de destaque, configurando-se como acontecimento fundamental na vida dos indivíduos.

Para tanto, precisávamos, como dito, partir de um elemento que, em sua concretude, nos possibilitasse conhecer as formas pelas quais as testadoras se firmaram diante da escrita e afirmaram, assegurando a veracidade do conteúdo escrito. Dois movimentos se deram com essa intenção: primeiro, a separação dos testamentos das assinantes e não assinantes. Depois, o mais importante: no caso das testadoras não assinantes, a eleição dos *fios condutores* das narrativas. Esclarecemos que no caso daquelas testadoras assinantes do nome, dado o pequeno número, processamos a análise dos textos selecionados de forma geral, tentando identificar marcas de autoria, não necessariamente com base em eixos norteadores. Buscamos evidenciar, igualmente, indícios da convivência com a escrita ao longo de suas vidas.

Assim, o fato de trabalharmos com traslados da documentação – os quais não nos permitem utilizar e analisar o “traço do indivíduo” – não nos levou, contudo, a subjugar a importância do registro de sua assinatura ou sinal. Se não possuímos a marca autográfica, temos a confirmação de que a mulher assinou ou marcou o documento. Ao iluminar nosso caminho, pelo menos no início da trajetória, o registro da presença de assinatura e/ou sinais, confirmados pelo *termo de aprovação*, deu-nos subsídios para realizarmos uma organização preliminar dos dados. Juntamente com outras informações, que contribuíram para o delineamento do perfil das testadoras, foi possível verificar as similaridades/diferenciações entre os conteúdos dos textos. Enquanto história social dos usos da escrita, nossa investigação buscou, num primeiro momento, quantificar as testadoras do período e a representatividade dessa amostra no universo estudado, ou seja, na Comarca do Rio das Velhas, no século XVIII e início do XIX.

A partir dessa quantificação inicial, processamos a contabilidade dos testamentos em que a mulher:

- a) assinou com nome;
- b) rogou para que assinassem, marcando com sinal.

Após essa organização, selecionamos as temáticas mais recorrentes nos testamentos e elegemos os eixos norteadores da escrita para analisarmos a maior parte dos textos, ou seja, os testamentos das mulheres que declararam não saber ler nem escrever e/ou que não assinaram o nome.

A opção de se trabalhar a partir de eixos norteadores ou *fios condutores* das narrativas ocorreu porque acreditamos que a análise dos usos inevitavelmente encontra-se ligada ao conteúdo, o qual é marcado por sua historicidade. A escrita é sempre a escrita de algo, de alguma matéria concreta. Por isso, apresenta intencionalidades. Nesse sentido, o diálogo com a linguística fez-se indispensável, orientando-nos como proceder à identificação das marcas de autoria nos textos enunciados. A leitura das fontes em busca dessas marcas, as quais tiveram sua origem na enunciação oral, demandou orientação teórico-metodológica específica. Tornou-se necessário, então, compreender como se configurou o momento/processo da enunciação do sujeito-narrador (no caso, a testadora).

Empenhamo-nos em tentar captar a complexidade que permeia as relações entre escrita e oralidade. Portanto, consideramos imprescindível não apenas a definição das circunstâncias em que se deu o discurso testamental, mas, também, a compreensão dos movimentos caracterizadores dos atos de escrita. Ou seja, precisávamos entender como os protagonistas de uma dada situação de comunicação transportam para o ditado/escrita seus saberes, memórias e intenções. Buscamos, assim, decodificar as mensagens elaboradas, entendendo-as como “encontro dialético” entre os partícipes do evento de letramento.

## **1.5 DO DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA E A LINGUÍSTICA, A ABORDAGEM METODOLÓGICA**

No início do século XX, tomando como ponto de partida as reflexões de Ferdinand de Saussure, que marcaram a constituição da linguística enquanto ciência, os debates desenvolvidos no interior dessa área voltaram-se para a problematização da oposição estabelecida por esse autor entre língua e fala. Ao encerrar “o estudo da língua como

representação evidente e objetiva do real” (PIRES, 2002, p. 35), Saussure elegeu como objeto de estudo a língua, entendida e definida como sendo um sistema de signos, isto é, unidades que conformam determinada organização e compõem um todo, além de ser compreendida como a correspondência entre *significante* (imagem acústica) e *significado* (conceito), excluindo-se, assim, os condicionantes exteriores. Desse modo, “a língua não é uma função do sujeito falante: é produto que o indivíduo registra passivamente; [...] a fala, pelo contrário, é um ato individual de vontade e inteligência [...]” (ROBIN, 1977, p. 24).

A partir das teorizações de Saussure, variados autores – dentre eles Mikhail Bakhtin – procuraram preencher as faltas ou lacunas presentes em seus postulados. Nos debates, buscava-se colocar o sujeito em relação com a língua, rompendo com a hegemonia interna do sistema linguístico. Com esse objetivo, desenvolveram-se pesquisas e reflexões que abordavam o processo de *enunciação*, o qual apresenta como chave de discussão o papel do sujeito nas situações comunicacionais.

Os estudos sobre a enunciação abriram duas frentes. A primeira tem como ponto central a subjetividade; a segunda privilegia a finalidade de comunicação que os elementos cumprem no processo de interação. Com relação à primeira frente, que particularmente nos interessa, destacam-se as formulações de Émile Benveniste (subjetivismo individualista), Oswald Ducrot (particularmente polifonia dos textos) e Bakhtin (autoria, dialogismo e polifonia), além das reflexões de autores ligados à filosofia da linguagem e à análise do discurso.

Guardadas as proporções e atentos à diferenciação entre as abordagens de dois de seus maiores expoentes, Benveniste e Bakhtin, certo é que

[...] a teoria da enunciação caracteriza-se por considerar o sujeito como centro da reflexão da linguagem, distinguindo enunciado (o já realizado) de enunciação (ato de produzir o enunciado). O que interessa, portanto, é o processo, isto é, as marcas do sujeito naquilo que ele diz. A consideração de formas da língua, que se definem a partir de seus usos pelo sujeito, levou ao estudo da subjetividade na linguagem, onde o locutor se apropria dessas formas, instituindo-se com *eu* e definindo seu interlocutor como *tu* [...] Aqui a palavra é dialógica, e é determinada tanto por *quem* a emite quanto para *quem* é emitida. (GIACOMELLI, [s.d.], p. 2).

Nessa investigação, para nortear-nos na análise das fontes, elegemos a perspectiva bakhtiniana<sup>23</sup>. As proposituras de Bakhtin formam um conjunto de reflexões teóricas que, nas

---

<sup>23</sup> A despeito do grande volume de trabalhos desenvolvidos em distintas áreas, dedicados à temática da escrita, nossa opção pela utilização dos pressupostos teóricos de Mikhail Bakhtin tem por base o fato de o teórico russo

últimas décadas, tem contribuído para o desenvolvimento de procedimentos analíticos em pesquisas de diferentes áreas, as quais, de algum modo, circunscrevem os fenômenos relacionados à linguagem em quaisquer de suas modalidades. Essa realidade pode ser verificada pelo sem-número de traduções, publicações e “ensaios interpretativos”, bem como pela utilização dos conceitos pertencentes a esse conjunto de reflexões. “Esse arcabouço teórico-reflexivo aparece, portanto, no enfrentamento da linguagem, não apenas em áreas destinadas a essa finalidade [...] mas na transdisciplinaridade de campos como a educação, a história, a antropologia, a psicologia etc.” (BRAIT, 2005, p. 8).

A escolha da perspectiva bakhtiniana prende-se à compreensão do ditado do testamento enquanto um processo de *enunciação*, no qual pesam os conhecimentos que o narrador possui do contexto. Por decorrência, tomamos a construção do texto testamental como *autoria compartilhada*, constituindo-se o testador-narrador, também, em autor.

Sobre a abordagem de Bakhtin, cabe destacar que, se por um lado o autor, assim como Saussure, ressaltou o caráter social da língua, por outro apresentou como foco de seus estudos a categoria *fala*, defendendo estreita ligação desta com as estruturas fundantes da sociedade. Considerou, portanto, o caráter ideológico do enunciado, negando o objetivismo abstrato da língua e, ao mesmo tempo, a enunciação monolítica (individualismo). Nas palavras de Vera Lúcia Pires:

A importância dos trabalhos de Bakhtin não alcançou somente a teoria literária, se não toda a linguística. Seus trabalhos foram relevantes para a compreensão de como se efetua a produção da significação no funcionamento dos *discursos da vida cotidiana*, aqueles que se relacionam diretamente com a situação em que são produzidos, identificando-se neles, mais facilmente, a natureza social da linguagem. Para ele a linguagem é uma prática social cotidiana que envolve a experiência do relacionamento ente sujeitos. Essa experiência é parte integrante do sentido do dizer. (PIRES, 2002, p. 36, grifo da autora).

Ao conceber o dialogismo como constitutivo da linguagem e condição de sentido do discurso, Bakhtin destacou o papel da alteridade na interação verbal e, nessa medida, ultrapassou a visão dicotômica entre *forma* e *conteúdo*. O sentido assumido pelo enunciado está sedimentado e caracterizado pela situação que o engendrou, pela interação, alteridade, polifonia e pelos diferentes lugares sociais ocupados pelos indivíduos. Dessa maneira, o autor

---

trabalhar a autoria dos textos num viés que ultrapassa noção unívoca. Tal percepção concorre para o alargamento da compreensão de *criação do texto*. Apesar de ser a obra literária o principal foco da análise desse autor, a partir de suas teorizações, ganha terreno a possibilidade de se perceber o envolvimento dos iletrados com a escrita, o que fomenta, de certo modo, a reação contra o apagamento dos que não dominavam o sistema alfabético em uma cultura ou sociedade do escrito.

conjugou as experiências sociais à organização da língua.<sup>24</sup> A linguagem é concebida, portanto, como prática social e deixa de ser vista apenas como abstração. Sua constituição social é destacada em detrimento de uma abordagem individual, pois é caracterizada pelo processo dialógico e pela polifonia.

Esclareça-se, a propósito, que *dialogismo* e *polifonia* não possuem o mesmo significado, sendo o primeiro um princípio constitutivo da linguagem e do discurso e o segundo característica do texto, “terreno” onde podemos identificar o *dialogismo*, ou seja, constatar as variadas vozes presentes no conteúdo. Daí decorre que o *dialogismo* concerne ao sujeito, enquanto a *polifonia* ao texto. Tal categoria é pensada na contramão do que Bakhtin, ao referir-se ao gênero romance, denominou como uma “modalidade monológica de texto, caracterizado pela indiscutibilidade das verdades veiculadas por um tipo de discurso [...]” (BEZERRA, 2005, p. 191). A polifonia prima por ser realidade em formação, não finalização (inconclusibilidade), dialogismo.

A partir desses esclarecimentos, podemos pensar no *caráter polifônico* que o gênero testamento assume. Na escrita desse documento estão presentes diferentes vozes que se mesclam. *Enunciadas* pelo testador e recebidas por aquele que escreve (que também é, em certa medida, um enunciador), as diferentes vozes formam um todo. No entanto, na condução dessas, há um sujeito-narrador-autor, pois

[...] o que caracteriza a polifonia é a posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico. Mas este regente é dotado de um ativismo especial, rege vozes que ele cria ou recria [...] A polifonia se define pela convivência e pela interação [...] Essas vozes e consciências não são objeto do discurso do autor, são sujeitos do seu próprio discurso. (BEZERRA, 2005, p. 194-195).

Ao trabalhar, portanto, numa perspectiva polifônica, Bakhtin tece, simultaneamente, uma crítica ao entendimento da linguagem como entidade abstrata – de acordo com abordagem saussuriana – e à colocação do sujeito em relação com a linguagem em perspectiva puramente individualista.<sup>25</sup> Para o autor russo,

<sup>24</sup> De acordo com Pires: “Defendendo a natureza social e não individual da linguagem, ele [Bakhtin] situou a sua realidade material – língua –, bem como aos indivíduos que a usam, em contexto sócio-histórico” (PIRES, 2002, p. 37).

<sup>25</sup> A perspectiva individualista é, grosso modo, associada às ideias de Émile Benveniste. É preciso, porém, considerar que o pensamento de Benveniste – no que tange ao conceito de enunciação – não deve ser reduzido à visão simplificadora. Sua abordagem é ampla, não diretiva, e marcada por certa heterogeneidade expressa ao longo das publicações. “Os textos de Benveniste não podem ser lidos como se fossem contemporâneos um do outro [...] A *unicidade* da teoria enunciativa atribuída *ao autor* é mais uma construção feita *a posteriori* pelos

[...] o subjetivismo individualista apoia-se também sobre a enunciação monológica como ponto de partida de sua reflexão sobre a língua. É verdade que seus representantes não abordaram a enunciação monológica do ponto de vista do filólogo de compreensão passiva, mas sim de dentro, do ponto de vista da pessoa que fala. (BAKHTIN, 1981, p. 110).

Apesar de Bakhtin reconhecer que a abordagem *subjetivista individualista* concebe a atuação do sujeito, ele distancia-se dessa ótica, pois visa enfatizar não apenas o papel/lugar ocupado pelo indivíduo em sua relação com a língua, mas, sobretudo, conceber o contexto sócio-histórico como constituinte da própria linguagem. A enunciação na visão *subjetivista individualista* apresentar-se-ia para Bakhtin como ato cuja origem e desenvolvimento está no indivíduo, partindo exclusivamente dos desejos e vontades. Atento a isso, situa tal interpretação como mais uma *teoria da expressão*, ao afirmar: “não é por acaso que a teoria do subjetivismo individualista como todas as teorias da expressão só se pode desenvolver sobre um terreno idealista e espiritualista” (BAKHTIN, 1981, p. 111).

Problematizando o *subjetivismo individualista*, enquanto *teoria da expressão*, Bakhtin reconhece que foi estabelecido um dualismo entre o interior e o exterior, e que, para os individualistas, ao ser exteriorizado, o *conteúdo* se transformaria porque acabaria por se apropriar do material do mundo situado fora do sujeito, sendo que esse exterior apresentaria ordenamento próprio. Explica o autor: “[...] todas as forças criadoras da expressão estão no interior. O exterior constitui apenas o material passivo do que está no interior.” (BAKHTIN, 1981, p. 111). Assevera, ainda, que essa teoria é radicalmente falsa, pois “[...] o centro organizador e formador do *conteúdo* não se situa no interior, mas no exterior [...] Qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo, pela situação social mais imediata.” (BAKHTIN, 1981, p. 112).

Sob esse aspecto, ensina-nos Bakhtin que o sentido de determinado conteúdo discursivo/textual só poderá ser compreendido a partir da consideração e do entendimento da situação social compartilhada pelos interlocutores. Para tanto, pondera em seu texto *Discurso na vida e discurso na arte – sobre poética sociológica* (BRAIT; MELO, 2005, p. 69-70) que o *enunciado* deve contemplar três elementos fundamentais:

1. *o horizonte espacial comum* dos interlocutores;

---

leitores dos textos do que propriamente uma intenção explícita em Benveniste.” (FLORES, 2010, p. 396, grifos nossos).

2. *o conhecimento e a compreensão* do contexto social no qual os indivíduos estão inseridos;
3. *a avaliação comum* dessa situação contextual pelos interlocutores.

Entende-se aqui que o *enunciado*, quando abordado sob perspectiva histórica – isto é, considerando-se a situação *extraverbal* como sua integrante; parte fundamental e estruturante da significação –, poderá ser compreendido como palavra, texto ou discurso. De acordo com Brait e Melo,

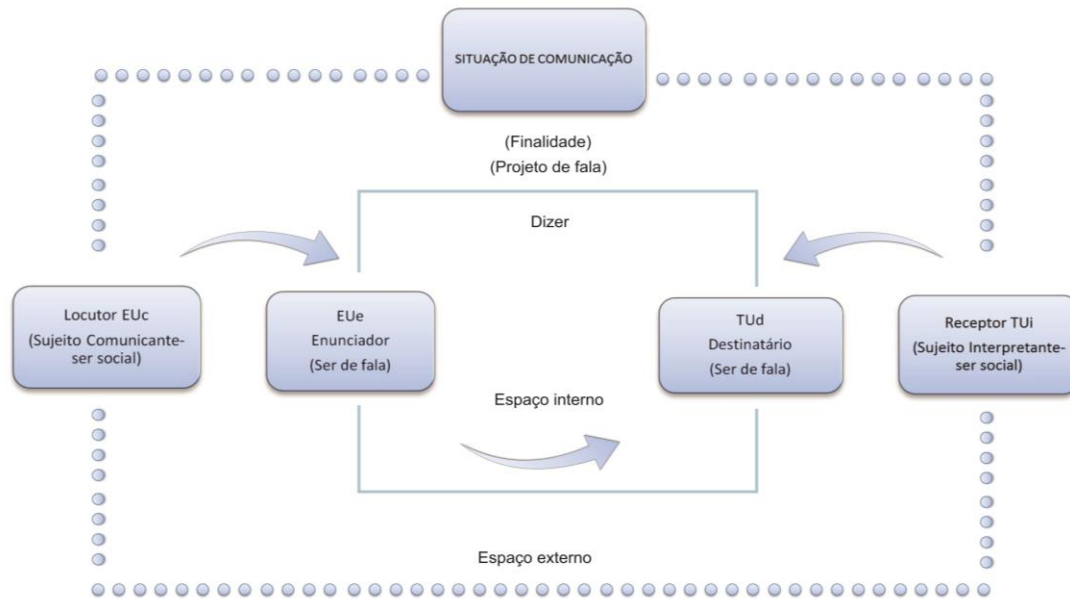
[...] o enunciado concreto, visto dessa perspectiva teórica, poderá, ao longo de outras obras [...] ser substituído ou fundido na ideia de palavra, de texto, de discurso (e até mesmo de enunciação concreta), o que não causa nenhum problema à sua compreensão [...] Dessa maneira, o conceito de enunciação está diretamente ligado à enunciado concreto e à interação em que ele se dá. (BRAIT; MELO, 2005, p. 67).

A partir dessas considerações, tomemos o contexto da elaboração do conteúdo testamentário. O *enunciado concreto*, isto é, as disposições expostas articulam-se e interpenetram-se na formação de um texto, conjunto coerente e coeso, envolto e, ao mesmo tempo, componente de determinado *gênero* do discurso, o testamento. A construção desse conteúdo é realizada, e não apenas determinada, com base no contexto social e histórico. Os elementos que proporcionam historicidade ao discurso são compartilhados tanto por quem dita o testamento quanto por quem irá redigi-lo, e também por aquele que irá lê-lo/ouvi-lo.

Vejamos o esquema<sup>26</sup> abaixo para compreendermos melhor esse *evento de letramento*, no qual se dá a elaboração da escrita (ou *ato de escrita*), em que são protagonistas o testador, o redator e, por fim, aqueles sujeitos aos quais o testamento se refere/destina.

---

<sup>26</sup> Agradecemos ao professor Hugo Mari, do curso de pós-graduação em Letras, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, por ter-nos concedido o referido quadro.

Figura 1 – Esquema da *enunciação* num evento de letramento

Se pensarmos no contexto da construção discursiva aqui considerada, isto é, na sociedade mineira colonial, compreenderemos que diferentes vozes emanavam daquela conjuntura, tais como: o discurso misógino, de caráter moral e religioso, que atribuía à mulher papéis e funções específicas; o discurso religioso/cristão, constitutivo do ritual de preparação para a morte; e, por fim, os discursos referentes aos hábitos cotidianos (ligados à esfera privada ou pública), os quais informavam a maneira de se viver em sociedade, sendo mantidos ou reformulados ao longo dos tempos.

Tais discursos podem ser designados como o EUC – *Sujeito comunicante-ser social*, informante da *enunciação* que se dará a partir do *enunciador*, EUE – *Ser de fala*, no caso, a testadora. Essa possui um *projeto de fala* ou *finalidades* com seu *dizer*. O conteúdo (co)produzido pelo EUE – sujeito dialógico em interação com o EUC – será destinado, primeiramente ou imediatamente, ao redator do documento, TUD – *Sujeito destinatário*, num *espaço interno* de comunicação, ou seja, no âmbito daquele *evento ou situação de comunicação*. O TUD é, do mesmo modo, um ser comunicante e dialógico, informado tanto pelo espaço interno quanto pelo contexto *extraverbal*, isto é, pelo *espaço externo* da situação de comunicação. O conteúdo do texto (*polifônico*) elaborado é destinado, por sua vez, ao TUI – *Sujeito interpretante*, que seriam todas aquelas pessoas de alguma forma “atingidas” pelas disposições testamentárias, sendo, por isso, também interlocutores da construção dialógica, a partir do texto materializado pela escrita do TUD.



Pensamos, portanto, no momento de elaboração do testamento a partir de perspectiva dialética proposta por Bakhtin. Destarte, entendemos o narrador-testador como autor, posto que, mesmo contando com a colaboração do redator, estrutura e organiza seu discurso. Bakhtin, ao referir-se ao texto escrito, mais especificamente à prosa literária, define o autor como possuindo um caráter ativo no respeitante à visão e estruturação do texto. Nesse sentido, o autor é um ser comunicante que consegue direcionar, de certa forma, a visão e a compreensão do leitor.

Como visto, as mulheres ao ditarem o testamento são condicionadas, assim como os outros participantes da situação comunicacional, por um contexto *extraverbal*, orientador e formador do futuro relato. Advém daí o fato delas extraírem de suas subjetividades circunstanciadas os elementos componentes de seus discursos, estruturando e materializando as construções narrativas a partir desses dados. Como *coautoras*, seus saberes e intencionalidades acabarão por conduzir, de certo modo, a compreensão dos ouvintes/leitores sobre o texto produzido.

Na perspectiva bakhtiniana, o *autor*, ao estruturar ativamente o texto, procura produzir no ouvinte/leitor alguns efeitos de sentido. No nosso caso, as testadoras, enquanto interlocutoras e *conhecedoras do horizonte espacial comum*, realizam (conjuntamente com os outros interlocutores) *avaliação comum* da matéria a ser dita e da maneira como dizê-la. Onde o sentido da comunicação, do conteúdo formulado sedimenta-se nas experiências sociais. Se, por um lado, a redação do documento formal depende diretamente da habilidade técnica de escrever, da compreensão dos formalismos inerentes àquela modalidade de escrita, por outro, em se tratando do enunciador-autor (EUE), o mais importante é o conhecimento do contexto a partir do qual a escrita é gestada.

A esse respeito, tecendo considerações sobre o trabalho de Judith Kalman,<sup>27</sup> Guadalupe Valdés afirma:

[...] una clave de la redacción de documentos formales requiere no sólo del conocimiento de estructuras y formatos históricamente construidos sino

<sup>27</sup> O livro de Judith Kalman, **Escribir en la plaza**, é fruto de sua tese de doutorado. Kalman “analisa as práticas relacionadas aos *escribanos* no México. Descreve um grupo desses profissionais que exercem o ofício na Plaza de Santo Domingo, no centro da capital, e apresenta detalhes precisos sobre a forma como os indivíduos de diferentes origens usam os serviços dos *escribientes* e colaboram com eles na produção de textos e documentos.” (VALDÉS, 2003, p. 8, tradução nossa). Importante destacar que apesar de Kalman trabalhar com a participação, no processo de elaboração de textos, daquelas pessoas que não dominam o sistema alfabético e de problematizar a noção de analfabetismo aplicada a esses agentes, o foco da autora recai sobre a ação daqueles que sabem escrever, ou seja, os *escribientes*. Em nossa investigação, tentamos, justamente, proceder ao movimento inverso, isto é, tomar os “iletrados” como protagonistas da escrita.

también de la capacidad de evaluar las sutilezas del contexto cuando se decide qué escribir y como escribirlo (VALDÉS, 2003, p. 9).

Para Valdés, a experiência da escrita colaborativa, ou seja, daquela caracterizada pela presença de um intermediário, revela a ampla interação existente entre a oralidade e a capacidade ou habilidade de escrever. Os conhecimentos que o narrador-autor traz para o momento da escrita, mesmo sem saber escrever sozinho, são indispensáveis para construção do texto. Esse aspecto leva à consideração das diferentes maneiras de se redigir.

Ora, se existe uma interação entre oralidade e escrita e se numa situação comunicacional, como nos ensina Bakhtin, o *enunciador* imprime finalidades ao texto – construindo o conteúdo a partir das marcas do social –, é plausível concluir que as mãos responsáveis pela técnica de escrever (muito embora partícipes da elaboração do escrito) transformem-se num viés para a materialização do conteúdo. Ou seja, apresentem-se como mecanismo para a concretização da autoria do texto, o qual emana, mormente, do enunciador. Trata-se de uma *forma* de se redigir, de maneira a tornar visíveis determinações, lembranças, memórias, projeções.

Logo, nossas testadoras, ao trazerem para o momento da feitura do testamento suas experiências, apresentariam uma performance autoral na situação de comunicação, no *evento de letramento*, no qual subjazem as práticas de letramento (práticas sociais). Para isso, é necessário dominarem a concepção do fato, ou seja, o conteúdo a ser construído e grafado no papel. Em outras palavras, é preciso estarem conscientes do teor daquilo que será enunciado, expresso e registrado.

Isso posto, perguntamo-nos: como buscar/identificar nas narrativas dessas testadoras as marcas de autoria dos textos? Se advogamos ser a coautoria (pela via da oralidade) uma forma de *uso da escrita*, o grande desafio é justamente demonstrar a ocorrência desse uso, a existência de uma coautoria e que o texto não é construção exclusiva do redator. Que a escrita, enquanto produto, ali se fez de maneira solidária. Desse modo, para identificarmos essas marcas, construímos *unidades de análise*, denominadas *fiões condutores das narrativas*, originárias dos temas recorrentes nos testamentos. Quais seriam, portanto, os *fiões condutores* que denotariam as marcas de autoria do *enunciador* no texto?

Certamente, e não poderia ser de outro modo, os dados/as características da realidade factual, presentes no interior das narrativas, prestaram-se a ser nossas unidades de análise. Significa dizer que compilamos elementos próprios da realidade vivenciada pelas mulheres no período, para que pudéssemos identificar as especificidades de seus dizeres. Os *fiões*

*condutores* têm, assim, origem no *vivido* e não apenas no *instituído* na e pela linguagem. Partimos do entendimento de que a enunciação das testadoras é portadora de suas vivências, transmitindo o que desejavam dizer, mas, fundamentalmente, o que desejavam legitimar como verdadeiro e perenizar.

Assim, tornou-se possível, a partir do instrumental teórico-metodológico utilizado, verticalizar as análises com base em pontos específicos. Reconhecida a complexidade da fonte utilizada, primeiramente operamos um recorte temático, possibilitando-nos voltar os olhos para fator particular e central na sociedade em causa. Com esse intuito, selecionamos as relações familiares, parentais, de sociabilidades e de poder estabelecidas pelas mulheres, destacadamente as relações existentes entre estas testadoras e os *cativos* ou *ex-cativos*.

Essa definição foi absolutamente necessária não apenas para fazermos uma separação tradicional de temas, permitindo a transcrição mais detida de alguns trechos. Ela se deu por acreditarmos que somente alicerçados nas *falas* sustentadas por elementos particulares do contexto conseguiremos atingir nosso objetivo. Num segundo momento, selecionamos, no interior dessas temáticas, quais seriam as expressões que se consubstanciariam em *fiões condutores* das narrativas. O principal movimento metodológico consistiu, assim, na eleição de palavras e expressões marcadamente empregadas no contexto em estudo.

## **1.6 NA ESCRITA DA MORTE, OS RELATOS DA VIDA: OS TESTAMENTOS COMO FONTE PARA O ESTUDO DAS PRÁTICAS DE LETRAMENTO**

Nas últimas décadas, as potencialidades dos testamentos como fontes de investigação têm sido salientadas pelos historiadores da educação, uma vez que esses documentos permitem o rastreamento das “histórias de vida”, facultando desencobrir “práticas educativas” e estratégias de aprendizagem que se processaram para além dos espaços institucionais de educação. Sabemos, porém, que as narrativas contidas em seus textos são de representações elaboradas pelos sujeitos que os ditaram e/ou escreveram. Mesmo assim, tais “dizeres” nos revelam acerca da visão de mundo que os testadores possuíam, seus valores e hábitos, ou seja, nos possibilitam entender como homens e mulheres nomeavam a sociedade, elaboravam e organizavam pedagogicamente suas experiências individuais e sociais.

O testamento era/é o documento oficial, por meio do qual o indivíduo declarava suas últimas vontades e poderia ser redigido por ele ou por outro sujeito, geralmente alguém de sua

confiança: um familiar, um amigo ou um ente. Os textos testamentais eram declarações *justas e solenes* da vontade do testador a respeito daquilo que determinava para após sua morte. De acordo com Kátia de Queirós Mattoso:

Regra geral, o testamento é o ato pelo qual o indivíduo lega aos seus herdeiros obrigatórios, ascendentes ou descendentes, ou, na falta destes, a terceiros, os bens que possuía quando vivo. Há, porém, casos em que o testador falece sem deixar nenhuma fortuna. Trata-se, então, de um testamento espiritual, em que são consignadas as últimas vontades do testador em relação ao modo de seu sepultamento e a várias devoções de caráter religioso (missas, esmolas aos pobres etc.), do cumprimento das quais são encarregados membros de sua família, parentes ou terceiros. (MATTOSO, 2004, p. 173).

Esses documentos continham as assinaturas do testador e das testemunhas. De acordo com as Ordenações Filipinas, deveriam ser feitas em “ato seguido”, ou seja, precisavam ser simultâneas, na presença uns dos outros.<sup>28</sup>

No caso do testador que não soubesse escrever, como por ele declarado no corpo do testamento, ou não pudesse escrever no ato da feitura do documento, impossibilitado por algum motivo, como moléstia, uma das testemunhas poderia assinar em seu lugar, a rogo, independentemente de o testador marcar o documento com uma cruz. Ainda de acordo com as Ordenações, o tabelião deveria declarar no testamento o dia, mês e ano de sua elaboração, “lugar e reconhecimento do testador e das testemunhas”, e se aquele estava em pleno gozo de suas faculdades mentais (ALMEIDA, 1870).

Como nos ensina a historiografia, as escrituras testamentárias originaram-se na França em fins do século XII, ancoradas na tradição jurídica romana, sendo que, nos séculos subsequentes, a atitude de testar tornou-se habitual naquela sociedade. No caso específico dos testamentos no Império Português da Época Moderna, os objetivos principais aos quais se destinavam, no século XVIII, eram de caráter religioso, com vistas à organização dos funerais, voltados enfaticamente para a salvação da alma, e, por isso, traziam as disposições para “se dizer missas” pelas almas do testador e de seus entes, familiares, escravos e almas do purgatório, além de declarações relativas às devoções. Nas palavras de Maria Luíza Marcílio:

Até meados do século XVIII, a preocupação religiosa é mais importante que o legado dos bens. O testamento era então um documento para a salvação da

---

<sup>28</sup> Além da própria elaboração do testamento, as Ordenações Filipinas (1603), desde a constituição da América portuguesa, regulavam assuntos relacionados à vida familiar e aos “direitos” aí implicados, que poderiam ser ou não mencionados no testamento, como, dentre outros aspectos, as formas de casamento e, conseqüentemente, o destino do espólio, o direito de herança e sucessão, os legados pios, as legítimas dos herdeiros.

alma, era uma verdadeira prece generosa feita a Deus, à *gloriosa Virgem Maria* e aos intercessores celestes, ante a morte iminente. Só mais tarde ele tornou-se um texto que apenas regulamentava as questões materiais. (MARCÍLIO, 1983, p. 68, grifo da autora).

No século XIX, os testamentos foram deixando de cumprir objetivo preponderantemente espiritual, sendo que as versões mais recentes acabaram por se referir unicamente às disposições relativas aos bens materiais. Nas fontes utilizadas nesta investigação, percebemos que, pelo menos no que respeita às duas primeiras décadas do século XIX, os conteúdos testamentais não apresentam diferenças substantivas com relação aos das últimas décadas do Dezoito.

Para Sheila de Castro Faria, os rituais relacionados à morte nos séculos XVIII e XIX, no Brasil, primam pelo estilo barroco, tendo a pompa como uma das principais características das ações e dos processos ligados à morte. Nesse contexto, “os testamentos, um dos mecanismos essenciais de se estar em paz com a consciência, seguem padrões homogêneos de redação por todo século XVIII e início do XIX, possibilitando questionar se a fórmula notarial estaria se sobrepondo ao ato individual” (FARIA, 1998, p. 266). Circunstância e condição que, consoante a autora, haviam sido postas por Michel Vovelle, ao indagar “se a fórmula notarial é um estereótipo congelado e maciço [...] ou indício sensível das mutações mentais, tanto do notário como de seus clientes” (VOVELLE *apud* FARIA, 1998, p. 266). De qualquer modo, muito embora de maneira geral a estruturação e o conteúdo desses documentos permaneçam semelhantes ao longo dos tempos, sem dúvida o testamento, enquanto atitude individual, expressa os comportamentos coletivos e, por isso, sua uniformidade é extremamente valiosa para o pesquisador.

Nesses textos, deparamo-nos talvez com o exemplo máximo da escrita como prática social situada, pois, enquanto faceta do ritual preparatório da morte, revela fatores fundamentais da vida. Em seus conteúdos é possível identificar objetivos, teor do discurso, reflexões sobre a vida ligadas às condições materiais de existência, isto é, ao patrimônio, às relações familiares, aos desejos, às crenças e à religiosidade.

Particularmente no que respeita à análise da “escrita” do testamento, destacamos que essa uniformidade, que a princípio poderia parecer problemática para o estudo dos usos da escrita, por padronizar a redação dos textos, na verdade, acaba apresentando-se como aliada, ao possibilitar o estabelecimento de pontos comuns entre os conteúdos dos documentos, isto é, ao se configurarem como eixos norteadores dos discursos das testadoras no registro de suas últimas vontades.

Eduardo França Paiva afirma que “muitos testadores registram suas últimas vontades quando pressentiram o fim, num momento em que a agonia do corpo e do espírito provocou alterações em seus sentimentos e em seu modo de viver” (PAIVA, 1995, p. 33). Essa ideia é compartilhada por Faria, que afirma ser verdade que, na maior parte dos casos, o documento não era elaborado com antecedência à morte, ou seja, “em boa saúde”, mas que “testamento e morte combinavam-se, sendo plausível supor que redigi-lo significava estar em risco de vida” (FARIA, 1998, p. 268). Cabe ressaltar, no entanto, que esses documentos, de acordo com a legislação da época, poderiam ser escritos em qualquer momento, a partir de certa idade, como veremos a seguir, mantendo-se inalterados, sofrendo reformulações ou até sendo revogados (REIS, 1997, p. 102). Nas fontes analisadas nesta pesquisa, as testadoras não necessariamente declaravam estar enfermas – fator constatado em muitos casos –, mas afirmavam, quase invariavelmente, estarem elaborando o documento “por temor da morte” e por não saberem o momento quando deixariam a vida, denotando, como sabemos, a intenção de salvação da alma e de se estar preparada para a “hora final”.

A necessidade de preparação para a “hora da morte” fazia parte do denominado pela historiografia como *pedagogia do medo*, mecanismo por meio do qual a Igreja Católica inculcava nos fiéis a necessidade de obediência às determinações eclesiais. O católico, para ter a “boa morte”, fazia questão de deixar registrado em seu testamento a subordinação aos ensinamentos da Igreja, ainda que, durante a vida, esses não tivessem sido seguidos à risca. Nas palavras de Cláudia Rodrigues:

[...] a morte era o momento em que os fiéis se viam mais próximo da possibilidade de salvarem ou não a sua alma e de irem ou não para o inferno, de acordo com as pregações que a Igreja repetira insistentemente ao longo de suas vidas. Por esse motivo, morria-se fazendo questão de expressar, através do testamento e das derradeiras práticas, o exercício daquela aprendizagem. (RODRIGUES, 2005, p. 39).

Mesmo que os “dizeres testamentais” visassem, sobretudo, expressar tal aprendizado e apenas escrever sobre o cumprimento de determinadas disposições – não significando sua efetiva realização em vida –, é correto afirmar que, especialmente após o Concílio de Trento (1545-1563) e até o século XVIII, a “arte de bem morrer” passa por transformações, apresentando como premissa, diferentemente dos séculos XIV e XV, a noção de que somente tendo-se uma vida correta seria possível se ter uma “boa morte”. O caminho para a salvação da alma desloca-se, nesse contexto, do momento da morte e passa a ser a trajetória vivida.

Portanto, diferentemente do que afirmam Faria e Paiva, a elaboração dos testamentos comporia a conduta característica de uma “boa vida”, e, por isso, não necessariamente seria ato realizado na iminência da morte. Ainda nas palavras de Rodrigues: “a partir do século XVII e do XVIII, os textos das *artes moriendi* passaram a ter uma nova base e neste contexto, os manuais portugueses de preparação para a morte orientavam os fiéis a elaborarem seu testamento em boa saúde, e não esperarem pela enfermidade para fazê-los” (RODRIGUES, 2005, p. 63).

No período de nossa eleição, o Código Filipino e a Igreja eram os responsáveis por coordenar e legislar sobre os testamentos e garantiam a “faculdade de livremente testar” aos cidadãos, excetuando-se a mulher menor de 12 anos e o homem que ainda não tivesse completado 14 anos de idade. Da mesma forma, mentecaptos, loucos e hereges, as pessoas condenadas à morte natural, pródigos, surdos e mudos de nascença, escravos, religiosos professos estavam excluídos. Quanto aos filhos que estivessem sob o pátrio poder, esses só poderiam testar com a autorização de seus pais (ALMEIDA, 1870).

Como afirma Marcílio (1983), no Brasil, conhecemos apenas os testamentos nuncupativos e hológrafos, os quais necessitam da “mediação do oficial público”. A partir do que define essa autora e também dos esclarecimentos que nos traz Kátia de Queirós Mattoso (2004), podemos assim classificar os referidos documentos:

- *testamento nuncupativo*: “feito *in extremis*”, isto é, na iminência da morte. Era elaborado oralmente pelo testador, ou seja, de viva voz, ou por ele escrito, perante testemunhas e tabelião público. “Este ato de testar pode ser feito no tabelionato ou no próprio domicílio do testador, se estiver impossibilitado de se locomover.” (MATTOSO, 2004, p. 167).
- *testamentos místicos ou hológrafos*: São aqueles completamente escritos, datados e assinados pelo próprio testador, ou por ele ditado, o que significa ter sido escrito a rogo. Esse tipo de testamento era lacrado (cerrado) e somente poderia ser aberto depois do falecimento do testador. “Essa prática permite ao testador guardar o segredo de suas intenções de última vontade, e é o privilégio de pessoas alfabetizadas que possuem desejos e meios de aceitar um processo um pouco mais complicado do que o imposto pelo testamento nuncupativo.” (MATTOSO, 2004, p. 167).

## 1.7 O DISCURSO DOS TESTAMENTOS

Para entendermos o modelo discursivo do testamento, é de suma importância a compreensão de sua estrutura. A historiografia nos fornece subsídios para a compreensão da organização desse tipo de documento. Seguimos, especialmente, as orientações de Maria Luiza Marcílio e de Kátia de Queirós Mattoso, por serem, no Brasil, as primeiras autoras a trabalharem com esse tipo de fontes, tornando-se referências, e de Eduardo França Paiva, por ter utilizado em sua pesquisa os testamentos da Comarca do Rio das Velhas, ou seja, a mesma região contemplada em nossa investigação.

Por meio dessas fontes, Paiva objetivou analisar as estratégias de resistência de escravos e libertos, em Minas Gerais, no século XVIII, escolhendo como recorte cronológico o período compreendido entre 1720 e 1780, isto é, excetuando-se as duas últimas décadas do Dezoito, bem como as duas primeiras do Dezenove. Portanto, mesmo nos pautando, em certa medida, na descrição que realiza dessas fontes, pensamos ser importante tentar identificar particularidades nos textos com os quais trabalhamos, haja vista que o período selecionado no presente trabalho tem início justamente no ano que finaliza o recorte de Paiva.

Esse autor menciona cinco partes componentes do documento. Na primeira, há a invocação da Santíssima Trindade e a identificação do testador; na segunda, encontram-se “as disposições e legados espirituais”; na terceira parte, poderia ser encontrado, em alguns documentos, inventário dos bens móveis e imóveis. Nela, incluem-se a descrição das “alforrias, coações, arrestos e vendas de escravos; disposições e legados materiais e identificação das dívidas e créditos”. A quarta parte é composta por disposições gerais, assinaturas e/ou sinais, termo de aprovação e pela “abertura” do testamento. A quinta e última refere-se aos “codicilos”, que, segundo Paiva, surgem em “poucos testamentos” (PAIVA, 1995, p. 37-38).

Por seu turno, Kátia Mattoso divide a estrutura do testamento em dois grandes blocos, de acordo com a natureza das informações fornecidas. O primeiro refere-se aos dados pessoais: datas do batismo e do falecimento do testador e do registro do documento, nome e profissão, títulos que o testador porventura possuísse, naturalidade e filiação, credo, condição social, cor, estado civil, número de filhos e nome das três testemunhas.<sup>29</sup> O segundo bloco

---

<sup>29</sup> A autora afirma que, em se tratando da declaração da “cor”, esta sempre era indicada no caso dos forros. Não concordamos com tal afirmativa, pois, no caso da região estudada nesta pesquisa, constatamos que essa indicação não ocorre em todos os documentos.



agrupa os “dados referentes à execução das últimas vontades”, como a “invocação inicial [...] e santos invocados”, os motivos da elaboração do testamento, as missas e disposições relativas ao sepultamento (MATTOSO, 2004, p. 174).

Também discorrendo sobre a estrutura dos testamentos, Faria afirma que, não obstante haver diferenciações entre épocas, o conteúdo desses documentos mantém-se constante: origem (naturalidade), filiação, rol dos bens (frequentemente em detalhes) dos débitos e créditos, reconhecimento de erros cometidos no passado (FARIA, 1998, p. 267).

Apesar de sabermos que esse tipo de documento apresentava algumas variações, como nos mostram os trabalhos citados, percebemos a existência de determinado padrão discursivo testamental comum na América portuguesa. Nos testamentos analisados nesta pesquisa, somente os de mulheres no período de 1780 a 1822, eles se estruturavam a semelhança dos da época. Para que processássemos a descrição das fontes com as quais trabalhamos, pautamo-nos não apenas nas reflexões dos autores, mas, fundamentalmente, no conteúdo apurado na documentação. A descrição das “partes” do testamento acabou por se fazer, assim, mais atrelada às fontes, “esmiuçada”, com especificidades nem sempre apontadas na bibliografia consultada, apesar de nos orientarmos, como mencionado, pelas caracterizações expostas por esses autores.

Primeiramente, “dividimos” o texto do testamento em partes para compreendermos sua estrutura e, simultaneamente, nos familiarizarmos com sua forma. Buscamos, assim, perceber a uniformidade do discurso testamental e destacar singularidades na escrita. Frisamos, no entanto, que a caracterização dessas partes visou não mais que aclarar e facilitar a análise realizada, não objetivando estabelecer modelos ou definir a estruturação desse tipo de documento. Na descrição das partes, colocamos exemplos extraídos das fontes e, sempre que possível, citações de autores, os quais nos ajudam a compreender melhor os conteúdos desses documentos.

A maioria dos testamentos analisados nesta pesquisa encontra-se dividida em seis partes, a saber:

- 1ª parte – Trata-se de um *preâmbulo*, contendo “as cláusulas religiosas” do texto, com a saudação inicial (sinal da cruz), a declaração da fé católica que aparece na quase totalidade dos testamentos consultados, a invocação de Deus e/ou da Virgem Maria e dos santos intercessores e de devoção/anjo da guarda e “santa” de “seu nome”. Nesta parte, encontramos, normalmente, o ano da feitura

do documento, a identificação da testadora, com o nome e a declaração de seu estado de saúde, invariavelmente o da saúde mental. Ou seja, o testamento era feito pelos que tinham algo a deixar e deveria ser elaborado com o testador gozando plenamente de suas faculdades mentais, mesmo que se encontrasse acometido por alguma enfermidade de ordem física.

Citemos como exemplo trecho do testamento de Úrsula Pacheco, datado de 31 de outubro de 1796. Úrsula era solteira e pediu que o seu corpo fosse amortalhado no hábito de São Francisco, declarou que possuía casas cobertas de capim, um pouco de ouro lavrado, escravos, dívida e trastes. No início do testamento, afirmou: “Declaro que sou preta de nação mina e cristã católica romana e creio tudo o que crê e ensina a Santa Madre Igreja Romana em cuja fé espero salvar minha alma e desde já detesto e abomino toda sugestão contrária.” (MO/CBG/CPO/LT 50 (69). fls. 9v-10).

Ainda com relação à primeira parte, exemplo da declaração de “perfeito juízo” pode ser lido no testamento de Maria Ribeiro de Meneses, preta forra, natural da Costa da Mina, que ordenou que seu corpo fosse enterrado na capela do Rosário, na qual era filiada à irmandade, e conduzido com esquife da Irmandade das Almas, para o que lhe consignou quatro oitavas de ouro. Maria Ribeiro, assim iniciou seu testamento:

Eu, Maria Ribeiro de Meneses, mulher solteira, de sessenta para setenta anos de idade, abaixo assinada, de nação mina, liberta e moradora neste Arraial de Santa Bárbara, estando enferma, mas em meu perfeito juízo, faço meu testamento na forma seguinte [...] (MO/CBG/CPO/LT 48 (67), fl. 208).

- 2ª parte – Encontramos a declaração de onde moravam e daquilo que as mulheres definiram como sendo a “naturalidade”, o que significava, nos casos analisados, o local de nascimento ou a região da qual teriam vindo, como “Terra da Guiné”, “Bahia” ou “Costa da Mina”. A testadora declarava, então, os nomes dos pais, quando sabia, se era filha legítima, natural ou exposta, local da residência e “estado em que se encontrava”: se casada, solteira ou viúva, sendo que, quando casada ou viúva, declarava o nome do cônjuge. Nesse trecho do documento, havia a nomeação dos testamentários, geralmente três, por ordem de preferência da testadora, e o pedido enfático, com apelação religiosa, para que eles aceitassem e cumprissem a testamentaria.

A naturalidade, como mencionamos, dizia respeito ao lugar de nascimento ou de *origem*, como veremos no testamento de Maria Caetana da Silva, preta forra, que o ditou em

14 de julho de 1807. No texto, declarou que nunca teve notícias de seus pais, por ser “natural” da costa e cidade de Benguela (MO/CBG/CPO/LT/62 (82), fl. 130). Maria Caetana traz à cena lembranças de sua vinda, ainda em “tenra idade”, para estas terras onde fora batizada e vivera.

Com relação à eleição dos testamenteiros, tomemos como exemplo a declaração de Maria de Mendonça, natural da Freguesia de São Miguel e Anjo, da Vila das Lages, da Ilha Terceira, bispado de Angra:

Peço e rogo aos meus filhos padre João Correa de Melo e a Francisco Borges de Araújo e a Domingos Correa de Melo todos moradores nesta freguesia, que por serviço de Deus e por me fazerem mercê, queira um deles ditos meus filhos ser meu testamenteiro no lugar de meu falecimento e administrador de toda a minha fazenda como se eu fosse em pessoa para que lhe dou todos os poderes que em direito me são concedidos para cumprirem o que neste meu testamento se declara, os hei por abonados se necessário for [...]. (MO/CBG/CPO/LT/ 51 (70), fl. 136v).

Eleger o testamenteiro estava associado à relação de confiança que o testador estabelecia com este indivíduo. Em muitos casos, maridos, filhos, irmãos, enfim, familiares eram escolhidos para tal função. Em outros, conhecidos, compadres e pessoas respeitadas na sociedade eram os eleitos. De forma geral, os testamentos e, em particular, a escolha dos testamenteiros pelos testadores possibilitam aclarar as relações de sociabilidade. No entanto, mais do que isso, os textos testamentais permitem-nos conhecer as bases sobre as quais essas relações foram edificadas, pois deixam entrever os sentimentos de gratidão, confiança, afeto, estima e respeito.

- 3ª parte – Onde se encontra a declaração respeitante à presença ou ausência de herdeiros. Em caso positivo, eram declarados os filhos havidos no(s) casamento(s) ou no estado de solteira, isto é, os filhos legítimos, naturais e expostos vivos e mortos. Pelo que percebemos, na maior parte dos casos, tal declaração era imbuída de valor moral e religioso, pois, quando as testadoras revelavam a existência de filhos ilegítimos ou expostos, diziam tê-los tido por *fraqueza* de seu sexo ou se utilizavam de outras expressões que possuíam o mesmo sentido. Foi o caso de Maria Joaquina Rosa de Lima, que declarou ter tido seus filhos na condição de solteira: “sempre vivi no estado de solteira e, por miséria minha, tive três filhos: um por nome Joaquim, que foi exposto em São João del-Rei; outra por nome Ana Rosa; e outra por nome Francisca de Paula [...]” (MO/CBG/CPO/LT/ 75(41), fl. 51).

- 4ª parte – Local onde identificamos as disposições com relação à encomendação do corpo, à forma como deveria ser realizado o cortejo fúnebre, em que *hábito* o corpo deveria ser envolto, o que, em muitos casos, se ligava às irmandades de devoção, por quantos sacerdotes o corpo deveria ser acompanhado, o local do sepultamento (igreja ou capela) – normalmente era indicada a da irmandade à qual a mulher se filiara. Em alguns casos, elas declaravam que o enterro deveria ser realizado na “capela mais próxima” ou naquela à escolha do testamenteiro, sendo que ser enterrado próximo ao altar principal era privilégios de poucos, como, por exemplo, dos eclesiásticos.

Dispunham, ainda, a respeito das preces que deveriam dizer em celebrações de corpo presente, do número de missas para mandar *dizer* pela própria alma e/ou de outros, o custo das cerimônias, legados de caridade e legados religiosos. Legados que poderiam ser destinados aos pobres e/ou às obras religiosas. Quase sempre, as mulheres deixavam esmolas para as obras da igreja, para a construção do altar da capela, para os pobres e para os enfermos, como encontramos com frequência na documentação. São disposições que se fazem presentes na maioria dos testamentos, inclusive daquelas mulheres que haviam sido cativas.

Segundo Paiva,

entre os libertos testadores, foi muito comum a absorção desses costumes cristãos e europeus. Da mesma forma, tinham o hábito de mandar celebrar dezenas e até centenas de missas por intenção da própria alma e da alma de outras pessoas. Algumas testadoras forras chegaram a mandar celebrar missas pelas almas dos antigos senhores. (PAIVA, 1995, p. 40).

Exemplo disso pode ser constatado no testamento de Ana Fernandes Tavares, preta mina, natural da Costa da Mina e batizada na Freguesia de Santa Luzia. Ana Fernandes, que era solteira e tinha uma filha, ordenou que seu corpo fosse amortalhado no hábito de Nossa Senhora do Carmo e sepultado na capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de cuja irmandade homônima fazia parte. Deixou 10 oitavas de ouro para as obras da capela do Rosário e seis para obras no altar do Santíssimo Sacramento da mesma capela (MO/CBG/CPO/LT 50(69), fls. 74v-77v).

Do mesmo modo, dona Maria Joaquina da Conceição, natural da Freguesia do Sabará, local em que viveu e elaborou o testamento, solteira, irmã da Arquiconfraria de São Francisco, filha legítima de Manuel Rodrigues da Cruz e de Ana Gonçalves, declarou: “para ajuda aos enfermos do hospital desta Vila, deixo cinco mil réis [...]” (MO/CBG/CPO/LT 74(4), fl. 137).

- 5ª parte – Onde era dado início às disposições relativas aos bens materiais e onde também se dispunha a respeito da atribuição da herança entre familiares e conhecidos, recebimento de créditos e pagamento de dívidas, declaração de propriedades, distribuição de bens, como joias, roupas e escravos. Havia, ainda, a declaração das alforrias e coações. Em alguns casos, o testador enumerava os bens que possuía à época da elaboração do documento. Ao final do texto, constava a indicação de quem era o “redator”, a forma como o documento fora redigido, se a testadora o lera ou se o leram por ela, se o assinou com o nome, sinal ou cruz, as assinaturas das testemunhas, local e data da elaboração do testamento.

Como exemplo, tomemos o testamento de Quitéria Vieira de Matos, “natural de Antônio Dias do Ouro Preto, bispado de Mariana”:

E por esta forma hei por findo e acabado este meu testamento, escrito e assinado como testemunha, a meu rogo, por José da Rocha Lima, o qual, depois de escrito pelo dito, por ser por mim ditado e ordenado, o li e corri por ver se estava conforme eu o havia ditado; e porque assim o achei, o assinei com meu próprio punho presente as testemunhas abaixo assinadas [...]. (MO/CBG/CPO/LT 61(80), fl. 122v).

- 6ª parte – Momento em que, em alguns casos, identificamos a transcrição do codicilo. Este documento era copiado e anexado ao corpo do testamento. Nele constavam as disposições relativas aos bens, às dívidas e aos créditos. Todos os testamentos eram seguidos do “Termo de aprovação”, que atestava a legitimidade do documento. Local onde o tabelião confirmava identidade da testadora e se esta havia assinado o documento de próprio punho, a rogo e/ou em cruz. Logo na sequência, encontramos o “Termo de abertura” do testamento. Esse termo era elaborado após o falecimento do testador e explanava as disposições testamentárias para sua posterior execução.

Sabemos que o testamento apresentava-se, na Época Moderna, como veículo do discurso perpetrado sobre a morte, ao mesmo tempo que carregava as representações da vida individual e coletiva. Por um lado, continha um manancial de gestos, ações e manifestações relativas às crenças e rituais relacionadas à morte, configurando-se como ato solene da última vontade do indivíduo. Essa atitude explicitava a declaração final daquilo que deveria ser executado após a morte do testador. Por outro, encontrava-se prenhe de elementos e visões do

cotidiano, de acontecimentos relativos às trajetórias individuais e coletivas, ou das formas como são vistas e narradas por seus elaboradores.

Independentemente de suas amarras protocolares, o texto testamental emerge com vibração e ritmo próprios, com dinamicidade e criatividade. Sobre esse aspecto, isto é, sobre o vigor da elaboração e do conteúdo do texto testamentário, recorrendo a Vovelle, Régine Robin sustenta: “[...] contra todas as aparências, as fórmulas do escrivão, longe de serem inertes, revelam-se móveis, aptas a traduzir um movimento e, através dele, a refletir mudanças da sensibilidade coletiva da clientela notarial” (VOVELLE *apud* ROBIN, 1977, p. 104).

O testamento constitui-se, portanto, numa espécie de fonte propiciadora de análise privilegiada do social por possuir informações minuciosas, permitindo circunscrever os pontos comuns e as diferenciações nas formas de representar o mundo pelos sujeitos, dadas a conhecer em seus textos. Sua análise descortina a mentalidade de um tempo, pois, estudado em séries, permite vislumbrar mudanças e permanências nas crenças e nos rituais, nos valores e na maneira de ver o mundo, necessitando, para tanto, de instrumental analítico preferencialmente interdisciplinar.

De acordo com Marcílio,

[...] o instrumental metodológico, elaborado pela linguística histórica, pela demografia histórica e pela história social quantitativa, é particularmente valioso. O discurso testamentário faz-nos penetrar no domínio do sagrado e do profano, nas suas manifestações e significados, mostrando ainda as tendências, as permanências e as rupturas. (MARCÍLIO, 1983, p. 70).

Todavia, além das informações de ordem social, do domínio do sagrado e do profano, como salienta a autora, é preciso ressaltar que o testamento possui linguagem própria, específica. Isto é, o conteúdo do testamento se presta a descrever e a registrar no papel fatores da vida individual e coletiva, incluindo parte do ritual de preparação para a morte. Em simultâneo, apresenta, no caso daqueles documentos que foram ditados, características discursivas peculiares, as quais assumem a função de traduzir o pensamento, “escrevendo-o”.

Momento e evento nos quais a escrita assume posição central, o discurso testamentário possui, mesmo *ditado*, marcas introjeadas e reveladas, próprias da linguagem escrita. Daí decorre o entendimento de que quem dita “redige”, pois, para se ditar um documento caracterizado por certo padrão discursivo, os sujeitos, no exercício de suas liberdades, condicionadas por elementos moduladores da ordem social, não dizem o que pensam de maneira completamente dissociada das formalidades escritas. Essas foram criadas e estão

presentes a todo o momento na sociedade. Os testadores verbalizam seus pensamentos invadidos por determinadas convenções textuais que sabem existir e serem necessárias. Tais princípios reguladores permitem a organização pedagógica do pensamento. Há, nessa perspectiva, “um ritual social da linguagem implícito, partilhado pelos interlocutores” (MAINGUENEAU, 1997, p. 30).

Por conseguinte, propugnamos a ideia de que, para se ditar um testamento, havia o conhecimento, por parte do testador, da necessidade de se ter postura adequada e modo de falar que carregavam elementos próprios do texto escrito, de um momento religioso e solene. A escrita era percebida de determinada maneira e não de outra. De acordo com esse raciocínio, compreendemos que, quando o sujeito verbalizava, anunciava e enunciava o conteúdo de seu testamento, ele colocava-se diante do *outro*, assumindo e concedendo a si próprio certo lugar, o qual seria complementado por outros agentes, como o redator do documento e as testemunhas que presenciavam o ato.

A ideia do enunciatador enquanto *autor* é paradoxal: atribui a este a posição de senhor do discurso, ao mesmo tempo que o submete ao contexto e às regras e formalidades da escrita. A liberdade de criação e de autoria do texto testamental é condicionada, assim, por alguns fatores: pelo contexto/situação de sua elaboração, pelo padrão discursivo do documento, pela forma de escrever de quem redigia e pelas introjeções letradas que o falante-autor acaba por possuir ao viver numa sociedade legitimada pela escrita.

Nesse sentido, para analisarmos o texto testamentário não apenas como manancial de informações sobre as práticas sociais, mas enquanto expressão situada e criativa da utilização da escrita, reafirmamos a necessidade de se recorrer à linguística. Essa opção, contudo, não se apresenta simplesmente como escolha de ferramenta metodológica, no sentido de auxiliar o historiador a extrair do texto as marcas do vivido. Ela é teórica, na medida em que enseja reflexões essenciais para a compreensão da própria constituição do “discurso escrito”, do uso da linguagem escrita *na* e *para* a vivência social.

Se as declarações testamentárias contêm a necessidade de “remissão dos pecados” ante a iminência da morte, os relatos das testadoras permitem também que compreendamos representações respeitantes à forma como elas se veem na sociedade e o peso da religiosidade nas imagens construídas sobre si mesmas e/ou da ideia que gostariam de transmitir a seu respeito. As informações e as disposições contidas em seus textos são matéria para o historiador, isto é, a forma como essas informações são construídas e o espaço por elas ocupado na redação do documento. O lugar que esses relatos “habitam” no texto torna-se

revelador do que os sujeitos queriam dizer e por quais caminhos e momentos conseguiram verbalizar esse conteúdo. Suas justificativas desvelam, assim, as formas de pensar, de registrar e dar a ler suas próprias histórias.

Postulamos, portanto, ser necessário olhar atentamente o documento na intenção de circunscrever a polissemia de descrições aparentemente comuns ou corriqueiras, isto é, a multiplicidade de maneiras como foram escritas essas intenções e os sentidos plurais de seus relatos. Partimos do entendimento que, mesmo que esse discurso tenha sido escrito por outros sujeitos diferentes dos narradores e que siga uma “ordem do escrito”, ele se “movimenta”, ganha forma e “vida”, singularidade e organização intelectual com base nos conhecimentos de quem o ditou. A redação tem sua gênese no conteúdo emanado do “autor oral”, o qual, lembremos, é partícipe de uma sociedade letrada. Trata-se de escrita que emerge da fala e paralelamente, nesta situação em particular, a caracteriza. Isso equivale dizer que a fala, no momento do ditado do testamento, cria o texto, ao mesmo tempo que o discurso oral encontra-se marcado pelas convenções da escrita.

Neste ponto, o diálogo com a linguística torna-se imprescindível, pois ajuda-nos a conhecer a dinâmica das construções textuais. Desse modo, o historiador traria para o cenário das discussões questões relativas à elaboração discursiva dos textos e os usos diferenciados da escrita na operacionalização das práticas sociais. Nas palavras de Robin: “[...] colocar o problema do discurso como prática numa formação social é ultrapassar a problemática da linguística como receita puramente técnica, para abordar o lugar das práticas discursivas numa formação social” (ROBIN, 1977, p. 107).

Dessa maneira, buscamos analisar o lugar que as práticas discursivas ocuparam na sociedade estudada, considerando a dimensão oral consubstanciada em escrita. O discurso deixa de ser compreendido somente como produto embebido do conteúdo das experiências e da realidade, como instrumento puramente ideológico ou mero veículo de informação. O texto não se encerra em seu conteúdo e, muito menos, em suas pragmáticas. É preciso tentar compreender suas formas, seus caminhos constitutivos, sendo que forma aqui não é tomada como sinônimo de formato, de padrão ou modelo. Ela é percebida como dizeres que, ao serem pedagogicamente organizados, revelam o uso da escrita para a criação de significados que individualizam estilos. A forma do texto e sua elaboração estariam, de acordo com tal percepção, impregnadas de elementos possuidores de caracteres distintivos.



## 1.8 OS TESTAMENTOS E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO

Dadas as informações que carregam, os testamentos têm sido analisados, como afirmamos, pelas pesquisas históricas de modo geral, nelas incluídas investigações no campo da história da educação. De maneira específica, têm sido eleitos como fontes privilegiadas para se levantar índices de alfabetização e letramento em sociedades pré-estatísticas, pois, devido à presença das assinaturas, possibilitam o encontro do pesquisador com a “marca que resta”<sup>30</sup>, considerando-se a inexistência de fontes seriais “que possam ser utilizadas para se estudar as capacidades *literácitas*, os usos e atribuições sociais da palavra escrita” (MORAIS, 2009, p. 60).

Cabe destacar, no entanto, ser consensual entre os estudiosos o entendimento de que a presença da assinatura de próprio punho, neste ou em outro tipo de documento, não pode ser tomada como sinônimo da capacidade de escrever, haja vista o aprendizado da leitura e da escrita ocorrer, nessas sociedades, em tempos distintos. Nas palavras de Christianni Cardoso Morais:

Os testamentos trazem as últimas disposições dos sujeitos, sua naturalidade, filiação, os nomes dos cônjuges e filhos, às vezes, idade e [...] as assinaturas e alguns indícios da utilização da palavra escrita, comprovando que a população em estudo atribuía valor social ao escrito [...] mas é importante considerar que as taxas de assinaturas não nos permitem medir com exatidão a população que lê, pois, no período em questão, a aprendizagem da leitura e da escrita se dava em dois momentos distintos e sucessivos. (MORAIS, 2009, p. 61).

A autora, simultaneamente, realça a potencialidade dos testamentos para o estudo das relações estabelecidas entre os sujeitos e a escrita e salienta suas limitações, ao destacar os tempos dissociados de aprendizagem da leitura em relação ao da escrita. Da mesma forma, Luiz Carlos Villalta ressaltara os tempos dissociados desses aprendizados nas sociedades do Antigo Regime, em particular, na colonial. Afirma que o aprendizado da leitura antecedia ao da escrita e, por conseguinte, os registros escritos produzidos tiveram sua gênese, teoricamente, naqueles indivíduos já leitores. Conclui, portanto, que parcelas da população iletrada, conseguindo, por vezes, apenas grafar o nome, poderiam saber ler (VILLALTA, 2007a, p. 289).

---

<sup>30</sup> Expressão cunhada por: MAGALHÃES (1994).

Característica comum a todo o Império Português, no referido período, o aprendizado da leitura em tempo diferente do da escrita originou leitores que não escreveram por suas próprias mãos. Certamente essa realidade pode explicar, em alguma medida, o interesse da historiografia colonial pelas práticas de leitura e, por outro lado, a existência de menor número de investigações concernentes às práticas de escrita. A utilização de inventários e testamentos como rico manancial de informações de cunho social, inclusive no que tange à presença de materiais indiciadores da habilidade de ler, não se fez acompanhar de pesquisas que se propusessem a compreender as formas de escrita, em uma sociedade onde o aprendizado das primeiras letras, além de posterior ao da leitura, era restrito a alguns segmentos sociais.

Entre os investigadores, há o entendimento consensual de que estudar as “capacidades de escrita”, pelo menos do próprio nome, possibilita a aproximação àqueles sujeitos capazes de ler. Os aprendizados dissociados deixaram, assim, como herança para a historiografia uma ideia não apenas de divórcio e sucessão com relação ao domínio dessas habilidades, mas, sobretudo, de hierarquia, haja vista o destacado interesse dos estudiosos pelas práticas de leitura em detrimento das de escrita.<sup>31</sup>

Seja como for, é correto afirmar que tradicionalmente os estudos preocupados em traçar taxas de alfabetização para sociedades passadas têm se debruçado sobre os testamentos e, muitas vezes, também, sobre os inventários para a realização das investigações. Da mesma forma, levando-se em consideração outras fontes nas quais as assinaturas são comuns, é assente na historiografia o entendimento de que, até mesmo entre os assinantes, se encontram sujeitos com habilidades *literácitas* distintas, nuançadas, com base em fatores da mais variada ordem (MAGALHÃES, 1994, p. 12-13).

Apesar de não tomarmos a assinatura como principal ferramenta metodológica, foi possível registrar sua existência, confirmada pelo “Termo de aprovação”. Para analisarmos as relações estabelecidas entre as mulheres e a escrita, as informações extraídas das fontes foram organizadas em tabela com 12 colunas, registrando a data de elaboração do testamento, o

---

<sup>31</sup> Especificamente sobre a difusão da capacidade de leitura em Minas Gerais colonial, citamos como exemplos: VILLALTA (2007b, p. 289-311). Concordamos com tal entendimento, qual seja: pela identificação dos “escreventes”, chega-se aos prováveis leitores. Entretanto, defendemos a necessidade de se investigar, de maneira mais intensa e verticalizada, as práticas de escrita que ocorreram independentemente da capacidade de autografia.

nome da testadora, a “naturalidade”, a filiação, o “estado em que se encontrava”<sup>32</sup> (casada, solteira ou viúva), os filhos, a irmandade a que se associara, a inventariação dos bens, a posse de escravos (alforrias e/ou coartações), as assinaturas (sinal, rubrica, cruz), a referência do documento para localização no acervo e indicadores complementares.

Extraímos dessas fontes dados mais genéricos, que permitiram classificar os sujeitos com relação à origem, ao pertencimento religioso e social (há indícios acerca da classe social à qual a mulher pertencia), se possuía bens e/ou escravos, onde vivia, e, concomitantemente, processamos a análise dos conteúdos testamentais.

Como exposto, os testamentos caracterizam-se como documentos de caráter jurídico-civil e eclesiástico que tratavam das disposições das últimas vontades dos sujeitos e revelam características da vida em sociedade. Apresentam intrínseca relação entre escrita e justiça, revelando caminhos para a concretização e o desenvolvimento das relações de poder. O texto testamental traduz o conjunto de determinações que era sistematizado na construção de discurso que, se, por um lado, se mostrava formal, por outro, emergia em sua criatividade e singularidade. No descortinar das relações e dos desejos, rastreamos informações reveladoras de como se configurou a escrita mediada. Em tal modalidade de escrita, advinda da oralidade, pesam o conhecimento sobre o contexto, a organização de ideias, além da capacidade interpretativa desenvolvida pelas mulheres, ações que, no nosso entendimento, denotam certa performance autoral.

Cumprido, mais uma vez, ressaltar que os testamentos e os inventários, não obstante propiciarem o acesso às características relativas às condições econômicas, sociais e culturais nas quais os sujeitos estavam inseridos, são, de acordo com determinada visão (DAVES, 2002), fontes limitadas no que tange à compreensão dos níveis de letramento das populações. A tradição de pesquisas no Brasil referentes às práticas de leitura e à circulação dos impressos tem se mostrado cuidadosa, ao entender que determinados indícios, como a presença de livros nos inventários, não devem ser tomados como demonstrativos dos níveis de instrução ou da possível capacidade de leitura dos agentes. A esse respeito, Chartier (1996) alerta para o fato de que tal presença (no caso de tomarmos os inventários como fontes) não diz tudo. Essa informação é incompleta, pois existem empréstimos, livros que vão e não voltam. Enfatizamos, no entanto, que nosso objetivo com a análise correlacionada dos testamentos e

---

<sup>32</sup> Preferimos utilizar a denominação “estado em que se encontrava”, de acordo com o que as próprias testadoras declaravam, a utilizar “estado conjugal”, como empregado em algumas investigações, por entendermos que “estado conjugal” não contempla a situação de solteira.

alguns inventários dos familiares é conhecer aspectos das trajetórias e experiências sociais, e não somente procurar “materiais” que indiciem práticas de leitura ou de escrita.

Consideramos mais profícuo o desenvolvimento de pesquisas que expandam as concepções e as intenções que circunscrevem os processos de alfabetização/letramento para a compreensão das conexões estabelecidas entre os sujeitos e a escrita. Pelo exposto, frisamos que nossa investigação visa compreender os usos da escrita feitos pelas mulheres, originados da enunciação oral. Revisitamos, assim, a documentação cartorária, mas sob nova ótica.

Com efeito, estamos empenhados em ressaltar usos da escrita, independentemente da capacidade autográfica. Ativemo-nos, assim, ao processo de constituição do texto testamental, à análise detida das elaborações discursivas dos sujeitos. Embasados na literatura que destaca o papel da oralidade na autoria dos textos, torna-se possível perceber como diferentes mulheres, majoritariamente as não alfabetizadas, foram capazes de elaborar e redigir textos, por mãos alheias, e utilizarem-se, assim, da escrita.

Implicitamente, pretende-se afirmar que, na reprodução dos padrões discursivos e culturais impostos ou vividos na relação com o mundo letrado, as mulheres ressignificaram suas identidades e seus lugares na sociedade. No processo de formação e concretização dos espaços de vivência e das relações sociais, a não aquisição da habilidade de escrever de maneira autônoma não impossibilitou que elas procurassem formas de realização, de inserção e de participação social. *Usaram* a escrita sem saber escrever. Atuaram no cotidiano e conseguiram, por meio da escrita solidária, expressar valores e representações.

Para que pudéssemos demonstrar esses *usos*, além de compreendermos o conceito *escrita*, bem como os impactos e implicações sociais gerados pela escrita, foi necessário o estabelecimento de diálogo teórico interdisciplinar. Desta feita, a leitura de obras da linguística, da antropologia, da educação e da história tornou-se fundamental. Apesar de não mergulharmos completamente em áreas distintas do conhecimento, dados os limites e especificidades de nossa formação, foi, sem dúvida, indispensável navegarmos por outros mares, o que tentaremos evidenciar no próximo capítulo.

## 2 A ESCRITA COMO OBJETO DE ESTUDO: OLHARES E POSSIBILIDADES

Revelar das ideias de diferentes tempos, a escrita, manifestação e artefato, produto e produtora da cultura, materializa pensamentos e discursos, além de proporcionar e viabilizar as relações entre os indivíduos, e destes com as instituições de poder. Entendida aqui como dimensão da linguagem, a escrita é tomada em seu simbolismo e materialidade. Equivale a dizer que analisamos os sentidos de seu conteúdo, concretizados em suporte específico, ou seja, os textos testamentais. Desse modo, compartilhamos o pensamento de Justino Pereira de Magalhães, para quem a escrita é “ato humano, racional e técnico, é a fixação da palavra; uma representação gráfica, visível e perdurável da linguagem, utilizando signos convencionais, sistemáticos e identificáveis” (MAGALHÃES, 1994, p. 13). E acrescentemos: produção contextualizada, individual ou conjunta, por meio da qual homens e mulheres expressam suas experiências, ideias, sentimentos, valores e desejos, comunicando representações sobre o passado e o presente e projetando o futuro.

Dáí decorre que, ao falarmos de escrita, estamos sempre nos referindo à escrita de um tempo, marcada por particularidades, na medida em que expressa a realidade e é dependente da leitura e da interpretação dos sujeitos em relação ao mundo. Ela se encontra, invariavelmente, atrelada ao contexto, e, nesse sentido, as produções textuais, as modalidades de leitura, a compreensão e a interpretação de textos são práticas correlacionadas, pois se constituem como ações historicizadas. Fazem parte e constroem a cultura de uma época. Quando, em nossa pesquisa, analisamos as elaborações discursivas nascidas da oralidade e, conseqüentemente, abordamos os decorrentes usos sociais da escrita, estamos nos referindo à escrita alfabética ocidental, na qual a correspondência entre a linguagem e a grafia se dá de maneira mais próxima.<sup>1</sup>

Neste capítulo, tecemos uma discussão que se pretende teórica, ancorados nas reflexões de autores de variadas áreas do conhecimento, acerca do conceito de *escrita*, considerando a interdependência existente entre o ato de redigir e a oralidade. Refletimos, igualmente, sobre os constructos *alfabetização* e *letramento*, evidenciando as contribuições de algumas investigações que os abordaram em perspectiva histórica.

---

<sup>1</sup> A esse respeito ver, dentre outros: GOODY (1977, 2006) e MAGALHÃES (1994).

Assim, dada a multifacetação e a complexidade do objeto de estudo, esta investigação, ao situar-se no campo da história da educação e no da história da cultura escrita, buscou estabelecer, além do diálogo com a historiografia colonial – destacadamente no que concerne às práticas sociais ligadas ao universo feminino e à circulação da escrita –, interlocuções com outros campos do saber. Dialogamos especialmente com os trabalhos desenvolvidos pela linguística e pela antropologia. De acordo com Peter Burke:

[...] desenvolveu-se uma área relativamente nova de pesquisa histórica que poderia ser descrita como uma história social da linguagem, uma história social do falar ou uma história social da comunicação. A consciência da importância da linguagem na vida cotidiana difundiu-se entre a última geração. Como demonstra a ascensão dos movimentos feminista e regionalista, os grupos dominados tornaram-se muito mais conscientes acerca do poder da linguagem e do envolvimento desta com outras formas de poder [...] (BURKE, 1995, p. 10).

O reconhecimento da importância da linguagem foi verificado, da mesma maneira, no interior das áreas de estudo. Portanto:

[...] historiadores também passaram a reconhecer a necessidade do estudo da linguagem, especialmente por dois motivos. Em primeiro, por reconhecerem tal estudo como um fim em si mesmo, a linguagem sendo vista como uma instituição social, como uma parte da cultura e da vida cotidiana. Em segundo, por ser esse estudo um meio para a melhor compreensão das fontes orais e escritas pela via da consciência de suas convenções linguísticas. (BURKE, 1995, p. 10).<sup>2</sup>

Como afirma o autor, é de suma importância o desenvolvimento de pesquisas que se dediquem à compreensão dos fenômenos sociais relacionados à comunicação, para que possamos investigar dimensões da vida cotidiana em diferentes períodos. No entanto, ainda é reduzido o número de estudos de caráter interdisciplinar que se proponham à realização de uma abordagem histórica da linguagem, tanto em sua dimensão falada quanto escrita. Essa ausência pode ser justificada pelo tímido diálogo existente entre as aludidas disciplinas. Nas palavras de Burke: “[...] existe uma lacuna entre as disciplinas da história, da linguística e

<sup>2</sup> Em sua obra, sobre a atitude de “incorporação da linguagem à história social e cultural”, Burke (1995, p. 9) destaca a contribuição de historiadores ingleses nesse processo, dentre eles: Raphael Samuel, Gareth Stedman Jones e Jonathan Steinberg, Ruth Finnegan e Roy Porter. Ressalta o interesse dos historiadores pela linguística, ao afirmar: “O historiador francês Lucien Febvre [...] demonstrou sua teoria sobre a relação entre linguagem e mentalidade em um estudo sobre François Rabelais e a descrença [...] Em uma fase anterior de sua carreira [...] Febvre havia escrito diversos artigos revisionistas sobre história da linguagem [...] dizendo aos historiadores que precisavam acompanhar o que os linguistas estavam fazendo [...] Da mesma forma, afirma que existia a sugestão de que Marc Bloch ‘teria aprendido com os linguistas [...] o método comparativo que tanto valorizava.’” (BURKE, 1995, p. 15).

sociologia, incluindo a antropologia social. Tal lacuna pode e deve ser preenchida por uma história social da linguagem.” (BURKE, 1995, p. 10).

Apesar do diálogo que travamos em nossa investigação com as disciplinas mencionadas pelo autor, cumpre ressaltar que o trabalho que ora nos propusemos a realizar concentrou-se no entendimento, sob ótica histórica, das elaborações discursivas das mulheres, a partir do ditado dos conteúdos documentais. Entendemos que a prática do ditado implicou uso mediado da escrita no contexto referido. Desse modo, não se trata de história social da linguagem em sentido genérico. Tal campo, pelo que entendemos, apresenta-se bem mais amplo, em que se inserem estudos sobre dimensões diferenciadas da língua e dos léxicos e das representações que veiculam, sejam elas escritas, pictóricas, musicais ou orais.

Nesse caminho interdisciplinar, estabelecemos a interlocução, de igual maneira, com as investigações desenvolvidas no campo de estudos *historia da cultura escrita*. Nessa área do conhecimento, os investigadores têm somado esforços e incorporado às suas discussões problemáticas concernentes à história da alfabetização e à história do livro e da leitura, para a abordagem e compreensão dos nexos existentes entre alfabetização e letramento – tendo-se em conta os processos de aquisição das habilidades de ler, escrever e contar – e circulação da palavra escrita e atuação social. De acordo com António Castillo Gómez:

Si hasta hace poco la escritura y la lectura se han considerado como “objecto de estudio separados, movilizand o saberes específicos y tradiciones nacionales extrañas las unas a las otras”, el objetivo de la historia de la cultura escrita pasaría justamente por “ensamblar, en una historia de la larga duración, los diferentes soportes del escrito y las diversas prácticas que lo producen o lo apropian.” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 105).

Sentimos, entretanto, no decorrer do trabalho, a necessidade de entender melhor o que, em alguns momentos, é abordado como conceito e, em outros, como campo de estudos denominado *cultura escrita*, que abarca, inclusive, pesquisas relativas à alfabetização e ao letramento. Ou seja, sentimos necessidade de compreender os significados assumidos pela expressão *cultura escrita*. Pelo que percebemos, pode se tratar de uma abstração – sofrendo transformações de acordo com o contexto estudado –, de produto, artefato histórico – manifesto por meio dos suportes nos quais é veiculado – e, igualmente, de campo de estudos, como mencionado.

Disso se depreende que a expressão vem sendo utilizada/empregada com diferentes conotações. Especificamente nos campos da história e da história da educação (haja vista o objeto *escrita* ser analisado no interior de diferentes disciplinas – a linguística, a

comunicação, a história, a antropologia, as artes, a psicologia –, e, por isso, a existência de abordagens conceituais e metodológicas diferenciadas), mais do que buscar definição conceitual para escrita, assaltou-nos a necessidade de compreendermos a “cartografia” dos estudos sobre a temática *escrita* (sendo que, por vezes, o conjunto de trabalhos refere-se à posse/uso/circulação da *cultura letrada*). Seja como for, a comunicação *escrita* tem sido tomada como objeto de estudo por número expressivo de historiadores e de historiadores da educação, voltando-se o interesse desses para a compreensão das apropriações dos elementos da escrita, usos, posses e práticas a ela relacionados.

Buscamos, assim, evidenciar a riqueza do campo com suas diferentes perspectivas de abordagem e, igualmente, exigências de diálogos. Essa intenção nos levou a tentar proceder a uma classificação dos trabalhos analisados. Conseguimos identificar e delimitar, na historiografia, de maneira sumariada, três eixos de investigação, a saber:

1. estudos que traçam uma trajetória histórica e evolutiva da própria linguagem, e, como uma de suas dimensões, a escrita (não necessariamente a alfabética), de orientação histórica, antropológica e/ou etnográfica, contrapondo, por vezes, as sociedades ágrafas às sociedades com escrita, a tradição oral à *cultura escrita*;<sup>3</sup>
2. estudos que buscam conceituar o termo *escrita*, estabelecer taxas de alfabetização/letramento em períodos e espaços geográficos específicos, bem como evidenciar as decorrências do domínio das habilidades de ler e escrever, os caminhos e as estratégias pessoais e/ou familiares para o aprendizado das primeiras letras, além de analisarem envolvimento diferenciados com o universo escrito no que tange a dimensões da vida privada, ou seja, às práticas individuais de escrita (escrita de livros de razão, cartas, diários etc.);<sup>4</sup>
3. investigações respeitantes às diferentes “manifestações letradas”, à redação/elaboração, circulação, posse e comercialização de impressos (estudos sobre as bibliotecas particulares), ao universo dos sujeitos letrados (escritores e literatos), à ocorrência e dinâmica das aulas públicas e particulares (em nível elementar e/ou universitário) e à realização de ofícios que demandavam o domínio

---

<sup>3</sup> Por exemplo: os trabalhos de Fernando J. Bouza Álvarez (1992) e de Diogo Ramada Curto (2007).

<sup>4</sup> É o caso, dentre outras, das obras de Justino Pereira de Magalhães (1994, 2001).



das habilidades de ler e escrever, além dos trabalhos cujo foco é o uso da escrita nas esferas administrativa e religiosa.<sup>5</sup>

Não objetivamos com isso criar divisões ou classificações rígidas e impermeáveis relativas ao conjunto de investigações. Na verdade, essa “classificação” visa apenas à organização mais didática dos trabalhos encontrados.

Nas últimas décadas, a historiografia tem se mostrado sensível à tentativa de compreensão dos fenômenos relacionados às práticas de leitura e escrita nos mais variados espaços. A abordagem do campo é de tal ordem vasta que percebemos certa indistinção, traduzida desde a existência de coletâneas organizadas com variados temas ligados, de algum modo, à “comunicação/cultura escrita”<sup>6</sup> – que, em certos momentos, como afirmamos, parece ser utilizada como sinônimo de cultura letrada –, até a existência de estudos teóricos, dedicados à compreensão e definição do conceito de escrita ou de “cultura escrita” *stricto sensu*. Ressaltamos que algumas investigações se enquadrariam em mais de um dos eixos apresentados, dada a amplitude do objeto de estudo.<sup>7</sup> Ademais, nos três eixos mencionados,

---

<sup>5</sup> Este terceiro “eixo”, em alguns casos, mescla-se ao campo de estudos *história do livro e da leitura*. A propósito, dentre outros textos, reporte-se à tese de Christianni Cardoso Morais (2009).

<sup>6</sup> Tomemos como exemplo o livro organizado por Leila Mezan Algranti e Ana Paula Torres Megiani, **O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo Ibérico (séc. XVI-XIX)**. De acordo com as organizadoras: “Este livro reúne um conjunto de ensaios que procuram destacar a importância e os significados da comunicação escrita no mundo ibérico moderno, em especial no império português. O que pretendemos é despertar e sensibilizar os leitores e leitoras para a relevância da coexistência de diversos circuitos e variados níveis de comunicação nos impérios coloniais da época moderna, presentes tanto no âmbito oficial das relações de poder da monarquia, quanto em dimensões coevas ou alternativas a ele. Nesses circuitos, além dos impressos, registros manuscritos de todo tipo (cartas, regulamentos, crônicas, gramáticas) desempenharam um papel fundamental na transmissão de ideias, valores, normas, costumes e saberes entre a metrópole e suas colônias, bem como entre as diferentes possessões ultramarinas que integravam tais impérios coloniais.” (p. 9). Outro exemplo pode ser encontrado no livro organizado por Thaís Nivia de Lima e Fonseca, **As Reformas Pombalinas no Brasil**. Não obstante os textos da coletânea apresentarem como eixo comum o período abordado na análise, tendo-se em vista a proposta do trabalho, no subitem “Cultura escrita”, iniciado à página 117, encontramos os três textos que compõem a parte e que tomam a *cultura letrada* por *cultura escrita*, a saber: Álvaro de Araújo Antunes, “Pelos pés de Francisco; caminhos e encruzilhadas da instrução escolar na segunda metade do século XVIII, em Minas Gerais” (p. 119-139); Christianni Cardoso Morais, “Livros de uso escolar nas aulas públicas de Portugal e Ultramar durante o período de atuação da Diretoria-Geral dos Estudos (1759-1771)” (p. 141-156); Luiz Carlos Villalta, “A Universidade de Coimbra sob o reformismo ilustrado português (1770-1807)” (p. 157-202). Apesar de apresentarem objetos de análise distintos, os capítulos têm como ponto em comum a abordagem da escrita em sua relação com alguma forma de instrução institucional. Ao que nos parece, neste caso, o sentido de *cultura escrita* encontra-se duplamente reduzido: tanto a categoria cultura está subdimensionada, se pensarmos em sua acepção antropológica, quanto o sentido de *cultura escrita*, que é tomada como sinônimo de *cultura letrada*. Entendemos que *cultura escrita* acolhe a *cultura letrada*, mas acreditamos que a ela não pode ser reduzida.

<sup>7</sup> Como exemplo, citemos a pesquisa de Christianni Cardoso Morais, **Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)**, que se propôs a analisar índices de letramento, isto é, uso e posse da *cultura escrita*, as bibliotecas particulares, como meio de circulação/posse da escrita, bem como a difusão da escrita a partir dos processos de escolarização. Dada a vastidão do objeto, a referida pesquisa poderia ser “enquadrada” no primeiro e segundo eixos de investigação.

não é incomum encontrarmos trabalhos voltados para a análise das práticas e os hábitos de leitura e/ou a vida de leitores e/ou comunidades de leitores.

Atualmente, vemos bem definida a linha de pesquisas denominada *história do livro e da leitura*, oriunda de uma tradição de pesquisas sobre os hábitos de leitura e sua distribuição num determinado contexto. Não obstante o foco de investigação dos trabalhos não serem os modos de leitura (apesar de algumas pesquisas abordá-los), isto é, a despeito de muitos estudos não se referirem de maneira central às variações dessa prática, tratam-se de trabalhos indispensáveis, na medida em que trazem à cena discussões teóricas concernentes aos hábitos de leitura e que constroem metodologias para a investigação da circulação dos suportes escritos.<sup>8</sup> Todavia, apesar das diferentes e crescentes investigações relacionadas ao universo dos impressos, da leitura dos mesmos e de seus desdobramentos, constatamos número de pesquisas ainda extremamente restrito no respeitante às práticas de escrita, inseridas aí as formulações de textos manuscritos, em especial no concernentes às práticas relacionadas à realidade feminina.

Nesse conjunto mais amplo de estudos referentes à escrita, especificamente à abordagem da linguagem como ato da comunicação humana, podemos afirmar que, de maneira mais intensa, desde a década de 1960, pesquisas vêm sendo desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento. Esses trabalhos buscam enfatizar os modos e os desdobramentos dos usos da linguagem para as atividades humanas, a cognição e o pensamento. Não fizemos incursão verticalizada nos diferentes campos, estudo caracterizado por maior duração e outro formato. Igualmente, foge ao escopo desta tese apresentar o *estado da arte* com relação às discussões sobre a linguagem tecidas no interior das ciências linguísticas, da educação, da sociologia ou da antropologia. Contudo, para compreendermos de maneira mais aprofundada o conceito de *escrita* e a sua constituição enquanto atividade humana historicizada,<sup>9</sup> escolhemos obras referenciais dessas áreas do conhecimento, autores que desenvolveram análises fulcrais.

---

<sup>8</sup> A esse respeito ver, dentre outros: ALGRANTI (2004); ABREU (1999); VILLALTA (1999); ALGRANTI; MEGIANI (2009). A história do livro e da leitura tem como expoente principal Roger Chartier (1996, 2003, 2004), que trabalha as relações existentes entre autor, editor, texto e leitor que circunscrevem o texto e a prática de leitura. Chartier discute o conceito de *inventividade* do leitor. Seus estudos sobre a leitura estão atentos às condições históricas e sociais particulares que forjam modos de ler e usos peculiares da leitura.

<sup>9</sup> Trabalhos importantes no campo de estudos da linguagem (e da aquisição da escrita) são, dentre outros, as reflexões de Luria (1977), Vygotsky (1978), além da pesquisa de Scribner e Cole (1981). Esses autores apresentam abordagem cognitivista em relação à aquisição e do desenvolvimento da linguagem e, por isso, não foram tomados como referenciais em nossa investigação. No que respeita às críticas direcionadas às suas reflexões, ver: TFOUNI (2000).

Entre os estudos relacionados ao quadro mais amplo de investigação sobre a escrita e as práticas de letramento, utilizamos as obras surgidas na segunda metade do século XX e as agrupamos de acordo com seus objetivos principais. No geral, elucidam-nos a respeito do papel da escrita nas sociedades. É preciso diferenciar, contudo, conforme nos orienta Angela Kleiman (1995), as pesquisas que se propõem a evidenciar e a compreender os impactos ou efeitos sociais da aquisição e dos usos da escrita das investigações sobre alfabetização e letramento.

Julgamos necessário, para esta tese, explicitar as diferenciações nesse sentido: tentamos articular as orientações advindas de três grupos de pesquisa: a) estudos sobre os impactos da aquisição da escrita em sociedades de oralidade primária e secundária;<sup>10</sup> b) estudos que conceitualizam alfabetização e letramento; c) pesquisas voltadas para a abordagem das práticas de letramento em sociedades passadas. Tais reflexões/investigações, quando analisadas em conjunto, oferecem-nos rico aparato conceitual e metodológico para entendermos o papel da escrita enquanto prática social, abordando diferentes dimensões da alfabetização, além de contribuir para a compreensão dos múltiplos usos da escrita empregados por distintos segmentos sociais. Acreditamos ser possível, assim, a visualização dessas práticas de maneira mais detalhada, cuidadosa, dinâmica e criativa.

Portanto, em nossa pesquisa, dialogamos com autores de diferentes áreas preocupados em entender o impacto da aquisição da escrita nas sociedades, contribuindo para que pudéssemos não apenas compreender a atividade escrita como processo/produto e construção histórica, mas visualizá-la em sua interface com a oralidade, fator central em nossa investigação. Apesar de não se constituírem em nossas principais referências, esses estudos nos disponibilizam contributos teóricos para a análise do objeto *escrita* e foram fundamentais para compreendermos como as práticas orais e os textos delas emanados permitem a expressão de tradições. Possibilitaram-nos, assim, uma primeira reflexão sobre a conceitualização de escrita e a organização e legitimação das práticas sociais com base na mesma e em sua relação com as práticas orais.

Classificamos o primeiro conjunto como estudos que se propõem, grosso modo, a traçar a evolução histórica dos sistemas de escrita, sua aquisição e seus impactos em

---

<sup>10</sup> Galvão e Batista, ancorados nas explicações de Zumthor (1993), explicam que existem três tipos de oralidade que variam de acordo com os contextos, grupos sociais e sujeitos. A primária e imediata, em que não há contato com a escrita de nenhuma forma; a oralidade mista, marcada pela coexistência da oralidade e da escrita, sendo influência do escrito menor e parcial; e a oralidade secundária, própria das culturas letradas (GALVÃO; BATISTA, 2006, p. 407).

diferentes sociedades, a saber: as reflexões de Jack Goody e Ian Watt (2006), Jack Goody (1977, 2006),<sup>11</sup> Walter J. Ong (1998), Erick Havelock (1995) e David Olson (1994, 1995). Já com relação ao segundo grupo, é correto dizer que, de maneira sintetizada, concentram-se na definição dos conceitos de alfabetização e letramento, as formas e decorrências de sua aquisição em contextos variados, bem como suas implicações políticas e sociais. Esse agrupamento é composto pelas reflexões de Antonio Viñao Frago (1993, 1995, 1999), Brian Street (1984, 2003, 2006, 2010), Magda Becker Soares (1998, 2003, 2004, 2006) e Leda Verdiani Tfouni (2000, 2011). No terceiro e último bloco, agrupamos as investigações que abordam a alfabetização e o letramento em sociedades pré-estatísticas e que, da mesma forma, apresentam contribuições teóricas e metodológicas indispensáveis para o estudo da temática: Justino Pereira de Magalhães (1994), Rita Marquilhas (2000) e Christianni Cardoso Morais (2009).

A análise destinada a realizar uma abordagem social dos diferentes fenômenos relacionados à escrita deve possuir como foco os usos e práticas cotidianas dos sujeitos e não poderá prescindir de diálogo interdisciplinar. Para além da utilização social das habilidades de ler e escrever, pensamos na utilização social da escrita, enquanto processo e produto, feita, destacadamente, por sujeitos iletrados. Nesse sentido, enfocamos os usos da escrita na sua dimensão simbólica e material, ou seja, como produto (conteúdo registrado, grafado no papel e legitimado pelas instâncias de poder) e em sua dimensão simbólica, como *processo* cultural; mecanismo de expressão de representações sociais.

Cabe ressaltar que compreendemos o conceito de *cultura* numa perspectiva antropológica, a qual rompe com a visão estritamente material e de “continuidade espacial”, característica do conceito de civilização, para abordá-la a partir de uma ótica que considere os valores, o conjunto de conhecimentos, práticas, hábitos, costumes, crenças etc. A cultura é compreendida como sistema de representações, como território de interpretações e espaço de construção de significados conscientes ou inconscientes. Caminho por meio do qual homens e mulheres concedem sentido e ordenam suas ações e comportamentos. A dimensão simbólica apresenta, de acordo com essa concepção, importância crucial para a atividade humana, e a sociedade configura-se como local onde as interações ocorrem a partir de diferentes óticas, uma vez que múltiplas são as matrizes que constroem os sentidos. A realidade assume o

---

<sup>11</sup> O livro de Jack Goody, **The domestication of the savage mind**, constitui uma das maiores contribuições sobre a temática das consequências da escrita para a humanidade “numa perspectiva sócio-histórica”. Cf. GNERRE (2009, p. 83).

caráter de produto humano e, simultaneamente, de construção permanentemente penetrada por tensões, conflitos e lutas simbólicas.<sup>12</sup>

Por isso, em nossas análises, as diferentes formas de expressão e caminhos para a elaboração escrita tornam-se elementos centrais, dentre eles, especialmente, o *ditado* (a fala/enunciação da testadora, entendida como prática oral) como via de externalização das crenças, valores e posicionamentos dos sujeitos, ou seja, da cultura de um tempo. Nesse sentido, os estudos que se debruçaram sobre as sociedades completamente orais ou de oralidade secundária nos ajudaram a entender a importância das práticas orais na transmissão, na manutenção e na mudança das tradições, particularmente nos elucidaram e contribuíram para que pudéssemos compreender como na prática escrita há marcas da oralidade.

Por meio do conjunto de leituras realizadas, foi possível entender, igualmente, as crenças e visões teóricas relativas ao lugar ocupado pela escrita nas sociedades. Uma dessas crenças, talvez a mais forte, refere-se à preponderância conferida aos sistemas de escrita em detrimento da oralidade. Comparações estabelecidas entre sociedades ágrafas e letradas, desenvolvidas em algumas investigações, acabaram por contribuir para a construção da ideia da *grande divisa*,<sup>13</sup> isto é, uma visão dicotômica entre as sociedades com e sem escrita, sendo que as sociedades letradas, especialmente as alfabéticas, se constituiriam como superiores às comunidades orais, pois a escrita levaria, indubitavelmente, aos processos de racionalização, ao desenvolvimento humano, científico e tecnológico. A esse respeito assevera Leda Verdiani Tfouni:

Historicamente, existe uma correspondência entre o aparecimento do discurso lógico-verbal e do discurso escrito, como mostram vários autores [...] Com efeito, a estrutura do silogismo (premissa maior; premissa menor; conclusão) [...] o raciocínio silogístico clássico (aristotélico) [...] constitui-se em um tipo de discurso em que o sujeito (do discurso) se coloque em uma posição na qual suas experiências e conhecimento factual podem ser dispensados [...] Existe, portanto, uma relação íntima entre o aparecimento e a expansão social da escrita e a criação de matizes discursivas (como é o caso do silogismo) que materializam as características de objetividade, descentração, características essas que, por sua vez, são apontadas como produto da habilidade para ler e escrever, ou seja, da alfabetização. (TFOUNI, 2000, p. 65-66).

<sup>12</sup> Sobre essa matéria, recorra-se, dentre outros, a: DURHAN (1977); e a BARROS (1993).

<sup>13</sup> Brian Street refere-se a uma versão moderna da teoria da *grande divisa* que depositaria no domínio dos códigos alfabéticos a certeza de evolução, progresso e desenvolvimento. De acordo com Street, um dos expoentes desse tipo de abordagem seria David Olson. Street tece severas críticas, também, a Ong. A este respeito, ver: GALVÃO; BATISTA (2006).

A autora ressalta que estudos posteriores, ao abordarem a “compreensão de raciocínio lógico-verbais por grupos não alfabetizados,” têm contribuído para reforçar a ideia de inferioridade desses indivíduos em sua relação com a escrita, pois esses trabalhos ressaltam a ausência de determinadas habilidades nesses sujeitos. Suas formas de participação, mesmo tangenciais, nos processos que envolvem a escrita são pensadas a partir de um olhar que enfatiza a ausência, a falta. Uma visão crítica desse tipo de abordagem possibilitaria pensar sobre outros tipos de discursos ou “estruturas” que os não alfabetizados utilizariam em substituição ou para a compreensão dos silogismos (TFOUNI, 2000, p. 67-68).

Com base nessa premissa, acreditamos ser possível caracterizar a maioria das pesquisas dedicadas à compreensão dos papéis e lugares ocupados pelos não alfabetizados nas sociedades pré-estatísticas. Ao criarem níveis de letramento, ainda que estes nos possibilitem compreender a distribuição das capacitações alfabéticas em determinado contexto, as investigações acabam por destacar a inexistência/ausência das habilidades de leitura e/ou escrita nos sujeitos, contribuindo para o entendimento desses de maneira inferiorizada em relação aos detentores de tais competências e, em última instância, para sua exclusão do cenário analítico.

Como dito, pesquisas importantes que apresentavam como característica comum o questionamento à dicotomia entre sociedades ágrafas e letradas começaram a ser produzidas principalmente a partir de meados da década de 1960.<sup>14</sup> Chamavam a atenção para a interdependência entre oral e escrito e potencialidade da oralidade na manutenção e transmissão das tradições. Esses “novos” estudos apresentam, também, outro ponto comum que se refere à *descontextualização*. Esse fenômeno diz respeito ao entendimento de que a escrita possibilitaria a perenidade ou a manutenção dos “conteúdos” relatados, mesmo “fora de contexto”, em detrimento do “esquecimento” característico das práticas orais, posto que estas se encontram presas ao momento imediato, ao contato face a face.

Não obstante as críticas sofridas em relação a alguns aspectos (como aquelas concernentes ao fenômeno da descontextualização), essas reflexões configuraram-se como referências cruciais para o desenvolvimento do campo de estudos sobre a escrita (surgimento, impactos nas sociedades, evolução dos sistemas de escrita) e, da mesma forma, no que diz

---

<sup>14</sup> Podemos apontar como algumas das reflexões fundamentais sobre a temática os estudos de Jack Goody e Ian Watt (1963), Jack Goody (1968, 1977), Walter J. Ong (1982) e Erick Havelock (1989).

respeito ao entendimento das relações existentes entre oralidade e escrita,<sup>15</sup> ponto que em especial nos interessa.

Cabe lembrar que práticas de escrita guardam relação com os processos e modos de leitura. Contudo, procuramos evidenciar múltiplos usos da *escrita* feitos por mulheres, ainda que, para tanto, percorressem trajetos diversificados para estabelecerem contato com a mesma. Poderiam ler, elas próprias, sem, contudo, saberem redigir, ou poderiam valer-se da leitura de outora. De qualquer forma, gostaríamos de destacar o fato de estarmos atentos a essas relações, porém, o centro da investigação são os *usos da escrita* germinados das *enunciações orais*.

## 2.1 DO ORAL, O ESCRITO: DESEJOS, DEMANDAS E EXPECTATIVAS REDIGIDAS

Dentro do primeiro agrupamento de autores, concentramo-nos, principalmente, na obra de Jack Goody e Ian Watt, publicada em 1963, **The consequences of literacy**,<sup>16</sup> na tentativa de compreendermos a importância do surgimento/aquisição da escrita, sua evolução em linha cronológica e as relações entre escrita e oralidade.

De modo resumido, podemos afirmar que os autores iniciam o texto justificando, de modo panorâmico, a importância de se explicitar como “a herança cultural é transmitida em sociedades não letradas” e, partir daí, de identificar como as formas de transmissão mudam, na medida em que a escrita é utilizada em larga escala e com desenvoltura para a comunicação entre as pessoas. Ao traçarem um paralelo entre as sociedades com e sem escrita, explicam como em culturas exclusivamente orais o conjunto de conhecimentos, crenças e valores é comunicado com base, apenas, no armazenamento da memória, criando um tipo específico de relacionamento entre símbolo-referente, e a forma como essa relação é vivenciada pelo indivíduo, isto é, o relacionamento mais imediato e socializado, em que “a língua é desenvolvida em associação íntima com a experiência da comunidade e é aprendida

<sup>15</sup> Especialmente, os estudos de Jack Goody contribuíram de forma marcante para a crítica às premissas da *grande divisa*. Cf.: GOODY (1977), dentre outros.

<sup>16</sup> Em nossos estudos e para a elaboração desta tese, utilizamos a tradução brasileira, intitulada **As consequências do letramento** (2006). Entre as obras mais significativas de Goody, estão: **Literacy in traditional societies** (1968), **The domestication of the savage mind** (1977), **The logic of writing and the organization of society** (1986), **The European family: an historic-anthropological essay** (2000) e **Islam in Europe** (2004). Desde sua publicação, em 1963, a mencionada obra tornou-se referência para as pesquisas que abordam a escrita enquanto objeto de estudo.

pelo indivíduo no contato face a face com os outros membros” (GOODY; WATT, 2006, p. 17).<sup>17</sup>

Em que pesem a verticalidade e o significado das análises desenvolvidas por Goody e Watt (2006), uma das principais críticas dirigidas a esses autores diz respeito à pouca importância atribuída aos aspectos que caracterizam grupos específicos no processo de aquisição da escrita, no exemplo dos grupos privilegiados, sendo que, neste caso, o “domínio” da escrita significaria controle e poder. Abordariam, assim, tanto as línguas quanto as sociedades de forma homogêneas, sem levar em consideração as características dos grupos singulares.

Nessa dimensão, de acordo com Maurizio Gnerre (2009, p. 73), “os autores pensaram somente as consequências da escrita nas sociedades como totalidades e não como grupos sociais privilegiados que controlavam o poder de uso da escrita”.<sup>18</sup> Isso significa a compreensão de que nas sociedades marcadas pela presença da escrita, toda a população teria acesso a ela, adquiriria a capacidade de leitura e escrita. Essa ideia precisa ser relativizada, tendo-se em vista ser tal aquisição controlada por grupos restritos.<sup>19</sup> Ainda de acordo com Gnerre: “É impossível fazer generalizações como *sociedades com escrita*: tradicionalmente,

---

<sup>17</sup> O trabalho de Goody e Watt transformou-se, como salientamos, em referência obrigatória para os estudos acerca do surgimento/aquisição/evolução/significado dos sistemas de escrita em distintas sociedades, sendo utilizado como referencial teórico por pesquisadores de diferentes áreas. No nosso caso, sua leitura foi fundamental para que pudéssemos perceber o lugar e o “valor” das práticas orais na manutenção e transformação de uma cultura e “abriu-nos os olhos” para começarmos a compreender as possíveis conexões entre oralidade e palavra escrita. Os autores salientam, também, a importância da extensão da difusão e dos usos de determinado sistema de escrita. Analisam o desenvolvimento e complexificação, em sua relação com as características sociais, dos variados sistemas de escrita, suas dinâmicas (o desenvolvimento de elementos fonéticos na escrita) e as consequências na prática da comunicação e na representação, transmissão e preservação das culturas. Elucidam, ainda, a importância do alfabeto, enquanto “exemplo máximo de difusão cultural.” O sucesso que pode ser explicado devido ao seu suposto caráter mais “democratizante”, em contraposição à “escrita teocrática”, tal qual a egípcia. Finalizam as análises tecendo considerações gerais a respeito das sociedades letradas, enfatizando o “contraste entre a transmissão da herança cultural em sociedades não letradas e alfabeticamente letradas”, em diferentes dimensões, e a extensão de seus desdobramentos e significados (GOODY; WATT, 2006).

<sup>18</sup> A esse respeito, ver: GNERRE (2009). Gnerre faz um mapeamento dos principais autores, de diferentes áreas, que compõem o campo de estudos sobre a escrita e das críticas mais contundentes direcionadas às suas discussões.

<sup>19</sup> Gnerre reitera a crítica a Goody com relação à sua obra de 1977: “[...] O problema é que Goody tende a parar inevitavelmente no nível individual [...] e não *nos* grupos sociais [...] Essa perspectiva sobre as sociedades que não considera os grupos sociais manifesta-se em níveis diferentes [...] Goody não pensa em termos da elaboração artificial, controlada por algum grupo social, mas em termos de ‘língua suméria’ como uma entidade abstrata e acima das contraposições de grupos sociais [...]” (p. 85-86). Em momento anterior, no entanto, Jack Goody, em **Literacy in traditional societies** (1968), havia afirmado a existência de sociedades de *alfabetização restrita*, nas quais grande parte dos sujeitos vive na “tradição oral”, em decorrência de motivos da mais variada ordem (sociais, religiosos ou técnicos), sendo a “tradição escrita” herdada e monopolizada por pequeno grupo de privilegiados. A obra de Goody, **Literacy in traditional societies** (1968), não é comentada nas reflexões de Gnerre.



existiam e existem somente grupos sociais com escrita.” (GNERRE, 2009, p. 73, grifo do autor).

A partir dessa crítica é importante compreender a escrita e, conseqüentemente, o letramento como mecanismos ideológicos, pois existe um controle exercido pelos grupos dominantes, o qual diz respeito ao que deverá ser lembrado, memorizado e, obviamente, legitimado, assim como há o controle com relação aos conteúdos que deverão ser apagados, esquecidos. Essa percepção abre espaço para pensarmos, igualmente, em que medida grupos tradicionalmente não possuidores das capacidades de ler e escrever utilizaram-se da escrita, por vias alternativas, reafirmando uma memória e expuseram narrativas que desejaram dar a conhecer.

Especificamente em nossa pesquisa, as narrativas, no caso dos textos testamentais, extrapolavam a mera disposição relativa ao destino/partilha dos bens e legados. Na verdade, apresentavam-se como conjunto de representações sobre o passado, o presente e o futuro. A escrita funcionou, para esses sujeitos, se não como ato – ação de escrever – como fato, acontecimento, momento no qual a vida, a trajetória passada, os valores e as prospecções cristalizaram-se no papel.

Observemos, por exemplo, o testamento de Brites Correa de Oliveira, solteira, natural da cidade da Bahia, filha de Felipa Ferreira, onde declarou:

[...] e a todos os sobreditos meus filhos conferi aquelas porções para os seus estados que hão de constar de uma relação que há de ir junta neste meu testamento como parte principal e para que se lhe haja de dar aquele crédito pio que merece de verdade que no dito papel reconto e para que os meus herdeiros haja a face do mesmo papel reclamar, pedir e haver o que diretamente segundo as leis me pertencer para cujas ações também vão herdeiros instituídos porquanto eu, como mãe, não tinha obrigação de ditar com tanta largueza, antes devo repetir as despesas que tenho feito com os meus filhos como alguns dos meus filhos receberão de mim e haverão, por isso, faço a tal declaração no tal papel para que se dê a quem legitimamente se dever e nisto olhando para Deus e para minha consciência e para esta [?] conta que lhe há de dar não quero que minha vontade [...] nem minha liberdade se estenda mais a um que a outros e neste ponto não faço caso da ingratidão com que sempre me tratou e enganoso que me fez meu filho doutor José Caetano da Silva (*sic*) porque se da sua fazenda os outros meus filhos puderem haver o que eu por erro e engano lhe dei, peço à Justiça que inteiramente satisfaça ao seu dever porque a minha vontade é reclamar e repetir o que puder ser reclamado e repetido [...].(MO/CBG/CPO/LT 51(70), fls. 118-118v).

A testadora narra todas as medidas tomadas com relação às partes dos bens que caberiam aos herdeiros e, ainda, faz questão de registrar o que pensa, no tempo presente,

sobre suas próprias ações e explicações, dadas que extrapolariam seu papel de mãe. Seu texto carrega elementos de um discurso relacionado ao passado, presente e futuro, pois, além de relatar fatos ocorridos, ela se expressa no exato momento do ditado, ou seja, diz os sentimentos que tem em relação ao filho no “tempo presente”, ao afirmar: “[...] não *faço* caso da ingratidão com que sempre me tratou [...]”. Outro ponto importante do texto ditado por Brites Correia diz respeito ao desejo de retificação daquilo que poderia ter feito por “engano”, fazendo valer e registrar-se sua vontade de mudança com relação a atitudes tomadas no passado.

Passado, presente e futuro coadunam-se, desse modo, em sua narrativa, descortinando não só desejos de ordem prática, mas sentimentos, acontecimentos pessoais e posicionamento social. A “escrita” revela-se importante dispositivo para o registro das interpretações concernentes aos eventos da própria vida e das pessoas com as quais se relacionava. Em sua narrativa, ela continua a declarar os acontecimentos passados que envolveram seu filho, o doutor José Caetano de Oliveira. Prossegue a exprimir-se:

Declaro que o dito meu filho o doutor José Caetano de Oliveira mandou lavrar um papel o qual não sei o que consta e ele o mandou assinar sem eu ser ouvida. Caso os herdeiros [?] queiram repartir alguma quantia de minha fazenda ou seja por modo de doação, eu o hei por nulo e de nenhum vigor por não ter dado ao dito filho consentimento algum para isso ainda que nele se ache declaração de que eu o assinei com uma cruz e que outra pessoa o escreveu a meu rogo e o assinou. Desde já digo que o não assinei nem o mandei escrever e que tudo é falso. (MO/CBG/CPO/LT 51(70), fls. 119-119v).

A testadora se posiciona com relação às atitudes de seu filho José Caetano e reafirma o seu desejo e pensamento a esse respeito. Deixa explícita a insatisfação com as ações do filho e “prevê” ou conjectura possíveis medidas a serem tomadas pelos outros filhos. Mesmo assinando em cruz, como consta em seu testamento e como declara poder ter feito em relação ao documento “falso”, por ela mencionado, Brites Correa é enfática ao afirmar o que é válido, “escreveu” e “assinou” e o que não teria “escrito”, tampouco, “assinado”, mesmo por intermédio de outra pessoa. Invalida, assim, com seu discurso oral, documentos supostamente redigidos por alguém que soubesse escrever. De forma semelhante, a afirmativa “[...] e o mandou assinar sem eu ser ouvida [...]” expressa a indispensabilidade e a importância da oralidade no contexto como condição de legitimação para a elaboração e o registro dos conteúdos escritos, independentemente destes apresentarem assinaturas ou sinais que os validassem perante a Justiça.

Da mesma maneira, no testamento de Joana de Sousa, natural da terra da Guiné, ditado no ano de 1791, observamos o discurso oral reafirmando condições da vida presente e forjando o processo da escrita. A testadora narrou as disposições, destacando o fato de ter sido cativa e de ter comprado sua liberdade<sup>20</sup>: “[...] Fui escrava da falecida dona Quitéria com a qual fiz contrato honroso sobre minha liberdade e lhe paguei até o último vintém” (MO/CBG/CPO/LT 52(71), fl. 148).

Aspectos da trajetória de vida são, assim, lembrados e a identidade de liberta “narrada”, confirmada e registrada em seu testamento, mesmo que já possuísse seu “documento de liberdade” e que a afirmação e o registro do pagamento por sua liberdade, no testamento, em nada alterassem sua condição e seu destino de maneira pragmática. A escrita serviu, nesse caso, sob a influência da narrativa oral, se não como meio de legitimação de um estatuto jurídico, como mecanismo de reafirmação da identidade social.

Sobre essa matéria, isto é, sobre a influência da oralidade em sociedades penetradas pela escrita, de forma análoga a Goody e Watt, numa perspectiva antropológica, Erick Havelock (1995) ressaltou a importância das práticas orais no processo de interpretação do mundo ao afirmar que o homem, em seu estado natural, não é escritor, mas falante, e não é leitor, mas ouvinte.<sup>21</sup>

Também David Olson (1995) preocupou-se em evidenciar os efeitos do advento da escrita em sociedades de oralidade primária, destacando o processo de *descontextualização*. De acordo com sua interpretação, grosso modo, haveria nas culturas orais uma maior ligação

---

<sup>20</sup> Esclareça-se que os trechos dos documentos transcritos e analisados neste capítulo cumprem a função de exemplificar aspectos abordados na discussão teórica. As fontes desta pesquisa serão analisadas de forma sistemática nos Capítulos 3 e 4.

<sup>21</sup> De acordo com Havelock, que busca traçar uma trajetória dos estudos acerca da oralidade, são pesquisas referenciais: *The Gutenberg Galaxy*, de McLuhan (1962); *La pensée sauvage*, de Lévi-Strauss (1962); *The consequences of literacy*, de Jack Goody e Ian Watt (1963); e *Orality and literacy*, de Walter Ong (1982). Para o autor, o ano de 1963 constituiu-se como marco. Houve uma profusão de estudos dedicados à compreensão das relações entre oralidade e escrita. Cf. HAVELOCK (1995, p. 17-34). Havelock (1995) traz à tona a ideia da escrita como mecanismo artificial, enfatizando a oralidade como herança de nossa própria condição humana. Afirma a importância e a prioridade da ação pelo conceito, ao focar a força e a necessidade da herança oralista, colocando a prática oral como necessária à consciência abstrata da cultura escrita. Para o autor, a oralidade e a cultura escrita individualizam-se ao serem contrapostas, embora possam ser vistas ainda como interligadas em nossa própria sociedade, sendo fundamental que se estabeleça a relação – e não a polarização – entre as duas. Para que isso ocorra, é indispensável que insiramos na discussão as orientações advindas da linguística. No entendimento de Havelock (1995), para se abordar a escrita e os fenômenos a ela relacionados, não há como prescindir dos estudos desenvolvidos nesse campo. Acrescentaríamos que são indispensáveis o diálogo com a educação e a história. Com outro recorte, Walter J. Ong analisou o processo de divulgação da escrita e suas decorrências, ao avaliar a importância da introdução da imprensa na sociedade europeia. Conforme Ong, a escrita serviria, principalmente, para estabelecer a objetividade e “distanciar o conhecedor do conhecido”. Há, portanto, um deslocamento do verbal (sonoro) para o visual. A imprensa, dessa maneira, desempenharia importante papel ao transformar os efeitos da escrita sobre o pensamento.

com os contextos que caracterizariam os processos comunicacionais, enquanto nas sociedades letradas (que são evidenciadas pela escrita alfabética) o significado das mensagens se fixaria nos textos e se libertaria do contexto, possibilitando, assim, uma sobreposição da escrita em relação às práticas orais, pois aquela permitiria maior capacidade de memorização, transmissão, distanciamento e racionalização sobre os conteúdos e narrativas. Ponto de vista, contudo, questionável para outros autores, pois, de acordo com Gnerre:

A visão que Olson apresenta é criticável porque é uma esquematização extrema da história social da escrita na medida em que ele formula sua hipótese como se, a partir da “invenção” do alfabeto, a maioria das populações de diferentes sociedades tivesse sido automaticamente alfabetizada. Ao contrário, a escrita foi controlada essencialmente por grupos reduzidos e as “culturas orais” existiam lado a lado com as tradições escritas dos grupos de elite. (GNERRE, 2009, p. 79).

A crítica dirigida por Gnerre a David Olson refere-se ao fato de não se pensar no controle da escrita exercido por determinados segmentos sociais. Consequentemente, ignoram-se as estratégias e os processos de aquisição ou adaptação e uso da escrita por parcelas diferentes das sociedades. Parte da crença de que há uma linha evolutiva e contínua relativa ao desenvolvimento e à utilização da linguagem (que se materializam na aquisição clássica das habilidades de ler e escrever), desconsiderando seu uso enquanto instrumento de manipulação do poder por grupos privilegiados. A aquisição clássica da linguagem é entendida de maneira homogênea e como único ou maior mecanismo propiciador da racionalidade humana e, em decorrência, do desenvolvimento social. Para Gnerre, Olson deixa de considerar que a linguagem escrita nem sempre informa, nem sempre tem o caráter positivo, posto que, por vezes, é utilizada com o intuito de manutenção de determinados grupos no poder, sendo seu aprendizado e apropriação reduzidos e controlados.<sup>22</sup>

Como nos mostra a historiografia, a oralidade, no que respeita às práticas de leitura, era hábito comum no período em foco, permitindo o contato e/ou a aquisição dos conteúdos escritos. Seja nos espaços religiosos, na vivência domiciliar ou ao ditar seus documentos, as mulheres absorveram elementos da escrita ao travarem contato com discursos organizados de acordo com a lógica da escrita. Isso se deu principalmente por meio da leitura de oitiva, realizada tanto no interior de instituições, as quais tiveram importante papel na instrução feminina, quanto fora dos muros institucionais. A esse respeito, explica-nos Leila Mezan Algranti:

---

<sup>22</sup> Nessa linha, Ong (1998) destaca a sintonia existente entre culturas orais e quirográficas e defende que é preciso que se faça uma abordagem diacrônica e histórica que considere questões psico-históricas na reciprocidade entre oralidade e escrita.

Enquanto fora das muralhas dos conventos a instrução religiosa se dava bem mais por meio da oralidade (sermões, leituras coletivas, orientações do confessor), nos conventos e recolhimentos havia não só a necessidade de acompanhar os serviços religiosos com a leitura silenciosa (o que não excluía as leituras em voz alta) [...]. (ALGRANTI, 2004, p. 51).

Apesar de destacarmos a importância da leitura de oitiva e da escrita mediada, entendemos que a posse das habilidades de ler e escrever encerra um poder no exercício de papéis diferenciados de uma sociedade para outra. Acreditamos, porém, que o mais importante não seria tanto evidenciar as consequências do domínio dessas habilidades na vida dos indivíduos, mas sim os usos sociais da escrita feitos pelos sujeitos, independentemente do domínio dos códigos alfabéticos. Interessa-nos identificar os usos da escrita cometidos pelas mulheres enquanto atitudes cognitivas e sociais propulsoras dos atos de comunicação e marcados pelas subjetividades. Segundo Justino Pereira de Magalhães, nas sociedades escritas:

O pensamento clássico está agora munido de um instrumento que aglutina as notações oral e escrita, não obstante a margem de subjetividade deixada ao sujeito pela própria notação escrita. Margem esta que varia desde o som que permanece individual à própria imaginação do emissor/escrevente ou do receptor/leitor. Memória e patrimônio coletivos, a escrita alfabética reserva a cada um grande margem de recreação. (MAGALHÃES, 1994, p. 49).

A escrita traria implicações decisivas para o raciocínio linguístico e matemático e, de forma geral, para a cognição. Ela atuaria como mecanismo ordenador do pensamento que, em última instância, forjaria e afetaria a comunicação nos espaços sociais.<sup>23</sup> Ressaltamos, contudo, que não atribuímos somente à habilidade da escrita a capacidade de ordenação dos pensamentos. Acreditamos que a verbalização de disposições (no caso do discurso testamental) apresenta lógica e coerência e que, posteriormente, são “reorganizadas”, “formatadas” ou ordenadas e podem ser revistas no e pelo processo de escrita. A escrita assume, assim, mesmo que mediada, uma interdependência com a oralidade e esta última importante papel social.

Ao analisarmos a sociedade em causa, marcada e legitimada pelo escrito, buscamos compreender como as mulheres que, em sua maioria, não tiveram acesso ao aprendizado da leitura e da escrita de maneira sistematizada se comportaram nesse contexto. Elas ouviam, liam por outros olhos, viviam e experienciavam práticas orais de leitura. Da mesma maneira,

---

<sup>23</sup> De acordo com Peter Burke, para os antropólogos, a alfabetização torna possível o pensamento abstrato, e, para os sociólogos, a alfabetização constitui habilidade indispensável para toda realização modernizadora. Sobre tal matéria, recorra-se a: BURKE (1997, p. 14-41).

ditavam suas demandas, desejos e necessidades, experimentando práticas diferenciadas de escrita. No processo de oralização do conteúdo testamentário (*fala* das disposições), a organização do pensamento para narrarem o passado ou expressarem anseios, mesmo mediados por quem escrevia o texto, deixa entrever a autonomia e a capacidade interpretativa no contato e na utilização da escrita.

Desse modo, precisamos examinar a escrita em um sistema claramente definido, no qual pesam intencionalidades, fatores históricos e sociais, e não banalizar seu sentido como apenas comportamento cognitivo. Resulta daí que devemos estar atentos à intencionalidade do texto, às finalidades do autor quando escolhe determinadas palavras e/ou expressões e não outras. Não obstante, no referido contexto, a escrita originar-se da fala e os textos carregarem expressões nascidas de verbalizações, a escrita não pode ser tomada como transposição direta ou como acessório da fala. A esse respeito, Burke esclarece:

A língua escrita é um outro exemplo óbvio de um registro, pois de maneira geral trata-se muito mais de uma tradução do que de uma transcrição da língua falada. A escrita é uma variante distinta da língua, com suas próprias regras, variando com o tempo, o lugar, o escritor, potencial leitor, tópico (domínio) [...]. (BURKE, 1995, p. 33).

Como observa o autor, o texto não deve ser entendido como a fala redigida. Ele encerra-se, tecnicamente, em campo visual, tem características que lhes são peculiares e regras próprias. Portanto, não buscamos verificar o que as mulheres disseram (fenômeno primário) por meio do que encontramos escrito (fenômeno secundário),<sup>24</sup> acreditando que a redação é de transposição direta do que foi dito, mas compreender a utilização da escrita, além de tentar entender de que forma essas mulheres construíram a redação dos documentos, ainda que intermediadas por outros.

A esse respeito, são significativas as afirmações de Justino Pereira de Magalhães, ancoradas nos esclarecimentos de Antonio Viñao Frago:

A oralidade primária marcada pela sua mística participatória, o sentido comunitário, seu caráter situacional ou a atenção ao momento presente, o fugaz e o uso de fórmulas e frases padronizadas afetam a produção e elaboração dos textos escritos, como se comprovam quando se analisam, no plano histórico, os testamentos e certo tipo de processos jurídicos e administrativos. Mais do que uma ruptura, entre a oralidade e a escrita, há um processo histórico-comunicacional de sucessivas passagens. (MAGALHÃES, 1994, p. 75-76).

---

<sup>24</sup> Essas diretrizes teórico-metodológicas foram extraídas de: ONG (1998).

Do exposto, inferimos que, se, por um lado, as fontes utilizadas nesta investigação não são reproduções das falas femininas, por outro, apesar de guardarem em sua elaboração intenções próprias e de carregarem os estigmas de sua natureza, isto é, as características e as convenções do texto cartorário, são portadoras de informações, memórias, representações e indícios que nos permitem escrutinar experiências e expectativas. As convenções transformam as palavras em algo que se pode percorrer com os olhos, controlar.

Nessa perspectiva, ditar era ação atribuidora de poder às palavras. As legitimava como verdade após a leitura pessoal ou oitiva e, posteriormente, por meio da assinatura de próprio punho, a rogo ou da utilização de sinais. A fixidez imposta pelo escrito poderia construir, refazer ou desfazer a memória. O momento em que as mulheres anunciam demandas ou aceitam o documento formalizado, justificando-os com as especificidades de seu caso, é um contexto de luta, no qual se processa a retenção do que se quer dar a conhecer, da representação do real. Mesmo por outras mãos, a persuasão, a disputa, a afetividade emergem, e a escrita alimenta a possibilidade de resolução dos problemas, permite a comunicação e, paralelamente, retira da esfera cotidiana informações pessoais, traduz os sentimentos ou formaliza necessidades.

Nas fontes desta pesquisa, encontramos uma gama diversificada de informações respeitantes à vida pessoal e aos hábitos do dia a dia que, apesar de apresentarem-se redigidos, têm sua origem na enunciação oral. Verificamos isso, por exemplo, no testamento, datado de 18 de outubro de 1818, de Maria Joaquina Rosa de Lima, solteira, natural de Vila Rica, filha legítima de Antônio José Lima [?] e de Benta Nunes. Ao ditar o testamento, declarou: “[...] sempre vivi no estado de solteira e por miséria minha tive três filhos, um por nome Joaquim, que foi exposto em São João del-Rei, outra por nome Ana Rosa e outra por nome Francisca de Paula [...]” (MO/CBG/CPO/LT 75(41), fls. 51v-55v).

A testadora declara a existência dos três filhos e afirma tê-los tido por “miséria” sua, atribuindo juízo de valor às atitudes passadas, justificando e fazendo questão de deixar registrado sua “consciência” sobre tais atos. Essa atitude era comum na feitura do testamento, pois havia a preocupação com a salvação da alma. Nesse momento, eram de praxe ações como reconhecimento de filhos, pagamento de dívidas e a “confissão” de erros ou de “fraquezas” do passado, de acordo com os preceitos morais e religiosos da época. Aspectos da intimidade afloravam a partir do discurso oral e, por serem dizeres contextualizados, eram relatados de forma a demonstrarem o arrependimento ou a consternação, experiências dignas não somente de serem sentidas, mas escritas e posteriormente conhecidas.

Constatamos dizeres da intimidade, também, no texto do testamento de Joana da Silva Gouveia, nascida na Freguesia de Barbacena, filha natural de Maria Josefa Rodrigues:

Declaro que sou casada com José Pereira Cabral, cujo matrimônio considero nulo por ser contra a minha vontade e não ser dado o meu consentimento na ocasião de nos receber só com ameaças e medo de pancadas que fez a forma de casar-me não tendo tal intenção nem dando meu consentimento para isso. Tanto assim que, tendo disso certeza, o sobredito José Pereira Cabral se ausentou da minha companhia levando consigo a metade de alguns bens que possuía [...]. (MO/CBG/CPO/LT 55(77), fl. 104v. Testamento datado de 17/5/1804).

No momento do ditado do testamento, Joana da Silva, para explicar o destino de parte dos bens, rememora episódios de sua intimidade, parecendo querer lembrar para justificar a situação em que vivia, sem a companhia do marido e sem parte dos bens, e evidenciar experiências passadas. Na narrativa dos fatos feita por essa testadora, independentemente de terem ocorrido da maneira como conta, percebemos que o discurso é utilizado para o posicionamento do sujeito perante os acontecimentos do passado (no caso, o matrimônio). Ela não se limita a relatar que o marido se ausentou levando “consigo a metade de alguns bens que possuía”. Esse dado já seria o suficiente para explicar quais eram os bens em seu poder no momento da elaboração do documento, mas declara que sempre considerou o matrimônio nulo, por ter sido realizado contra a sua vontade, explicando os motivos. A escrita é utilizada, assim, como motivador para a rememoração e o relato de eventos e como mecanismo de registro das insatisfações e a justificativa de atitudes. Mais do que disposições respeitantes aos legados e bens e encomendação da alma, deparamo-nos com memórias do vivido, representações dos acontecimentos que, do oral, se estendem e se cristalizam no papel.

De maneira semelhante, Quitéria Veloso de Carvalho, batizada na Vila de Pitangui, filha natural de Maria [Magalhães] de Sena, crioula forra, e de pai desconhecido, que declarou não saber ler nem escrever, utilizou-se da “redação” do testamento, exarado em 2 de junho de 1794, para descortinar pontos da intimidade e revelar sentimentos. Atestou que era casada com João da Rocha Guedes,

[...] homem pardo a quem não devo o mínimo afeto porque depois de casado lhe [tomei?] um abominável ódio de que [nasceu?] separar-se de minha companhia para onde não teve de mim notícia sendo causa de vir eu para esta vila onde me acho há muitos anos de cujo matrimônio não tivemos filhos alguns [...] declaro que sou indigna irmã [da Irmandade de Nossa Senhora] das Mercês do Morro da Intendência desta vila, onde será meu corpo sepultado, acompanhado de meu reverendo comissário e de mais oito sacerdotes [...]. (MO/CBG/CPO/LT 48(67), fl. 44v).



Em meio às disposições triviais de um testamento, como a encomendação da alma, encontramos “discursos” aparentando o propósito de expressar a intimidade, a individualidade e explicar pensamentos e ações. Mesmo sem a competência de redigir de próprio punho, a escrita se realiza e se concretiza a partir de conteúdos pensados e gestados com base em experiências íntimas, particulares, únicas. Quitéria Veloso desejou “escrever” a respeito de seu “ódio” pelo marido. Esse caso ilustra que não se tratam de redações uniformes, presas a dispositivos enquadramentos, carregando apenas indícios da materialidade da existência. A redação do documento revela valores, crenças e hábitos do dia a dia, ligadas às práticas de trabalho, às atividades religiosas ou econômicas. Elas desencobrem sentimentos recônditos que no “uso” de uma escrita específica são verbalizados, narrados de maneira lógica e legitimados como verdadeiros. São dizeres declarativos que extrapolam o âmbito das funções rotineiras do documento e se manifestam como estratégias de resposta ao silêncio imposto aos sujeitos, muitas vezes, pela própria condição social, especialmente no caso das mulheres.

De maneira similar, no testamento de Rosa Maria Teixeira, filha legítima de Manuel Teixeira Pinto e de Maria Dias Duarte, casada com José Luís da Silva, encontramos expressos sentimentos e impressões respeitantes à vida de seus entes:

[...] Declaro que meu testamenteiro passará carta de liberdade a uma crioulinha por nome Custódia, filha de minha escrava Teresa [...] meu testamenteiro renegar uma crioula por nome Francisca, se antes [disso?] não morrer; e a meu afilhado Tomé em vida lhe dei parte de um escravo por nome Antônio Cabra cuja doação por esta verba ratifico e não deixo mais nada ao dito meu irmão e compadre Manuel Teixeira de Carvalho por me ter sido sempre ingrato; e a meu marido José Luís da Silva instituo por meu universal herdeiro por ter me ajudado adquirir [e] conservar os bens que possuo com [?] e muita forma [...]. (MO/CBG/CPO/LT 61(80), fls. 22v-24. Testamento datado de 17/6/1797).

A testadora “corrige,” em “sua escrita,” por motivos que não menciona, decisões anteriores ao se reportar à doação que teria sido feita ao afilhado Tomé. Ao dispor de seus bens, expõe suas impressões e sentimentos com relação ao irmão e ao marido e não restringe a “redação de seu texto” à exposição das resoluções tomadas, mas as justifica escrevendo seus possíveis motivos e causas. A escrita assume caráter explicativo e surge como corolário das vivências e de suas interpretações.

Além de memórias e disposições, estão presentes, nos textos dos testamentos, sinais da utilização ou do “convívio” com a escrita que se deram sob formas variadas. Tomemos como exemplo o testamento de Rosa Ferreira da Silva, natural da Vila do Pitangui, filha de Antônio

Maia e Ana Angola, que, em 18 de janeiro de 1793, assinou seu testamento em cruz e declarou não saber ler nem escrever:

[...] mando que meu testamenteiro veja o testamento de meu falecido marido João Henriques Lopes que o achará entre os meus papéis e caso o não tenha eu satisfeito o satisfará de todo o [?] [montante] e [?] achará uma carta do dito em segredo que cumprirá também segredo digo em segredo nesta parte [?] pelo juramento que der o meu testamenteiro (MO/CBG/CPO/LT 49(68), fls. 89v).

A menção à existência de cartas, cadernos de lembranças, “papéis”, documentos escritos não é incomum nas narrativas testamentais. Tais registros denotam a convivência com a palavra escrita que não se vinculava necessariamente às habilidades de ler e escrever, como no caso de Rosa Ferreira. Notamos, dessa maneira, que “guardados” e segredos escritos, anotações e apontamentos penetravam o espaço doméstico, indiciando certa familiaridade com o registro grafado, mesmo tímido e reservado. A “lembrança”, por Rosa Ferreira, da existência da carta do falecido marido, a qual o testamenteiro deveria cumprir em segredo, denuncia se não um saber tácito com relação à escrita, o entendimento da importância e dimensão da palavra escrita no desenrolar da vida cotidiana. Mencionar a existência de cartas e/ou outros papéis para viabilizarem a administração dos bens, revela atitude de não submissão ou não alheamento às práticas escriturais. A escrita desponta e se materializa na vida dos sujeitos como fator gerador de participação social, processando-se, veementemente, por meio de redação procedente da “enunciação oral”<sup>25</sup>.

Nesse esforço de análise interdisciplinar para a compreensão das conexões existentes entre o dito e o escrito, frisamos, ancorados nos esclarecimentos de Ong (1998), que as relações entre a palavra falada original e todas as suas transformações sofridas pelo processo de *tecnologização* da escrita são caracterizadas por paradoxos. A rigidez visual do texto, isto é, a escrita, garante sua durabilidade, cumprindo ritual específico, o que acarretaria na

---

<sup>25</sup> De acordo com Ong (1998), devemos pensar que a enunciação oral parte de um agente específico e é sempre dirigida a outro indivíduo, também contextualizado, fator que faz com que as palavras adquiram nova dimensão ao estarem impregnadas das marcas do vivido. Ao “dizerem” suas crenças e necessidades, as mulheres, pelas vias burocráticas, adequaram aspectos da vida cotidiana à lógica escrita. A despeito da transformação da consciência humana gerada pela escrita, cabe salientar que esse processo encontra-se, sempre, relacionado à oralidade. A ideia de que a escrita transforma a consciência humana perpassa as obras de Olson, Ong, Havelock e Goody, dentre outros autores. De acordo com estudos mais recentes, a transformação da consciência não seria possível apenas por meio do contato e da aquisição da escrita, sendo necessário questionar de que maneira se processa tal transformação. Cf. ILLICH (1995, p. 35-54); e FELDEMAN (1995, p. 55-74). Outro ponto comum em todos esses autores, como salientamos, seria a característica básica da escrita, isto é, a *descontextualização*. Cf. DENNY (1995, p. 75-99).

impossibilidade de se escrever de maneira natural.<sup>26</sup> O discurso situa-se no presente, não obstante já exista nesse momento um distanciamento do acontecimento. O registro no papel assume o status de representações do real construídas pelos sujeitos envolvidos no ato da escrita.<sup>27</sup> Nesse sentido, quem elabora o texto projeta uma memória de si. No processo de leitura e escrita, de apropriação e construção de mensagens (enunciação), é estabelecida, como afirma Bakhtin, uma relação dialética, em que se verificam o distanciamento da vivência e, simultaneamente, o registro e a legitimação da mesma.

Esses esclarecimentos nos ajudam a pensar a escrita contida nas fontes trabalhadas nesta investigação. Os testamentos “prolongariam” a memória e a própria existência dos sujeitos. Ao ditarem seus textos, as testadoras retomavam a trajetória de suas vivências. A despeito de não as recuperarem em sua totalidade ou da redação de suas experiências não se apresentar com “naturalidade”, considerando encontrassem-se envoltas em um discurso padronizado, revelam a organização ou a importância facultada a determinadas experiências. Em outras palavras, se, por um lado, as narrativas possuem caráter artificial, de vez que presas aos aspectos protocolares da escrita, por outro, externam características específicas de cada sujeito, permitindo a exposição de suas representações. Por consequência, entendemos que o enquadramento dos discursos não reduz a atuação social; antes, permite e explicita a movimentação dos sujeitos relacionada à esfera privada e pública, particularmente no âmbito da Justiça. Esse aspecto pode ser exemplificado pelo testamento de Vitória Ferreira de Almeida, natural da Costa da Mina, batizada na Freguesia de Santa Luzia e casada com José [?] de Almeida. O documento fora elaborado em 28 de novembro de 1782, quando a testadora afirmou:

[...] declaro que trago uma dependência no Juízo da Provedoria dos Ausentes de Sabará de uma [dívida] de quatrocentas oitavas de ouro que me deixou por [cumprir-la] a mim e ao meu marido o defunto reverendo padre Vasco de [?] Almeida [...] (MO/CBG/CPO/LT 48(67), fl. 153).

A escrita utilizada formalmente se presta a descrever e a reafirmar, de maneira circunstanciada, a vivência de situações que envolviam a Justiça na resolução de problemas

<sup>26</sup> Mostrar o caráter artificial da escrita não seria condená-la. Pelo contrário, exalta sua importância e seu significado. “Ela é inestimável e fundamental para a realização de potenciais humanos mais elevados, interiores.” Ela transformaria e aumentaria a consciência, pois a artificialidade é inerente aos seres humanos e trata-se, nesse caso, de mais um paradoxo (ONG, 1998, p. 98). A esse respeito, Jack Goody (1977) e Ong (1998) esclarecem que, em certos períodos históricos, a cultura escrita possuiu caráter restrito, perigoso e mágico para o leitor desavisado, em que a figura do mediador era fundamental, e relembram que certos hábitos mentais existentes há muito tempo, como pensar em voz alta, irão contribuir para o ditado.

<sup>27</sup> Com relação ao distanciamento entre o oral do acontecimento e as correlações desse processo no texto escrito, ver: RICOEUR (1989, p. 111).

do cotidiano. O texto encontra-se centrado na defesa de interesses de ordem material, revelando que, a partir da narrativa oral, a redação do testamento é elaborada com vistas à garantia dos direitos, mesmo que, para tanto, a Justiça já tivesse sido acionada. A escrita testamental permitiria, assim, a reafirmação das necessidades e dos direitos, durante a “construção narrativa” desses acontecimentos, como aquele mencionado por Vitória Ferreira. A testadora demonstrou a compreensão e a capacidade de organização dos fatos relevantes do cotidiano de forma lógica e coerente, tornando-os inteligíveis. O “fato” mencionado por ela, um processo a tramitar no Juízo da Provedoria dos Ausentes de Sabará, versa sobre um relato, o qual traduz a compreensão da importância da escrita de determinados episódios. Ao ditar o ocorrido, Vitória Ferreira deixa entrever o exato entendimento da dimensão dos acontecimentos e usa a escrita testamental de forma a “gravar” e a “guardar” o ocorrido, nomeando os envolvidos e apontando o momento do fato. A escrita se mostra como produção germinada do pensado, refletido e formulado com base na vivência e na participação social. Ela não é a própria *fala*, mas a ela encontra-se intrinsecamente vinculada.

Portanto, apesar da escrita não ser entendida como acessório da fala ou como sua tradução literal, é inegável a existência de um prolongamento da oralidade na escrita, mesmo controlado por convenções. Os textos que estão presos no papel são retomáveis e verificáveis, remetendo-nos ao que Goody denomina de “esquadrinhamento retrospectivo” (GOODY, 1977, p. 49-50). Esse processo permitiria a eliminação de incoerências, tratando-se, na verdade, de poderes discriminatórios (GOODY, 1977). Esses, todavia, não extirpam os resquícios do oral.

Concluimos, pautados nessas diretrizes, que o ditado do testamento e a sua posterior leitura, audição, correção e legitimação não eliminam, portanto, aspectos orais ali empregados e impregnados. Tais ações fazem parte do processo de verificação do conteúdo e conferem coerência e organicidade ao texto. Deixam inteligíveis as ideias, as percepções e as representações das mulheres sobre si mesmas e os outros. Revelam as apropriações, as elaborações e, conseqüentemente, os usos do escrito. Da mesma forma que, ao espreitarmos o olhar, tais ações poderão descortinar as descontinuidades dos pensamentos expostos pelos diferentes sujeitos desta pesquisa.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> Aqui, sublinhamos que trabalhamos com mulheres de camadas sociais diferenciadas. A heterogeneidade dos sujeitos abordados nesta investigação se justifica porque pretendemos ver elaborações e usos distintos da escrita.

Sabemos que, em determinados segmentos sociais, era menos incomum o acesso feminino ao aprendizado da leitura e da escrita e que a variação das formas de ler e escrever está ligada aos pertencimentos sociais. Por conseguinte, certamente a multiplicidade dos sujeitos abordados oferece elementos para uma reflexão mais ampla relativa às elaborações discursivas e aos usos da escrita feitos pelas mulheres, permitindo o entendimento desses, considerando-se as linhas de diferenciação social. Pensamos, pois, nos grupos sociais femininos como comunidades de escreventes e leitoras,<sup>29</sup> na tentativa de arrolarmos as características comuns e as especificidades da escrita desses sujeitos, dentro de um quadro de pluralidade social.

Além dos autores mencionados, em nossa pesquisa utilizamos de maneira intensa os estudos sobre *alfabetização* e *letramento*, tanto os dedicados à definição conceitual desses termos, quanto aqueles que investigaram esses fenômenos em sociedades passadas. Tais análises nos esclarecem acerca dos usos da habilidade da escrita e as relações estabelecidas com a mesma enquanto práticas socioculturais.

## 2.2 A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO

Para o entendimento dos conceitos de *alfabetização* e de *letramento*, estabelecemos diálogo privilegiado com as reflexões de Brian Street (1984, 2003, 2006, 2010), Magda Becker Soares (1998, 2003, 2004, 2006) e de Leda Verdiani Tfouni (2000, 2011). Esses autores cunharam constructos teóricos e modelos interpretativos fundamentais para o exame da variedade e complexidade desses fenômenos. Desenvolveram seus estudos inaugurais em meados da década de 1980, tornando-se referência para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Essas análises elucidam os vários modos como representamos e utilizamos a linguagem oral e escrita e abordam os significados das ações de ler e escrever enquanto práticas contextualizadas.

Podemos afirmar que, grosso modo, essas reflexões têm conseguido demonstrar que os modelos de alfabetização e letramento apresentam diferenças estruturais entre si, que a história da alfabetização é marcada por continuidades, contradições e mudanças e que os fenômenos de exclusão e marginalidade frente à escrita são observáveis em temporalidades

---

<sup>29</sup> As expressões *escrevente* e *leitor* foram tomadas de empréstimo do trabalho de Justino Pereira de Magalhães (1994).

diversas. Além disso, as especificidades do contexto e as subjetividades implicadas no processo de aquisição e produção da escrita traçam os contornos do fenômeno do *letramento*.

Magda Becker Soares (2003) conceitualiza e define a alfabetização em suas diferentes dimensões e trabalha, igualmente, com o objetivo de pensar teoricamente o termo *letramento* enquanto equivalente de *literacy*, entendendo-o na realidade brasileira contemporânea.

Segundo Soares (2004), no Brasil, o conceito de *letramento* foi tomado como sinônimo de alfabetismo e guarda múltiplos significados, apresentando-se como tradução do termo inglês *literacy*, apesar das diferenciações oriundas das particularidades culturais. Conforme Brian Street (2010), *literacy* pode significar o aprendizado de um código alfabético, bem como os usos da leitura e escrita no cotidiano. No entanto, de acordo com Soares (2003), é preciso diferenciar o sentido e o significado que *literacy* acaba por assumir nos países de língua inglesa do dito Primeiro Mundo, onde a escolarização se encontra em estágio diferenciado comparativamente a países como o Brasil, por exemplo. Aqui, a palavra comporta traduções e significados cercados de polêmicas.<sup>30</sup> Mesmo assim, com base nesse conceito, tem sido possível, a partir da construção de problemáticas polivalentes, a realização de pesquisas que buscam analisar as rupturas e permanências nos processos de alfabetização, bem como os usos da escrita e suas implicações sociais e culturais em distintos períodos históricos.

Orientados por essas reflexões, argumentamos que os usos da escrita feitos pelas mulheres devem ser examinados por uma ótica que valorize as habilidades individuais e os conhecimentos pessoais forjados no cotidiano dos sujeitos. A despeito de não trabalharmos na perspectiva de identificação de níveis de letramento das mulheres, as pesquisas e as discussões teóricas acerca desse conceito esclarecem-nos sobre as diferentes relações que os sujeitos estabelecem com a escrita, se entendermos o fenômeno da alfabetização a partir de sentido não restrito (cf. KLEIMAN, 1995; VIÑAO FRAGO, 1993).

Especificamente a respeito do letramento, Brian Street (1984), ao refletir em termos conceituais, fala em *práticas de letramento* (expressão preferida por ele) para além dos limites da educação institucionalizada. Ao buscar realizar análises fundamentalmente qualitativas acerca do fenômeno, desenvolve, em sua obra, os conceitos de *modelo autônomo* e *modelo ideológico* de letramento.

---

<sup>30</sup> Para Soares (1998), os estudos desenvolvidos no Brasil, por um lado, buscam avaliar as consequências individuais e em diferentes planos sociais da apropriação e dos usos da leitura e da escrita. Por outro, há trabalhos que visam analisar as práticas mais específicas de letramento em contextos regionais diferenciados.

O modelo autônomo preconiza, essencialmente, segundo Street, é a crença numa forma única e geral de desenvolvimento do letramento quase invariavelmente pensada em associação aos efeitos civilizatórios, ligados ao desenvolvimento cognitivo ou às mudanças sociais, aos efeitos do progresso tecnológico e das transformações conjunturais. O letramento é concebido, assim, como conjunto de habilidades preponderantemente pessoais, ou seja, é pensado com base em perspectiva individualizante, como fenômeno linear, conciso e autônomo. A esse modelo Street tece críticas, visto que:

Existem vários modos diferentes pelos quais representamos nossos usos e significados de ler e escrever em diferentes contextos sociais e o testemunho de sociedades e épocas diferentes demonstra que é enganoso pensar em uma coisa única e compacta chamada letramento. A noção de que a aquisição de um letramento único e autônomo terá consequências predefinidas para os indivíduos e as sociedades provou ser um mito, quase sempre baseado em valores específicos culturalmente estreitos sobre o que é propriamente letramento. (STREET, 2006, p. 466).

Com relação ao modelo ideológico, Brian Street propõe uma abordagem das *práticas de letramento* não como uma habilidade neutra, mas como prática marcada pelo poder e pela ideologia (STREET, 2006). A chave de sua investigação reside no fato de que não devemos abordar o letramento de maneira homogênea, simplificada, mas analisá-lo em sua pluralidade, pois a variação dos significados e das práticas de letramento relaciona-se aos contextos. Dentro desse modelo, as “práticas estão sempre associadas com relações de poder e ideologia”. Delineiam as identidades e encontram-se conectadas às expectativas sociais, aos papéis sociais de cada sujeito ou dos grupos. Quando participamos de práticas letradas, assumimos ou repelimos os conteúdos e sentidos que carregam. As práticas de letramento, por conseguinte, apresentam dinâmica e complexidade para além de dualidades ou paradoxos absolutos, tais como letrado-iletrado.

Isso permite afirmar, em consonância com as considerações de Street (2006), que os diferentes *letramentos* podem constituir-se ou propiciar espaços para a construção de estratégias e de negociações, conseqüentemente de transformação dos lugares e papéis desempenhados no cenário social. Portanto, é necessário que identifiquemos o tipo de letramento dominante ou preponderante em determinada cultura, facultando-nos perceber e evidenciar a aquisição de um conjunto particular de letramento. De acordo com esse raciocínio, o letramento traduz, igualmente, capacidades “para decifrar/decodificar outros signos diferentes dos alfabéticos, especialmente os do mundo da imagem, dos números e das formulações algébricas” (VIÑAO FRAGO, 1993, p. 42).

Alicerçado nessas premissas, Antonio Viñao Frago (1993) coloca em xeque ideias consagradas acerca da noção de alfabetização, ao explicar que o conceito de *analfabeto*, em seu sentido figurado, é mais amplo e deixaria de se referir somente àquele que não domina o alfabeto (isto é, não possuiria o domínio do Alfa até o Beta), para se reportar àquele que desconhece completamente determinado assunto. Explica o autor que é preciso certa cautela ao restringirmos o conceito ao desconhecimento do alfabeto, da linguagem e da escrita, tendo em vista que múltiplos fatores estariam aí implicados. Logo, torna-se indispensável considerar as seguintes variantes:

1. a semialfabetização, pois até o século XIX era bem usual não saber ler nem escrever (particularmente entre as mulheres), conhecendo-se, por vezes, somente rudimentos da escrita e/ou do cálculo;
2. as aprendizagens da leitura e da escrita eram sucessivas – a segunda era mais demorada e exigia maior investimento – e, para o sexo feminino, escrever era considerado, moralmente, uma atividade perigosa.

Em suas palavras:

Havia, pois, muitos alfabetizados que podiam receber mensagens escritas, ler textos elaborados por outros, mas não comunicar-se por escrito, produzir textos. Não era estranho, por outro lado, que uma pessoa estivesse familiarizada apenas com um certo tipo de escrita – maiúscula ou minúscula, manuscrita ou impressa, letra gótica ou redonda etc. Em tais casos sabia ler, mas um tipo de texto e não outros. (VIÑAO FRAGO, 1993, p. 16).

Essas considerações são úteis para processarmos a relativização do conceito de *analfabeto/analfabetismo* e não o utilizarmos indistintamente sem considerarmos o contexto. Buscamos, assim, a etimologia das palavras, origem e os sentidos de sua aplicação. O uso do termo *analfabeto* remonta ao século XVIII e o de *analfabetismo* somente ao final do XIX. De acordo com Maria do Rosário Longo Mortatti:

[...] como substantivo masculino, *o significado de analfabeto* se mantém até os dias atuais: o ignorante das letras do alfabeto, que não sabe ler nem escrever e, também, que não tem instrução primária [...] No Moraes Silva e no Houaiss registra-se, ainda, a acepção pejorativa de analfabeto como muito ignorante, bronco, rude. Embora a palavra *analfabeto* fosse utilizada desde o século XVIII, somente ao final do século XIX passou a ser utilizada a palavra *analfabetismo*, para designar o problema que envolvia o estado ou condição de analfabeto [...] É importante destacar que em analfabeto e em analfabetismo há o prefixo grego *a(n)* que indica privação, negação. No caso dessas duas palavras, o prefixo indica, há dois séculos, privação, negação, ou do conhecimento do alfabeto ou da leitura (e escrita), ou, ainda, da instrução primária aproximando-se da acepção de iletrado [...] Ressalta-se, ainda, a



presença em analfabetismo do sufixo *ismo* [...] os significados de analfabeto e analfabetismo, portanto, indicam uma condição que antecede [...] o aprendizado das primeiras letras [...] e instrução primária. No entanto, só foi possível constatar essa condição quando já se dispunha de possibilidades de mudá-la, ou seja, quando se estava consciente da necessidade de se ensinar a ler e a escrever e se dispunha de meios (materiais, físicos etc.) para se alcançar esse fim, com a implantação de um sistema público de educação/instrução pública no país. (MORTATTI, 2004, p. 38-40, grifos da autora).

Essas reflexões nos possibilitam pensar na aplicação do termo *analfabeto* para as mulheres na Colônia. Seria, a nosso ver, mais apropriado dizermos tão somente que elas *não sabiam ler e/ou escrever*, visto que para esse segmento da sociedade a alfabetização, entendida enquanto aprendizado da leitura e da escrita ou como equivalente da instrução elementar, era realidade contemplada pela minoria. Essa escolha parte do entendimento de que não se pode “voltar o olhar” para o passado de maneira a atribuir adjetivação a determinado grupo social que indique ou designe a ausência de algo que não se configurava como prática, mentalidade ou ação daquele tempo.

Do mesmo modo, ao refletirmos sobre o significado do termo *analfabeto*, segundo os dicionários de época e de acordo com as elaborações de Antonio Viñao Frago e de Maria do Rosário Longo Mortatti, parece-nos questionável nomearmos dessa maneira as mulheres que não detinham as habilidades de leitura e escrita, posto que o fato de não possuírem tais competências não significa que desconhecemos completamente assuntos relacionados ou expostos sob a forma escrita.

Para reforçar nosso ponto de vista, recorramos às fontes utilizadas nesta investigação. Nos textos dos testamentos não é incomum encontrarmos a seguinte frase: “[...] e por ser mulher e não saber ler nem escrever, pedi e roguei a [...] que por mim escrevesse e assinasse”. Temos o entendimento de que a situação de não saber ler e ou escrever era, de forma geral, imputada à condição feminina e, por decorrência, à mentalidade daquele contexto. Nos 557 testamentos analisados nenhuma mulher declarou que, por ser *analfabeta*, pediu e rogou a alguém que por ela assinasse. Não saber ler e/ou escrever não nos parece ter sido tomado por esses sujeitos como a negação de algo que deveriam ter. Antes, parece-nos ser aceito como característica própria da condição que possuíam e do lugar social que ocupavam.

Seja como for, pretendemos realçar, mais uma vez, o fato de que, pelos usos feitos da escrita eram estabelecidas diferentes relações com a mesma. Essas vinculações não se prendiam exclusivamente à ação de ler e ou de escrever. Assim, para classificar, caracterizar e

analisar as elaborações discursivas desencadeadoras de usos da escrita, partimos de diretrizes teóricas e metodológicas que as alcançam em situações reais, situadas nos contextos responsáveis por suas especificidades e variações.

Nesse campo, a *estética da recepção* proposta por Roger Chartier, no que concerne às práticas de leitura, nos parece útil, pois traz à colação duas dimensões: em primeiro lugar, considera que os dispositivos textuais impõem necessariamente ao leitor uma posição relativa à obra, a inscrição do texto em um repertório de referências e de convenções, isto é, uma maneira de ler e compreender. Em segundo lugar, reconhece a pluralidade das leituras possíveis do mesmo texto, em função das disposições individuais, culturais e sociais de cada um dos agentes (CHARTIER, 1996).

Disso se infere que os sujeitos podem possuir, igualmente, modos de relação com a escrita, maneiras de expressão denotativas de um tipo de envolvimento que se dá, inclusive, para os grupos não alfabetizados, considerando-se a “riqueza linguística” dos mesmos. Como salienta Viñao Frago, ao analisar os processos de alfabetização:

[...] alfabetizar não é só ler, escrever e falar sem uma prática cultural e comunicativa, uma política cultural determinada [...] a linguagem dos grupos não alfabetizados é linguisticamente tão correta, complexa e sofisticada – em relação com seus contextos de uso – como a dos alfabetizados. (VIÑAO FRAGO, 1993, p. 27-28).

Tais processos são diferentes do ponto de vista cognitivo e social, mas linguisticamente não menos ricos e adequados às vivências, usos e contexto desses indivíduos. Esses postulados seriam, por conseguinte, a base para se empreender a ligação entre oralidade e usos da escrita.

Como exemplo, citemos o caso de Eugênia Maria da Rocha, nascida na Vila de Sabará, solteira, que teve cinco filhos: Francisco, Antônio, Josefa, Maria e Marcelina. Como “moradora que foi nesta vila”, revelou: “[...] declaro que meu filho Francisco levou uma escrava por nome Teresa, de nação angola, e a foi vender sem o meu consentimento, por muito menos daquilo que ela valia [...]” (MO/CBG/ /LT 46(65), fls. 42v-46. Testamento datado de 9/6/1792).

A expressão “e a foi vender” demonstra resquícios de uma linguagem mais usual, corriqueira, empregada no cotidiano para se referir à ação de vender. Eugênia Maria dita o testamento “contando” o que supostamente seu filho operou e expressou, com “suas palavras”, ter conhecimento do valor de seus bens, no caso a escrava, e a preocupação com o

destino dos mesmos. As condições em que vivia, isto é, a realidade social da qual fazia parte, como mulher solteira, mãe de cinco filhos, possivelmente gerenciando os bens, acabaram por lhe propiciar, mesmo sem saber escrever, a construção/elaboração de uma narrativa caracterizada pela referida riqueza linguística. Era preciso conhecer as demandas e exigências dessa sociedade no que respeitava à gestão dos negócios. Portanto, Eugênia acaba por acionar e desenvolver mecanismos narrativos para explicar a realidade, possibilitando, assim, o registro de ocorrências cotidianas em testamento.

Soares, ao dedicar-se à revisão de artigos e reflexões publicados desde meados da década de 1980 até final dos anos 1990, rediscute concepções de alfabetização e letramento. Na análise referente ao conceito de alfabetização, destaca que a aquisição e o aprendizado da língua são fenômenos sempre intermináveis, aprendizados desenrolados ao longo de toda a vida. Contudo, salienta a importância de se diferenciar o processo de “aquisição da língua” (oral ou escrita) do desenvolvimento da linguagem, o qual nunca é interrompido.<sup>31</sup>

Esse posicionamento é reforçado por Leda Verdiani Tfouni (2000), quando aponta a *incompletude* como característica fundamental da alfabetização. Afirma parecer existir certa confusão, de acordo com a perspectiva que toma a alfabetização como processo de desenvolvimento pessoal de competências para leitura e escrita, concebendo-a “como algo que chega a um fim, e pode, portanto, ser descrita sob a forma de objetivos instrucionais” (TFOUNI, 2000, p. 19).

A esse respeito, recorrendo às reflexões de Pierre Giroux (1983), Tfouni (2000) esclarece que as análises vinculantes da alfabetização exclusivamente aos sentidos da escolarização, de acordo com enfoque meramente formal da escrita, acabam por deixar de perceber as ideologias inerentes a esse processo. Nesse sentido, é preciso pensarmos a alfabetização, também, como processo de interpretação e representação da realidade, como prática social, em que *aspectos construtivos* sejam valorizados. De acordo com tal concepção, a alfabetização:

[...] não é mais vista como sendo o ensino de um sistema gráfico que equivale a sons. Um aspecto que tem que ser considerado nesta perspectiva é que a relação entre a escrita e a oralidade não é uma relação de dependência da primeira à segunda, mas é antes uma relação de interdependência, isto é, ambos os sistemas de representação influenciam-se mutuamente. (TFOUNI, 2000, p. 19).

---

<sup>31</sup> “Nos anos seguintes àqueles em que este texto foi produzido (1985), essa diferenciação entre aquisição e desenvolvimento da língua oral e escrita foi-se tornando cada vez mais clara, concretizando-se, hoje, na distinção entre alfabetização e letramento.” (SOARES, 2006, p. 15).

Destaca Tfouni que, para a percepção do fenômeno da alfabetização, considerando a interdependência entre a oralidade e a escrita, é indispensável a realização de abordagem interdisciplinar do objeto. Nesse âmbito, os estudos sobre o impacto da escrita em sociedades de oralidade primária e secundária, sobre os caminhos para a apropriação e utilização da escrita por diferentes grupos sociais e de análises relativas aos efeitos do letramento nas sociedades, desenvolvidas em diferentes campos do conhecimento, nos ajudam a pensar as relações estabelecidas pelos sujeitos com a escrita de maneira mais dinâmica e contextualizada. O trabalho interdisciplinar minimizaria, assim, a fragmentação no estudo dos fenômenos que envolvem a escrita. De maneira similar, as análises referentes aos conceitos de alfabetização e de letramento, quando desenvolvidas segundo concepção mais ampla, nos fornecem subsídios importantes para entendermos a multifacetação que envolve as relações entre os agentes sociais, a linguagem escrita e a cultura.

Sobre esse aspecto, Soares (2006) lembra que, pelo menos etimologicamente, o termo *alfabetização* se restringe à aquisição do sistema alfabético. Defende, assim, a ideia da inadequação de se entender a alfabetização como sinônimo de aquisição, domínio, desenvolvimento e interpretação da linguagem escrita, processos esses bem mais complexos.

Se, como nos orienta Soares (2006), a alfabetização apresenta historicidade, por que não pensar historicamente em seu equivalente oposto? A montante, como demonstramos em linhas anteriores, problematizamos como vem sendo feita a aplicação do termo *analfabeto* para sociedades passadas. Ensina-nos Soares que a alfabetização “não é uma habilidade”, mas “conjunto de habilidades”. Se assim é, parece-nos problemático ou questionável simplesmente denominar *analfabetos* aqueles sujeitos que não sabiam codificar a linguagem oral, isto é, não redigiam (habilidade de representar fonemas em grafemas) ou que não sabiam decodificar o escrito, ou seja, não liam (habilidade de transformar grafemas em fonemas) (SOARES, 2006, p. 16). Como explicitado, essa atitude parece um tanto quanto simplificadora da complexidade do fenômeno da alfabetização (e do *analfabetismo*, por decorrência), pois entende o processo de alfabetização como único no tempo e no espaço e apenas enquanto conjunto de atributos individuais.

A esse respeito, Tfouni,<sup>32</sup> ao se referir às sociedades modernas, sugere – dada a limitação do termo *alfabetização* para designar a complexidade das relações estabelecidas

---

<sup>32</sup> O trabalho de Leda Verdiani Tfouni, intitulado **Letramento e alfabetização** (2000), está ligado ao estudo do processo de alfabetização e letramento na atualidade, abordando-os enquanto práticas sociais e não apenas escolares. Grande parte dos estudos que discutem alfabetização e letramento concentra-se na análise dos fenômenos nas sociedades contemporâneas. Ainda assim são de fundamental importância para o

pelos agentes sociais e a escrita – a utilização da expressão *níveis* ou *graus* de letramento. Para ela, nas sociedades “industrializadas” seria impossível existir “um grau zero” de letramento, o que significaria o completo “iletramento”. Nesse sentido, chama a atenção para “a confusão que é feita entre *não alfabetizado* e *iletrado*”. Um passo importante para clarear essa situação seria, pois, considerar alfabetização e letramento como fenômenos interdependentes, porém de natureza e abrangência distintas (TFOUNI, 2000, p. 24-25). Ambos os fenômenos apresentam ligação com os agentes sociais, que se encontram historicamente situados, isto é, compõem e fazem parte da cultura de um tempo.

A esse respeito, Soares (2006) afirma que uma das abordagens possíveis para se investigar e evidenciar os elos existentes entre atores sociais, escrita e cultura liga-se aos aspectos sincrônicos nas sociedades de oralidade secundária, modernas e letradas, buscando examinar o sentido e o papel assumidos pela escrita nessas culturas. A atenção dos investigadores voltar-se-ia, desse modo, para o entendimento dos comportamentos relacionados à escrita e o significado do *alfabetismo* nesses contextos.<sup>33</sup>

Referentemente às conexões entre os três componentes mencionados, como sejam, língua escrita, sociedade e cultura, Soares assevera que esses são objetos de análise a partir de enfoques distintos. Sobre o primeiro deles, o qual mais nos interessa, explica:

[...] fundamentalmente, a diacronia das conexões entre escrita, sociedade e cultura [...] a busca dos elos entre língua escrita, sociedade e cultura volta-se para os momentos históricos e aspectos antropológicos da emergência e progressiva socialização da língua escrita em sociedades e culturas, analisando as características da oralidade anterior à escrita, os processos de transição de mudanças sociais, cognitivas e comunicativas [...] (SOARES, 2006, p. 27-28).

O segundo enfoque, segundo Soares, refere-se à análise do lugar ocupado pela linguagem escrita nas modernas sociedades letradas.

---

desenvolvimento de abordagens históricas, pois tecem discussões teóricas indispensáveis para a definição e compreensão dos conceitos.

<sup>33</sup> O fenômeno do *alfabetismo* posteriormente passou a ser designado por *letramento*. “Após a publicação deste texto, em 1995, foi-se progressivamente revelando, na bibliografia, preferência pela palavra letramento [...] em relação à palavra alfabetismo. Até recentemente, letramento era palavra não dicionarizada; somente em 2001 o *Dicionário Houaiss* dicionarizou tanto essa palavra quanto letrado, como adjetivo a ela correspondente (p. 29) [...] A palavra letramento, introduzida recentemente na bibliografia educacional brasileira, é uma tentativa de tradução da palavra inglesa *literacy*; o neologismo parece desnecessário, já que a palavra vernácula *alfabetismo* [...] tem o mesmo sentido de *literacy*. O que ainda falta na língua portuguesa é a palavra correspondente ao inglês *literate*, que designa aquele que vive em estado de *literacy*; a palavra letrado, que, embora algumas vezes venha sendo usada com sentido equivalente ao de *literate*, tem, para nós, um sentido diferente: versado em letras, erudito. Falta-nos uma palavra que designe aquele que vive em estado de alfabetismo.” (SOARES, 2006, p. 41).

Em se tratando da dimensão individual, particularmente em nosso caso, torna-se fundamental lembrar que as competências do ler e escrever se constituíam em aprendizagens ocorridas em momentos distintos, sendo as habilidades acionadas para a aprendizagem da leitura e escrita portadoras de conhecimentos e competências diferentes. Considerando-se esse ponto, podemos afirmar que, nas sociedades do Antigo Regime, o fato de uma pessoa saber ler não significava que soubesse escrever e o fato de assinar o nome ou saber fazer cálculos não implicaria domínio ou prática de leitura.

O ato de escrever também consiste num conjunto de habilidades, nas quais, especialmente, nos detemos. Envolve “conhecimentos linguísticos e psicológicos” (SOARES, 2006, p. 31) muito diferentes daqueles acionados ou envolvidos no ato de leitura. “Escrever é um processo de relacionamento entre unidades sonoras e símbolos escritos, e é também um processo de expressão de ideias e de organização do pensamento sob forma escrita.” (SOARES, 2006, p. 31-32). Ele guarda, ainda, relação com o tipo de material escrito produzido. Dessas variáveis que cingem a leitura e a escrita decorre que o conceito de *alfabetismo* é essencialmente fluido, mesmo que consideremos para a sua formulação apenas a dimensão individual.

Retomemos, a esse respeito, as considerações de Tfouni (2000) relativas às sociedades modernas. Como dito, para tal realidade, a autora pensa na inexistência de *grau zero* de letramento, já que existem correlações entre o social e a escrita; outras formas de registro e *leitura* do mundo que possibilitariam a compreensão da realidade. Afirma que, em decorrência da penetração intensa da escrita, um desenvolvimento individual e/ou de pequenos grupos sociais ocorreria concomitantemente ao desenvolvimento científico e tecnológico, independentemente da alfabetização e da escolarização. Isso significa dizer que mesmo sujeitos analfabetos apresentam algum letramento, haja vista esse fenômeno caracterizar-se por um *continuum* devido, destacadamente, ao estatuto da sociedade. “A explicação, então, não está em ser, ou não, alfabetizado enquanto indivíduo. Está sim, em ser, ou não, letrada a sociedade na qual esses indivíduos vivem [...]” (TFOUNI, 2000, p. 31-32).

O letramento é visto, por essa autora, como processo sócio-histórico, não devendo ser entendido, em sua natureza e abordagem, de maneira indissociável da alfabetização. Tampouco deve ser pensado apenas como *produto*, numa perspectiva *tecnológica* que associa os usos da leitura e escrita a contextos próprios das sociedades industrializadas. Do mesmo modo, torna-se inadequado abordá-lo a partir de uma ótica unicamente *cognitivista*, como

resultado de elaborações mentais, numa abordagem individualizante (TFOUNI, 2000, p. 31-32).<sup>34</sup>

As reflexões até aqui apresentadas nos levam, assim, a pensar nas consequências nem sempre positivas da alfabetização, posto seu caráter ideológico.<sup>35</sup> Os processos de alfabetização estariam invariavelmente associados às formas de reprodução de uma tradição cultural, inclusive formas de reprodução de hierarquias e, conseqüentemente, dos processos de exclusão social. Em nossa interpretação, essa característica é identificável, em particular, nas sociedades de natureza estamental, como a da América portuguesa. Os valores, os hábitos e as crenças e, obviamente, os lugares sociais são mantidos e reproduzidos, assumindo a alfabetização status de instrumento hierarquizante.

Destarte, depreende-se das análises que o conceito de alfabetização precisa ser relativizado, levando-se em consideração o contexto e, de forma especial, os contextos passados. As investigações desse jaez se depararão, é claro, com dificuldades conceituais e metodológicas. De acordo com Harvey Graff:

O principal problema que dificulta os esforços para estudar o alfabetismo no passado, como também no presente, é o de reconstruir os contextos de leitura e escrita: como, quando, onde, por quê, para quem o alfabetismo era transmitido; o significado que lhe era atribuído; os usos que dele eram feitos; as demandas de habilidades de leitura e escrita; os níveis em que essas demandas eram atendidas; a variável dimensão das restrições sociais na distribuição e difusão do alfabetismo; e as diferenças reais e simbólicas decorrentes da condição social do alfabetismo entre a população. (GRAFF *apud* SOARES, 2006, p. 37 ).

Para além dos obstáculos colocados por Graff referentes à “reconstituição” das realidades sócio-históricas no que tange às práticas de leitura e escrita, poderíamos acrescentar aqueles respeitantes à tentativa de se evidenciar *usos* da escrita (recorrentes ou não) consubstanciados em práticas sociais. Na tentativa de superar tais limitações, nossa investigação voltou o olhar para as elaborações discursivas originárias da oralidade que desencadearam *usos da escrita*, os quais encontram-se marcados por fatores culturais e políticos de toda ordem.

<sup>34</sup> Tfouni (2000, p. 31-32) apresenta, também, mas de maneira sistematizada, algumas visões teóricas a respeito do termo *literacy* existentes na literatura inglesa.

<sup>35</sup> “[...] Em decorrência, alternativas *revolucionárias* são propostas em substituição ao conceito liberal e progressista de um alfabetismo funcional. Paulo Freire foi um dos primeiros a apontar essa *força revolucionária* que pode ter o alfabetismo, afirmando que ser alfabetizado deveria significar ser capaz de usar a leitura e a escrita como um meio de tornar-se consciente da realidade e transformá-la. Considerando que o alfabetismo pode ser um instrumento tanto para libertação quanto para domesticação do homem [...]” (SOARES, 2006, p. 36, grifos da autora).

Cabe revelar que a respeito dos objetivos das pesquisas sobre alfabetismo/letramento em diferentes áreas, Soares mostra-nos as possibilidades para o estudo da alfabetização, destacando sua multiplicidade: a antropológica, a sociolinguística, a linguística, a psicológica e a psicolinguística, a literária, a política, a histórica, dentre outras.

A amplitude e a variação das orientações teóricas e metodológicas para a abordagem da escrita como objeto de estudo se, por um lado, retratam a riqueza de possibilidades analíticas e, de maneira similar, dos próprios processos de relação com a escrita, por outro, acabam por criar certa imprecisão e fragmentação no tratamento do fenômeno. Acarretam, ainda, alguma indistinção, conforme apontamos, entre os trabalhos que possuem objetivos e recortes analíticos diferenciados, muitas vezes, dentro de uma mesma área do conhecimento.

Particularmente nas pesquisas que abordam a escrita no campo da história ou da história da educação, é recorrente encontrarmos “citada”, nos textos, a “perspectiva histórica”, definida por Soares, a qual acaba por atestar a amplitude dos modos de tratamento do tema, a saber:

Uma perspectiva histórica, que investiga, entre outros temas, a história dos sistemas de escrita dos objetos de escrita, dos processos de acumulação, difusão, circulação, distribuição da escrita ao longo do tempo e em diferentes momentos históricos (história das bibliotecas, livrarias, de sistemas de informação...), a história das possibilidades de acesso à escrita, das consequências sociais e culturais da imprensa, dos leitores (números, diferentes grupos sociais, a história da escolarização da aprendizagem da leitura e da escrita). (SOARES, 2006, p. 38).

A *perspectiva* acima apresentada reforça, de certa maneira, a referida multifacetação dos estudos no campo da história/história da educação que abordam as relações dos sujeitos com a escrita (por vezes tomando a cultura letrada por cultura escrita). É curioso perceber, igualmente, nos trabalhos dessas áreas - além da análise da circulação e posse dos impressos - a colocação do *alfabetismo* no centro da discussão, destacando-se os *níveis* ou *graus* de letramento, mesmo em sociedades onde o aprendizado das habilidades de leitura e escrita era contemplado apenas pela minoria (“sociedade de alfabetização restrita”). Em escala bem menor, são analisadas as elaborações textuais (manuscritas). Ou, ainda, os *usos da escrita* surgidos das práticas orais e que independeram da existência de graus ou níveis de letramento. A historiografia sobre os *usos da escrita* parece-nos, assim, com poucas exceções, tributária de visão grafocêntrica, a qual tem deixado à margem do cenário investigativo aqueles sujeitos não possuidores da capacidade autográfica.



Nesse quadro, a escrita é pensada preferencialmente como meio para ascensão e distinção social, enquanto seu caráter de resistência ou de reafirmação de memória e identidade – dado por vias alternativas – é negligenciado. Esse aspecto, responsável por denotar a tensão existente entre os grupos sociais e as instâncias de poder, acaba, assim, por ser minimizado. Tal visão historiográfica encontra-se consoante àquilo que Street (2003) define como a versão moderna da teoria da *grande divisa*,<sup>36</sup> orientada pela crença de que a aquisição das habilidades da escrita modificaria definitivamente “as modalidades de comunicação” da sociedade. Sob essa ótica, as práticas de oralidade e escrita estariam radicalmente dissociadas e aquelas orais caracterizar-se-iam por um raciocínio ilógico, fundamentado na emoção e na ambiguidade, na contradição, enquanto a escrita, em sua acepção formal (alfabética e autográfica), seria marcada pela descontextualização, pela lógica e pela racionalidade.

A propósito, Tfouni questiona: “[...] pode-se inferir que aqueles que não adquirirem a escrita são incapazes de raciocinar logicamente, de ter um raciocínio abstrato, de solucionar problemas, de produzir criações literárias?” (TFOUNI, 2000, p. 15). Na intenção de responder à indagação, propõe, em suas investigações, pautada na teoria da *análise do discurso* de linha francesa,<sup>37</sup> um conceito de letramento que considera a dimensão oral e escrita na *autoria* do discurso. “Deve-se aceitar que tanto pode haver características orais no discurso escrito, quanto traços de escrita no discurso oral. Essa interpenetração entre as duas modalidades inclui, portanto, entre os letrados, também os não alfabetizados.” (TFOUNI, 2000, p. 43). *In verbis*:

---

<sup>36</sup> “Para Street a versão moderna da teoria da grande divisa enquadra-se no que o autor denomina modelo autônomo de letramento, cujas características são as seguintes: o letramento é definido estritamente como atividade voltada para os textos escritos, o desenvolvimento é visto de maneira unidirecional e teria um sentido positivo. Assim, o letramento (tomado como sinônimo de alfabetização) estaria associado com maior progresso, civilização, tecnologia etc.” (TFOUNI, 2000, p. 35).

<sup>37</sup> “O rótulo *Escola Francesa de Análise do Discurso* permite designar a corrente de análise do discurso dominante na França nos anos 60 e 70. Surgido na metade dos anos 60, esse *conjunto* de pesquisas foi consagrado em 1969 com a publicação do número 13 da revista **Langages**, intitulado “A Análise do Discurso”, e com o livro **Análise automática do discurso**, de Pêcheux (1938-1983), autor mais representativo dessa corrente. Essa problemática não permaneceu restrita ao quadro francês; ela emigrou para outros países [...] O núcleo dessas pesquisas foi o estudo do discurso político conduzido por linguistas e historiadores com uma metodologia que associava a linguística estrutural a uma teoria da ideologia [...] Tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e o linguístico, evitando, ao mesmo tempo, reduzir o discurso à análise da língua e dissolver o discursivo no ideológico [...]” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 202, grifos do autor). Para propor o conceito de *autoria*, Tfouni inspira-se, igualmente, na concepção dialética da linguagem, apresentada por Bakhtin (1985), na qual se evidenciam pontos estruturantes do discurso narrativo escrito. Do mesmo modo, comunga das ideias de Orlandi que “busca estender a função *autoria* para o cotidiano, toda vez que o produtor de linguagem se coloca na origem, produzindo um texto com unidade, ocorrência, não contradição e fim” (ORLANDI *apud* TFOUNI, 2000, p. 53).

O autor tem a ver com a noção de *sujeito do discurso* [...] O autor, então, é aquele que estrutura seu discurso (oral ou escrito) de acordo com um princípio organizador contraditório, porém necessário e desejável, que lhe possibilita uma *autorreflexibilidade* crítica no processo de produção de seu discurso [...] fato este que provocaria, no próprio texto, um retorno constante à forma como aquele sentido está sendo produzido [...] Trabalhar dentro dessa contradição, é, a meu ver, a principal característica do discurso letrado. E aqui, lembro mais uma vez, não estou considerando o discurso escrito apenas, mas também o discurso oral penetrado pela escrita. E esses aspectos do letramento sócio-histórico podem ser investigados sem que seja necessário considerar junto a alfabetização e escolarização. (TFOUNI, 2000, p. 42-43, grifos da autora).

Ao referir-se à elaboração do discurso pelo “autor”, Tfouni define este como alguém que tende a construir (para leitor/ouvinte) uma narrativa lógica, que apresenta coerência e coesão. O autor confere ordenamento ao discurso que poderá ser escrito, o qual se encontra imbuído de intencionalidades e direcionamentos, produzindo certos efeitos e não outros. Os *efeitos de sentido* poderão produzir a “sensação de cumplicidade entre narrador e leitor/ouvinte” (TFOUNI, 2000, p. 53-54).

Desse modo, é correto afirmar que a produção de um texto, o qual poderá se apresentar na forma escrita, não está necessariamente vinculada a graus ou níveis de alfabetização. Em uma sociedade legitimada e perpassada pela escrita, ou, na expressão de Verdiani, *penetrada* pela escrita, os sujeitos, ao ditarem um texto, ao construírem um discurso, que será registrado no papel, organizam o pensamento de maneira consciente e de forma a torná-lo inteligível, apesar de sofrer posteriores alterações ou adequações.

Mais uma vez, lembramos que a autora refere-se às sociedades modernas, industrializadas, nas quais a escrita “penetrou,” por meio de diferentes mecanismos, as vidas das pessoas comuns. Reafirmamos, contudo, que suas reflexões auxiliam-nos a pensar na circulação da palavra escrita na realidade histórica em estudo. Se, por um lado, a sociedade mineira do século XVIII e do início do XIX não era, a todo o momento e por múltiplas vias, penetrada pela escrita ou pelo *letramento*, por outro, era legitimada por uma escrita expressa nos hábitos cotidianos, no contato com a leitura de oitiva, bem como na profusão documental característica do período. Entenda-se, todavia, que, com isso, não pretendemos estabelecer comparação simplificadora entre contextos tão distintos, incorrendo em anacronismo. Guardadas as proporções, afirmamos, somente, que o conceito de letramento proposto por Tfouni nos acena para a possibilidade de pensarmos os *usos da escrita* por sujeitos iletrados. Nessa medida, tomamos de empréstimo sua ideia de *autoria* dos textos.

No entanto, como destacamos, porque sensíveis às diferenças entre os contextos de análise, preferimos acrescentar um termo à ideia de autoria, adjetivo que apresenta afinidade com o contexto e com o *modus faciendi* relacionado aos documentos produzidos, quais sejam, os testamentos. Optamos, assim, por utilizar a expressão *autoria compartilhada*. Da mesma forma, preferimos afirmar que a mulher que não possuía a habilidade de leitura e/ou escrita *não sabia ler e/ou escrever* (como por ela declarado no documento), ao invés de afirmarmos que era analfabeta. Longe de supor com isso que empregar o termo *analfabeto* para o contexto em pauta seja um equívoco. Pensamos, apenas, ser mais adequado nos referirmos a esses sujeitos, com relação às habilidades de leitura e escrita, de acordo com o que eles mesmos afirmaram. Tampouco se trata de estratégia para se evitar polêmicas referentes aos supostos graus de letramento que poderiam possuir. Pelo contrário, nossas opções configuram-se, na verdade, em exercício de questionamento e, por isso, elementos para reflexão.

### 2.3 O LUGAR DO LETRAMENTO NA HISTÓRIA E NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Os estudos nos campos da história e da história da educação nos oferecerem importantes esclarecimentos acerca dos índices de alfabetização e letramento em sociedades passadas, bem como no que se refere às práticas de leitura e de escrita nesses contextos. Todavia, observamos, nessas investigações, a perpetuação da premissa de que a aquisição da escrita é condição fundamental para o desenvolvimento da capacidade de organização do pensamento em detrimento da oralidade.<sup>38</sup> Em nossa investigação, não deixamos de confirmar o valor da aquisição da escrita para a realidade em estudo, tanto no que tange aos fenômenos sociais mais amplos, quanto à dinâmica da vida individual. No entanto, essa tese pretende executar outro movimento analítico: busca evidenciar o valor das práticas orais na constituição dos textos, entendendo-as como mecanismos que, quando acionados, possibilitaram os *usos* da escrita.

Nesse sentido, as investigações dedicadas à análise da alfabetização e do letramento em perspectiva histórica são-nos particularmente valiosas. Tomamos como referência as pesquisas de Justino Pereira de Magalhães (1994), de Rita Marquilhas (2000) e, pela

---

<sup>38</sup> Tal premissa, em detrimento do pensamento não alfabetizado, enfatiza que apenas com a aquisição da escrita, entendida enquanto capacidade de ler e escrever mesmo que de forma rudimentar, seria possível o desenvolvimento do raciocínio lógico-dedutivo, da capacidade de tecer elucubrações e conclusões. Essas habilidades somente poderiam existir a partir da aquisição de, pelo menos, níveis básicos de letramento (entendidos como competências, ainda que incipientes, de leitura e escrita).

proximidade do recorte espacial e temporal, a de Christianni Cardoso Morais (2009).<sup>39</sup> A preocupação desses autores está centrada no entendimento das complexidade/nuances das práticas de letramento, bem como na apresentação dos índices de letramento em sociedades passadas.

As reflexões desenvolvidas por Justino Pereira de Magalhães (1994) em sua tese **Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para história da alfabetização e da escolarização em Portugal** são bastante amplas e, no que concerne às discussões teóricas, apresentam enorme densidade. Para demonstrar níveis de letramento na realidade rural de Portugal do aludido período, Magalhães criou uma *escala de literacia*,<sup>40</sup> a qual se tornou referência em pesquisas acadêmicas. Além disso, preocupou-se em conceituar *escrita*, discorrendo sobre as proposições de autores de diferentes áreas, além de refletir sobre os significados da leitura e escrita no Portugal do Antigo Regime. Apresentou e discutiu, também, pressupostos conceituais e metodológicos para o estudo das problemáticas relacionadas à escrita.

Rita Marquilhas, em **A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal do século XVII**, propõe-se “a interrogar as práticas e conceitos de leitura e escrita que eram valorizados na sociedade portuguesa do Antigo Regime”. Para tanto, realiza estudo serial da alfabetização em Portugal, no século XVII, e das diferentes práticas de leitura e escrita desenvolvidas nesse contexto. O trabalho de Marquilhas “constitui uma abordagem interdisciplinar do *escrito* numa sociedade do Antigo Regime” e situa-se na área da filologia (MARQUILHAS, 2000, p. 9).

Já a pesquisa de Christianni Morais, **Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar; Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)**, tem como objetivo “analisar a posse, os usos e a disseminação da cultura escrita, bem como a difusão da escola entre os anos de 1750 a 1850, em Portugal e no Brasil, especialmente na Vila e Termo de São João del-Rei” (p. 14), numa ótica que buscou analisar as duas realidades de maneira associada, tentando perceber as permanências e as rupturas nos processos que envolveram a escrita ao longo do período abordado. Podemos afirmar que esses pesquisadores apresentam um ponto em comum: a análise dos *níveis* ou *graus* de letramento

---

<sup>39</sup> Importantes estudos sobre alfabetização e aquisição da escrita foram desenvolvidos, com diferenciadas perspectivas metodológicas, para outros países, como o de Furet e Ozouf (1977), para França, e o de Antonio Viñao Frago (1999.), para Espanha.

<sup>40</sup> *Literacia* é o termo utilizado para *letramento*, em Portugal.

de parcelas da população de determinada região. Grupos esses, que não necessariamente, passaram pela instrução formal.

Magalhães (1994) intenciona compreender os níveis de letramento dos sujeitos, considerando as características específicas desses agentes sociais, como ocupação socioprofissional, e os condicionantes do contexto no processo de desenvolvimento desses níveis, o que lhe possibilitou a construção de uma *escala de literacia*, tendo a assinatura como variável multifacetada, permitindo a apuração de inferências a respeito dos níveis de alfabetização. Caracteriza como indivíduos *ledores* e não necessariamente leitores aqueles capazes de decodificarem uma mensagem escrita, considerando-se, assim, as múltiplas formas de se ler um texto e os variáveis níveis de literacia. O trabalho por ele levado a efeito vinculase à tendência mais recente existente no campo da história da educação cujo objetivo fundamental é compreender as relações estabelecidas entre linguagem e pensamento. Sua pesquisa abre caminho para visão mais abrangente dos processos de alfabetização e de desenvolvimento de diferentes práticas relacionadas à escrita no Antigo Regime e permite compreensão mais verticalizada e globalizante acerca das práticas educativas ocorridas no Império Português da Época Moderna.

Já Rita Marquilhas (2000, p. 10) produz “uma abordagem antropológica dos materiais que testemunham os usos institucionais e sociais da escrita” os quais muitas vezes não correspondem exatamente ao desempenho signatário dos sujeitos. Concentra-se, ademais, numa “avaliação histórico-cultural, dos documentos relativos à produção, circulação e consumo de impressos [...]”. Em seu trabalho, faz um balanço dos estudos sobre alfabetização, de forma geral, e da alfabetização em Portugal, de maneira mais detida. Com base na interpretação desses estudos referenciais, expande os conhecimentos sobre a temática ao afirmar e justificar a importância da utilização de fontes que permitem ir além da análise das assinaturas como principal indício de letramento em sociedades passadas, mesmo que conjugadas com outros fatores, como a ocupação socioprofissional (o que foi realizado por Justino Magalhães). Ainda assim, reafirma a importância das mesmas na análise ou composição dos índices de letramento<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Em sua investigação, os depoimentos contidos nos denominados *cadernos do promotor* do acervo documental do Santo Ofício da Inquisição portuguesa consistem em fontes privilegiadas, uma vez que “autógrafas”, pois, como dito, Marquilhas trabalha com fontes que extrapolam somente a assinatura com indício de graus de alfabetização. Trata-se de importante e minuciosa pesquisa sobre a alfabetização em perspectiva histórica, situada no campo da linguística. Cabe destacar que o trabalho de Magalhães, porém, se concentra, detidamente, na análise dos índices de literacia e em discussão teórica mais verticalizada acerca do conceito e dos sentidos da escrita enquanto problemática histórica, sociológica e antropológica. Concentra-se, igualmente, na análise

Os três pesquisadores supracitados preocupam-se, de uma forma ou de outra, em abordar, além da posse/uso da escrita e dos índices de alfabetização e letramento das populações de regiões específicas, os meios ou modos de circulação e disseminação do escrito. Magalhães detém-se na zona rural; Marquilhas avalia o Portugal seiscentista, enquanto o recorte geográfico de Morais privilegia a região de São João del-Rei. Portanto, a preocupação com as formas de *disseminação da escrita* caracteriza, também, as pesquisas dos referidos autores.

Apesar de apresentarem objetivos específicos e metodologias diferenciadas, caracteriza esses estudiosos o fato de não se prenderem à atribuição de significado unívoco às relações estabelecidas pelos sujeitos com a escrita. Ao retirarem o letramento da esfera da escolarização, focam nas sociedades do passado com abordagem capaz de identificar *quem* ou *o quê* se escrevia e se lia e, ainda, *como* se escrevia e se lia.

Cumprе ressaltar que as investigações estão fundamentalmente embasadas no traço autográfico e, por decorrência, fixadas nas análises das assinaturas e/ou apontam para a existência de documentos particulares (escritos de próprio punho) para entenderem uma *escrita privada* e para a existência de documentos institucionais, escritos em sua totalidade ou em parte pelos sujeitos ou portadores de suas assinaturas. Investigam, igualmente, os processos de escolarização como mecanismo da difusão da escrita, a posse, a comercialização e a circulação dos impressos, aproximando-se e mesclando-se aos estudos desenvolvidos na linha de pesquisa denominada “História do livro e da leitura”.

No campo da história da educação, o trabalho de Magalhães ilustra muito bem a ideia de que a aquisição da escrita é condição fundamental para o desenvolvimento da capacidade de organização do pensamento, ao afirmar que “a escrita é técnica, meio e fim”, que a racionalidade se opera “quando linguagem e técnica se encontram” (MAGALHÃES, 1994, p. 107). Para o autor, a partir da escrita, torna-se possível reportar-se ao passado, representá-lo, narrá-lo e corrigi-lo, residindo aí uma das principais funções sociais da escrita.

Não obstante as análises de Magalhães comungarem da ideia da escrita enquanto caminho privilegiado de ordenação do pensamento, sua pesquisa avança ao questionar acerca do impacto dos sistemas organizados de escrita na vida dos “cidadãos comuns”. Se, por um lado, a escrita configura-se enquanto instrumento dos centros de poder, por outro, poderíamos

---

das vinculações entre oral e escrito, dos problemas, métodos e fontes para a “história da alfabetização”, das relações existentes entre pensamento e linguagem e dos fenômenos da alfabetização e da escolarização no mundo rural português.

indagar: e quanto aos sujeitos comuns? Como a escrita foi utilizada para que os indivíduos operacionalizassem, por exemplo, o direito de resposta às diferentes instituições sociais? Como meio de protesto e de reivindicação? Por ser a escrita, segundo o autor, (re)ordenadora do pensamento individual, a elaboração dos textos escritos, contratos, testamentos, enfim, documentos de toda ordem, possibilitaria o “reexame por parte de cada um”, a legitimação e a fixação de uma memória que intervém na vida da coletividade. Do exposto, infere-se que os sujeitos relacionam-se com a administração letrada, utilizando-se de formas específicas para o encaminhamento de questões de diferente natureza.

Especialmente sobre os processos de alfabetização, esse autor chama a atenção para o movimento de sobrevalorização da “ideia de mudança e de transformação, associada aos processos de alfabetização”, que tende a orientar as expectativas dos historiadores. Nas investigações, a ênfase seria colocada na busca pelas mudanças acarretadas pelo fenômeno alfabetizador em detrimento das permanências. Avalia, ainda, mais um fator contraditório da história da alfabetização, que é gerado pela “permanência e constante interação da dualidade comunicacional: oralidade e escrita. Malgrado as profundas implicações da escrita no seio das sociedades [...] jamais se pode estabelecer uma ruptura definitiva entre o oral e o escrito.” (MAGALHÃES, 2004, p. 75).

Nessa linha, em diálogo com a obra de Goody, na qual se enfatiza o domínio da escrita por grupos privilegiados, de igual maneira, Marquilhas destaca o fato de a escrita, a despeito de monopolizada por certos grupos, ser paralelamente utilizada por outros estratos sociais no cumprimento de distintas funções. Ressalta sua importância como registro e como elemento de poder, e seu papel nas esferas administrativas (civil, religiosa, comercial), baseando-se, para tanto, nas considerações de Goody (1977), Furet e Ozouf (1977) e Ong (1992). Demonstra que se, por um lado, a escrita era manipulada pelas instituições (no caso específico de seu estudo, a instituição do Santo Ofício da Inquisição), com vistas ao controle social, por outro, ocupava lugar na sociedade, apresentando algum “grau de familiaridade” com os indivíduos. Ou seja, havia o uso institucional (coletivo) e o uso pessoal (singular) da escrita.

Essa ponderação nos interessa em particular, pois nos inspira a pensar a escrita no âmbito privado, utilizada, muitas vezes, por quem não sabia ler e/ou escrever (ou não a dominava de acordo com a norma culta). Dentro do que Marquilhas denomina *uso singular da escrita*, podemos refletir sobre duas tipologias: uma escrita de caráter privado, pessoal (como cartas e diários), e uma escrita, mesmo singular – posto que relativa a um sujeito – não completamente individual em sua formulação, considerando-se obedecer a padrões

institucionais e ser elaborada por mãos conjuntas (como os testamentos). Em nosso entendimento, são duas modalidades de escrita relacionadas a um sujeito, mas diferentes em sua natureza.

Em sua tese, Marquilhas, ademais, discute as diversas motivações existentes para a escrita (como no caso da redação de cartas usadas à guisa de provas incriminatórias nos processos inquisitoriais) na esfera da vida privada. Essa autora, ao apresentar como intenção entender o *nível* ou *grau* de envolvimento dos sujeitos com a escrita, legou-nos contribuições fundamentais para o entendimento das ligações estabelecidas pelos indivíduos com a escrita, sendo tais vinculações abordadas como práticas sociais. Para tanto, avaliou, em um primeiro momento, a manipulação da escrita pelas instituições, para depois averiguar a orientação que cada pessoa poderia conferir a mesma (MARQUILHAS, 2000, p. 32). Nesse sentido, percebeu os textos como “testemunhos da vida social da época e, por arrastamento, dos usos da escrita (e de reflexões sobre ela) em alguns dos seus episódios. Trata-se de episódios de relações privadas e de relações com o poder [...]” (MARQUILHAS, 2000, p. 33).

Nesse ponto nos aproximamos de suas premissas, haja vista tentarmos compreender os usos da escrita processados com base em aspectos concernentes à vida privada e às relações sociais.

Como explicamos, os usos da escrita podem acontecer constantemente na vida do indivíduo ou em momentos pontuais, remetendo-nos ao conceito de *eventos de letramento*, os quais fazem parte de espectro mais amplo, ou seja, das práticas de letramento que, por seu turno, são entendidas como práticas sociais. A ocorrência de tais eventos responde às propulsões internas e externas. Motivações de ordem particular ou de ordem social são responsáveis pelo recurso à escrita, sendo que, na maior parte dos casos, excetuando-se talvez a escrita de diários, diríamos que os estímulos pessoais estão relacionados a fatores de ordem social. Bom exemplo é o caso da escrita epistolar, historicamente estimulada pela necessidade de se vencer as distâncias.

Dessa forma, as análises desenvolvidas por Marquilhas levam-nos a refletir acerca dos estímulos se não para a produção escrita de maneira corrente, para a ocorrência de seus usos mesmo que eventualmente, muito embora não possamos descrever aspectos detalhados desses *eventos de letramento*. Isto é, passamos a refletir sobre as razões ou causas propiciadoras, na sociedade colonial, dos *atos de escrita*, levando aos usos e/ou à produção escrita. Nesse contexto, dada a importância da ação de testar, tanto no que se referia à gerência de bens, quanto ao ritual de preparação para a morte, é correto afirmar que as crenças, os hábitos, bem



como o funcionamento da Justiça fizeram com os sujeitos letrados e iletrados lançassem mão da escrita. Despreza-se, neste caso, é claro, os níveis mais elementares de escrita que se dariam, por exemplo, na produção das missivas.

## 2.4 O CAMPO DE ESTUDOS DA ESCRITA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Podemos afirmar que, de forma geral, os trabalhos sobre a escrita, desenvolvidos na área da história e da história da educação, incluindo-se aqueles dedicados à análise das práticas de letramento, assentam-se em perspectivas que enfocam a escrita tanto em seu aspecto simbólico quanto material. Conceitualmente, para a abordagem das sociedades passadas, particularmente a do Antigo Regime, a escrita é abordada, como demonstrado, enquanto mecanismo de distinção e ascensão individual e social. Nesse sentido, produção e usos são entendidos somente a partir da existência do domínio dos códigos alfabéticos, mesmo que analisados por níveis. A escrita é vista, assim, enquanto produto do desenvolvimento de habilidades específicas, ainda que nuançadas. Nessa ótica, revela-se sempre em seu caráter positivo, dentro de uma lógica evolucionista que não se furta ao desenho do *campo de estudos da escrita* de maneira mais ampla, inserindo-se aí distintas disciplinas.

Como assinalado, esse campo de estudos encontra-se, normalmente, permeado pelo *mito do alfabetismo*, onde a aquisição das habilidades de ler e escrever é encarada como condição fundamental para a organização e operacionalização do pensamento e, conseqüentemente, de evolução da humanidade e de modernização (cf. GRAFF, 1990; VIÑAO FRAGO, 1993; MAGALHÃES, 1994). Crenças implícitas e explícitas que envolvem as conseqüências da alfabetização “no desenvolvimento econômico, social e até mesmo cognitivo estão relacionadas com uma perspectiva que recusa qualquer espaço para formas intermediárias de comunicação gráfica”<sup>42</sup> (GNERRE, 2009, p. 44). E acrescentemos: de elaboração da escrita.

A esse propósito, evocamos as considerações de Ivan Illich (1995, 1989), quando afirma ser preciso pensar as transformações mentais e cognitivas, a compreensão e o saber expressos e ocorridos mesmo na ausência da habilidade de leitura e escrita. Por conseguinte, a ideia de que tais transformações ocorreriam somente a partir do domínio da *escrita* é falsa.

---

<sup>42</sup> A respeito da crítica à “aceitação básica, durante décadas, do valor indiscutivelmente positivo da escrita”, ver: GNERRE (2009, p. 44).

Nas suas palavras: “Desde a Idade Média, as certezas que caracterizavam a mentalidade dos que aprendiam a ler e a escrever difundiram-se, de maneira surpreendente, por meios que extrapolam o ensino da capacidade de ler e escrever.” (ILLICH, 1995, p. 38).<sup>43</sup>

Illich afirma, ainda, que o emprego dos olhos não é o único meio de decodificação da leitura (ILLICH, 1995, p. 43).<sup>44</sup> Portanto, a despeito de não possuímos como foco as práticas de leitura, tais considerações auxiliam-nos a refletir acerca das formas de decodificação do texto escrito processadas pelas mulheres que não sabiam ler, seja por meio da leitura de oitava, da memorização e da recitação, seja, no caso dos textos religiosos, por intermédio da repetição.

Questões essenciais emergem da reflexão sobre como letrados e não letrados comungam da mentalidade própria de uma sociedade legitimada pelo registro alfabético. A mentalidade da sociedade gestada e legalizada pela escrita é, na verdade, uma *singularidade histórica*. Illich (1995) sugere que os historiadores da educação deveriam se preocupar com os fenômenos desenrolados dentro do espaço da cultura alfabética, obrigando-se a explorar esse ambiente. As pesquisas precisam, assim, reconhecer a heteronímia do espaço da escrita com relação a três outras áreas: a oralidade, as realidades moldadas pelas notações não alfabéticas e a mentalidade cibernética. Para o autor, muitos que não sabem ler nem escrever tomam parte da ilha do alfabeto. A mente desses pode também pertencer a um contexto caracterizado pela escrita.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> O autor comunga das análises de Ong (1998), defensor da proposição de que a alfabetização equivale a uma *tecnologização da palavra*, e ressalta que as pesquisas relativas à mentalidade da cultura escrita devem ser aplicadas à educação. Para ele, os estudos da teoria da comunicação afirmariam como o texto pode ser elemento revelador, no contexto, da mentalidade da cultura escrita. Compartilha, dessa forma, a ideia defendida por Paul Ricoeur (1989) de que o texto pode explicitar características da própria historicidade do sujeito, deixando à mostra dimensões da experiência humana. Sobre as relações entre texto e historicidade do sujeito, cf.: RICOEUR (1989).

<sup>44</sup> O autor relembra que Santo Agostinho tinha a leitura como sinônimo de recitação em voz alta ou murmurada e que fica surpreso ao descobrir que era possível fazer uma leitura silenciosa. Nessas circunstâncias, na interpretação de Illich, um “novo tipo de passado, congelado pelas letras, sedimentava-se no ser e na sociedade, na memória e na consciência”. As frases ditadas, que carregam o passado, transformam-no em presente. “Com a escrita, o juramento cedeu lugar ao manuscrito: agora era o registro que contava, e não a evocação do juramento.” Cf. ILLICH (1995, p. 47).

<sup>45</sup> Interessante abordagem de Illich refere-se ao lugar ocupado pelo computador dentro do espaço da cultura escrita. Segundo o autor, o computador não ameaçaria a cultura escrita, uma vez que se trata de rede de termos e ideias que conecta um novo conjunto de conceitos cuja representação comum é o computador. Para ele, “a mentalidade cibernética engole um novo tipo de leigo”, fenômeno que, de maneira geral, a educação ainda não acompanha. Cf. ILLICH (1995, p. 52). Nesse ponto, suas ideias encontram-se em sintonia com as de Pattanayak (1995), para quem, mais do que estar atento ou enfatizar a importância da escrita, é necessário ver as diferenças entre os vários tipos existentes (poderíamos pensar nas diferentes formas de se escrever próprias a cada contexto histórico). Faz-se mister, por consequência, investigar as funções sociais da escrita. De acordo com o autor, a escrita é essencialmente estratégica e, por esse motivo, devemos “levar em conta a extensão e a natureza da racionalidade dos analfabetos” e dos que desconhecem a escrita, pois ambos inserem-se nela.

De maneira semelhante, no que tange à aproximação dos iletrados aos contextos em que a escrita se impõe, Chartier (2004), ao analisar as práticas urbanas de leitura nos séculos XVII e XVIII na França, afirma que a leitura não deve ser tomada como *invariante histórica*, uma vez que existem diferentes usos da escrita e modalidades de ler que variam de acordo com as épocas e os lugares. Considera que, durante muito tempo, a circulação do impresso foi entendida como a circulação de caráter privado, relacionada àquilo que se encontrava nas coleções particulares. Destaca, além disso, que a tensão entre público e privado atravessa as práticas de leitura e o foro privado articula-se à sociabilidade da família, da companhia letrada ou da rua. Essas reflexões, quando transportadas para o campo das práticas ou modalidades de escrita (e não apenas das leituras), reforçam a importância de se tentar identificar as redes de pertencimento dos sujeitos.

Essa assertiva obriga-nos a refletir sobre as maneiras diferenciadas pelas quais a escrita ocorreria no contexto estudado. Poderia acontecer de forma intermediária, no sentido de estar “permeada” por elementos variados ou no sentido de necessitar, por exemplo, da figura do intercessor, do mediador. Quando “formas intermediárias” de constituição do escrito são subestimadas ou negligenciadas, reduzimos a concepção de escrita à técnica de escrever. Deixamos de abordá-la como processo social envolvente, em muitos casos, de mais de um agente e passamos a entendê-la em formato único, linear, esgotando-se em seu resultado. Tal postura sustenta-se em uma definição de *cultura escrita* que, como explicado, subestima alguns aspectos do processo de constituição do texto grafado. Vejamos, a título de exemplo, a definição elaborada por Christianni Morais:

Entendo por cultura escrita o universo que engloba os diversos modos como os sujeitos se organizam, se comunicam e agem utilizando a palavra escrita (manuscrita ou impressa). A cultura escrita regula as práticas de *letramento*, e essas práticas, ao mesmo tempo, mantêm essa cultura escrita viva, atualizada. (MORAIS, 2009, p. 19, grifo da autora).

Quando pensamos na *cultura escrita* como modos de organização e comunicação, sem abordamos ou sem explicitarmos todas as dimensões de sua formação, a tomamos somente como produto e não como processo. De acordo com a definição de Morais, apesar dos *modos* de organização, comunicação e ação dos sujeitos serem considerados, destacá-los apenas por meio da utilização da *palavra manuscrita* ou *impressa* reduz a importância de formas de enunciação e comunicação antecedentes à escrita. Formulações que a ela podem dar origem e

---

Portanto, “os modos do discurso escrito e não escrito, ao invés de se oporem, acabam por se complementarem” (PATTANAYAK, 1995, p. 117-120).

que dela fazem parte, como, por exemplo, a prática do ditado na elaboração dos textos redigidos. Equivale a pensar ou a dizer que há uma transposição direta do pensamento para o papel, o que, em muitos casos, não ocorre, a exemplo da redação de documentos que são ditados por um sujeito e redigidos por outrem.

Com relação à regulação das práticas de letramento propiciadas pela *cultura escrita*, a afirmação não parece muita clara ou completa. Qual o significado de *regular as práticas de letramento*? Fazer com que apresentem alguma constância, e se expressem de maneira harmônica ou contínua, com certa regularidade? Ou quer dizer apresentarem alguma semelhança, frequência regular de períodos/formas ou regras? Se a cultura escrita significa, como quer a própria autora, *modos de organização, comunicação e ação*, esses são, por excelência, plurais, múltiplos, quiçá irregulares.

De igual modo, questionamos: como as práticas de letramento (compreendidas enquanto práticas sociais) poderiam não manter *viva* uma cultura? Parece claro que as práticas sempre reformulam, realimentam ou reproduzem valores, crenças, hábitos, inclusive, na manutenção e reafirmação de uma tradição escrita, conferindo, constantemente, os mesmos ou novos sentidos a essa tradição.

Uma possível definição de *cultura escrita* não deve, igualmente, descurar do significado da categoria *cultura*, subdimensionando-a. Tal categoria parece-nos, vem sendo, por vezes, subestimada ou reduzida nas definições mais rápidas e correntes. Na tentativa de definirmos *cultura escrita*, ao abordarmos uma sociedade em que a maioria da população não tinha acesso ao aprendizado sistematizado das primeiras letras, não devemos desconsiderar o valor de diferentes meios de expressão e formulação das mensagens escritas caracterizantes da cultura dessa sociedade. É preciso, portanto, evidenciar e reafirmar o valor da oralidade no contexto pesquisado. É necessário sair de uma postura historiográfica autossuficiente em que a escrita é entendida de maneira solitária no processo comunicacional. Segundo Gnerre:

Repensar nestes termos a riqueza da oralidade comporta repensar todo o nosso mundo grafocêntrico e, na medida em que vai ser dado um novo espaço à criatividade da oralidade, receberemos resultados na criatividade escrita, cujos produtos podem circular e produzir mais criatividade e maior confiança dos indivíduos na expressão de seus próprios pensamentos. (GNERRE, 2009, p. 62).

Na medida em que percebemos a potencialidade da oralidade nos processos componentes das práticas de escrita também em sociedades passadas, constatamos a riqueza dos pensamentos expressos nos textos escritos, muito embora tenham sido elaborados dentro

de determinados padrões discursivos. Se como assevera Chartier (1990, p. 121), relativamente às “modalidades partilhadas de ler,” os sentidos são construídos historicamente e, diferenciadamente, é construída uma significação por meio de processos que dão “formas e sentidos aos gestos individuais”, poderíamos supor a existência de diferenciações e distintas significações relacionadas aos *atos de escrita*. Desse modo, despertaríamos as práticas orais do sono em que foram postas pelos estudos voltados para compreensão da escrita enquanto resultado ou somente obra daqueles que sabiam escrever. Tentamos evidenciar, assim, usos da escrita extrapolares da capacidade redacional de próprio punho ou da propriedade de materiais impressos. No período abordado, os atos de escrita seriam todas as práticas que envolviam a elaboração e a formulação de textos escritos, incluídas a oralidade, por meio de ditados, a escrita de próprio punho e a legitimação de documentos com assinaturas ou sinais, além da realização de cálculos que foram grafados.

Por não possuímos como foco as práticas de leitura, nesta pesquisa – a despeito de estarmos atentos às correlações entre essas e as práticas de escrita – optamos por trabalhar com a categoria *escrita* e não com a expressão *cultura escrita*. Entendemos que esta, dentre outros fatores, englobaria as modalidades de leitura, de discursos orais registrados em suportes específicos, a circulação da palavra escrita impressa ou manuscrita e a difusão, por diferentes modos, do *escrito*, inclusive por meio da escolarização.

Afastamo-nos, portanto, do emprego de expressões correntemente utilizadas nas investigações, tais como *universo da escrita*, *mundo da escrita*, *cultura escrita*, por nos parecem, para o objetivo deste trabalho, muito amplas, vastas e, por isso mesmo, vagas. Em decorrência, evitamos fazer afirmativas como, por exemplo, a de que *o sujeito adentrou o mundo da escrita ou da cultura escrita*, por acreditarmos ser impossível alguém situar-se fora da cultura. Discordamos, igualmente, da ideia de *apropriação da cultura escrita*, por defendermos ser impraticável a apropriação de uma cultura, sendo cabível, tão somente, a apropriação de alguns de seus elementos.

Compreendemos que investigar as formulações dos textos e os decorrentes usos da escrita dados por uma maior parcela da população e não apenas pelos “alfabetizados”, permite, na perspectiva da história cultural, iluminar certas dimensões da cultura de um tempo. Entendemos, por outro lado, que as práticas de escrita não devem ser tomadas como sinônimo da *cultura escrita*, expressão abrangente, como dito, de dinâmicas que, em muito, extrapolariam as técnicas e os modos de escrever. Remete ao estudo de realidade mais ampla, na qual são consideradas as condições históricas e culturais de constituição do escrito. Sobre

tal matéria valemo-nos das considerações de Galvão e Batista, a respeito dos objetivos dos estudos mais recentes referentes à cultura escrita:

Mais do que descrever de maneira mais ou menos dicotomizada as diferenças entre a cultura escrita e oral, passou-se a buscar apreender as condições sociais, históricas e técnicas em torno das quais, para diferentes casos históricos, construiu-se uma determinada cultura escrita e um conjunto determinado de impactos políticos, sociais e culturais. Passou-se, portanto, a buscar compreender não a cultura escrita em sua oposição à cultura oral, mas *culturas escritas*. (GALVÃO; BATISTA, 2006, p. 429-430, grifo dos autores).

Datada que é, a escrita do período em foco, somente e obviamente poderá ser trabalhada em sua historicidade, marcada por fatores externos à sua constituição, os quais caracterizavam o contexto de sua produção. É justamente, neste ponto, que frisamos a relevância do ditado, do aspecto oralizante enquanto condicionante social do período. Trata-se, nesse sentido, de uma “tensão operatória” (CHARTIER, 1990), pois, ao mesmo tempo que trabalhamos com o registro escrito, fixado no papel, ressaltamos o lugar de destaque ocupado pelas falas dos iletrados em nossa investigação. *Fala* e escrita são fenômenos que se entrelaçam e não se dicotomizam. Entendemos, portanto, a importância da cultura do contexto em questão, isto é, das práticas culturais aí processadas e, conseqüentemente, concordamos com a ideia da existência, na realidade, de diferentes culturas escritas ou uma *cultura do escrito* característica de cada época. Cabe ressaltar, todavia, a inexistência tanto na historiografia, quanto no campo da linguística, de um consenso modelar sobre a definição de *cultura escrita* ou *cultura do escrito*.

Como afirmamos, o entendimento de uma *cultura escrita* limitada às práticas dos sujeitos alfabetizados ou com algum nível de letramento (sendo este último sempre associado ao traço autográfico) surge na maior parte das pesquisas. Em contrapartida, não buscamos estabelecer estatísticas ou taxas de alfabetização, entender o quão analfabeta ou alfabetizada era a América portuguesa, de maneira geral ou em regiões específicas. Julgamos ser mais instigante identificar usos da escrita, problematizando as elaborações discursivas (enunciações), enquanto história social daqueles definidos como sujeitos apartados da realidade vivenciada pelos alfabetizados. Entendemos que mesmo “sem sujar os dedos de tinta”, muitos indivíduos de alguma forma se envolveram com a redação de documentos e foram, assim, protagonistas dos *atos de escrita*.

Sabemos que a linguagem é instrumento de poder e que seu domínio pode ser empregado para libertação ou para opressão social. Entretanto, acreditamos ser necessário

ampliar a discussão e tentar compreender como, em uma dada sociedade, independentemente dos índices de alfabetização, processaram-se as conexões entre pensamento, linguagem e atores sociais. Consideramos, portanto, que, no respeitante à temática aqui tratada, o período colonial era marcado, pelo menos, por um paradoxo. Por um lado, as práticas orais caracterizavam em larga medida as formas comunicacionais; por outro, os discursos ganhavam legitimidade quando grafados, reconhecidos e assinalados no papel, contribuindo, como afirmamos, para uma profusão documental.

O passar da forma oral à grafada leva a adequações do conteúdo e proporciona a oportunidade da memorização, do revisionismo e do esquadramento das declarações. A partir dessa lógica, ao estudarmos os “textos elaborados” por mulheres em Minas Gerais, compreendemos o contexto abordado enquanto parte de realidade histórica considerada como uma “civilização escrita”.<sup>46</sup> Como mencionado, referimo-nos à escrita alfabética ocidental<sup>47</sup> e, em nossa pesquisa, especificamente, à escrita de palavras e textos, e não aos registros imagéticos. Salientamos, contudo, que nesse quadro inserimos os registros gráficos (sinais) que tomam o lugar de assinaturas, como rubricas, sinal de cruz e iniciais do nome.

Em nossa ótica, a escrita é entendida como processo social e como “produto cultural por excelência” (TFOUNI, 2000, p. 10).<sup>48</sup> Meio difusor e ocultador das ideias de uma sociedade, de um tempo, marcada por sua historicidade. Instrumento de poder que permite veicular apenas o que se deseja. Possibilita, por um lado, a manutenção do poder nas mãos daqueles que dominam tal conhecimento, com forte conexão com as instituições religiosas e elites educadas.<sup>49</sup> Por outro, funciona como elemento de resistência, ao considerarmos suas formas diferenciadas de constituição.

Cabe ressaltar que, na Época Moderna, a escrita configurou-se como instrumento de poder ao permitir o funcionamento das práticas em distintas esferas: na vida política, na religiosidade, no âmbito privado. Naquele contexto, os impressos, manuscritos e imagens exerceram, por vezes, o papel de dispositivos de persuasão e exercício da autoridade, de manutenção e de reafirmação da ordem estamental.

<sup>46</sup> Expressão cunhada por Lucien Febvre. Cf.: BOUZA ÁLVAREZ (1992, p. 31).

<sup>47</sup> Entendemos por *escrita alfabética vocálica* o “sistema fonográfico em que sinais gráficos representam sons de fala. Foi introduzida na Grécia e Jônia por volta do século VIII a.C.” Cf.: TFOUNI (2000, p. 13).

<sup>48</sup> Compartilhamos da perspectiva da autora, quando afirma: “Estou entendendo cultura no sentido do materialismo histórico, onde estão embutidas as categorias: consciência (atividade reflexiva); poder de decisão; proposição de finalidades pessoais; historicidade; construção e transformação da natureza.” (TFOUNI, 2000, p. 10).

<sup>49</sup> A esse respeito ver, dentre outros: TFOUNI (2000, p. 12).

Em sentido oposto, escritas pessoais, apesar de se processarem por via institucional, dentro de modelos específicos (testamentos), e escritas particulares, no âmbito privado, reafirmaram identidades sociais e expuseram memórias, dando voz aos sujeitos silenciados pelas diferentes formas de exclusão social. Logo, podemos afirmar que a escrita esteve sempre articulada às redes de poder e ao “jogo de dominação/poder, participação/exclusão que caracteriza ideologicamente as relações sociais [...]”.<sup>50</sup> Nesse cenário, alfabetizados e letrados, não alfabetizados e “iletrados” participam da realidade, pois são sujeitos da história.

A escrita permitiria, ainda, a entrada em cena de diferentes agentes nas relações de poder. Eclesiásticos, tipógrafos, aristocratas, livreiros, censores e os próprios autores. São atores do processo de elaboração e divulgação dos materiais escritos. Desse modo, torna-se importante novo entendimento das relações de poder (incluindo-se aí os sujeitos comuns). Nessa medida, o enfoque dos textos no Antigo Regime deve acontecer de maneira mais horizontalizada. Ou seja, não devemos hierarquizar a importância dos textos. Consoante Rodrigo Bentes Monteiro:

Em uma sociedade do Antigo Regime, como distinguir aparência de essência, representação e natureza do poder, o individual do estamental, o privado do público? Em todos os casos os extemos interpretativos são perigosos. Mas fica claro que os tratados jurídicos e os decretos administrativos, por exemplo, não podem ser hierarquizados como textos mais relevantes que a elaboração e a descrição de uma festa. Ambas as fontes são significativas para o entendimento do poder na Época Moderna. (MONTEIRO *apud* ALGRANTI; MEGIANI, 2009, p. 204).

Com base nesses esclarecimentos é que compreendemos as fontes utilizadas nesta pesquisa, isto é, como “escritas” de fundamental importância para entendermos não só o funcionamento de uma época, mas a percepção e a “organização” dos acontecimentos pelos sujeitos. Mesmo que essas narrativas tenham sido mediadas em sua elaboração, ou se destinassem a fins específicos e seguissem, por isso, a “roteiros determinados”. Acima de tudo, consideramos o caráter social e histórico da linguagem, particularmente em sua dimensão escrita, e buscamos identificar usos impregnados pelos conflitos e tensões. Interessa-nos evidenciar como as mulheres nomearam os sentimentos, as dificuldades e as expectativas, os acontecimentos a sua volta. Não estamos empenhados em entender somente como esses sujeitos utilizaram-se da escrita para resolver seus problemas. Ou seja, não se trata de abordagem explanadora, exclusivamente, do aspecto funcional ou pragmático dos usos da escrita. Este é apenas um dos propósitos. Queremos, sobretudo, perceber as maneiras pelas

---

<sup>50</sup> A esse respeito ver, dentre outros: TFOUNI (2000, p. 13).



quais as testadoras “descreveram” suas experiências, as representações que possuíam sobre assuntos relacionados às questões econômicas, políticas ou familiares e sobre sua própria história. A premissa é: as funções atribuídas aos textos apresentam seu nascedouro nas vivências e nas vontades.

Por conseguinte, defendemos que as funções da linguagem, especialmente da linguagem escrita, são múltiplas, não se limitando à intenção de veicular informações, isto é:

[...] a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma dentre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive. As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercerem uma influência [...]. (GNERRE, 2009, p. 5).

Qualquer modalidade de linguagem é, portanto, conduzida por um número de regras intrínsecas e extrínsecas. Há um *corpus de valores* que orienta os dizeres. Assim, a linguagem é poder, à medida que representa modos de expressão, crenças, princípios e intenções e, para tanto, enquadra-se em modelos. O modelo formal é encarado como o legítimo e utilizado pelas instâncias representativas de poder, configurando-se como padrão, redigido de acordo com a língua “cultura”. Esse modelo é guiado por regras que conferem legitimidade ao escrito e definem maneiras de se escrever que são utilizadas em esferas distintas: na justiça, na religião, na economia, na política. No entanto, ainda assim, no interior dos textos redigidos com base nessas normas e valendo-se dos espaços sociais onde são constituídos, os conteúdos individualizam-se. Por isso, as elaborações discursivas adquirem sentido somente no contexto social e cultural apropriado.

Observamos essa dinâmica ao lermos, por exemplo, o testamento de Ana Maria da Costa, preta forra, moradora na Vila Nova da Rainha, viúva de Baltasar Vieira. Ana Maria não teve filhos, mas instituiu como herdeiros de seus bens ao licenciado Manuel da Silva de Azevedo e a sua mãe. Declarou a testadora:

Atendendo aos bons ofícios e favores que devo ao meu primeiro testamenteiro, o licenciado Manuel da Silva de Azevedo e a sua mãe, Teresa de Soledade de Jesus, em sinal de agradecimento os constituo herdeiros dos meus bens ficando eles encarregados de cumprirem o que lhes tenho cometido em segredo natural sem que sejam obrigados a dar contas, por ser negócio de inviolável segredo. Declaro que os bens que possuo é uma morada de casas em que moro sitas nesta vila na Rua da Chapada com todos os móveis que se achar por meu falecimento e assim mais um escravo por nome Manuel, de nação mina, os quais bens meu testamenteiro de tudo

tomará conta para dispor como lhe tenho ordenado em segredo natural. (MO/CBG/CPO/LT 51(70), fl. 182. Testamento datado de 17/5/1794).

O reconhecimento pelos favores recebidos fica patente no discurso elaborado por Ana Maria. Nesse sentido, destaca-se a importância dos valores e da mentalidade de um tempo. A escolha dos testamenteiros estava assentada nas sociabilidades, no sentimento de confiança que o testador possuía naquele que elegia. Isso se dava porque o testador teria acesso às informações pessoais de quem havia testado, tanto àquelas relacionadas aos bens e posses, quanto às de caráter afetivo. Por isso, muitos dos escolhidos eram familiares do testador. Ao eleger como primeiro testamenteiro o licenciado Manuel da Silva de Azevedo e a sua mãe, Teresa de Soledade de Jesus, a testadora explicita não só seus sentimentos, mas suas redes de relacionamento. Como se não bastasse, também os designa por herdeiros, demonstrando a estreita relação que poderia existir entre pessoas de segmentos tão distintos da população. No caso, uma preta forra e um licenciado. Talvez os laços instituídos entre ambos tenham sua origem no fato de Ana Maria ter sido cativa de Manuel da Silva, o que nenhuma informação contida no testamento nos permite afirmar. De qualquer maneira, trata-se de uma escrita situada, contextualizada, que, se constituindo dentro dos padrões, revela, além de sentimentos, as relações características da época.

Tal escrita carrega os valores de uma cultura, de uma tradição. Esse conjunto de princípios se refere tanto à forma quanto aos conteúdos padronizados. Nos discursos construídos, as narrativas acomodadas aos formatos convencionais e rígidos falavam de sentimentos de gratidão, reconhecimento, mágoas e até mesmo de precauções e denúncias. A esse respeito vejamos os dois exemplos que se seguem.

Precaução foi o que expressou Antônia Francisca da Silva, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, da cidade da Bahia, viúva de Antônio Ribeiro Souto Maior, que declarou não saber ler nem escrever, mas quis deixar registrado o reconhecimento e gratidão pelos serviços de seu filho:

[...] declaro que meu filho Antônio Ribeiro sempre me acompanhou, desde o falecimento de seu pai até o presente, administrando escravos em serviços de agricultura e de minerar sem levar porção alguma e sempre me entregou fielmente todos os rendimentos que me pertenciam sem que me esteja devendo coisa alguma; e tudo o que ele possui o tem [?] legitimamente por ser por ele adquirido não se deve confundir com os meus bens e espero de meus filhos entre eles a este respeito não haja dúvidas ou diferença alguma. (MO/CBG/CPO/LT 48(67), fl. 206. Testamento feito em 5/8/1789).

E, utilizando-se da escrita para denunciar, testou dona Eufrásia Maria Francisca Xavier, filha legítima de Manuel Rodrigues e de Teresa Maria dos Prazeres, que, ao ditar seu testamento, em 16 de maio de 1792, denunciou a bigamia do marido:

[...] declaro que suposto me soubesse em matrimônio com Antônio José [Gominhos?] e de matrimônio [se desaveio?] por se denunciar o mesmo Antônio José [?] se achar ainda com a terceira mulher viva com quem se havia [?] na forma de direito [...] declaro que deste nulo matrimônio tive uma filha, que morreu de tenra idade depois; não tive mais alguns filhos [...]. (MO/CBG/CPO/LT 48(67), fl. 109).

Constatamos, dessa forma, que os usuários da escrita paradoxalmente davam concretude aos modelos discursivos e os singularizam, incluindo ocorrências que, embora não inusitadas, feriam os preceitos morais proclamados pela Igreja Católica. A fala de dona Eufrásia era, ademais, expressão de seus dissabores, porta de entrada para o conhecimento de seus relacionamentos e intimidade.

Disso se infere que, por meio dos usos, das apropriações e das reformulações das escriturações, revelam-se as substâncias que “preencheram” os modelos originárias na enunciação oral. Havia, dentro do padrão testamentário, uma narrativa que acondicionava e preservava sementes do vivido, das experiências pessoais e sociais cotidianas.

Sabemos, como explicitado, que a linguagem em sua forma escrita difere da falada e a ela não será igual. Na linguagem escrita estão empregados os princípios regentes desses modelos, enquadrando os conteúdos. Mas há que se destacar a existência de uma *variante oral* na língua escrita, ou seja, a presença de resquícios da oralidade no papel, filtrados, mediados e transformados. Vale dizer: palavras e conteúdos somente ganham sentido no interior do contexto em que são vividos e produzidos, espaço onde se constroem os significados daquilo que é escrito.

Analisar o contexto com suas demandas, peculiaridades e maneiras de “escrevê-las” leva-nos a observar, outrossim, as regras do escrito em cada sociedade. Elementos como os atos falhos, as saudações, as expressões corriqueiras, os argumentos e assuntos mais abordados na elaboração de cada registro escrito são reveladores de intenções, tornam patentes certas representações dos sujeitos sobre de si, os outros e a sociedade de modo geral. Esses postulados moldam os documentos, concedem cores específicas aos seus conteúdos e formas e compõem um quadro guardião do conjunto de informações. Essa estrutura não é desprovida de intencionalidades e significados. Não só o conteúdo, mas a estruturação do documento, desde a disposição das letras no papel, passando pela necessidade ou não de

assinaturas de quem o redige ou dita, até a presença de assinaturas das testemunhas, manifestam características do discurso.

Para o nosso propósito, ao conhecermos essas regras, buscamos compreender como as mulheres, por meio da *fala*, utilizaram-se da linguagem escrita para se comunicarem e entender se essas escritas seguiram invariavelmente as regras, ou se, por vezes, as subverteram. Identificar, portanto, as convenções dos textos, a ordem do escrito, isto é, o modelo discursivo do documento, permite-nos analisar até que ponto tais convenções foram seguidas e em quais momentos, por quem e como foram alteradas ou alargadas. As mudanças e rupturas da escrita podem indicar a dimensão e o poder pragmático e simbólico do escrito.<sup>51</sup>

É importante que, neste ponto, sejam consideradas as sociabilidades e as redes de relacionamento dos sujeitos. Por quais olhos liam e por quais mãos escreviam? Ao ouvirem e ditarem os textos, mesmo com nível rudimentar de leitura ou escrita, ou diante da inexistência dessas habilidades, suas vidas estiveram, em vários momentos, recostadas no escrito.

Para a compreensão dessas práticas, é preciso rastrear as sociabilidades indexadas no contato com a escrita, como no caso de dona Isabel Josefa do Lago. Em seu testamento, dona Isabel não mencionou a incapacidade de leitura; declarou apenas não saber escrever. Por “temor da morte” ela solicitou ao seu filho, o padre Manuel Pires de Miranda, que, em junho de 1807, na Fazenda de Bom Jardim da Freguesia de Santa Luzia, redigisse seu testamento. Afirmou a testadora:

[...] declaro que deixo um caderno com capa de papel dourado que contém oito folhas as quais vão numeradas e rubricadas pelo mesmo que escreve este testamento a meu rogo e quero que tudo o que se acha escrito no dito caderno ou por este mesmo escrevente ou por outra pessoa de minha confiança se cumpra como parte que fica sendo deste meu testamento. (MO/CBG/CPO/LT 61(80), fls. 53-53v).

A convivência com o filho padre indica o possível contato com práticas de leitura e escrita, perceptível pela declaração de posse do referido “caderno de capa de papel dourado”. Esse suporte guardava conteúdos ditados pela testadora e fora escrito e rubricado “por outra

---

<sup>51</sup> Peter Burke chama a atenção para a necessidade de se encontrar um meio-termo no entendimento e dimensionamento do poder da linguagem. “A exposição do poder da linguagem é um dos principais objetivos do movimento de ‘desconstrução’. Jacques Derrida [...] sugere que é a língua que usa o falante e não o contrário [...] essa sugestão encontra um paralelo na ênfase dada por Foucault ao discurso [...] e no aforismo de Claude Lévi-Strauss de que [...] os mitos pensam-se em nós e nas ideias de Whorf, Mauthner e Nietzsche [...]” Mais adiante, afirma: “Precisamos de um termo que se aplique a algumas das situações [...] nas quais os indivíduos são, num certo sentido, mestres e servos de sua própria linguagem.” (BURKE, 1995, p. 42-43).

pessoa” de sua confiança. O mencionado caderno denota e confirma, de igual modo, o hábito de se ditar a matéria a ser escrita, isto é, a prática de se escrever por outras mãos.

Conhecer os hábitos do cotidiano enseja a abordagem dos usos da escrita no mundo do trabalho, da religião ou da família. As leituras e escritas eram diferenciadas, visto serem exercidas por sujeitos ocupantes de lugares sociais variados e que compartilham redes de relacionamento e experiências distintas. A elaboração de um documento, embora formatado por padrão oficial, apresentava especificidades, porquanto a capacidade de apropriação do texto é processo determinado socialmente. Registre-se, a propósito, que, ao se referir à multiplicidade das práticas de leitura, António Castillo Gómez afirma: “a relação dos leitores com o texto nunca é unívoca”<sup>52</sup> (CASTILLO GÓMEZ, 2004, p. 21), instigando-nos a pensar que tampouco a relação de quem escreve com o texto apresenta caráter unívoco.

Com base nos esclarecimentos expostos e sensíveis à pluralidade e à historicidade dos textos produzidos, partimos para a análise dos conteúdos, tendo sempre como diretriz a ideia da *autoria compartilhada*, a qual se processou a partir da *enunciação* do sujeito. Para tanto, como afirmamos, tornou-se indispensável o conhecimento do contexto social e histórico de onde as elaborações textuais emergiram. A apresentação desse cenário constituiu, assim, ponto fundamental, pelo qual iniciamos o terceiro capítulo.

---

<sup>52</sup> A esse respeito, conferir, também: CASTILLO GÓMEZ, 2002.

### **3 EM MINAS, OS USOS SOCIAIS DA ESCRITA**

#### **3.1 A RELEVÂNCIA DO CENÁRIO E DOS MÉTODOS PARA O ENTENDIMENTO DAS RELAÇÕES COM A ESCRITA**

Para compreendermos a relação estabelecida pelas mulheres com a escrita, torna-se necessário conhecer o cenário onde as testadoras viveram. Para tanto, definimos as características mais gerais do contexto, tentando evidenciar as particularidades da Comarca em estudo. Neste capítulo, iniciamos por traçar um panorama da sociedade e, em simultâneo, apresentamos informações contidas em nosso banco, por meio de blocos de dados, para expormos características básicas no que tange à documentação produzida no período, bem como ao perfil das testadoras. Utilizamos também o Banco de Dados de Inventários e Testamentos para adensarmos essas informações. Por fim, analisamos trechos dos testamentos de algumas das mulheres que afirmaram ter assinado o documento e lançamos um olhar, ainda que rápido, sobre testamentos de homens com vistas à identificação de especificidades nas escritas testamentais.

Lembramos que, no caso das análises desenvolvidas neste capítulo, respeitantes às mulheres assinantes do nome, buscamos as marcas de autoria nos textos narrados/escritos de forma mais ampla, dada a informação explícita do conhecimento, ao menos, da grafia do nome. Isso foi possível pelo fato de se tratar de número reduzido de documentos (49 testamentos). Nesse microuniverso, reunimos casos para a realização da análise, tentando evidenciar aspectos esclarecedores dos usos e da convivência dessas testadoras com a escrita.

Cumpre frisar que, nas últimas décadas, os fenômenos relacionados às práticas de leitura e de escrita em sociedades pré-estatísticas vêm sendo deslindados por um sem-número de pesquisadores. Nesse sentido, os acervos notariais têm permitido o desvelamento de questões concernentes à temática, especialmente por possibilitarem o desenvolvimento de investigações assentadas nos métodos da história serial, a partir da qual o documento ganha nova representatividade, sentido e importância enquanto componente de uma série (KARNAL; TATSCH, 2009). Perscrutados nessa perspectiva, os testamentos e inventários iluminam o entendimento relativo aos hábitos, valores, estratégias e comportamentos sociais, descortinando atuações individuais relacionadas à apropriação das habilidades de leitura e de escrita e ao desenvolvimento de práticas de letramento.

Como em nosso estudo tencionamos pesquisar os usos sociais da escrita a partir de série de testamentos, faz-se mister explicitar que a condução metodológica de nosso trabalho não recaiu na quantificação das capacitações alfabéticas ou dos níveis de letramento. Apesar de consultarmos 557 documentos – vale dizer, todos os testamentos registrados no *fundo privilegiado*, no período abordado –, a análise prima por ser eminentemente interpretativa. Acreditamos não ser possível compreender esses usos se de algum modo os enquadrássemos em esquemas classificatórios. Movimento, aliás, que também julgamos inviável de ser processado. Ainda que evidenciemos a representatividade dos testamentos levantados e tracemos o perfil social dessas mulheres, quantificando determinadas características, tanto no que respeita às posições sociais, quanto aos textos produzidos, não poderíamos perder de vista o entendimento de que os usos da escrita são, por vezes, extremamente subjetivos, além de nuançados e particulares.

Nessa dimensão, o conteúdo do documento único, singular, mesmo abordado como parte de uma série, recupera sua relevância em detrimento de inferências mais generalizantes acerca das redações. Sobre essa matéria, Harvey Graff defende que, para o estudo dos fenômenos relacionados ao letramento, a abordagem fundamentalmente quantitativa tem se mostrado limitada, pois “os dados numéricos configuram-se como tabulações cruzadas e porcentagens. Eles têm a vantagem da acessibilidade, mas não se constituem como sofisticados testes estatísticos a respeito de argumentos e relações [...]” (GRAFF, 2010, p. 646, tradução nossa).<sup>1</sup>

Bem sabemos que “toda fonte histórica é reconstruída a partir da problemática que norteia o processo de investigação [...]”, isto é, compreendemos que “[...] as fontes não informam, antes cabe ao investigador procurar reinventar os dados de informação que elas facultam” (MAGALHÃES, 1994, p. 258). Orientados por essa proposição e conscientes da pluralidade de situações colocadas por nossa problemática de pesquisa, qual seja, os usos sociais conferidos à escrita, destacadamente por aqueles que não sabiam escrever, foi preciso adentrar no conteúdo discursivo das fontes, não apenas à procura de indícios de alfabetismo ou de convivência com a escrita.

Para se evidenciar os usos tornou-se necessário considerar objetivos, proposituras, lembranças, lembrando que esses elementos encontram-se entrelaçados ao contexto sócio-histórico. Nessa dimensão, as importantes variáveis quantificáveis, de caráter social, presentes

---

<sup>1</sup> Agradecemos à professora Ana Galvão pela indicação e disponibilização do referido texto.

em nosso banco de dados, nos serviram para compor o contexto dos usos da escrita, uma vez que os conteúdos analisados não são “classificáveis” e os *usos da escrita*, enquanto decorrência de um “evento de letramento,” possuem sua historicidade.

### 3.2 A COMARCA DO RIO DAS VELHAS: CARACTERÍSTICAS

Nosso ponto de partida foi buscar traçar um panorama do universo estudado, definindo os traços mais gerais da Comarca do Rio das Velhas, igualmente conhecida por Comarca do Sabará,<sup>2</sup> tanto com relação à geografia da região, quanto a aspectos concernentes à economia e à cultura, explicitando algumas das características fundamentais de importantes localidades que foram sendo formadas.

A respeito do desbravamento e da ocupação da região, escrevendo no segundo quartel do século XIX, Raimundo José da Cunha Matos informa-nos em sua **Corografia histórica da Província de Minas Gerais**:

Ignora-se qual foi o primeiro brasileiro civilizado que descobriu (penetrou) o território agora chamado Comarca do Rio das Velhas, mas é certo que Fernão Dias Pais, a não ser o mais antigo, foi pelo menos o mais ilustre e famoso bandeirante que o pisou, e colonizou no ano de 1674. (MATOS, 1979, v. 1, p. 133).

Em 1720, a Comarca do Rio das Velhas era a maior. Contava com várias freguesias e distritos, com grande contingente populacional. Possuía localização geográfica estratégica, como se nota no Mapa 1 a seguir, tornando-se, assim, ponto de ligação para a rota comercial centro-sul da Capitania de Minas Gerais.<sup>3</sup>

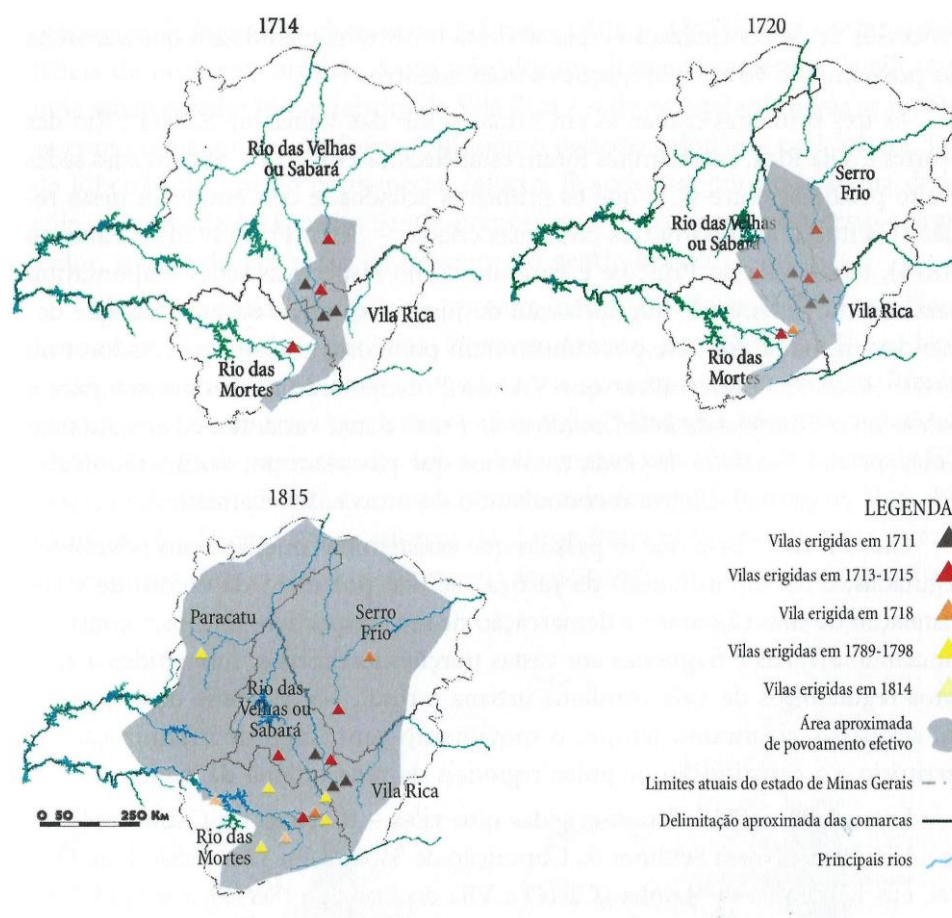
---

<sup>2</sup> A este respeito, Cláudia Damasceno Fonseca (2011) explica-nos que o viajante Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), percorrendo o território mineiro no início do século XIX, acabou, em diversas ocasiões, por assimilar o nome da comarca pelo de sua sede, prática comum, inclusive, na escrita de documentos emitidos por autoridades da época. Percebemos esta designação também nas fontes utilizadas nesta pesquisa.

<sup>3</sup> Consultem-se, além dos autores clássicos, os trabalhos de: PAIVA (1995, 2000), HIGGINS (1999), MAGALHÃES *et al.* (2002), SILVA (2000).



Mapa 1 – Divisão territorial das comarcas da Capitania de Minas Gerais, entre 1714 e 1815



Fonte: MORAES, 2007, v. 1, p. 77.

Já no início do Dezoito, dispunha de ouvidor nomeado, pois, juntamente com Ouro Preto e Rio das Mortes, era ela uma das principais áreas responsáveis pela exploração aurífera, razão pela qual adquiriu o estatuto de comarca. Ainda em 1720, o território, sob responsabilidade do ouvidor do Rio das Velhas, seria desmembrado, dando origem a uma nova comarca, a do Serro do Frio.<sup>4</sup> A propósito, o desembargador José João Teixeira Coelho, arguto analista daquele contexto, em sua **Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais**, asseverava:

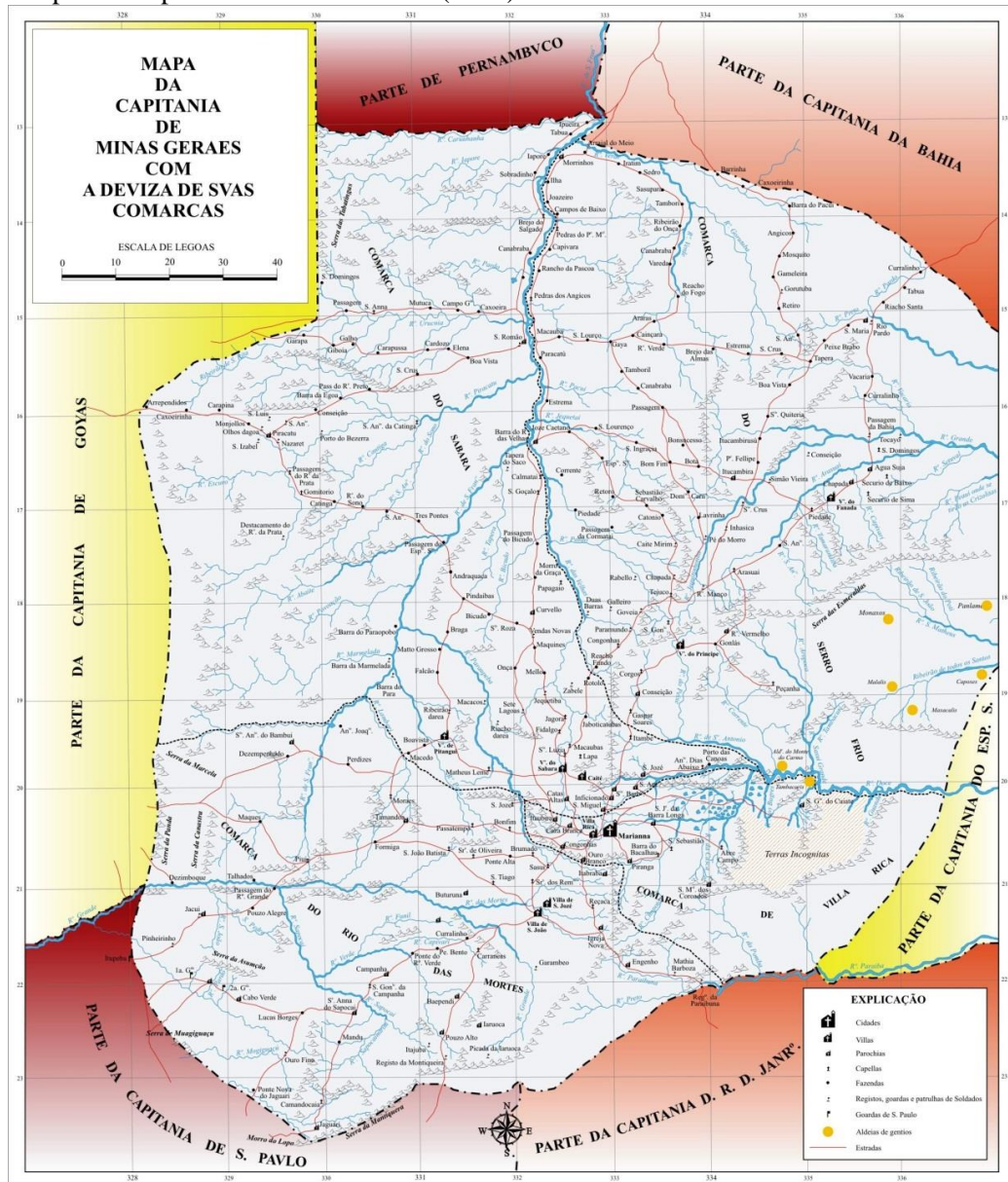
No ano de 1718 e de 1719, achando-se que a Comarca do Rio das Velhas era muito extensa, se dividiu e se criou a nova Comarca do Serro do Frio, mandando-se fazer a divisão destas duas comarcas pela ordem de 16 de março de 1720, a qual foi feita pela forma declarada no bando de 26 de abril

<sup>4</sup> As comarcas podem ser definidas como “as maiores circunscrições civis da capitania” (FONSECA, 2011a, p. 142). Cumpre salientar que a obra de Cláudia Damasceno Fonseca é referencial para o estudo detalhado sobre a criação dos espaços urbanos (comarcas, termos, vilas e arraiais) nas Minas Gerais colonial, bem como a respeito de seus significados, relações políticas e de poder aí implicadas (FONSECA, 2011a).

de 1721, e pela outra ordem da mesma data se declarou que o distrito desta nova comarca ficava pertencendo ao governo de Minas Gerais. (COELHO, 2007, p. 200).<sup>5</sup>

Na segunda metade daquela centúria, a Comarca contava com várias vilas, arraiais e capelas, evidenciando considerável vigor citadino, conforme Mapa 2.

Mapa 2 – Capitania de Minas Gerais (1778)



Fonte: Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas (CASTRO, 2012, p. 35).

<sup>5</sup> Para Caio César Boschi, a elaboração da **Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais** “[...] se ajusta plenamente às diretrizes administrativas produzidas pela Metrópole portuguesa para sua colônia americana”, no sentido de esclarecer sobre as causas e origens da decadência da produção do ouro, além de orientar para a reversão deste quadro, isto é, tecer uma análise do funcionamento do sistema tributário fiscal (BOSCHI, 2007, p. 35).

Essa condição, como é de se supor, gerou turbulências e diversificados tipos de pleitos por parte das populações locais. Assim, por exemplo, em 1777, a população de Paracatu manifestou insatisfação com sua condição político-administrativa de julgado, clamando por sua elevação à vila. Em 1815 a Comarca sofrerá novo desmembramento, dando origem à Comarca de Paracatu.

A Comarca em estudo, a segunda a ser criada pela coroa portuguesa na região mineradora, abrangia vasta extensão territorial desde as comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, ao sul, estendendo-se até as Capitânicas de Bahia e Pernambuco, ao norte. Ao oriente, era separada da Comarca do Serro do Frio pelo rio “Cipó, até sua foz no rio das Velhas; então, atravessando o rio e seguindo as vertentes [...] dos rios Pardo e Curumataí, até o Jequitaiá, vão este abaixo até a foz do São Francisco, onde é o extremo da Comarca”. Ao sul fazia divisa com a Comarca do Ouro Preto (MATOS, 1979, v. 1, p. 133).

Ainda pautando-nos pelas informações de Coelho, em meados do século XVIII, tem-se que a região era habitada por 99.576 almas católicas, cálculos de 1776, possuindo as seguintes vilas: Vila Real do Sabará, Vila Nova da Rainha do Caeté, de Pitangui, do Papagaio e diversos julgados (COELHO, 2007, p. 189).

A Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, sede ou cabeça da maior comarca da Capitania de Minas Gerais, foi fundada em 1711. Em 1777, o termo de Sabará já se encontrava constituído por sua sede e pelas freguesias de Santo Antônio da Roça Grande, de Nossa Senhora da Conceição de Raposos, de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del-Rei, de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas, de Santo Antônio do Rio das Velhas e de Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras.

As cabeças de comarca apresentavam enorme importância política. Para sua escolha eram levados em conta interesses divergentes e os conflitos que se estabeleciam entre os diferentes grupos locais. Assim foi que, “entre abril e julho de 1711, o governador Antônio de Albuquerque decidiu onde seriam criadas as três municipalidades da Capitania: Vila de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica [...] e a Vila Real de Sabará” (FONSECA, 2011a, p. 145).<sup>6</sup>

Esta última foi escolhida de maneira mais rápida – visto se tratar decisão menos conflituosa – pelo referido governador e teria sido eleita por ser o local mais apropriado ou

---

<sup>6</sup> A escolha de Sabará como sede da Comarca desobedeceu, segundo esta autora, as recomendações do Conselho Ultramarino, posto que este órgão havia indicado para cabeça da Comarca do Rio das Velhas o arraial de Borba Gato, ou seja, Roça Grande, na extremidade do caminho para a Bahia (FONSECA, 2011a, p. 145).

pela necessidade de agradar aos reinóis, sendo sua população formada basicamente por portugueses.

Nos anos 80 do Dezoito, assim Coelho a delineava:

Esta vila é cabeça de comarca; está situada em terreno quase plano, a dezenove graus e cinquenta e dois minutos de latitude meridional, nas margens do rio das Velhas. Foi criada pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho a 17 de julho de 1711, e confirmada por provisão do Conselho de 9 de janeiro de 1715. Tem uma Câmara com dois juízes ordinários e mais oficiais competentes, uma Intendência do Ouro, um ouvidor, um juiz dos Órfãos e um vigário da Vara. As ruas são irregulares, os templos e as casas, de madeira, e sem nobreza. (COELHO, 2007, p. 189).

Riqueza e prosperidade, por prolongado tempo, caracterizariam a Vila Real de Sabará, dada a expressiva produção de ouro “que se tirava da terra com tanta facilidade, que os habitantes da região dizem que era bastante arrancar um tufo de mato e sacudi-lo para ver surgir os pedaços de ouro” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 74). A história de Sabará encontra-se, assim, ligada à descoberta do ouro na Capitania, mas não se prende exclusivamente a ela, revelando a prática de outras atividades econômicas ao longo do período colonial.

Caracteristicamente urbana, a vila configurou-se como espaço de sociabilidades onde aspectos culturais mostravam-se em relevo. No início do século XIX, as ruas de Sabará contavam com calçamento feito com pedras pequenas e assimétricas. Muitas dessas ruas eram largas com casas cobertas de telhas, à semelhança de outros lugares da Comarca. As casas de moradia, em geral, se apresentavam com um andar e janelas com vidraças. Em tom de vermelho-escuro, rótulas e portais coloriam e alegravam as moradias e ares do local. Homens e mulheres conversavam em meio às muitas lojas de comestíveis e fazendas, tabernas e belas igrejas, como a do Carmo, ornada em dourado, portadora de obras de arte reluzentes diante da iluminação. A conformação urbana de Sabará não apresentava diferenças substantivas em relação às outras vilas da Capitania, tanto no respeitante à construção dos edifícios residenciais e oficiais, quanto na disposição e traçado das ruas e da instalação do aparato urbano da época.<sup>7</sup>

No clima quente, mas agradável, os polidos e distintos moradores da vila caminhavam para ir à missa ou frequentar festas, as quais “difícilmente foram superadas no seu luzimento e magnificência, fato que muito concorreu para a conquista do título soberano de *Fidelíssima*

---

<sup>7</sup> Sobre a conformação urbana de Sabará e sua vida cultural consulte-se, dentre outros: FONSECA (2003a).

Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, junto à Corte do Reino” (SEIXAS SOBRINHO, 1961, p. 41).

Também as irmandades eram importantes espaços de sociabilidades dos núcleos urbanos mineiros. No Dezoito e até as duas primeiras décadas do Dezenove, nesta vila, somavam mais de uma dezena, dentre as quais: Nossa Senhora da Expectação do Parto, ou do Ó; Nossa Senhora das Mercês; do Amparo; do Carmo; do Rosário; Santa Casa de Misericórdia, Santa Cecília; Santíssimo Sacramento; São Francisco de Assis e a homônima deste orago instalada na capela filial do Arraial de Nossa Senhora da Lapa (cf. BOSCHI, 1986, p. 218-219).

Isso denotava a dinâmica cultural não apenas da vila como da própria Comarca. Não era raro deparar-se em Sabará com “homens que receberam instrução” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 76) os quais, por vezes, sabiam o latim. Na vila, como norma institucional, localizava-se o aparelho administrativo da Coroa portuguesa, a exemplo da intendência do ouro e da câmara municipal, pois “as vilas e, por extensão, o aparelho de estado instalam-se onde havia vida comunitária solidariamente esboçada” (BOSCHI, 2002a, p. 59).

Sabará impunha-se, desse modo, como dinâmico local de socialização. Nas palavras de Fonseca:

A intensidade da vida urbana de Sabará no século XVIII pode ser atestada [...] pelos aspectos culturais, que envolviam as diversas referências e universos que se cruzavam [...] é importante chamar a atenção para as práticas religiosas, desenvolvidas principalmente em torno das irmandades leigas e ordens terceiras, responsáveis pela organização da vida religiosa no âmbito do catolicismo. A proibição da instalação das ordens religiosas na Capitania das Minas Gerais deixou às irmandades leigas e ordens terceiras esta tarefa [...] construíram igrejas e cemitérios, organizaram as festas religiosas, cuidaram dos necessitados, estimularam as artes e os ofícios. (FONSECA, 2003a, p. 7).

Por seu turno, ao longo do século XVIII, a Comarca vê fortemente ampliada a sua malha urbana. Antigos povoados foram se constituindo em arraiais e vilas, como sejam: os arraiais de Raposos, de Rio Acima, de Rio das Pedras, de Congonhas do Sabará, do Curral del-Rei, de Santa Luzia, de Lagoa Santa, do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, de São João Batista do Morro Grande, de Santa Bárbara, de Itabira do Mato Dentro e de São Miguel de Piracicaba; quanto às vilas, além de Sabará, a de Pitangui, a do Papagaio e a Nova da Rainha (Caeté) (cf. MATOS, 1979).



Podemos visualizar essas localidades, bem como paróquias, fazendas, capelas e registros da Comarca, nas peças cartográficas estampadas nas páginas seguintes e nos anexos desta tese, confeccionadas a partir do **Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas**, de José Joaquim da Rocha, elaborado em 1778.

Mapa 3 – **Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas**, de José Joaquim da Rocha, elaborado em 1778. Forma original



Fonte: Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas (CASTRO, 2012, p. 34).



Mapa 4 – Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas, de José Joaquim da Rocha, elaborado em 1778. Forma detalhada



- Cidades
- Vilas
- Paróquias
- ⊕ Capelas
- ▲ Fazendas
- ⋈ Registros, guardas e patrulha de soldados
- † Guardas de São Paulo
- Aideias de gentio
- Estradas
- Limite de Comarca
- Serras
- Rios
- Limite de Capitania



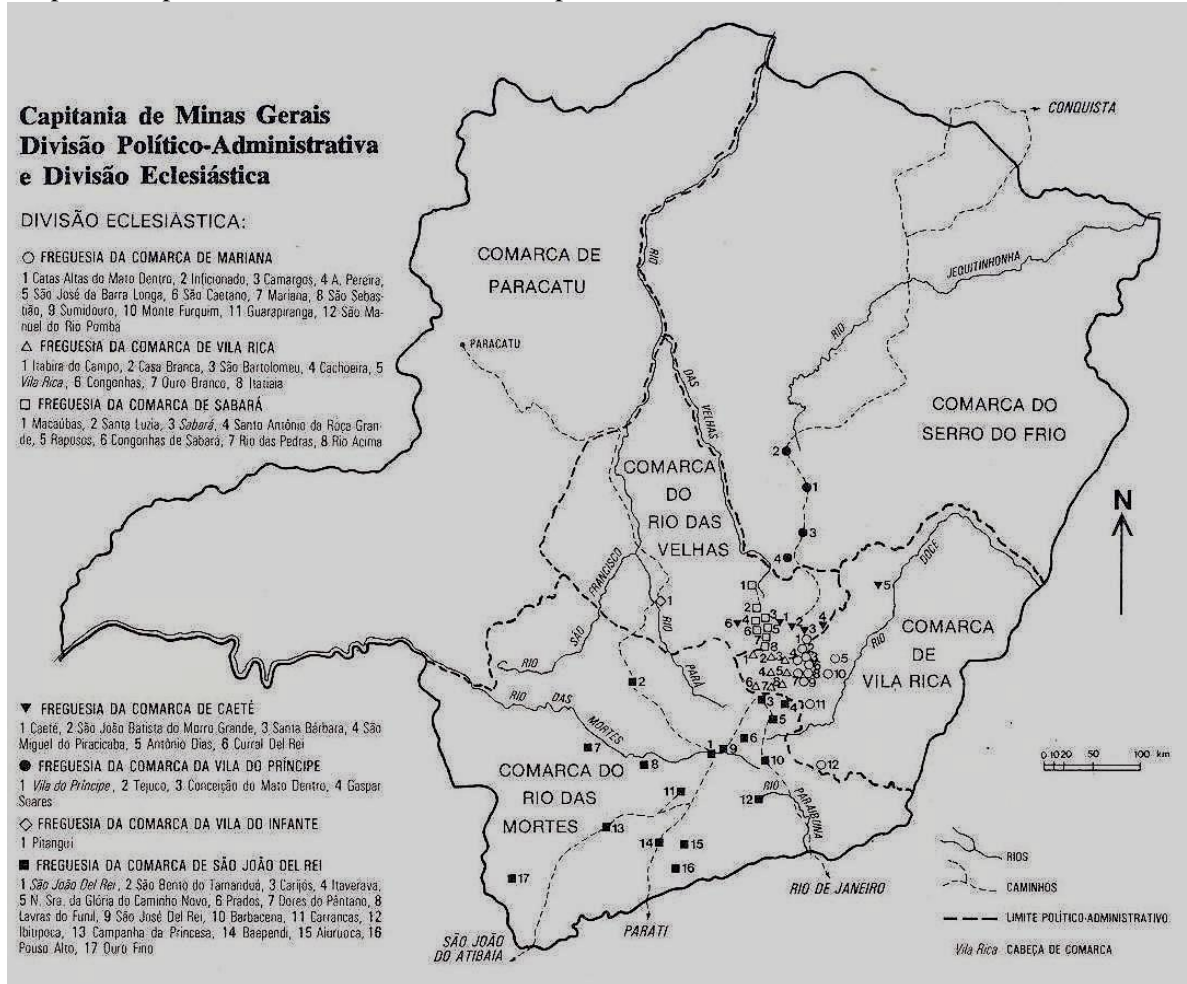
FONTE: FJP (1995); modificado de Castro et al. (2006).  
 CARTOGRAFIA: José Flávio Morais Castro, 2011.

Fonte: Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas. Modificado por José Flávio Morais Castro (2012), a quem agradecemos a cessão.



De forma mais clara e precisa, para toda a Capitania, as divisões jurídicas e eclesiásticas podem ser visualizadas no mapa apresentado a seguir.

Mapa 5 – Capitania de Minas Gerais. Divisão político-administrativa e divisão eclesiástica



Fonte: BOSCHI, 1986, p. 206.

Como dito, a Comarca do Rio das Velhas teve na mineração a atividade econômica motivadora do início de sua ocupação. Todavia, tenhamos sempre em conta que o comércio assumiu papel de destaque para a economia da Capitania e, em particular, para a Comarca. Caracterizada, desde seus primórdios, pela diversificação das atividades econômicas, muitos eram os casos de unidades produtivas que, século afora, não se encontraram voltadas exclusivamente para a extração aurífera. Essa realidade fazia parte, portanto, do quadro característico da Capitania de Minas Gerais, onde a exploração do ouro se desenvolvia em concomitância às atividades agropastoris e comerciais. Responsável pela ligação dos mercados internos, o comércio na Capitania proporcionou o acúmulo de bens e a concentração de investimentos em determinadas regiões.



Sublinhemos o fato da agricultura ter assumido papel fundamental na Capitania de Minas e da mesma forma na Comarca em causa, destacadamente o cultivo de alimentos voltados para a subsistência cotidiana tanto dos homens quanto dos animais. Nessa direção há, ao longo do século XVIII, um aumento contínuo da participação das unidades agropastoris nos investimentos dos moradores da região (MAGALHÃES *et al.*, 2002).<sup>8</sup>

Significa dizer que, localizada no centro da Capitania, a Comarca do Rio das Velhas abrigava um expressivo mercado interno, assentado em comércio dinâmico, favorecendo a circulação de mercadorias e agentes diversos, contribuindo para maior efervescência cultural. Repita-se. Sendo rica em veios auríferos, a região possuía, igualmente, terras férteis para a agricultura e pecuária. Ali, importantes espaços, como Sabará e Santa Luzia, apresentaram, na altura, destacado desenvolvimento de atividades voltadas para o cultivo da terra e para o comércio de abastecimento da Capitania. Aliás, e por conseguinte, “outra não seria a realidade quando se buscam as origens da Vila de Sabará, ponto de comércio de gado e de escravos nos primeiros anos da centúria” (BOSCHI, 2002b, p. 60).

O principal investimento dos moradores na Comarca dizia respeito, no século XVIII, à compra de cativos, seguido da aquisição de imóveis, isto é, aos terrenos e dos bens neles construídos e produzidos, incluindo-se nessa categoria as moradias na cidade ou no campo. Esses dados podem ser confirmados pela consulta quer nos inventários, quer nos testamentos, saltando aos olhos o número significativo de proprietários de cativos e de casas de moradas, sítios, roças e fazendas. Na sequência, destaca-se a importância dos investimentos em animais, principalmente nos plantéis de bovinos e equinos, fator possivelmente associado às atividades pecuárias, de abastecimento da região e de transporte.

Outro aspecto essencial a ser observado é o importante crescimento de investimentos em ofícios mecânicos, sobretudo quando se verifica na Comarca um decréscimo no

---

<sup>8</sup> Infelizmente poucos são, até o momento, os estudos dedicados a investigar a dinâmica econômica da Comarca. A maior parte dos trabalhos sobre economia em Minas Gerais colonial diz respeito às comarcas do Rio das Mortes, do Serro do Frio e de Vila Rica, abordando um ou outro aspecto, de forma breve, a respeito da Comarca do Rio das Velhas. Além do mencionado artigo da professora Beatriz Ricardina Magalhães, encontramos o trabalho de Raphael Freitas Santos (2005), que se refere às práticas creditícias vivenciadas na região e não à economia como um todo, e alguns estudos pontuais, como o de Carolina Perpétuo Corrêa (2005) sobre a Vila de Santa Luzia, mas que tem como escopo temporal o século XIX. As investigações que elegeram a comarca como espaço de pesquisa apresentam ênfase em aspectos sociais que a caracterizavam, por exemplo, as investigações acerca das práticas educativas (desenvolvidas no GEPHE, sob orientação da professora Thaís Nívia de Lima e Fonseca), ou relacionadas às práticas de concubinato, a exemplo do trabalho de Rangel Cerceau Neto (2008). A obra de Eduardo França Paiva (1995) continua a ser tomada como referência para o estudo da região. No entanto, ainda que aborde pontos importantes da dinâmica econômica, o foco de investigação do pesquisador recaiu sobre as formas de resistência escrava e aspectos culturais caracterizantes da Comarca do Rio das Velhas e da Capitania de Minas. Investigação mais detida sobre a economia da região ainda está por se fazer.

investimento em bens móveis e em escravos. Sobre essa matéria, Beatriz Magalhães afirma que “tais instalações referem-se ao comércio e à prestação de serviços especializados, como é o caso, por exemplo, de ferraria, tanoaria, alfaiataria, ourivesaria etc.” (MAGALHÃES *et al.*, 2002, p. 16).

Do exposto, infere-se que, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, a Comarca encontrava-se:

[...] numa fase de transição para outra de conjugação de atividades e investimentos. Nessa perspectiva, pode-se pensar num processo gradual de adaptação e complementaridade entre economia da mineração e economia agrícola, bastante evidente em meados do século XVIII. (MAGALHÃES *et al.*, 2002, p. 18-19).

Com relação à dinâmica populacional da região, podemos afirmar que, à semelhança das demais comarcas da Capitania, a do Rio das Velhas caracterizava-se pela maior concentração populacional masculina, como verificamos na tabela a seguir.

Tabela 1 – População da Capitania de Minas Gerais em 1776

Comarcas	Homens				Mulheres				T
	B	Pa	Pr	ST	B	Pa	Pr	ST	
Rio das Mortes	16.277	7.615	26.199	50.091	13.649	8.179	10.862	32.690	82.781
Vila Rica	7.847	7.981	33.961	49.789	4.832	8.810	15.187	28.829	78.618
Sabará	8.648	17.011	34.707	60.366	5.746	17.225	16.239	39.210	99.576
Serro	8.905	8.186	22.304	39.395	4.760	7.103	7.536	19.399	58.794
Total geral	41.677	40.793	117.171	199.641	28.987	41.317	49.824	120.128	<b>319.769</b>

B: brancos/-as; Pa: pardos/-as; Pr: pretos/-as

Fonte: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 2, p. 511, 1911 *apud* CARRARA, 2007, p. 329.

O total da população estampado revela essa superioridade numérica. Especificamente para a Comarca em estudo, a mais populosa, temos o total de 5.746 mulheres brancas, correspondente a 14,6% da população feminina, 17.225 pardas (44,0%) e 16.239 mulheres designadas como pretas (41,4%). Comparativamente, do referido total de mulheres, constatamos a superioridade do universo populacional masculino (brancos, pardos e pretos) de 21,2%. A soma das pardas e pretas na Comarca é de 33.464 mulheres, equivalendo a 85,3% da população feminina, enquanto a dos pardos e pretos é de 51.718 homens, correspondendo a 85,7% da população masculina da Comarca. Com base nesses dados do 1776, Eduardo França Paiva afirma:

Os mulatos somados aos negros (africanos e brasileiros) formavam a população negra brasileira (escravos e libertos), que nessa época, em Minas Gerais, era três vezes e meia maior que a população branca. Esta última concentrava-se em mais larga escala na Comarca do Rio das Mortes, enquanto o maior conjunto de negros e mulatos encontrava-se na Comarca do Rio das Velhas (Sabará), também a mais extensa e populosa de todas. (PAIVA, 1995, p. 66).

Essa realidade explica, em parte, o número de testamentos de mulheres forras encontrado em nosso banco de dados e a riqueza das informações contidas nesses documentos. Paiva (1995) já havia chamado a atenção para esse aspecto, ao analisar os testamentos da região existentes até a década de 1780. Em suas palavras:

No conjunto documental destacam-se, qualitativa e quantitativamente, as libertas testadoras. Essas mulheres descreveram o ambiente cotidiano – físico e ideológico – onde conviviam, deixando entrever sua efetiva participação nas adaptações processadas junto às relações sociais. (PAIVA, 1995, p. 21).

Como demonstrado, outra faceta indissociável do montante de testamentos refere-se ao desenvolvimento econômico da região. Essa realidade pode justificar o maior número de testamentos lavrados a partir da década de 1740, momento em que, se, por um lado, a produção aurífera na Capitania entra em declínio, por outro, em simultâneo, incrementavam-se as atividades agropastoris e comerciais. Nesse contexto, há o crescimento do número de arraiais, fator delineador do cenário urbano tão característico às Minas e que, da mesma forma, dará origem ao surgimento e ao desenvolvimento de importantes entrepostos comerciais. Segmentos diversificados da população acabaram por se envolver em empreendimentos econômicos de natureza distinta, gerando o acúmulo de pecúlios e de bens (móveis e imóveis) e, da mesma maneira, a aquisição de dívidas e créditos, levando, certamente, à necessidade de elaboração de testamentos e inventários, visto que ambos eram lavrados quando a pessoa possuía bens a legar, sendo os inventários obrigatórios no caso da existência de herdeiros.

A esses elementos estruturais, acrescente-se o fato de que, nas Minas, as mulheres estiveram envolvidas tanto em atividades relacionadas ao comércio e/ou à agricultura quanto na mineração. Na agricultura, “no comando de vastas propriedades ou ferindo e fertilizando os terrenos no cabo da enxada, a mulher também participou do cultivo da terra” (FIGUEIREDO, 2004, p. 86), sendo difícil que obtivessem a posse da mesma, pois havia impedimentos de ordem legal. As mulheres precisariam contar com o consentimento dos pais para tal condição, mesmo podendo receber, quando da viuvez ou como dote, títulos de terras.

Se, por um lado, poucas mulheres poderiam ser qualificadas como *grandes fazendeiras*, por outro, “uma multidão de mulheres se dedicou ao trabalho rústico das pequenas roças coloniais, produzindo gênero de subsistência para suas comunidades [...] o campo foi um espaço representativo de afirmação feminina” (FIGUEIREDO, 2004, p. 86).

O espaço para atuação feminina também se deu na indústria mineradora. Segundo o autor:

O esforço feminino também esteve presente na atividade de extração do ouro e diamantes, que se espalhou pelo centro da colônia desde o século XVIII, apesar da brutalidade do trabalho nas águas gélidas dos rios [...] as mulheres atuaram nesta área de forma mais decisiva do que se supõe. (FIGUEIREDO, 2004, p. 84).

Penoso para homens e mulheres, o trabalho na faina mineradora apresentou, nas grandes empresas, uma desproporção entre o número de homens e de mulheres, sendo que estas compunham a minoria, fenômeno diverso nos pequenos empreendimentos, isto é, aqueles compostos por até 10 escravos, configuradores da maior parte. Neles, o número de escravas, muitas vezes, igualava-se ao de homens cativos, gerando, posteriormente, certa inserção e ascensão social de parte dessas mulheres. Ainda na interpretação de Figueiredo:

[...] seria expressivo o número de mulheres (alforriadas ou livres) proprietárias de unidades mineradoras quando a economia extrativa decaiu: com o abandono das minas, muitas assumiram seu controle, tornando-se proprietárias de lavras e comandando o trabalho de mineração a partir dos fins do século XVIII. (FIGUEIREDO, 2004, p. 85).

Talvez essa assertiva comprove nossa hipótese: no conjunto das testadoras não declarantes da cor, pelo menos parte dos testamentos refere-se às mulheres forras, e não necessariamente às brancas. Acreditamos que, dado o contingente de mulheres de cor na Capitania e a dinâmica social e econômica da região, haveria número significativo de excativas que acumularam bens e pecúlios. Essas ao testarem, poderiam não declarar a cor, considerando-se o estigma social relacionado a esse fator ou mesmo à incorporação, por elas, de valores do mundo dos brancos.

### **3.3 A PRÁTICA DE TESTAR: O QUE OS DADOS REVELAM**

Dessa forma assentes e tendo em conta o fundo documental distinguido, demos início à consulta dos testamentos pelo livro de número 78, o qual contém as cópias dos documentos

registrados no ano de 1822. Operamos, então, movimento decrescente, até chegarmos ao livro de número 35, o último em que consta registro de testamentos com data dentro do recorte cronológico desta investigação, perfazendo, portanto, um total de 43 livros de registros.

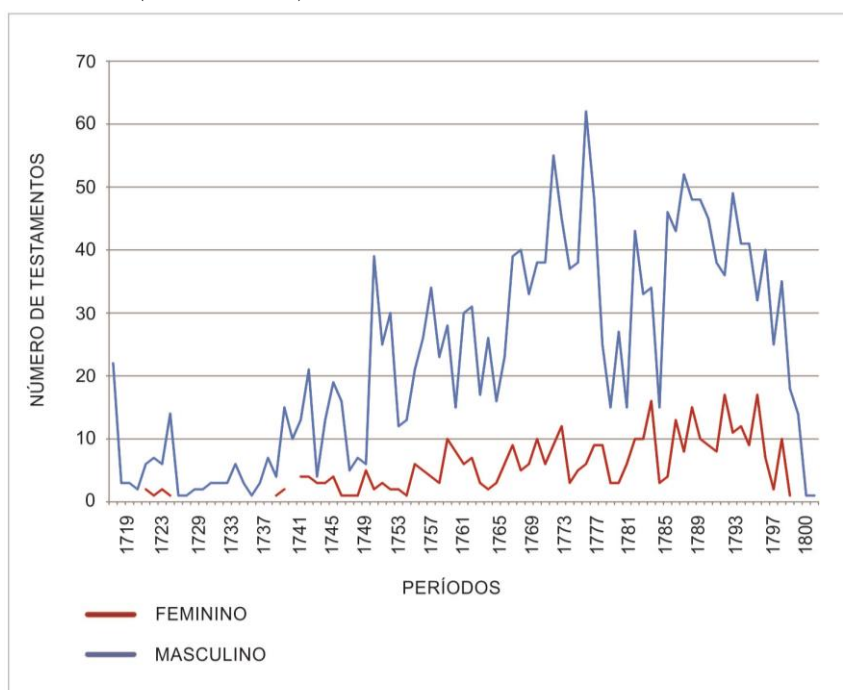
Esclarecemos que alguns documentos foram elaborados no período anterior a 1780 e escriturados posteriormente, o que explica a presença, em nosso banco de dados, de testamentos com data de feitura anterior ao nosso recorte temporal. Estes somam 27 casos, sendo 1759 o primeiro ano fora do período estudado, apresentando um documento, enquanto a maior incidência de registros posteriores se deu em relação aos testamentos elaborados no ano de 1776: nove documentos.

Nosso banco de dados conta, por conseguinte, com todos os testamentos de mulheres que foram registrados no período de 1780 a 1822. Tal condição precisa ser esclarecida, pois é mister ter em mente que, ao se trabalhar com séries de testamentos, corremos o risco de deixar de fora do cômputo geral documentos pertencentes àquela série, considerando-se que muitos podem não constar dos livros de registros correspondentes ao intervalo de tempo estudado, somente aparecendo em livros posteriores. Cremos, porém, que tais ocorrências configuram-se como exceções. Optamos por não desprezar os documentos fora de nosso recorte cronológico, presentes nos livros consultados, haja vista a maioria deles (25 dos 27 testamentos) se referir à década de 1770, aproximando-se do marco inicial de nossa pesquisa. Destarte, também esses registros integram nosso banco de dados. Evidentemente que, para que alcançássemos nossos objetivos, durante o levantamento das fontes, pautamo-nos pela data de elaboração do texto.

Na produção do gráfico a seguir, identificamos o número de testadores por ano, masculinos e femininos, residentes na Comarca. Em seguida, processamos a inventariação do número de testadores cruzando os dados com a variável *cor*, permitindo-nos vislumbrar de forma mais panorâmica o conjunto dos testadores, considerando uma importante variável na composição da sociedade mineira colonial, qual seja, a qualidade das pessoas. Ressaltemos que, no caso desse dado, há porcentagem significativa de testadores que nada declararam (campo *não consta* – *n/c*), levando-nos, pelo menos a princípio, a considerá-los como pertencentes ao grupo dos brancos.

Lembramos que, para a realização deste cômputo, utilizamo-nos, como explicitado no Capítulo 1, do Banco de Dados de Inventários e Testamentos. Apresentamos o Gráfico 1, no qual consta o número de testadores, categorizados por ano e sexo, residentes na região.

Gráfico 1 – Número de testamentos lavrados por sexo e período (século XVIII)



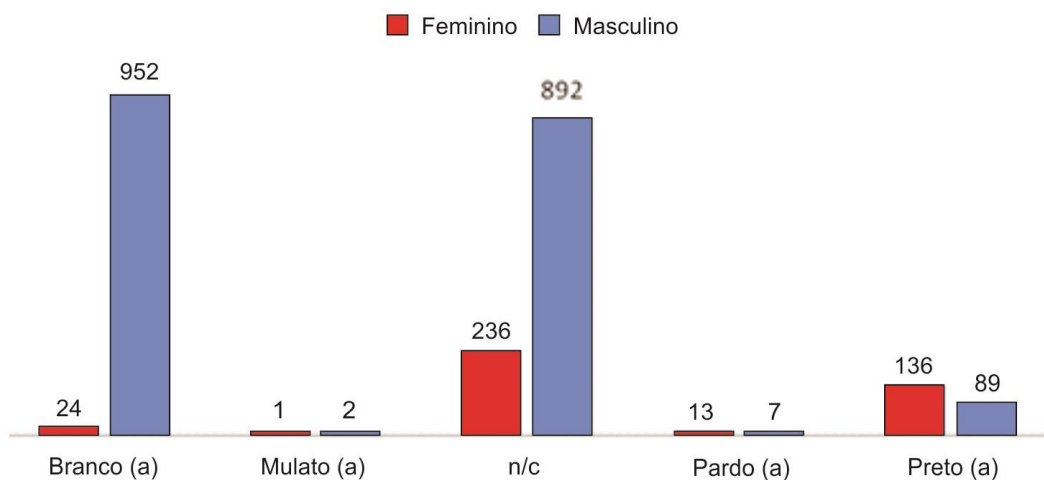
Fonte: Banco de Dados de Inventários e Testamentos.

Observamos que o número de homens testadores é sempre superior ao de mulheres. Para o século XVIII, constatamos que, após a década de 1740, há um aumento substancial de homens testadores, principalmente a partir de meados de 1760. Ligeiro refluxo se inicia por volta de 1769, retomando-se o aumento nos últimos decênios do Dezoito. Para o universo feminino, no entanto, iniciando-se na década de 1740, há certa constância no número de testadoras, com visível acréscimo no final da década de 1770, marcada por decréscimos pontuais, mas que, de maneira geral, se prolonga até o final do século XVIII.

Em nosso banco de dados, no conjunto de 557 testadoras, 498 (89,4%) não declararam a cor, ao passo que 59 (10,6%) se disseram pretas, crioulas ou pardas. Já no Banco de Dados de Inventários e Testamentos, no campo *não consta (n/c)*, encontramos o número de 236 testadoras (57,5%) para a totalidade de documentos femininos. Seriam, realmente, todas essas brancas numa sociedade caracterizada pelo “mulatismo” e na qual as mulheres forras desempenharam atividades na mineração e na agricultura, *tornando-se, inclusive, proprietárias de lavras e comandando o trabalho da mineração?*

Para análise da questão, a seguir apresentamos o gráfico que correlaciona o número de testamentos à qualidade dos sujeitos.

Gráfico 2 – Quantidade de testamentos por cor e sexo



Fonte: Banco de Dados de Inventários e Testamentos.

Em um montante de 2.352 testadores, a partir do primeiro registro até o ano de 1800, como verificado no citado Banco de Dados, somando-se os testadores das categorias *brancos* e *não consta*, apuramos 1.844 documentos para homens e 260 documentos para as mulheres. Essa evidência põe em xeque, pelo menos parcialmente, as conclusões veiculadas por parte da historiografia de que a prática de testar no Antigo Regime era predominantemente exercida pelos brancos, constatação que, como vimos, deve ser relativizada para a região mineradora, haja vista, por exemplo, o número de mulheres forras as quais poderiam ter acumulado bens e, por isso, procedido ao ato de testar.

Não obstante a limitação do universo pesquisado, em termos de representatividade empírica dos dados fornecidos pelos testamentos, como explicamos, por conterem assinaturas e informações respeitantes às práticas de leitura e escrita, as aludidas fontes têm sido privilegiadas para estudos que visam compreender as práticas de letramento nas sociedades do Antigo Regime. De todo modo, são utilizadas de forma “indireta”, posto não terem sido “documentos produzidos com o objetivo específico de se registrar as capacidades de ler e escrever” (MORAIS, 2009, p. 206). No entanto, ainda que limitadas no que tange à abrangência dos grupos sociais e indireta para o estudo das práticas de alfabetização/letramento, revelam-se essenciais para a análise das relações dos sujeitos com a escrita, ao permitirem a coleta de dados de natureza social e, sobretudo, daqueles relativos às capacidades autográficas.

Também consideramos que a representatividade dos testamentos se mostra limitada. Defendemos, porém, por não intencionarmos analisar os níveis de letramento, acreditamos ser alargada a potencialidade dessa fonte. Dito de outra maneira: advogamos a ideia de que, ao

centrarmos-nos na análise dos usos da escrita, independentemente das capacidades autográficas dos indivíduos, os testamentos mostraram-se profícuos no atendimento aos objetivos desta pesquisa. Isso ocorre por termos nos libertado da autografia, privilegiando o conteúdo discursivo do documento em detrimento da identificação das formas como se efetivou a distribuição das capacitações alfabéticas. A premissa, portanto, é a de que os textos testamentais, escritos ou não pelo testador, revelam as finalidades e os sentidos conferidos à escrita. Isso se torna possível pelo fato de terem sido ditados, possibilitando-nos, assim, perceber indícios das experiências dos não alfabetizados com a escrita, consignando-os como *coautores*.

Apesar de atentos às diferenças das propostas e dos objetivos existentes entre esta tese e aquelas dedicadas ao estudo da *posse* e dos *usos* da escrita, a partir da identificação das capacitações alfabéticas, buscamos, como afirmamos, tecer diálogo constante com alguns desses autores. Em especial, dada a proximidade dos objetos, estabeleceremos, quando possível, comparação com as considerações e os dados expostos por Moraes (2009), respeitantes às práticas de letramento da população residente na Vila e Termo de São João del-Rei no período de 1750-1850.

Essa pesquisadora analisou 1.011 testamentos, entre originais e transcritos e explica que, para o período de 1760 e 1800, o número de testamentos originais encontra-se muito aquém do de documentos copiados em livros, realidade modificada a partir do século XIX, quando não há diferença muito significativa entre as duas quantidades de documentos. Em sua pesquisa, demonstra a existência de importante aumento no número de testamentos elaborados no século XIX.

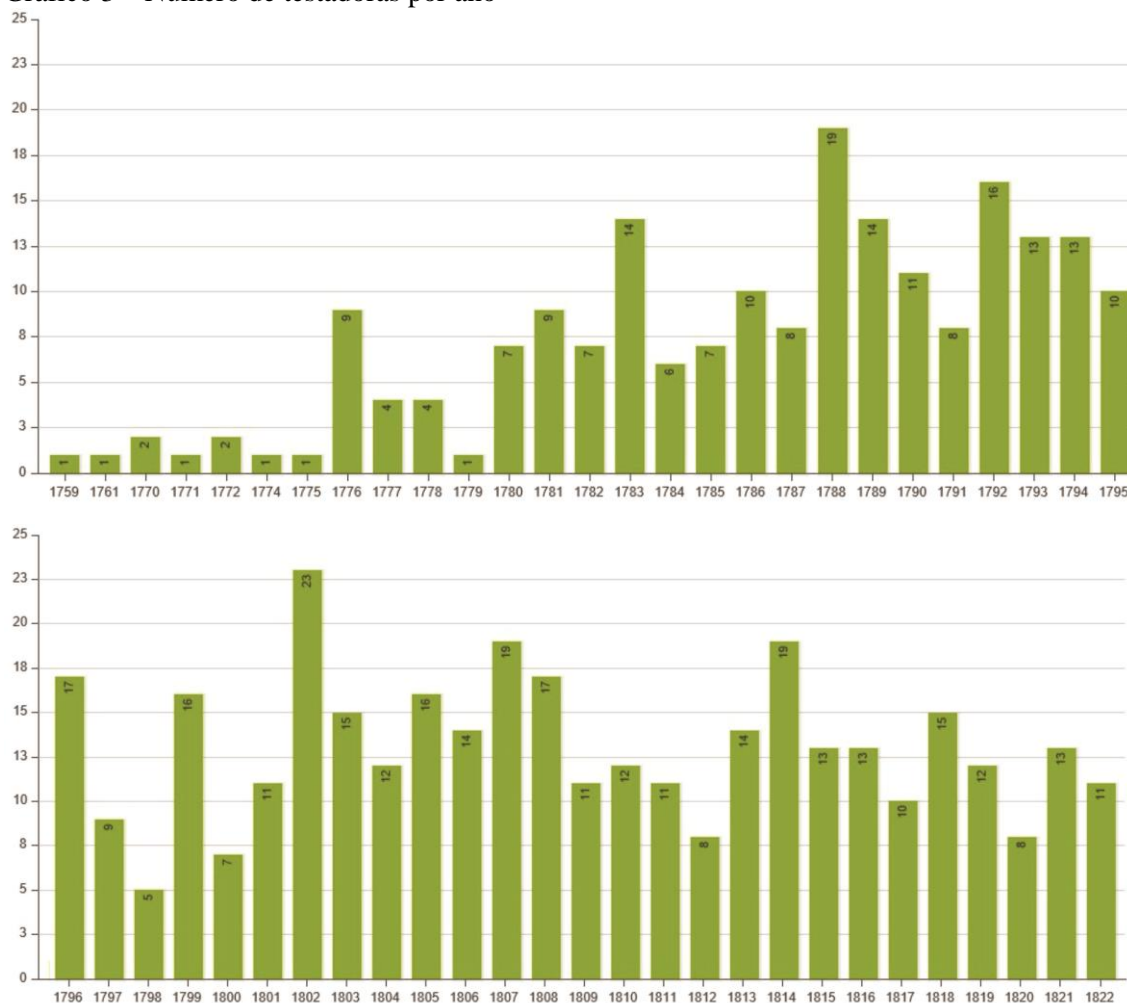
Consoante tal estudo, “[...] observa-se que as três primeiras décadas do século XIX evidenciam uma elevação no número de testamentos, tanto nos códices quanto nos originais, com um pico em 1818 [...]” (MORAIS, 2009, p. 208), este acréscimo poderia estar associado ao “intenso comércio da região com o Rio de Janeiro”, sendo “o maior poder econômico das pessoas que se encontravam de alguma forma ligadas ao comércio interprovincial tenha gerado uma maior acumulação de bens e fortunas e, dessa maneira, o aumento do registro de testamentos [...]” (MORAIS, 2009, p. 208-209). Do mesmo modo, lembra a autora que esse acréscimo possivelmente apresenta relação com o grande número de epidemias no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, levando a um maior temor da morte e ao reforço da prática de testar entre os moradores da região examinada.



Cabe sublinhar, como apontado por Magalhães (1994) e por Moraes (2009), que a historiografia tem promovido o entendimento da expansão da alfabetização dos centros urbanos para as localidades rurais. A esse respeito, Daniel Fabre explica-nos que, nos espaços urbanos, em muitas ocasiões, “uns leem, os outros escutam ou, ao menos, veem, mas todos se aproximam, de perto ou de longe, da escrita, todos percebem-na e exprimem sua presença” (FABRE *apud* CHARTIER, 1996, p. 202).

Apesar de concordarmos com essa premissa, acreditamos que, diferentemente dos registros paroquiais, fontes utilizadas por Magalhães, é preciso ter cautela quando se relaciona o local de moradia com o grau ou nível de letramento do indivíduo, particularmente tomando-se os testamentos como indicadores, a exemplo da investigação levada a efeito por Moraes. O lugar de moradia – e possivelmente de feitura do documento – pode não corresponder ao local de maior tempo de vivência do testador. Em poucos documentos, há o registro de quanto tempo a pessoa vivia naquela localidade. Seria preciso, pelo menos, obter indícios dessa informação para se tecer inferências mais precisas. Seja como for, ainda que esse tempo de moradia não corresponda à maior parte da vida, certamente a dinâmica social e econômica experienciada pelos sujeitos nos espaços urbanos contribuiu, em alguma medida, para o contato mais estreito com a escrita.

No caso da Comarca do Rio das Velhas, ao correlacionarmos as variáveis *ano* e *número de testamentos*, detectamos que, a partir de meados de 1750, os índices de lavratura de testamentos femininos se mantêm regulares, com pequenas oscilações. Ao tomarmos como referência o Gráfico 1, elaborado com base no Banco de Dados de Inventários e Testamentos, e o Gráfico 3, a seguir apresentado, elaborado a partir do banco de dados desta investigação, notamos, igualmente, a maior concentração de documentos femininos a partir da década de 1780, atingindo o ápice no ano de 1802.

Gráfico 3 – Número de testadoras por ano<sup>9</sup>

Fonte: Banco de dados desta pesquisa.

Excetuando-se os 27 casos mencionados, isto é, os testamentos elaborados em anos anteriores ao recorte temporal da investigação, teremos para o período de 1780-1822 o montante de 530 testadoras. No total de testamentos apresentados pelo Banco de Dados de Inventários e Testamentos (cf. Gráfico 1), há, como demonstrado, para todo o século XVIII, 260 documentos de mulheres. Se diminuirmos esse total do número de testadoras compilado em nossa pesquisa, isto é, 530, obteremos 270 testamentos de mulheres correspondentes ao intervalo compreendido entre os anos de 1801 a 1822. Em números absolutos, esse resultado poderia significar um aumento de testadoras nas primeiras décadas do século XIX. No entanto, tal inferência deve ser feita sob reserva e relativizada, pois esses números precisam ser confrontados com informações a respeito da dinâmica populacional da Comarca do Rio das Velhas no início do século XIX.

<sup>9</sup> O gráfico foi dividido em duas partes para facilitar a leitura.

Seja como for, interessa-nos salientar que, durante o período sob análise, o ato de testar entre as mulheres se fez presente ao menos para parcela da população, revelando-se, pelos números apresentados, como prática na sociedade estudada. Disso se depreende que se a experiência com a escrita poderia ser pontual nas vidas dessas mulheres, de todo modo, atravessou a sociedade mineira colonial, exprimindo crenças, valores e projeções. Em última análise, possibilitou o exercício da rememoração, a concatenação de ideias, a seleção de lembranças e a enunciação de narrativas. “Escrever” para testar, ao longo do século XVIII e adentrando-se pelo XIX, permitiu a existência de expressivos momentos de posicionamento social, da validação de identidades e do reconhecimento e compreensão dessas “escreventes” sobre as experiências que viveram.

Outro aspecto importante a ser considerado no conjunto de testamentos compilados refere-se à distribuição do número de testadores assinantes, por ano, na Comarca do Rio das Velhas. Sua análise foi realizada com base em informações aferidas no Banco de Dados de Inventários e Testamentos, tanto para o universo masculino quanto para o feminino. Esses números, presentes no gráfico abaixo, possibilitaram-nos conhecer a proporção das mulheres assinantes no período compreendido nesta tese (1780-1822) comparativamente aos testamentos produzidos em período anterior (1726-1779), bem como permitiram-nos contrastar essa quantidade com o número de testamentos masculinos que foram assinados.

Gráfico 4 – Número de testamentos assinados por ano



Fonte: Banco de Dados de Inventários e Testamentos.

Alicerçados nesses dados, é importante destacar que as quantidades de testamentos assinados de homens e de mulheres na Comarca do Rio das Velhas não apresentam grande diferenciação. Observa-se que, da década de 1720 até finais do século XVIII, não se verifica variação significativa em ambos os grupos. É perceptível somente discreto aumento a partir do final da década de 1780. Mesmo assim esse acréscimo no número de testamentos assinados se dá para ambos os sexos. O que inferir com base nesse equilíbrio apresentado entre os documentos assinados por homens e por mulheres? Se não a capacidade de escrever, pelo menos a de assinar estaria disseminada entre a população da região de maneira equilibrada entre os dois grupos? Mesmo possuindo níveis de alfabetismo distintos e guardadas algumas especificidades dos textos produzidos, homens e mulheres validaram a escrita de maneira semelhante? Ao que parece, pela observação dos dados, a resposta a essas indagações é positiva. Diríamos que, pelo menos em determinada circunstância, isto é, na ocasião de testar, a forma de validar o conteúdo escrito apresenta-se harmonicamente distribuída entre os sexos.

Com relação aos testadores assinantes da Vila e Termo de São João del-Rei, Christianni Morais apresenta os seguintes números:

[...] do total de 1011 testamentos transcritos em códices, 673 assinaram (66,5%), 80 fizeram um sinal (7,9% – cada qual uma cruz) e 242 (23,0%) não fizeram qualquer registro, afirmando não saber nem escrever ou não poder assinar, geralmente por motivo de doença. Do total de 784 testamentos originais, 519 assinaram (65,9%), 54 fizeram um sinal (6,8% – também cruces) e 214 (27%) não registraram nada, pelos mesmos motivos citados. (MORAIS, 2009, p. 210).

Os dados trazidos pela pesquisadora revelam, assim, grande porcentagem de assinantes, tanto para os testamentos originais quanto para os traslados. O número de testadores que pegaram na pena para escrever o nome (ainda que não fique claro se se trata de nome inteiro ou somente do primeiro) chegaria, em ambos os casos, a soma superior à casa dos 60%. Em segundo lugar, com percentual bastante inferior, encontram-se aqueles que marcaram o testamento com uma cruz e, em seguida, numa porcentagem significativa, na casa dos 20%, os testadores que não fizeram nenhum sinal. Morais chama a atenção para o fato de que, apesar das diferenças de marcos temporais e regionais da realidade por ela estudada e daquela abordada por Luiz Carlos Villalta,<sup>10</sup> os números trazidos pelas duas investigações assemelham-se. Nesse sentido, afirma que, no conjunto geral de testadores de São João del-

---

<sup>10</sup> Villalta realizou pesquisa com os inventários de Mariana, elaborados entre 1714 e 1822, analisando as capacidades autográficas num universo de 911 inventariantes. Cf.: VILLALTA, 2007a.

Rei (homens e mulheres), o número de assinantes aumenta a partir da década de 1760, atingindo níveis superiores a 70% (VILLALTA, 2007a).

Parece-nos questionável, no entanto, a junção, feita por Moraes, das rubricas às assinaturas do nome. Mesmo que rubricar significasse alguma distinção em relação àquele a quem marcava em cruz ou à pessoa não familiarizada com os materiais de escrita, acreditamos que esse ato não é equivalente à escrita do nome. Escrever o nome requeria, independentemente de se estar somente desenhando-o, conhecimento mais elaborado relativo à escrita. Exigia, do mesmo modo, maior traquejo e desenvoltura com os materiais destinados a esse fim. Se assim não o fosse, por que, então, existiriam escalas de assinaturas?

Especificamente com relação às mulheres, revela que, nos livros de testamentos, 35% dos documentos são femininos e, nos de traslados, 39% são documentos de mulheres. Já para Mariana, no universo estudado por Villalta, dos 911 inventariantes, 42% dos documentos eram de mulheres. Moraes ressalta, ainda, as semelhanças desses dois trabalhos com as “pesquisas feitas na Europa, uma vez que evidenciam sobretudo a alfabetização do sexo masculino” (MORAIS, 2009, p. 215). Demonstra que os níveis inferiores de assinaturas femininas referem-se igualmente às testamenteiras, pois, no contexto estudado, apenas 10% destas assinaram. Além disso, explica:

[...] no caso dos testamenteiros, mais do que a capacidade de assinar, a disparidade entre os números de homens que declararam não saber assinar chama a atenção quando comparados aos de mulheres: 11 homens (1,6% de 556 testamenteiros) e 59 mulheres (8,9% do total). (MORAIS, 2009, p. 226).

Comparando com a realidade portuguesa propriamente dita, relativamente aos dados sobre os assinantes, Moraes - por meio dos estudos realizados por autores daquele país, dentre eles, Maria do Céu Alves - constata que, em 1820, nas freguesias lusitanas de Santo André de Mafra e de Santo Isidoro, “no universo de assinantes, 91% eram do sexo masculino e 9% eram mulheres” (ALVES, 2003 *apud* MORAIS, 2009, p. 226). Conclui, assim, que tais índices “corroboram uma constatação comum para o período pesquisado: [...] a de que não havia processos de alfabetização uniformes [...] sendo o sexo masculino o que se alfabetizava primeiramente [...]” (MORAIS, 2009, p. 227). Inferência com a qual concordamos.

No entanto, como vimos no Gráfico 4, para a região por nós estudada, pelo menos no século XVIII, a capacidade de assinar não se mostrou muito discrepante para homens e mulheres, permitindo-nos afirmar que, embora os homens se alfabetizassem primeiramente, isso não significou que as mulheres não pudessem aprender a grafar seus nomes, por vezes,

depois de adultas. Por outro lado, significaria que, sabendo ler e/ou escrever, muitos homens não assinaram seus testamentos, rogando a outros, provavelmente com maior destreza ao grafar, para assinarem em seu lugar.

No conjunto de 557 testadoras da Comarca do Rio das Velhas, 192 mulheres, ou seja, 34,5% delas, afirmaram assinar. No entanto, quando nos certificamos dessa informação, seja no texto do testamento ou no termo de aprovação, verificamos que somente 49 mulheres, isto é, 8,8% efetivamente grafaram o *nome*. Nesse conjunto, seis mulheres declararam assinar o testamento com sua *firma* (como sinônimo de nome). A declaração da escrita do nome, contudo, poderia significar saber registrar apenas isso, e não necessariamente ter a habilidade de escrever textos. Foi esse o caso de Maria Pereira da Costa, quando declarou: “[...] o assinei com a minha firma e nome, que somente sei escrever, presente as testemunhas abaixo assinadas” (MO/CBG/CPO/LT 73(-), fls. 14-18).

Somando-se todos esses casos, assinantes do nome e de firma, temos o total de 49 testadoras (8,8%) que efetivamente escreveram seus nomes. Dentre essas, encontramos uma que declarou ter escrito o próprio testamento. O restante das 192, isto é, 143 testadoras, ou 25,6%, mesmo dizendo assinar o documento, na verdade, marcaram em cruz/sinal ou o rubricam. Explicitemos. Destas, nove, isto é, 1,6% da totalidade das testadoras, certificaram escrever com próprio punho ou letra, não especificando se se tratava do nome propriamente dito, sendo que essa afirmativa poderia referir-se a apenas um sinal ou rubrica. Tomemos como exemplo o caso de Maria do Nascimento Vieira: “[...] assinei com meu sinal costumado, com o meu próprio punho fazendo uma cruz” (MO/CBG/CPO/LT 51(70), fls. 110v-114).

Diferentemente do cometido para a Comarca do Rio das Mortes, optamos, então, por não incluir entre a categoria das assinantes do nome aquelas testadoras que fizeram rubricas, pois, como dito, acreditamos que escrever o nome inteiro requeria habilidade diferenciada daquela exigida para grafar, por exemplo, somente a inicial do nome. Do mesmo modo, não incluímos as não assinantes em decorrência de algum tipo de moléstia ou declarantes de *por não poder fazê-lo como podia antes*, tendo-se em vista não ficar claro há quanto tempo existiria tal “impossibilidade”, ou seja, há quanto tempo a testadora não se “utilizava” da capacidade de grafar. Estes somam 12 casos (2,1%). De maneira semelhante, não computamos como assinantes as declarantes de impedimento, mas sem especificar o motivo, num total de cinco casos, ou seja, 0,9% do conjunto. Entendemos que, excetuando-se os casos de certas enfermidades, como das mãos ou olhos, não assinar *por não poder fazê-lo*, como

alegado por essas cinco testadoras, poderia significar não saber fazê-lo por ser mulher, como costumeiramente declarado.

Para a Comarca do Rio das Mortes, Moraes verifica entre as mulheres naturais do Brasil “um percentual bastante reduzido *de assinantes dos testamentos*, quando comparado ao dos homens” (MORAIS, 2009, p. 231, grifos nossos). No entanto, explica também que, ao compararmos as taxas de assinantes das nascidas no Brasil às das portuguesas, moradoras em São João del-Rei, os dados revelam-se surpreendentes, pois, de acordo com a autora, nenhuma habitante dessa localidade de origem portuguesa ou africana teria assinado.

Para a Comarca do Rio das Velhas, conforme explicado, encontramos 49 testadoras (8,8%) que de fato escreveram o nome. Estas apresentaram origens diversas. Sendo a maior parte nascida na Capitania. A partir desse dado, podemos propor algumas indagações. Quem eram essas mulheres que sabiam grafar o nome? Elas apresentaram maior desenvoltura com a escrita? Ou seja, o texto revela maior grau de complexidade, elaborações mais claras, registros mais organizados ou encadeamento mais ordenado de ideias? Quais foram as principais finalidades da escrita nesse conjunto de testamentos?

Numa interpretação superficial, supostamente as testadoras assinantes do “nome inteiro” aprenderam a ler e a escrever, porquanto, como explicado, o aprendizado da leitura antecedia ao da escrita. Porém, muitas vezes era possível aprender apenas a escrever as letras do nome como decalque e, por isso, torna-se inadequado afirmar que necessariamente a pessoa possuiria as habilidades de ler e de escrever.

Por outro lado, no universo de 49 mulheres assinantes do nome, somente uma declarou não saber ler nem escrever. Esse dado é importante porque a afirmação de não se saber ler nem escrever é comum nos documentos, constituindo-se em declaração habitual antecessora do registro da assinatura (em qualquer das modalidades) com a finalidade de se legitimar o documento. Ora, se a declaração de desconhecimento da leitura e da escrita era usual, sua ausência poderia significar a posse, pelo indivíduo, de tais habilidades. Disso se depreende que, possivelmente, 48 mulheres do total das assinantes (49) eram detentoras das técnicas de leitura.

Outro aspecto necessário a se evidenciar é como se distribuiu no tempo a capacidade autográfica. No conjunto das 49 testadoras que assinaram o nome, há 34 registros de testamentos que dizem respeito às décadas iniciais do século XIX, oito registros são da década de 1790, quatro da década de 1780 e quatro registros referem-se à década de 1770.

Percebemos que, a partir de 1780, em números absolutos, há um aumento da capacidade de assinar das testadoras, atingindo seu ápice nos primeiros decênios do Dezenove. Todavia, quando comparamos esse dado com o número de testamentos exarados neste último período, isto é, entre 1801 e 1822, o aumento torna-se relativo. Este dado nos leva a inferir que, no cenário em pauta, a aquisição da habilidade de escrever não se ampliou entre a população feminina, nas décadas iniciais do Oitocentos, mantendo-se um equilíbrio nos últimos 40 anos antecedentes do término político-institucional do período colonial, ou seja, decênios após as reformas pombalinas na educação, processadas a partir da década de 1760. Equivale dizer que, ademais da instituição das aulas régias, o acesso ao aprendizado das primeiras letras ainda se manteve restringido, destacadamente, para as mulheres.

Constatamos, de igual modo, que a naturalidade das testadoras assinantes é variada, sendo apenas duas originárias de Portugal do conjunto de 49. No total das testadoras, isto é, num universo de 557, somente seis mulheres afirmaram ser natural de alguma região do Reino. Essa informação não nos permite fazer inferências acerca da capacidade autográfica, pois, apesar de naturalidades diferenciadas, não era incomum que as mulheres viessem para a Colônia em “tenra” idade ou logo depois de se casarem, passando a residir a maior parte da vida na América portuguesa.

Do conjunto de testadoras assinantes, três, isto é, 6,1% no grupo de 49, afirmaram que assinaram com o sinal que usavam, sinonimizando esse registro à escrita do próprio nome.

### **3.4 OS USOS SOCIAIS DA ESCRITA PELAS ASSINANTES**

Foi esse o caso de Catarina da Rocha Sodré, natural de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara, filha natural do capitão Manuel da Rocha de Faria e de Urbana Fernandes e viúva de Antônio das Neves, de cujo casamento não teve filhos. Em seu testamento, elaborado em 6 de janeiro de 1779, declarou que era irmã do Hospício da Terra Santa, ao qual devia alguns anuais. Era possuidora de uma “rocinha” e escravos, uma “casinha” coberta de capim, vivenda, cavalo e ouro lavrado, além de dez oitavas. Ao terminar de ditar seu testamento, afirmou: “[...] eu me assinei com meu sinal costumado, que é o meu nome [...]” (MO/CBG/CPO/LT 36(54), fls. 167v-172).

Dizer que assinava com o sinal costumado e escrever o nome poderia significar o entendimento, por parte dessas testadoras, de que, como se sabia escrever apenas o nome ou o



primeiro nome, esse ato equivaleria simplesmente ao registro de um sinal, com vistas à legitimação de determinado documento. Haveria, nesse sentido, a percepção de que escrever era ação demandadora de conhecimento mais amplo do que somente a grafia do nome, ainda que isso fosse de extrema relevância, merecendo, inclusive, ser mencionado.

No testamento de Catarina Rocha, a maior parte do texto se refere ao legado dos bens e não às disposições religiosas. Dessa forma, é interessante evidenciar que, a despeito de ser a testadora proprietária de escravos e coartá-los, de eleger a mãe como legítima herdeira, além de deixar quantias em dinheiro para os irmãos, verificamos o emprego no texto de expressões diminutivas, como *rocinha* e *casinha*, para a designação dos bens. Essas expressões parecem-nos características da linguagem oral e expressam a ideia da pequenez ou da simplicidade das posses. Por ser filha natural e não legítima, possivelmente Catarina contava com situação social/econômica não privilegiada. Não localizamos os inventários da testadora nem de seu marido, tampouco o testamento deste, para podermos confirmar essa suposição. Por outro lado, a eventual inexistência desses inventários pode reforçar nossa hipótese.

Ao que nos parece, Catarina busca evidenciar em testamento aspectos de sua condição social, ou seja, a vida simples. Apesar de elaborado com clareza e inteligibilidade, especialmente com relação a esse ponto (condição social), a escrita ou a “narrativa” do testamento não se mostrou mais detalhada ou sofisticada em nenhuma outra passagem. O texto cumpre as finalidades de disposição dos bens, destacando certo posicionamento social, de mulher, viúva e de vida simples.

Outra testadora que afirmou ser o *nome* sinônimo do *sinal* usado foi dona Josefa Maria da Conceição, natural da Vila de Caeté, filha legítima do sargento-mor José Ferreira da Costa e de dona Leonor de Miranda, e viúva do capitão Antônio de Araújo Quintão. Dona Josefa, que declarou ser mãe de seis filhos, afirmou que assinava seu testamento, datado de 11 de agosto de 1807, “com o nome e sinal de que uso” (MO/CBG/CPO/LT 66(-), fls. 69v-71). Não sabemos se, além de escrever o nome, ela marcou o testamento com sinal ou se o próprio nome fora tomado como sinal. Em suas disposições não percebemos ênfase dada a assunto ou temática específica. Muito menos verificamos, em seu texto, expressões que denotassem alguma intenção especial.

Seu marido, o capitão Antônio de Araújo, era português, informação, posteriormente, alcançada no testamento dele, exarado em 2 de maio de 1793 (MO/CBG/CPO/LT 73(54), fls. 51v-55). Natural da Freguesia de São Julião do Calendário, termo de Barcelos, arcebispado de Braga, também assinou o testamento, feito em 2 de maio de 1793, e declarou ter seis filhos,

todos legítimos, sendo que o de nome Brás teria ido “para Coimbra e morrido de bexiga”. O capitão Araújo era morador do Arraial do Socorro, na Freguesia de São João Batista do Morro Grande. Não encontramos em seu texto evidências ou indícios que nos permitam pensar numa convivência pessoal ou familiar com a escrita, como, por exemplo, cadernos ou cartas, contendo orientações que poderiam ter sido destinadas a dona Josefa Maria.

Despertou-nos a atenção, no entanto, o fato das três testadoras assinantes, que sinonimizaram o nome ao sinal utilizado, serem filhas de homens que possuíam patentes militares, ainda que uma delas fosse filha natural e outra legítima. A condição de seus pais, enquanto possuidores dessas patentes, instigou-nos a questionar sobre as possibilidades de mulheres ligadas aos homens dessa condição terem maior acesso ao aprendizado da leitura e/ou da escrita. A partir dessa hipótese, processamos, então, o levantamento daquelas assinantes que apresentavam relação com esses indivíduos. Das 49 testadoras que assinaram o nome, encontramos 10 filhas e 8 mulheres de homens possuidores de patentes militares, perfazendo um total de 18 testadoras num universo de 49, isto é, 36,7%.

Dada a expressividade da porcentagem, partimos, num segundo momento, para a realização desse arrolamento no conjunto das 557 testadoras. Entre filhas naturais e legítimas, 40 eram filhas de capitães, 12 de alferes, 23 de coronéis, 21 de sargentos e 6 de tenentes, somando 102 casos. No total das testadoras, entre casadas e viúvas, 29 foram casadas com capitães, 10 com alferes, 13 com coronéis, 7 com sargentos e 9 com tenentes, contabilizando 68 testadoras. O resultado preliminar encontrado para as duas situações (filhas e casadas) foi de 170 casos, correspondente a 30,5% dos documentos de nosso banco de dados. Cabe lembrar, todavia, que muitas dessas mulheres, além de filhas de homens possuidores de tal estatuto, também podiam ter sido casadas com indivíduos na mesma condição, como dona Josefa Maria da Conceição.

Ressaltamos, ainda, que ser filha ou ter sido casada com esses homens não implicaria necessariamente a convivência das mulheres com os mesmos. Muitas eram filhas naturais, sendo que, nesse caso, era habitual deixar de conviver com o pai e, por vezes, com a mãe, pois, no referido contexto, não era invulgar o abandono de crianças, levando à designação destas como enjeitadas, isto é, crianças que foram expostas, para serem criadas em instituições assistencialistas ou em casas de outrem, normalmente por terem sido concebidas fora do casamento tridentino (VENÂNCIO, 1999).

Renato Venâncio, tentando compreender “a assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador nos séculos XVIII e XIX”, interpreta que uma

mulher branca ao assumir filho ilegítimo certamente seria motivo de desonra, tanto no âmbito da família quanto no da sociedade, o que não se aplicava para as mulheres de cor (negras e mestiças), pois, com relação a estas, não eram criadas expectativas de comportamento moral e social considerado adequado. A diretriz era a de que, “entre a população branca, o comportamento feminino austero era regra imposta e fiscalizada” (VENÂNCIO, 1999, p. 86). A esta questão somavam-se outros motivadores, de natureza distinta, ao abandono dos filhos ilegítimos na *roda dos expostos*. Nas palavras de Venâncio:

Os impedimentos morais, a condenação à mãe solteira certamente contribuíram para a multiplicação de abandonados, contudo, esse estava longe de ser o único motivo para justificar o recurso à *roda dos expostos* [...] a dificuldade em alugar amas negras também contribuía para o aumento do número de enjeitados [...] A ausência de hospitais para crianças também levava ao aumento de matrículas na roda. [...] havia ocasiões em que pais e mães apresentavam doenças incuráveis ou estavam ausentes momentaneamente da cidade. (VENÂNCIO, 1999, p. 80-81, grifos nossos).

Como evidencia o autor, a prática do abandono de crianças na sociedade colonial não pode ser compreendida a partir de variável única. Em bom rigor, a recorrência à *roda dos expostos* ou ao abandono dos filhos em casas de terceiros se fez sentir destacadamente entre as camadas populares, mas alie-se a hipótese da miséria, como apontado por Venâncio, “à condenação social dos nascimentos ilegítimos” e à “morte dos pais” (VENÂNCIO, 1999, p. 85).<sup>11</sup>

O abandono de crianças nas Minas Gerais era prática corrente no vasto império português de então, inclusive no Reino. A ilegitimidade dos filhos assim como o abandono infantil foram igualmente realidades vivenciadas no Reino. Ao examinar o tipo de família estabelecida em Minas Gerais no século XVIII a partir de seus antecedentes portugueses, Donald Ramos afirma que, no final do referido século, o abandono de crianças configurou-se como grave questão enfrentada em Portugal e que, para solucionar o problema, um conjunto de leis régias foi elaborado. Essa legislação visava regulamentar o tratamento de crianças abandonadas, sem, contudo, ter obtido sucesso (RAMOS, 2008).

Ramos destaca que a família do norte de Portugal apresentava configuração única marcada pela ausência de homens, pelos casamentos tardios das mulheres, “baixas taxas de casamento entre a população em geral, baixa proporção de famílias nucleares, altas taxas de ilegitimidade e abandono”, e assevera que “as mesmas características foram identificadas no

---

<sup>11</sup> Segundo este historiador, outras hipóteses são cometidas pela historiografia internacional como propulsoras à prática do abandono de crianças. No entanto, para a realidade brasileira, caberia testar apenas as mencionadas.

Brasil colonial, especialmente na região produtora de ouro” (RAMOS, 2008, p. 140). Disso se infere que, por serem frutos de relações ilícitas, as filhas naturais provavelmente não conviveram com seus pais, ainda que estes, posteriormente, viessem a reconhecê-las em testamento.

Outro fator relevante na análise do grupo das testadoras assinantes refere-se ao fato de, no total dos testamentos de mulheres vinculadas a homens possuidores de patentes militares, encontrarmos apenas três casos em que há menção a cartas, cadernos de lembranças ou codicilares. Consideramos esses dados insuficientes para chegarmos a alguma conclusão generalizante no sentido de afirmar que tais mulheres conviveram ou exerceram atividades relacionadas à leitura ou escrita. Desse modo, inferimos que, para a região estudada, o fato de as mulheres serem filhas ou de terem se casado com homens de patentes militares não interferiu de forma direta ou determinante em suas capacitações alfabéticas, tampouco no convívio ou na utilização dadas à escrita.

Especificamente, para a análise das finalidades conferidas à escrita, no âmbito das testadoras assinantes, tomemos como exemplo o caso de Catarina Fernandes, crioula forra, natural da Freguesia de Santa Bárbara, que declarou ser filha natural de Ana Marta, “escrava de meu senhor que me forrou, Domingos Fernandes Caldas” (MO/CBG/CPO/LT 43(62), fls. 147v-150v). Seu testamento foi elaborado em 6 de abril de 1790, na dita freguesia. Catarina, que não tinha filhos, ordenou que, após a morte, seu corpo fosse amortalhado no hábito de São Francisco e sepultado com o acompanhamento da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, da qual era membro.

Declarou entre seus bens: “uma morada de casas e [uma] escrava por nome Maria, de nação angola, e assim mais uma crioula por nome Rita, filha da mesma negra, dois tachos, um maior e outro mais pequeno, ambos de cobre e alguns [?] de estanho, uma caixa de madeira”. No ditado do testamento, deliberou sobre as dívidas do casal, narrando acontecimentos referentes ao seu casamento:

[...] sou casada com Manuel de Ávila Ferreira de cujo matrimônio não temos filhos, nem o dito meu marido vive em minha companhia, por me deixar e se ir embora, por cuja causa faço menção de todos os bens do casal para pagamento de todos os credores a quem este mesmo casal deve.

Conferindo função pragmática à escrita, Catarina dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas. No entanto, continua sua narrativa que, na sequência, ainda pragmática, toma ares de denúncia e de justificativa das decisões:

[...] advirto mais: que o dito meu marido, por este casal, não trouxe coisa alguma e quero que pague todas as dívidas de todo monte sem haver meação e caso meu marido que haja meação antes de se pagar as dívidas [?será] o consentimento de nossos credores querendo acertar as dívidas que tocar a meação do dito meu marido [?] dele e não querendo [?] haverá meação senão depois de pagar todas as dívidas, e da meação que me haver ou depois de pagar todas as dívidas e de cumpridos os meus legados. Instituo por meu herdeiro ao dito meu senhor, que foi Domingos Fernandes, de todas duas partes de meus bens [...] declaro que se deve a Manuel Pereira das Neves o que constar de um crédito; ao capitão Manuel Rodrigues Rabelo, dez oitavas e meia; a José Teixeira Souto, nove oitavas; ao capitão João Teixeira Neves, sete oitavas, um cruzado; a Manuel Marques da Costa, seis oitavas e dois vinténs; ao reverendo vigário, três oitavas e meia e seis vinténs; e a Antônio Fernandes Caldas, morador no Serro, cento e quatorze oitavas; a Luís Rodrigues Souto, duas oitavas; e ao meu sobrinho (*sic*) Domingos Fernandes Caldas, trinta e cinco oitavas de ouro.

No decurso do texto, as decisões de ordem prática são explicadas e justificadas. Mesmo parecendo um tanto quanto confuso ou repetitivo, o conteúdo revela o conhecimento das situações relacionadas às finanças do casal. A escrita delibera, explica. Para isso, é expressa de forma argumentativa. Catarina busca, dessa maneira, preservar seus direitos, ao registrar: “quero que pague todas as dívidas de todo monte sem haver meação [...] haverá meação senão depois de pagar todas as dívidas”. Nesse sentido, isenta-se de, sozinha, assumir compromissos financeiros que não eram encargos somente seus, mas do casal. Utiliza-se da escrita do testamento para relatar a ausência do marido, enfatizando o fato de ele não ter contribuído para a aquisição dos bens. Nessa medida, “escreve” de maneira a preservar seus bens, a defender seus direitos e a administrar dívidas e créditos, além de eleger como legítimo herdeiro seu ex-proprietário, Domingos Fernandes.

Eduardo Paiva, em estudo citado nesta tese, ao utilizar como fonte os testamentos relativos à Comarca do Rio das Velhas, chama a atenção para elementos referentes às ligações estabelecidas entre forros e antigos senhores, mencionando a existência de casos em que, em testamento, negros libertos encomendaram missas para seus ex-proprietários (PAIVA, 1995). Nessa mesma linha, uma ocorrência em especial chamou-nos a atenção. A exemplo do caso de Catarina, ao eleger como herdeiro seu ex-proprietário, Domingos Fernandes – talvez como forma de retribuição ou gratidão pela alforria conseguida –, notamos que muitas forras apresentavam o mesmo sobrenome de seu antigo senhor.

Sabemos que era habitual os cativos apresentarem como sobrenome o local do embarque, como “Mina,” “Angola” ou “Guiné”. Após a alforria, no entanto, os ex-cativos passavam a adotar outro sobrenome. Pelo que pudemos observar, nos testamentos, ao “escreverem” sobre quem eram, as mulheres reportavam-se a dois elementos identitários: à

naturalidade, comumente correlacionada ao local de nascimento (ou embarque, tomado como o de nascimento, no caso das forras de origem africana), e ao sobrenome, o qual, em muitos casos, era o mesmo do ex-senhor. Nessas circunstâncias é mister considerar que, no “Brasil dos séculos XVIII e XIX, a transmissão dos sobrenomes não era regulamentada”, existindo certa “liberdade onomástica”, facultando aos pais “atribuir sobrenomes religiosos aos filhos”, por exemplo (VENÂNCIO, 1999, p. 78).

Da análise operada, acreditamos que, no momento da elaboração do testamento, especialmente em se tratando de forras, a escrita foi utilizada – para além das finalidades próprias àquele documento – de forma a deixarem registrados o delineamento e a documentação de uma nova identidade social, incluídos nomes e sobrenomes. Assim, por exemplo, a apropriação, por Catarina, do sobrenome *Fernandes* insinuaria, possivelmente, a existência de vínculo mais estreito da testadora com o ex-proprietário. De uma forma ou de outra, ao se identificar com o sobrenome de Domingos Fernandes e ao legitimar esse registro com sua assinatura, a testadora utilizou-se da escrita de maneira a assinalar o pertencimento a uma “nova” realidade e a validar a identidade social construída.

Esse fato compunha quadro mais amplo das relações sociais na Colônia, ou seja, dizia respeito à convivência, em uma mesma residência, de sujeitos pertencentes a estratos distintos da população. Situação que, conseqüentemente, criava e recriava os laços afetivos e identitários. Para Kátia Mattoso:

A família nuclear, composta apenas de pai, mãe e filhos, só muito tardiamente aparece na sociedade brasileira, que conheceu durante tanto tempo a família do tipo patriarcal, na qual o *pater familias* reúne, sob sua autoridade e sob seu teto, tias e tios, sobrinhos, irmãs e irmãos solteiros, vagos primos, bastardos, afilhados, sem contar os agregados. Estes últimos são livres ou alforriados, brancos pobres, mestiços ou negros, que vivem na dependência tutelar da família e são considerados como parcela dessa comunidade familiar. Também os escravos fazem parte da família. Todos os escravos, pois o privilégio não é restrito aos domésticos. (MATTOSO, 1982, p. 124).

A convivência em uma mesma casa poderia, portanto, levar ao compartilhamento de determinados hábitos, à apropriação de valores e à constituição de vínculos mais estreitos. Essa gama de elementos e acontecimentos na vida de um indivíduo certamente seria, pelo menos em parte, recuperada e descrita no solene momento de elaboração do testamento, que compunha o ritual de preparação para a morte. Foi exatamente nessa ocasião que, se por um lado, a escrita para Catarina *Fernandes* cumpriu o objetivo de regularizar a situação dos bens

e legados, por outro, manifestou-se, ainda que nas entrelinhas, como inventário do *vivido* e *compartilhado*, expresso nos sentimentos de pertencimento e de gratidão.

Ao relatar passagens de sua vida, outra testadora, Maria Pereira do Nascimento, pertencente ao conjunto das assinantes, ditou seu testamento, declarando “não poder escrever”.<sup>12</sup> Maria Pereira era natural da Freguesia de Congonhas do Sabará, filha legítima de Antônio Gonçalves Pereira e de Josefa [?] da Encarnação, casada com Manuel André dos Reis, de cuja união não tivera filhos. Em testamento elaborado em 24 de novembro de 1794, declarou ser irmã da Arquiconfraria de São Francisco e deixou à eleição do testamenteiro a forma como se daria seu funeral. Assinou o testamento, mas alegou “não poder escrever” e, ainda, declarou:

[...] deixo forra a minha cabra Ana e também a sua filha Vitória e meu herdeiro passará sua carta de liberdade cabendo nas forças da minha herança depois de pagas as dívidas do casal [...] Declaro que deixo a uma enjeitada por nome Eufrásia, que criei e se acha em minha companhia, cinquenta oitavas [...] deixo a minha sobrinha e afilhada Custódia, filha de minha prima Ana Maria Santiago, vinte oitavas [...]. (MO/CBG/CPO/LT 51(70), fls. 98-98v).

A escrita do testamento de Maria Pereira cumpre, a princípio, a finalidade de dispor dos bens e legados, fator bastante claro em sua redação. No entanto, após terminar o ditado das disposições, a testadora volta à narrativa, atestando:

[...] declaro mais *que* tenho um anel de topázio com cercadeira de crizo (*sic*) estas o qual meu herdeiro venderá e o seu produto será para ajuda de se fazer a imagem de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas [do Sabará]. Declaro que tenho um testamento antigo, mas este fica sem vigor algum e só quero que este valha na melhor forma de direito, pois esta é a minha última vontade [...]. (MO/CBG/CPO/LT 51(70), fl. 98).

Maria Pereira brinda-nos com inusitada retomada do texto. Além de rememorar o anel que possuía e desejava vender para ajudar a “fazer a imagem de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas [do Sabará]”, revoga o antigo testamento, ação habitual no ato de testar, isto é, a invalidação de documentos feitos anteriormente. Todavia, para além das características concernentes ao processo de constituição da documentação cartorária, o que nos interessou nessa retomada foi o fato de a escrita ter sido utilizada de forma a revelar uma construção textual feita *a posteriori*, revelando que a lembrança da testadora, mesmo tardia, apresentou coerência e importância no conjunto das disposições feitas. Percebemos, assim, que a utilização da escrita se deu quase de maneira tácita, traduzindo o ritmo de quem enunciava.

<sup>12</sup> No rol das assinantes, encontramos três casos de testadoras que declararam não poder escrever, isto é, 6,1%.

Retornar ao texto, neste caso, significou bem mais do que dar a conhecer algo esquecido e perdido no desenrolar da narrativa. Denotou a utilização da escrita de maneira a atribuir importância e veemência ao fragmento rememorado. Teria sido o testamento antigo escrito por suas próprias mãos? De qualquer forma, fica patente que, mesmo sem “poder escrever”, a testadora “exercitou-se”<sup>13</sup> na linguagem escrita, imprimindo marcas particulares em seu texto e alimentando-o, depois de finalizado, com lembranças julgadas fundamentais.

Também sem poder escrever, dona Ana Joaquina, que fora batizada no Arraial de Santa Luzia, viúva de Francisco Machado Ferreira, utilizou-se da escrita do testamento imprimindo tom pragmático ao texto e, ao mesmo tempo, rememorou aspectos importantes do seu passado (MO/CBG/CPO/LT 50(69), fls. 21v-24v). No testamento, levado a efeito em 29 de dezembro de 1796, ordenou o amortalhamento de seu corpo no hábito de São Francisco ou em outro qualquer oferecido e ordenou o sepultamento na Igreja Matriz da Vila Nova da Rainha, acompanhado do reverendo vigário e de mais quatro sacerdotes. Dona Ana Joaquina declarou ter sido exposta “a Tomásia da Silva, crioula forra” e afirmou ser “católica romana”, aduzindo: “creio tudo o que tem e creê a Santa Igreja Romana e nesta fé quero viver e morrer e na mesma espero salvar a minha alma não por merecimento, mas pelo amor da santíssima paixão do unigênito filho de Deus”.

Continua as disposições sobre o seu funeral: “Meu testamenteiro dará à Irmandade das Almas 10 oitavas de esmola para me acompanharem e conduzirem meu corpo a sepultura na tumba da mesma irmandade.” E, ao encerrar, declarou: “[...] e por não poder escrever, pedi e roguei a João Pereira de Almeida que este por mim escrevesse e como testemunha assinasse e eu me assinei com o meu nome de uso depois de lido por mim [...]”.

Alguns pontos devem ser considerados no testamento de dona Ana Joaquina. Primeiramente, a declaração de que fora *exposta*. Nessa medida, novamente ressaltamos que, no movimento de recuperação das origens, a escrita possibilita mais do que a reconstituição de parte do passado: abre espaço para o processo de construção da identidade social. Apesar da utilização da expressão *dona*, antecedendo o nome, o que era própria às senhoras brancas, pertencentes a camadas sociais mais abastadas da sociedade, determinados elementos mencionados no testamento nos levam a crer que dona Joaquina tivera origem bastante humilde. Mesmo que tal condição social tenha se alterado após o casamento, a lembrança de

---

<sup>13</sup> A noção de “exercício da linguagem” foi retirada de Pierre Bourdieu, para quem a prática da linguagem deve ser encarada, inclusivamente, como uma “técnica do corpo [...] onde se expressa toda relação com o mundo social” (BOURDIEU, 1977, p. 23).



ter sido exposta em casa da “crioula forra Tomásia” e a associação à Irmandade das Almas – entidade laica da qual participavam indistintamente as pessoas brancas e de cor, ou seja, de diferentes estratos da população – deixam-nos entrever, no conteúdo do texto, aspectos relacionados à trajetória de alguém que pode ter pertencido a estrato menos favorecido da população e não somente mantinha, mas declarava e registrava elementos característicos de sua origem humilde.

Além disso, dona Joaquina rogou a João Pereira de Almeida que escrevesse o testamento, por *não poder* fazê-lo, apesar de assiná-lo. E mais: expressou ter lido o documento. Como e quando teria aprendido a ler e a escrever pelo menos o nome? Essa testadora não teria redigido o texto por inabilidade ou devido a impedimento de outra natureza? As respostas a tais indagações dificilmente poderão ser encontradas. De todo modo, certo é que dona Joaquina demonstrou participar da escrita de seu testamento, ditando-o, lendo-o e assinando-o, revelando que, a despeito de não poder redigir muitas linhas, não se encontrava alheia aos processos relacionados à escrita, bem como à importância desta sociedade onde vivia.

Aqui, uma vez mais, salientamos que nossa preocupação determinante não residiu na identificação da maneira pela qual dona Ana Joaquina aprendeu a ler ou a escrever o nome, mas, sobretudo, no feito da escrita, como base nos conhecimentos e pelos mecanismos disponíveis. Não conseguimos localizar o inventário ou o testamento de seu marido para confirmarmos a posição social adquirida por essa testadora após o matrimônio.

A partir das informações contidas no testamento de Ana Joaquina, particularmente relacionadas à capacidade de ler, processamos o levantamento, no conjunto das assinantes, daquelas testadoras que declararam ter lido o documento. Somam 13 casos (26,5%) do total de 49 testadoras. Entretanto, uma ressalva se faz necessária: a identificação dessas 13 mulheres não nos permite afirmar que as outras 36 testadoras não soubessem ler, pois poderiam simplesmente, por um motivo ou outro, não terem lido elas próprias o documento. Do mesmo modo, o fato de as testadoras afirmarem ter assinado/marcado com cruz não significa desconhecimento da leitura.

Sobre esse aspecto, Moraes, ao apresentar casos de testadores declarantes do desconhecimento da leitura e da escrita, acaba por se contradizer, ao afirmar: “as pessoas que faziam sinais não eram capazes de ler e, tampouco, de escrever [...]”, ou quando afirma: “mesmo sabendo que os que fazem um sinal não dominavam as tecnologias de ler e escrever, sua contabilização é importante” (MORAIS, 2009, p. 234). Afirmativas das quais

discordamos, mesmo conscientes da existência de testadores, declaradamente, incapazes de escrever autonomamente. Como demonstrado, nem todos esses encontravam-se incapacitados de ler pelos próprios olhos.

No conjunto dessas “assinantes leitoras”, encontramos dona Isabel Maria Leonor de França, nascida e batizada na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas, Arraial do Brumado, Freguesia de Santa Bárbara (*sic*), onde ditou seu testamento em 7 de agosto de 1797. Era filha legítima do sargento-mor Pantaleão Nunes de França e de dona Clara Ferreira Coutinho e casada com Luís Alves da Silva. Nunca tivera filhos e era irmã da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Em testamento, encomendou o corpo a Deus e à santa de quem herdara o nome.

Dona Isabel Maria parece ter sido mulher de posses, pois declarou possuir plantel superior a 30 escravos. Ao ditar seu testamento, afirmou:

Declaro que, por ter várias disposições e encargos, que não quero se publiquem nada mais deponho neste meu testamento e deixo tudo recomendado ao dito meu testamenteiro em uma carta fechada que não quero apareça em Juízo nem fora dele [...] Declaro que tenho vários papéis e assentos dos meus negócios os quais, sendo achados, escritos por letra de meu sobrinho João Batista de Passos, estando assinados por nome, se lhe dará inteiro crédito e rigor em Juízo e fora dele como parte deste meu testamento [...] E por não poder escrever, roguei a meu sobrinho João Batista Passos que este por mim escrevesse e sendo lido por mim, o achei conforme o meu ditame e o assinei com o meu nome como costume [...]. (MO/CBG/CPO/LT 52(71), fls. 52-56).

Notamos que a testadora era detentora da capacidade de leitura e, em alguma medida, também da escrita, pois afirmou *não poder* escrever e não que *não sabia* escrever. De qualquer modo, como afirmamos, é preciso estar atento, pois a declaração de *não poder escrever*, apesar de utilizada mais comumente para se referir a impedimentos físicos, como moléstia das mãos ou dos olhos, poderia também significar desconhecimento da escrita, geralmente relacionado à elaboração de textos mais longos ou complexos. Importante destacar, no entanto, que, no caso de dona Isabel Maria, a convivência com a escrita mostrou-se pouca inusitada, haja vista a revelação de que deixava “tudo recomendado ao dito meu testamenteiro em uma carta fechada que não quero apareça em Juízo nem fora dele”.

Impossível sabermos se a referida carta teria sido escrita por ela, mas a sequência da narrativa parece bem mais esclarecedora de sua proximidade com a escrita *stricto sensu*: “Declaro que tenho vários papéis e assentos dos meus negócios os quais sendo achados

escritos por letra de meu sobrinho João Batista de Passos, estando assinados por nome se lhe dará inteiro crédito e rigor [...].”

Redigidos por seu sobrinho, os papéis e assentos de dona Isabel Maria demonstram certa familiaridade com a escrita que se deu pela necessidade da administração dos negócios. No contexto em estudo, eram comuns as atividades relacionadas à concessão de créditos e mercadorias, expressas por meio da venda a crédito, de empréstimos, da prática de alforrias a prazo (coartações), dos empenhos, dentre outras. Fenômeno correspondente às práticas financeiras vivenciadas em Portugal e incrementadas especialmente no contexto urbano.<sup>14</sup> Essas atividades eram sustentadas pela *palavra*, seguida de hábitos e crenças característicos à sociedade da época, pelos conhecimentos dos agentes envolvidos e pelas relações sociais assentadas na confiança que, por sua vez, deixavam transparecer valores de ordem moral e social. De acordo com Raphael Freitas Santos:

A confiança na capacidade do devedor vir a pagar sua dívida era acompanhada, é claro, por constrangimentos de ordem social que pesavam sobre os devedores. O não pagamento de uma dívida poderia afetar negativamente a reputação de um indivíduo, além de causar transtornos legais como citações para comparecer em audiências judiciais. Quando condenados, os devedores poderiam ter seus bens penhorados ou, ainda, se viam ameaçados de prisão. (SANTOS, 2005, p. 71).

Resulta, então, que o funcionamento dessas atividades, pautadas, normalmente, na palavra, apresentava duas expressões fundamentais: uma evidentemente de ordem econômica e outra de cunho social. Nesse sentido, os textos dos testamentos encontram-se repletos de referências à existência de créditos e dívidas, desvelando a ampla rede de negociações financeiras que perpassava o cotidiano das pessoas. Como bem nos mostram as pesquisas históricas dedicadas ao entendimento da temática, anotações e assentos referentes a negócios aproximaram letrados e iletrados dos registros escritos.<sup>15</sup> No entanto, chamamos a atenção para o fato de que, ainda que a palavra empenhada fosse o alicerce de tais negociações, é inegável que do empenho ela se consubstanciava em texto, materializando e corporificando os acordos e os laços instituídos nas transações comerciais.

---

<sup>14</sup> Temática estudada, dentre outros pesquisadores, por Maria Manuela Ferreira Marques (1996).

<sup>15</sup> No contexto das Minas Gerais Coloniais, a esse propósito, consultem-se as pesquisas de Júnia Ferreira Furtado, **Homens de negócios** (1999, especialmente o capítulo 2), e de Marco Antônio Silveira, **Universo do indistinto** (1998). Furtado já havia apontado a importância do uso da escrita por negociantes na Capitania de Minas, mesmo por aqueles detentores apenas de capacidades rudimentares de escrita. Especificamente para a Comarca do Rio das Velhas e voltado para a compreensão da dinâmica das práticas creditícias, reporte-se a Raphael Freitas Santos (2005).

Essa materialidade das relações por meio dos textos não se dava sempre pela via das anotações particulares, concretizadas nos livros de razão ou nos registros codicilares. Pelo que alcançamos perceber, o ato de testar configurou-se, inclusive, como momento e mecanismo não apenas de regularização da vida financeira, visando à salvação da alma, aspecto enfatizado pela historiografia, mas, como instrumento de cobrança e de pagamento de dívidas, com vistas à preservação dos bens e à explanação do funcionamento das finanças pessoais que, em última instância, afetavam a todos os familiares.

Com efeito, se, por um lado, a escrita do testamento de dona Isabel Maria foi utilizada de maneira a ratificar o já escrito em anotações pessoais, por outro, a redação do documento conferiu rigor e legitimidade a tais registros e, em decorrência, às transações efetuadas com base na palavra e registradas em suportes particulares. É sabido que as atividades de créditos envolviam diferentes sujeitos, sendo as identidades reveladas na escrita testamental. Assim, a redação em causa acabou por entrelaçar e desvendar redes de sociabilidades, além de crenças e interesses, carregando os valores próprios de um tempo. A testadora, além de demonstrar participação nas atividades financeiras familiares, acaba por constituir e definir, no ditado do testamento, parte da dinâmica relativa às práticas creditícias.

Outra testadora assinante e leitora do testamento, feito em 23 de fevereiro de 1819, foi Maria Vitória da Silva, natural da Freguesia de Santa Luzia, filha natural de Antônio Ferreira Marinho e de Paula Maria. Maria Vitória não declarou o “estado em que se encontrava”, levando-nos a supor ser solteira (MO/CBG/CPO/LT 76(5), fls. 140v-142). Tinha um filho, Amaro José Monteiro. Ao fim de seu testamento, declarou: “[...] e nesta forma hei por fíndo este meu testamento que mandei escrever por Joaquim Luís Ferreira, que depois de escrito o li e pelo achar a meu gosto conforme o ditei, o assino com o mesmo nome de que uso”. A testadora não determinou muitas disposições, nem sequer declarou a filiação a alguma irmandade. Entre seus bens afirmou possuir um “escravo jovem”, o qual constituía coartado. Também deixou quantias em dinheiro para familiares. Trata-se de texto breve, sem nenhum comentário ou rememoração mais alongada, nem mesmo disposições específicas.

Já Ana Florência Lemos de Oliveira, natural da Freguesia de Santa Bárbara, filha legítima do capitão Luís Fernandes de Oliveira e de dona Teodora Leme de Oliveira, casada com Antônio de Araújo Quintão Miranda, leu e assinou seu testamento, elaborado em 8 de setembro de 1796 (MO/CBG/CPO/LT 52(71), fls. 138-141). A testadora, não possuía herdeiros e ordenou o amortalhamento de seu corpo no hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de quem pretendia ser irmã. Ao ditar o testamento, mandou dizer missas para os

familiares e quatro missas pela escrava Bárbara. Ao finalizar as disposições, “pediu e rogou” ao padre Manuel de Araújo Ferreira que por ela escrevesse e como testemunha assinasse, e depois de ler o teor do testamento “e achar estar em tudo conforme a minha última vontade e no dito dia mês e ano do princípio declarado” o assinou com o próprio nome.

Importante destacar que a testadora deixou registrada – como também demonstrado em outros casos – a pretensão de pertencer à determinada irmandade religiosa. Intenções significativas expressas nos textos testamentais, pois, na referida realidade sócio-histórica, pertencer a uma ou mais daquelas associações era condição seja de vida, seja *post mortem*. Sabidamente, “a história das confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras se confunde com a própria história social das Minas Gerais do Setecentos [...]” (BOSCHI, 1986, p. 2).

Como dito, as Minas Gerais colonial constituiu-se em sociedade marcada pelo mulatismo e por especificidades econômicas, como o intenso comércio, além do caráter urbano, fatores propiciadores de maior mobilidade social. Nesse cenário, as irmandades assumiram importante papel no plano social e também nas individualidades. As sociabilidades, a beneficência e o assistencialismo configuraram-se em papéis exercidos por essas agremiações, congregando os mais diversificados segmentos da sociedade. Nas palavras de Caio Boschi:

[...] as pessoas enquanto individualidades se anulavam, transferindo para as associações leigas a responsabilidade de velar por elas, lhes dar proteção e (inter)mediar seus contatos e anseios [...] às irmandades coube a força e o prestígio dos diversos segmentos [...]. (BOSCHI, 1986, p. 167).

Torna-se importante esclarecer ainda que, com caráter majoritariamente urbano, essas associações religiosas apresentaram-se, na Capitania de Minas Gerais, de forma única, singular, como espaço de manifestação dos interesses locais, apesar de sua inspiração originar-se na metrópole portuguesa.

Cabe destacar que, no banco de dados desta pesquisa, no conjunto das 557 testadoras, 161, isto é, 28,9%, não declararam ser filiadas a nenhuma dessas agremiações. Essa porcentagem poderia, num primeiro momento, parecer elevada. No entanto, sublinhamos que a composição do corpo social desse tipo de agremiação era predominantemente masculina. Disso se infere que o número de mulheres que declarou a adesão a alguma das irmandades é bastante significativo do papel que estas desempenharam no cenário em estudo.

A escrita do testamento de Ana Florência, portanto, buscou evidenciar se não a efetiva filiação a alguma irmandade, pelo menos o desejo de assim proceder. A despeito de não pertencer a uma das aludidas agremiações, explicitar a intenção de fazê-lo demonstra não só a importância dessa adesão, mas, sobretudo, o reconhecimento da necessidade ou do valor atribuído a tal situação, dando-a ao conhecimento social. Nesse sentido, a escrita cumpria a função de conferir ao indivíduo lugar ainda não ocupado por ele na sociedade, cujo qual era extremamente valorizado e poderia vir a conseguir.

Assim, buscando deixar evidente sua pretensão de fazer parte da referida irmandade, Ana Florência, por meio da escrita de seu testamento, define seu lugar social com base na redação de quem era, do que dispunha e, ainda, de quem pretendia ser. A intenção de ser irmã professa não poderia, numa sociedade institucionalmente legitimada pelo escrito e, igualmente, pela moral cristã, fazer parte somente da memória e do conhecimento auditivos. Era necessário escrever para construir imagens de quem se pretendia ser. Novo objetivo era dado, desse modo, ao texto, num mundo onde a religiosidade perpassava as questões cotidianas, a escrita “individual” não assumiria apenas expediente útil e concreto, ligada aos fatos e ocorridos. Como retrato invertido do real, relatou não quem Ana Florência foi, mas, projetando o que ainda não existia, construiu a representação de quem a testadora era no momento da redação: mulher devota e religiosa – ainda que não o fosse –, determinada a ser acolhida na Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

Outro aspecto importante de seu testamento diz respeito ao fato de mandar “dizer missas para a escrava”. Essa especificidade foi identificada recorrentemente nos testamentos de mulheres, levando-nos a questionar se se tratava de fator contraditório, de igual maneira, nos testamentos masculinos.

Assinando o testamento, em 18 de agosto de 1791, Isabel Nogueira Ferraz dispôs sobre os bens, traçando o destino de seus cativos. A testadora, que era proprietária de considerável plantel de escravos, moradas de casas e joias, havia nascido na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, Vila do Porto do Calvo, bispado de Olinda, Pernambuco. Era casada com Manuel de [Castro] de Jesus e nunca tivera filhos. Expôs em testamento:

Declaro que os bens que possuo são os seguintes: uma negra por nome Ana, de nação nagô; um cabrinha por nome Luís; uma escrava por nome Teresa, de nação [courana], que deixo quartada em vinte e cinco oitavas, das quais firmará conta meu testamenteiro, lhe passará carta de liberdade. Assim mais, uma posse de casas junto aonde a mesma mora, digo a mesma escrava Teresa. Assim mais, uma crioulinha, por nome Custódia que, por meu

falecimento, [se] entregará a Nossa Senhora do Porto. (MO/CBG/CPO/LT 44(63), fl. 176v).

Isabel, resoluta em seus desígnios, a cada cativo conferiu um destino. Mais do que apenas determinar o valor das coartações, delegou obrigações ao seu testamenteiro a respeito da cativa Teresa, além de revelar “uma posse de casas junto aonde a mesma mora”. A escrita de seu testamento descortina a gerência dos bens por essa testadora, mesmo se encontrando casada, além de possível devoção religiosa ao deixar “uma crioulinha, por nome Custódia”, a Nossa Senhora do Porto. Isabel continua a declarar:

E assim mais um escravo, por nome Mateus, que anda fugido, mas, aparecendo, poderá meu testamenteiro dispô-lo ou possuí-lo como seu. E assim mais um caixilho de ouro, com seu trancelim também de ouro e um laço com cinquenta diamantes. Assim mais uns brincos com nove diamantes cada um, cujo ouro lavrado se acha empenhado em mão e poder do alferes José de Miranda, morador na Lagoa de Antônio Dias. E assim mais uma morada de casas de telhas, sitas no Arraial de Santa Bárbara, as quais deixo ao [Hospício da] Terra Santa e a São Francisco. (MO/CBG/CPO/LT 44(63), fls. 176v).

Podemos constatar que a testadora era mulher de posses e se encontrava à parte ou mesmo à frente dos negócios familiares. Utilizou-se da escrita do testamento para descrever seus bens e nomear devedores, o que, como vimos, era habitual no ato de testar. Interessante destacar na redação do documento o relato da fuga do escravo Mateus, concedendo-o ao testamenteiro, caso reaparecesse. O registro do desaparecimento do cativo revela o conhecimento e certa atenção da testadora para com todas as ocorrências havidas em seus domínios.

O que levaria Isabel a gerenciar esses bens mesmo não sendo viúva? Independentemente de obtermos essa resposta, cumpre destacar que escrever sobre a fuga de Mateus e a narrativa/escrita de deixá-lo como legado ao testamenteiro não são meros registros de acontecimentos comuns da época. Na verdade, verbalizar e registrar essas ocorrências e disposições são ações que acabaram por conferir e, ao mesmo tempo, por descortinar o lugar social ocupado pela testadora ou o lugar social que ela julgava ocupar. Ela prossegue com o ditado:

[...] declaro que a mencionada crioulinha, de nome Custódia, que deixo à Nossa Senhora do Porto, se der pela sua liberdade a quantia de cinquenta oitavas de ouro, meu testamenteiro lhe passará carta de liberdade e o seu [valor] dará a Nossa Senhora do Porto. (MO/CBG/CPO/LT 44(63), fl. 177).

As últimas disposições de Isabel permitem-nos compreender que a escrita de um texto é sempre nuançada, construção com idas e vindas das lembranças e dos pensamentos, composta por sequências e, simultaneamente, por rupturas nos dizeres. A testadora havia decidido anteriormente sobre o destino de Custódia, mas retoma esse ponto da narrativa para mudar, ou melhor, detalhar o que deveria ser firmado no papel. Com um ato pessoal, volta ao texto e transforma-o, ancorada no conhecimento das possibilidades oferecidas pela realidade. Dessa forma, utiliza-se da escrita para deliberar acerca de duas questões: a alforria de Custódia e o legado a Nossa Senhora do Porto.

Das análises empreendidas, constatamos que a educação feminina, referentemente ao aprendizado das primeiras letras, era restrita, como bem nos explica a historiografia. Porém, com base na análise documental, podemos inferir que esses sujeitos, a partir do conhecimento tácito da realidade, acabaram por construir e elaborar narrativas com conteúdos ricos e diferenciados, expostas sob a forma escrita. Independentemente de saberem escrever textos mais longos ou somente o nome, utilizaram-se da escrita pelas vias institucionais, compondo narrativas com finalidades específicas.

Nesse aspecto, cabe ressaltar que grupos diversificados da população apresentaram relações distintas e criativas com a escrita, especialmente via escrituração cartorária. Em abordagem inovadora, Solange Silva, por meio da análise dos testamentos, investigou as estratégias e práticas educativas dos negros na Comarca do Rio das Velhas no século XVIII. A autora sustenta:

No momento da escrita de um testamento, um conjunto de habilidades, comportamentos e conhecimentos são exigidos do testador, os quais acionavam mecanismos da compreensão, da expressão lógica e verbal para elaborar um documento que expressa a sua vontade. Ao transitar entre o oral e o escrito, o testador elabora mentalmente seu relato e o escrevente transcreve no padrão de um documento formal [...] Estava em curso um processo de elaboração pedagógica de vivências e das experiências de aprendizagens informais inscritas nos espaços de sociabilidades e nas mais diversas relações pessoais estabelecidas cotidianamente. (SILVA, 2011, p. 96).

Somada à expressão das vivências, das práticas de sociabilidades, é possível identificar a manifestação dos desejos, vontades e crenças. Como salienta a autora, o testador lança mão de habilidades e conhecimentos para expressar suas ideias e experiências. Há que se destacar, contudo, a existência de filtros no processo de escrita desses documentos. As proposições ditadas pelas mulheres são filtradas por quem as escreve, não se tratando somente de transcrição para o padrão formal do documento. Nas ações de escuta e transcrição, as



interpretações são processadas, configurando-se, como nos orienta Bakhtin, em atitudes dialógicas e não meramente mecânicas. Dito de outra maneira, “o processo de elaboração pedagógica de vivências e das experiências de aprendizagens” por aquele que dita deve ser entendido como ação (co)dependente tanto do contexto quanto dos interlocutores participantes do horizonte comunicacional. Ao elaborarem os testamentos, testadoras e escreventes, conjuntamente, conferiam sentido textual às experiências, vivências e aprendizagens.

Da mesma maneira, Talitha Gorgulho, ao estudar as práticas educativas de órfãos na Comarca do Rio das Velhas, utilizando-se dos inventários como fontes, estabelece:

Importante perceber que o testamento, de certa forma, era a “voz do próprio sujeito”, dizendo de seus bens e de suas relações, e o confronto com o inventário, que era a “voz do outro”, mostra-se tão essencial quanto interessante na tentativa de nos aproximarmos minimamente das relações sociais vividas por esses sujeitos no século XVIII. (GORGULHO, 2011, p. 24).

A autora nos ajuda a compreender a proficuidade das relações entre as duas fontes mencionadas. Ressalta a importância dos inventários e testamentos para investigarmos as dinâmicas sociais vivenciadas pelos sujeitos no século XVIII, assim como as percepções da realidade expressas por meio da verbalização dos desejos desses agentes. No entanto, a afirmativa de que *o testamento era de certa forma a voz do próprio sujeito* precisa ser relativizada, visto não ser o discurso testamental construção individual. A ilação de que de *certa forma a voz do próprio sujeito*, presente no testamento, pode ser confrontada com a *voz do outro* existente no inventário parece deixar de considerar que, se podemos afirmar a presença do sujeito no testamento, devemos considerar, igualmente, a existência do *outro* em ambas as fontes.

Certo é que, em alguma medida, a elaboração dos testamentos, a partir do conteúdo ditado pelos sujeitos, expressa suas *próprias* vozes. Todavia, há limites estabelecidos na redação desses documentos relativos à interpretação do destinatário do conteúdo e aos padrões discursivos empregados na feitura dos testamentos. Ademais, as fontes indiciam interpretações, representações e apropriações dos sujeitos acerca da realidade, e não suas vozes simplesmente. Nenhum texto é transparente. Nesse aspecto, parece problemático tomar a escrita como a *voz do próprio sujeito*, mesmo que de *certa forma*, sem se explicitar os meandros dessa composição textual. Devemos considerar que a voz do sujeito está ali presente no emaranhado de outras vozes e dizeres e pode ser rastreada e resgatada apenas em

seus fragmentos. Para auscultarmos a *voz do sujeito*, é necessário *filtrarmos* os discursos e tecermos relações não apenas entre a documentação, mas, fundamentalmente, no que respeita às trajetórias individuais, considerando as experiências religiosas, familiares, econômicas, em suas particularidades.

Como sabido, os testamentos deixam transparecer preocupações de ordem religiosa, econômica, social, familiar. Todo esse conjunto de disposições era sistematizado para a construção de um discurso ao mesmo tempo formal e singular. Encontramos, assim, mulheres que deliberaram sobre os negócios ou os bens da família, como propriedades, escravos, dívidas e créditos. Declararam a pretensão de deixar ou o que já haviam deixado escrito, assinado ou registrado. Caso expresso, por exemplo, em outubro de 1820, no testamento de Isabel Maria de Jesus, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Raposos, filha legítima do alferes João Martins Gomes e de Teresa Maria de Jesus. Disse ela: “pretendo fazer um caderno codicilar e o que nele se achar por mim escrito ou assinado valerá como parte deste meu testamento [...]” (MO/CBG/CPO/LT 76(5), fl. 93v).

Ou da testadora Ana Maria Barbosa, natural da cidade do Rio de Janeiro, filha legítima de Antônio de Caldas Barbosa e de dona Eugênia Maria Rosa: “[...] sendo assim ordeno o meu testamento: quero e é de minha vontade que o meu testamenteiro e herdeiro nem seja obrigado a fazer inventário, nem a dar contas em juízo, visto que disposições que fiz lhe deixei em carta particular [...]” (MO/CBG/CPO/LT 76(5), fl. 118v. Testamento exarado em 19 de julho de 1802).

Ou ainda Ana Maria de Jesus, natural da Freguesia de Santa Luzia, filha de Antônio Ribeiro Pinto e Maria de Jesus:

Declaro que tenho um livro ou caderno que numerei e rubriquei com minha rubrica que diz *de Jesus* e contem vinte e duas folhas. Neste livro estão algumas disposições minhas, e tenho de acrescentar outras. É minha vontade que este livro se apresente em juízo e tenha vigor como parte deste testamento, ou como codicilo aprovado, dando-se vigor às declarações que estiverem por mim assinadas e desprezando-se aquelas que eu declarar sem efeito e se alguma venha se achar aqui neste testamento ao mesmo tempo somente se entenderá como repetida ou explicada, mas não como verbo inverso. E do mesmo livro é minha vontade que valham tanto as declarações no todo escritas por mim, como aquelas que foram escritas por outrem, e assinadas com o meu nome inteiro [...]. (MO/CBG/CPO/LT 76(5), fls. 143-143v. Testamento datado de 28/7/1821).

De forma semelhante, dona Maria Dias da Silva afirma:

Porque tudo é minha livre vontade, derrogo outros quaisquer testamentos ou codicilo que antes tenha feito e, por me achar enferma e não poder escrever, pedi e roguei ao tabelião José de Almeida Bastos este por mim fizesse e eu só me assinei ao depois deste me ser lido e achar na forma que ditei [...]. (MO/CBG/CPO/LT 59(78), fl. 63v. Testamento datado de 8/11/1804).

Esses casos nos revelam a atuação feminina no cenário social a partir da elaboração de mensagens escritas e legitimadas por suas assinaturas, leituras, interpretações e sinais. Nos exemplos acima, as testadoras enfatizam a relevância de suas rubricas e assinaturas como sinais de distinção e validação das decisões. Atestaram, assim, a importância e o simbolismo do escrito para o desenrolar da vida cotidiana. Ressaltaram que as disposições feitas também teriam validade se escritas por outra pessoa, mas, somente se certificadas por suas assinaturas, deixando transparecer a liberdade em escolher as decisões que teriam “inteiro vigor” ao longo do tempo e o significado da assinatura como símbolo de consciência acerca do escrito. O ato de redigir o texto de maneira autônoma, nesse momento, assume lugar secundário diante da potencialidade das resoluções ditadas, ouvidas, lidas, interpretadas e legitimadas pela escrita dos sinais, rubricas ou do “nome inteiro”.

A leitura, o contato com o escrito e os vieses para sua utilização impregnaram a vida dos sujeitos nas práticas comerciais, na religiosidade, na administração da casa. Frisamos, assim, a importância do lugar assumido pela escrita na sociedade da época, proporcionando o funcionamento social. Não obstante o fato de a maioria da população não dominar a escrita de textos mais longos e de apenas pequena parcela escrever, sabendo, não raro, grafar apenas somente o nome, é fundamental destacarmos a desenvoltura das mulheres nas relações estabelecidas com o escrito. A apropriação e a recriação das narrativas legitimaram a existência social e assinalaram as trajetórias individuais. Constatamos as explicações, as determinações e a capacidade argumentativa das mulheres em vários documentos, ações que podemos entrever ao conhecermos aspectos particulares das histórias familiares.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Gostaríamos de mencionar certa particularidade no levantamento que realizamos. Identificamos um testamento feito em conjunto, isto é, um único documento elaborado por casal. Trata-se de outro modelo legal de testamento, mas que não era tão comum. Pelo que verificamos, o texto fora ditado pelo marido, João Pedro Lisboa, morador no Arraial de Santa Luzia, casado com Benta Ribeira. No ato de elaboração do documento, em 12 de junho de 1822, João Pedro curiosamente assina o documento, enquanto sua mulher o faz a rogo. Afirmamos curiosamente porque o testador alega não saber ler nem escrever e afirma que sua mulher somente “não sabe escrever” (MO/CBG/CPO/LT 44(63), fl. 59). Casos como esse nos obrigam a problematizar e ter ainda mais cuidado ao considerarmos a presença de assinatura como indicador das capacitações alfabéticas.

### 3.5 DA ESCRITA DOS HOMENS À ATUAÇÃO FEMININA

Lançamos breve olhar sobre os testamentos de homens para tentarmos perceber possíveis diferenças em relação aos textos das testadoras. Desse modo, escolhemos, de maneira aleatória, alguns documentos masculinos. A princípio, chamou-nos a atenção o fato de que, a despeito de vários homens assinarem o documento, muitos deles não sabem escrever.

Fator comum na escrita dos testamentos masculinos foi a nomeação da mulher como tutora dos filhos. Esse aspecto foi apontado por Morais (2009), para quem

[...] as fontes atestam que a capacidade das mulheres indicadas como tutoras em administrar os bens dos órfãos, característica marcante observada principalmente entre as esposas dos comerciantes, ou que de alguma forma participavam do mundo do comércio, mesmo asseverando não saber ler ou escrever [...]. (MORAIS, 2009, p. 233).

Em nossa investigação, não houve como identificar a ocupação majoritária dos homens que delegaram às mulheres a tutoria dos filhos, pois não processamos a consulta sistematizada dessa documentação. No entanto, nos casos selecionados, a nomeação das mulheres para tutoria dos filhos apareceu em recorrência.

Foi esse o caso do capitão Serafim Gonçalves Lima, morador no Arraial de Santa Luzia, casado com Ana Maria do Carmo, com quem teve sete filhos. Em testamento elaborado em 10 de dezembro de 1817, a respeito da tutoria de seus filhos, definiu: “Rogo em primeiro lugar a minha mulher, dona Ana Maria do Carmo, a quem nomeio por tutora e curadora de nossos filhos, por reconhecer nela para isso toda a capacidade, que queira também ser minha testamenteira” (MO/CBG/CPO/LT 78(6), fl. 106v).

Também Joaquim José de Santana, morador na Contagem das Abóboras, nascido e batizado na Freguesia de Congonhas do Campo, nomeou a mulher, Maria Francisca Marques de Jesus, com quem teve seis filhos, como tutora destes, “por conhecer nela toda a capacidade para bem reger governar e zelar as suas legítimas” (MO/CBG/CPO/LT 76(5), fls. 4-5v. Testamento registrado em 19 de novembro de 1819).

Do mesmo modo, Domingos José da Silva, viúvo de Maria Teresa da Costa e casado com Teodora Benta da Costa, em testamento lavrado em 22 de junho de 1820, afirmou: “[...] a dita minha mulher instituo por tutora dos ditos meus filhos, visto que estes são seus

sobrinhos e ter toda capacidade para os educar como tem feito até aqui [...]” (MO/CBG/CPO/LT 77(92), fl. 38v).

De maneira semelhante, o alferes Manuel Martins Pereira, casado com Márcia Cândida, em testamento elaborado em 26 de setembro de 1803, nomeou a mulher como tutora. Na ocasião da feitura do documento, ditou: “Nomeio por meus testamenteiros, em primeiro lugar ao capitão Francisco Manuel de Souza e, em segundo lugar, a dita minha mulher e a ela tutora da dita nossa filha, sem encargos alguns, por confiar na sua capacidade que é de tratá-la e educá-la como se deve” (APM-CMS, Livro 209, fls. 22-23v).<sup>17</sup>

Atestando a capacidade da esposa e indiciando o convívio desta com a escrita, também o alferes Lourenço de Oliveira, em testamento lavrado a 12 de julho de 1802, elegeu sua mulher, Ana Ferreira da Silva, como primeira testamenteira:

[...] porque sempre achei na dita minha mulher toda capacidade precisa para educar os nossos filhos, e zelar os bens que lhe pertencerem, por isso é de minha vontade instituir, nomear e declarar como instituo, nomeio e declaro a dita minha mulher por tutora, testamenteira, dos ditos meus filhos [...] Declaro que em poder da minha testamenteira há de ficar um livro por mim rubricado, com declaração das folhas, assim como uma carta fixada, para pelo dito livro e carta ela se reger, e de tudo quanto em um e outra se achar escrito por mim ou [?] da minha ordem com a minha rubrica terá o inteiro vigor, e quero se cumpra. (APM-CMS, Livro 209, fls. 50-51v).

No fim do ditado, o alferes reafirma a legitimidade da testamenteira (sua esposa) ao ordenar “[...] que jamais se contradiga *o exposto*, nem mesmo por meios judiciais [...]” (grifo nosso).

Buscamos o testamento de Ana Ferreira da Silva, feito em 1803, e constatamos que ela não sabia ler nem escrever, marcando o testamento com uma cruz (MO/CBG/CPO/LT 58(77), fls. 115v-117). Isso nos leva a supor que, independente da posse de tais habilidades, fica claro, em alguns casos, a convivência das mulheres com a escrita na administração dos bens e negócios. Mesmo sem ler ou escrever, tomariam conhecimento, por outros caminhos, dos conteúdos escritos. Enquanto gerenciadoras do patrimônio familiar – fosse por meio da leitura de oitiva, fosse pela escrita realizada por outras mãos –, acabaram por *ler e escrever*, com vistas a decidirem os rumos de suas vidas e, muitas vezes, de seus familiares, escravos e/ou conhecidos.

<sup>17</sup> As referências à documentação do acervo do Arquivo Público Mineiro são feitas no texto iniciando-se pela sigla APM, seguidas da do nome do *fundo* – Câmara Municipal de Sabará (CMS) – e dos números dos livros e respectivas folhas que foram objeto de consulta e/ou transcrição.

Objetivamos demonstrar com esses episódios é que, de uma maneira ou de outra, a despeito da capacitação alfabética, as mulheres exerceram papéis sociais que demandavam certos conhecimentos do contexto, das medidas a serem tomadas para bem gerir as legítimas dos filhos, assim como para encaminhá-los na formação necessária de acordo com seu sexo.

Como sabido, grosso modo, na sociedade colonial, aos homens, a princípio, seria oferecido o ensino das primeiras letras e às mulheres o das prendas domésticas. Posteriormente, aos meninos das camadas mais pobres e intermediárias talvez fosse ofertado o aprendizado de algum ofício mecânico e apenas aos filhos homens daquelas famílias com recursos poderia ser destinada a formação universitária. No caso dos órfãos, em especial das camadas populares, a educação era de preferência voltada para o trabalho e, eventualmente, estes poderiam ter acesso ao aprendizado da leitura, da escrita e do cálculo. A educação reservada às crianças diferia, assim, de acordo com o sexo e as condições socioeconômicas. Isso não significa que não houvesse exceções e que o aprendizado da leitura e escrita, por exemplo, não pudesse ocorrer para as meninas, muito embora essa realidade fosse mais rara.<sup>18</sup>

Tomemos como exemplo o caso de dona Quitéria Maria de Barros. Esta testadora casou-se com o capitão José Ribeiro de Carvalho na Vila de Sabará e, após ficar viúva, tornou-se tutora de seus filhos. À época do testamento de seu esposo, foram declarados seis filhos vivos frutos da união. Dois meninos: José, então com 12 anos, Manuel com 2 anos; e quatro meninas: Ana com 8 anos, Mariana com 7 anos, Bernarda de 5 anos e Joaquina de 3 anos. Seu marido, natural da Freguesia de Santo Adrião, Arcebispado de Braga, já havia sido casado, possivelmente em Portugal. Além do casal de filhos do primeiro casamento, José Ribeiro teve mais um filho, Antônio Ribeiro de Carvalho, com a parda Antônia Rangel de Abreu. Antônio, que vivia com o pai, fora instituído seu herdeiro aos 26 anos de idade. Em seu testamento, José Ribeiro, que ocupava considerável posição social em Sabará, nomeou sua esposa administradora dos bens e tutora dos filhos devido ao reconhecimento de sua “grande capacidade e inteireza” (MO/CBG/CPO/LT (31), fl. 257).

Esposa zelosa, boa mãe, cumpridora de seus deveres, dona Quitéria, após a morte de seu marido, cuidou das demandas da casa e das responsabilidades que lhes foram atribuídas. Pagou dívidas e serviços, comprou livros e joias para as suas filhas, artigos de vestuários para os filhos e contratou mestres particulares para os dois meninos. Preocupou-se em ensinar às filhas os bons costumes, além da costura, da leitura e da escrita, “tudo com educação e recato,

---

<sup>18</sup> Sobre a educação dos órfãos na comarca, ver: OLIVEIRA (2008).

e cuidado grande para no seu tempo dar a melhor arrumação de seus estados e com amor de mãe as sustentava, vestia e tratava nas suas enfermidades [...]” (MO/CBG/CPO/LT (31), fl. 257).

Com exceção de Bernarda, que não aprendeu a leitura e a escrita, podemos supor que dona Quitéria ensinou suas filhas a ler e a escrever no ambiente doméstico, pois não constam recibos de pagamentos de aulas particulares para as meninas. Quanto aos meninos, José, que possivelmente havia frequentado na infância as aulas de primeiras letras, permaneceu durante sete anos nos estudos da gramática latina e depois foi viver no Rio de Janeiro. Manuel aprendeu as primeiras letras em aulas particulares, como podemos verificar por meio da prestação de contas feita pela mãe.

Dona Quitéria teria sido mulher de significativa atuação na sociedade sabarense, pois fora eleita subpriora, em 21 de junho de 1761, no auto de posse da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na Vila de Sabará (PASSOS, 1940, p. 87-92). Por fim, verificamos a data de elaboração de seu testamento: em 24 de dezembro de 1808, ocasião em que declarou: “[...] assinei com o meu nome na forma que sempre costumei fazer” (MO/CBG/CPO/LT 66(-), fl. 31).

Constatamos, dessa forma, que na América portuguesa não era inusitada a preocupação das famílias com a educação de seus filhos, mesmo ocorrida no espaço doméstico. A propósito, ao analisar as formas de instrução e educação na Capitania de Minas Gerais, Fonseca afirma: “[...] foi relevante a atuação de professores particulares, principalmente de primeiras letras – mesmo depois da instituição de aulas régias – bem como dos mestres de ofícios mecânicos” (FONSECA, 2009, p. 111).

A partir dos indícios coletados nas fontes e as considerações de Fonseca, é correto pensar que os aprendizados relativos às primeiras letras, aos ofícios manuais e mecânicos e à gerência de bens e administração da vida social podem ser compreendidos como processos educativos relevantes na dinâmica social da época. É verdade que, em se tratando do aprendizado das primeiras letras, a autora se refere ao universo masculino, haja vista serem designadas às mulheres educação voltada para o bom desempenho das funções de mãe e esposa. Ressalvemos, no entanto, que as mulheres exerceram diferentes atividades, as quais exigiam os mais variados conhecimentos. Nesse sentido, como visto, não era de todo impossível que, no quadro da educação doméstica, ao público feminino se destinasse o ensino de primeiras letras, apesar de não ser prioridade na esfera privada, tampouco no espaço institucional (SILVA, 1981, p. 70).

Sobre essa matéria, Algranti esclarece que algumas meninas teriam a chance de aprender

[...] as primeiras letras em casa, na forma de instrução doméstica com seus irmãos e serem introduzidas no ensino da religião para poderem acompanhar os sermões e o culto católico. Uma outra opção era o ensino nos conventos e recolhimentos, que acolhiam meninas, muitas vezes muito pequenas, com o objetivo de dar-lhes uma instrução religiosa já diferenciada para a vocação futura. Entretanto, tais estabelecimentos não recusavam aquelas que desejavam apenas se educar, para quem a clausura seria apenas um estágio passageiro. (ALGRANTI, 1996, p. 259).

Do mesmo modo, destacamos a fundamental importância de outros aprendizados direcionados às mulheres no contexto colonial. Trata-se da educação profissional, muitas vezes aprendida no interior das casas. Cláudia Fernanda de Oliveira, ao estudar a inserção social feminina na Comarca, por meio do aprendizado dos ofícios manuais, explica-nos:

[...] mesmo que houvesse um papel constituído para as mulheres daquela época, esboçado em parte pelo discurso da Igreja Católica e em parte pelo pensamento iluminista, não podemos perder de vista que a educação feminina também teve outra finalidade, ainda pouco estudada, que é a formação profissional. (OLIVEIRA, 2008, p. 25).

De modo geral, as investigações sobre as atividades femininas nas Minas Gerais do Setecentos destacam as de mulheres ligadas ao comércio (FIGUEIREDO, 1993). Entretanto, no que tange à Comarca do Rio das Velhas, sem prejuízo dessas ocupações, consigne-se a existência de número expressivo de mulheres dedicadas aos ofícios manuais, tais como fiar, costurar e tecer (OLIVEIRA, 2008). Oliveira (2008) defende que o aprendizado dos ofícios manuais acarretou a preparação das órfãs para o mundo do trabalho, possibilitando sua inserção na sociedade, uma vez que essas atividades apresentavam dois objetivos bem definidos: a obtenção de renda e a preparação para o casamento.

Em síntese, diríamos que, fosse por meio dos ofícios manuais, pelo domínio dos códigos alfabéticos ou por ocuparem-se do gerenciamento dos negócios, as mulheres travaram contato com diferentes saberes, desenvolvendo habilidades *na* e *para* a resolução das demandas cotidianas, aprendizagens que, em muitos momentos, implicaram no convívio com práticas de escrita.

Considerando-se, portanto, essa diversidade de atividades realizadas pelas mulheres no cotidiano da colônia, julgamos importante apontar a existência de outras fontes que contribuem para o entendimento da utilização da escrita por esses atores sociais na realidade colonial, quais sejam: os testamentos e inventários de familiares (principalmente dos maridos)



e os requerimentos de provisão de tutela. Este gênero de documentos aqui considerados compõe o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Trata-se de solicitações por meio das quais as mulheres viúvas poderiam obter autorização para serem tutoras de seus filhos.

A esse respeito, Chequer esclarece:

As viúvas, ao contrário dos viúvos que eram naturalmente transformados em tutores quando do falecimento de suas mulheres, só poderiam exercer a tutoria com autorização dada no Juízo de Órfãos. Se a herança deixada pelo pai excedesse a quantia de 60\$000, a tutoria da mãe precisava ser ainda confirmada ou autorizada pelo rei de Portugal, via Conselho Ultramarino. (CHEQUER, 2002, p. 66).

Especificamente sobre os requerimentos de provisão de tutela respeitantes à Comarca do Rio das Velhas, acrescenta:

[...] com exceção dos anos de 50, os pedidos de provisão de tutela da Comarca do Rio das Velhas foram sempre em número superior aos das demais comarcas. A oferta de diferentes ocupações econômicas pode ter possibilitado às viúvas da região de Sabará uma participação mais ativa na economia local, lembrando que a população feminina era aí maior do que nas demais regiões, pode-se imaginar o quão importante foi sua participação no cotidiano da comunidade. (CHEQUER, 2002, p. 70).

Podemos imaginar, da mesma maneira, quão intensa foi a utilização da escrita, pelas mulheres nesse contexto, uma vez que esses documentos deveriam ser ditados com a intenção de confirmar a idoneidade e a capacidade dessas mulheres na gestão e tutoria de bens e pessoas.

### **3.6 OUTROS ESCRITOS, DIFERENTES CAMINHOS**

Nos idos de 1784, dona Teresa de Jesus, viúva do tenente Francisco de Sá Mourão, solicitou à rainha “a mercê de lhe conceder a tutela de seus filhos e administração de seus bens”. Declarou, igualmente, que “viveu com seu marido sempre portas adentro unidos em boa sociedade”, de acordo com os preceitos morais e ensinamentos religiosos da época. Em termos:

Diz dona Teresa de Jesus, viúva que ficou do tenente José Francisco de Sá Mourão, da Freguesia de Ouro Preto de Vila Rica, Minas Gerais, que se achando em idade de trinta e cinco anos, com capacidade suficiente para administrar as pessoas, e bens de seus filhos órfãos, que lhe ficaram do mesmo defunto seu marido, e conservando-se no estado de viúva honesta

deseja empregar-se na administração, porque concorre na (*sic*) as qualidades necessárias, como mostra pelo instrumento dessa justificação que oferece resposta no mesmo instrumento do doutor curador. (AHU/CU/Brasil/Minas Gerais, Caixa 122, doc. 33).<sup>19</sup>

O referido requerimento é parte integrante do testamento de seu marido, no qual se encontra também a declaração de uma testemunha afirmando que dona Teresa de Jesus possuía grande capacidade de administração, pois sempre fizera a “escrita do casal”.

Muito embora seja clara a existência de um discurso educativo “oficial” com vistas à preparação da mulher para as funções de mãe e esposa, percebemos que algumas mulheres exerceram atividades muito mais abrangentes. Ao travarem contato com a escrita, essas mulheres ampliaram seus círculos de convívio e de atuação, como sua presença decisiva na administração da indústria doméstica, e, assim, redefiniram os caminhos do viver em colônia e da própria estrutura colonial.

Com o intuito de se compreender essa atuação, é preciso reforçar que as formas de leitura e escrita assumiram dimensões diferenciadas naquele contexto. Como nos esclarecem Ana Maria de Oliveira Galvão e Eliana Marta Teixeira Lopes, “as relações e mediações ocorridas entre indivíduos e grupos sociais e o mundo da cultura escrita são muito mais complexas”, são esboçadas em quadros diferenciados. Grupos inscritos em tradições marcadas pela oralidade, muitas vezes, desenvolvem táticas diferentes daquelas utilizadas por grupos naturalmente vinculados ao mundo letrado (GALVÃO; LOPES, 2001, p. 370).

Fonseca auxilia-nos a entender os critérios de definição de relações dos sujeitos com a escrita, especialmente na Colônia. Partindo de análise desenvolvida por Júnia Ferreira Furtado, aprofunda a reflexão e amplia a compreensão sobre o tema:

Júnia Ferreira Furtado chamou a atenção para o fato de que o domínio da linguagem escrita não servia, apenas, como instrumento de poder numa sociedade preconceituosa em relação aos trabalhos manuais. Entre os comerciantes, o conhecimento da escrita e da leitura era ainda mais importante para o exercício de suas atividades, considerando-se a possibilidade de um nível elevado de letramento nesse grupo. O indicativo utilizado é um pouco precário – a capacidade de assinar o nome – mas pode ser combinado a outros, como a posse de livros, frequente entre os comerciantes, e a preocupação recorrente com a educação dos filhos, na

---

<sup>19</sup> Testamento de Francisco de Sá Mourão. As referências à documentação do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa são feitas no texto iniciando-se pela sigla AHU, seguidas da do nome do *fundo* – Conselho Ultramarino (CU), da *série* – Brasil –, da capitania pertinente – Minas Gerais – e dos números das caixas e dos documentos nessas depositados, objeto de consulta e análise. Em trabalho anterior já havia discutido exemplos aqui utilizados, como os de dona Quitéria Maria e dona Teresa de Jesus. Cf. VARTULI (2011).

aprendizagem da leitura e da escrita, principalmente. Tudo isso permite fazer aquela afirmação de maneira mais segura. (FONSECA, 2008, p. 7).

Com base nesses esclarecimentos, podemos pensar as ações femininas associadas à escrita a partir de outro prisma, buscando historicizar as práticas daí decorrentes. Ressaltamos, também, o fato de que, no período em questão, “a escritura comercial encerrava um código linguístico próprio” (FURTADO, 2005, p. 137). Assim, torna-se indispensável relativizar a definição do uso e do emprego dessa escrita, tomando como referência sua constituição temporal e, da mesma maneira, seus objetivos. No caso dos critérios acima mencionados, a história de dona Teresa é emblemática. A documentação consultada traz a lista dos bens do casal e, igualmente, conta com a assinatura da viúva no requerimento feito à rainha, solicitando provisão de tutela.

Também Eugênia Gomes de Macedo, em dezembro de 1776, solicitou provisão “para tutelar pessoas e bens de seus filhos”, em documento assinado pela solicitante e por testemunhas:

Diz Eugênia Gomes Macedo, viúva de Antônio Correa Rego, moradora no Arraial de São Miguel, termo da Vila Nova da Rainha, Comarca do Rio das Velhas, que pela justificação mostra legalmente provadas todas as circunstâncias precisas para poder ser tutora [...] e administradora das pessoas e bens do mesmo, cuja justificação foi feita com aprovação dos autos que era dos referidos menores e jurados que se lhes nomeou por cujos motivos administradora das pessoas e bens dos ditos menores [...] provisão para que administração destes com as dos bens lhe entregue e suspeite não dúvidas sujeitas de pelos seus próprios *meios* sustenta aos ditos menores aonde não chegarem os bens destes. (AHU/CU/Brasil/Minas Gerais, Caixa 109, doc. 57, grifo nosso).

A argumentação de sustento dos filhos tem a intenção de convencer da competência e capacidade da solicitante para criar os menores e, ao mesmo tempo, da necessidade de se obter a provisão para tutelá-los. Com base na realidade exposta pela narradora, é possível perceber a utilização da escrita, de maneira consciente e persuasiva, com vistas à obtenção do desejado.

Com igual objetivo e determinada a comprovar sua honra e virtude, em fevereiro de 1777, Genoveva Maurícia de Jesus também argumentou para conseguir obter a provisão de tutela:

Diz Genoveva Maurícia de Jesus, viúva que ficou de José Ferreira Lopes [...] se tem conferido no estado de viúva com todo o recato, honra e virtude sem que seja o mais procedimento [...] lhe ficaram por morte de seu marido, três filhos varões, três filhas gêmeas, todos menores de vinte e cinco anos, os

quais todos conserva em sua companhia, educando-os e ensinando-os, como fazem as mulheres honradas de sua qualidade. (AHU/CU/Brasil/Minas Gerais, Caixa 111, doc. 14).

Novamente honra e recato alimentaram o texto e, do mesmo modo, os argumentos com pretensão de demonstrar o zelo de Genoveva para com os filhos. A narrativa seguiu o modelo descortinador do padrão ideal de mulher apregoado pela moral cristã. Se, por um lado, o texto revela os valores vigentes de uma época, por outro, sua exteriorização e materialização na redação descortinam especificidades vivenciadas pelo sujeito enunciador. Verificamos, assim, que pelas vias institucionais as mulheres se utilizaram da escrita para resolver demandas de natureza diversa e, em paralelo, endossar e cristalizar uma imagem de si que queriam explicitar.

Esses usos ocorreram em diferentes regiões da Capitania, como, por exemplo, no caso de dona Ana Joaquina de Sousa Osório, viúva de Silvério Anacleto Vilar, moradora em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Arrazoou a solicitante que:

[...] do dito seu marido lhe ficaram seis filhos, quatro machos e duas fêmeas [...] todos de legítimo matrimônio e menores de 25 e 14 anos [...] educando-os e criando-os como boa mãe; pois se conserva, por causa do muito amor que lhe tem, no estado de viúva, sem que queira tomar outro, vivendo [?] honestamente com louvor do procedimento, porque pretende ser tutora e curadora dos ditos seus filhos, obrigando-se a alimentá-los, ainda pelos bens de sua meação, não chegando o rendimento das legítimas dos mesmos, para o que necessita de provisão, portanto. (AHU/CU/Brasil/Minas Gerais, Caixa 111, doc. 12).

Mesmo dentro de padrão específico de escrita, no caso dos requerimentos de provisão de tutela, as mulheres variavam os argumentos, expressando particularidades de suas vidas e supostas qualidades credenciadoras para tutelarem os filhos. Contando suas histórias e descrevendo suposto comportamento no presente e para futuro, argumentaram no sentido de destacar valores fundamentais daquela sociedade. Por vezes, os textos escapavam ao formato mais rígido e o extrapolavam em forma e conteúdo.

Foi este o caso de dona Maria do Nascimento, moradora na Comarca do Rio das Mortes, que solicitou, em 17 de janeiro de 1775, permissão para poder continuar na administração dos bens, apesar das conjeturadas “maledicências” ditas a seu respeito, como verificamos no seguinte trecho:

Diz dona Maria do Nascimento, da Comarca do Rio das Mortes, Campanha do Rio Verde, (*sic*) que se enviuvando de seu primeiro marido, Dionísio da Fonseca, de cujo matrimônio lhe ficaram dez filhos [...] ficou também na casa um administrador de suas fazendas, e passados anos, entrou o vulgo em

murmuração ofensiva da honra da suplicante, pelo motivo de ela assistir pessoalmente a todo o serviço, expedindo as ordens e direções necessárias para a sua execução, enviando-lhe [?] que assim se achava ainda que injustamente denegrada a sua fama e crédito. Com pareceres de pessoas pias, houve por menos mal casar com o sobredito, para por este meio reparar a quebra de sua reputação, mas por modo tão oculto que suposto se presume não se lhe pode provar e por essa razão o juiz dos órfãos não tem procedido na forma da lei o segundo inventário. (AHU/CU/Brasil/Minas Gerais, Caixa 108, doc. 1).

O texto expõe a situação de dona Maria do Nascimento apresenta-se longo. Nele, a solicitante invoca razões no sentido de demonstrar como se encontra dedicada à gestão dos negócios, quais sejam, “entre outros serviços de minerar, um de água chamada Santa Rita, em que tem continuado com cento e tantos escravos [...]”, fator que propiciava o aumento do patrimônio familiar, pagando inteiramente suas dívidas “sem incômodo no que muito interessa o Erário Real, por ser a lavra rica e ninguém mais a poder dispor para desfrutá-la, como bem reconhecem os ditos órfãos [...] a suplicante em benefício dos ditos filhos deseja aumentar em cabedais e do dito interesse público [...]” (AHU/CU/Brasil/Minas Gerais, Caixa 108, doc. 1).

Argumentos contundentes são empregados, portanto, na construção de texto rico em detalhes, tanto da vida da narradora quanto dos aspectos respeitantes à sociedade da época. Na medida em que tenta persuadir, a narrativa acaba por se configurar como inventário das atividades e, por conseguinte, do papel social que a solicitante dizia desempenhar.

Narrando sobre os sentimentos, os envolvimento afetivos ou as relações de poder, as testadoras “conceberam” textos diferenciados, nos quais as marcas de autoria traduziram subjetividades mescladas aos traços do cenário social. Alicerçadas nas experiências sociais, ao escreverem por intermediários, colocaram, na folha em branco, memórias e expectativas. Verbalizaram e perenizaram aspectos de suas vivências. São as análises dessas composições escritas, elaboradas pelas testadoras iletradas, que apresentaremos no próximo capítulo.

## 4 SENTIMENTOS, LIBERDADE E PODER NOS REGISTROS CARTORÁRIOS

### 4.1 PELO MUITO AMOR QUE LHE TENHO: CRIAS E ENJEITADOS NA REDAÇÃO DOS TESTAMENTOS

Na casa de Maria do Nascimento Vieira, situada na Freguesia do Sabará, a escrava Rosa trabalhava. A morada, que ficava no sítio do córrego do Tamanduá, “com suas casas de vivenda de telhas,” possuía engenho de cana com alambique de destilar aguardente e uma caldeira de duas talas. Lá, Rosa torrava farinha de mandioca e via crescer seu filho, Francisco, *cria* da casa, em meio ao pasto com os quatro bois e o cavalo de seus proprietários. Rosa, que havia começado a pagar pela alforria do filho, esperava vê-lo livre do cativeiro. Sua senhora e proprietária, Maria do Nascimento, sempre vivera na dita freguesia, era casada com Antônio de Sousa Pereira e não tivera filhos. Para honrar a dívida com a mãe de Francisco, determinou em testamento que, após seu falecimento, o referido escravo fosse coartado, desde que servisse ao seu marido e fizesse por merecer a liberdade, matéria a ser julgada por Antônio de Sousa. Quando da feitura do documento, em 30 de agosto de 1781, Maria do Nascimento afirmou:

Declaro que o crioulo Francisco, depois que eu falecer, ficando por herdeiro meu marido, há de se abater [o] que lhe devo por um crédito e, se ele merecer, meu herdeiro o coartará pelo que ele valer, ficando em conta o dito crédito que eu devo à mãe do dito [...] por falecimento do meu herdeiro que antes disso lhe há de servir como seu escravo que sempre o foi. (MO/CBG/CPO/LT 51(70), fls. 111v).

Ao ditar o testamento, a senhora de Francisco utiliza-se da escrita para honrar a dívida, fator corriqueiro no momento da elaboração desse documento. No entanto, mais do que pagá-la, a testadora demonstra em seu discurso a capacidade de condicionar a alforria ao merecimento do escravo. A presença desse tipo de argumentação e exigência nos textos testamentais também não era incomum. Na sociedade mineira setecentista praticavam-se coartações, alforrias condicionais, bem como a concessão de liberdade aos filhos de cativas nascidos na casa do proprietário, denominados, por isso, de *crias*. Tais aspectos determinam o conteúdo da redação, as funções e as formas de utilização da escrita: certo estilo ao elaborar o texto.

Disposição, condicionamento/justificativa e “resultados” (ou hipóteses) sobre a determinação feita compõem a triangulação que encaminha e tonaliza as funções da narrativa

escrita. A redação do texto de Maria do Nascimento demonstra o conhecimento de prática relacionada ao universo escravista e a utilização da escrita para explicar as motivações e as possíveis consequências de seus atos. Atitudes como descrever e precisar como se dariam as liberdades das *crias*, por exemplo, trazem à tona práticas mais íntimas guardadas em relacionamentos microscópicos, domésticos, e que muitas vezes são ofuscadas pelas explicações sistêmicas da história.

Mary del Priore havia afirmado que os testamentos, enquanto componentes dos ritos da vida privada, a despeito de todas evidentes, “exprimem também os vínculos com a parentela e os agregados [...] com o grupo social e o papel que tinha o moribundo no seio de sua comunidade” (DEL PRIORE, 1997, p. 319-320). Na escrita dessas experiências, princípios morais e religiosos, que conformam um imaginário, mesclam-se às vivências diárias e específicas que, se também desse imaginário fazem parte, apresentam características que lhes são particulares. Esses registros encontram-se apoiados nas ocorrências familiares diárias, no desenrolar das relações sociais, nas transações comerciais, por fim, no contexto *extraverbal*. Do mesmo modo, pautam-se nos sentimentos estabelecidos entre os sujeitos. As características escriturais denotam determinações que descortinam o conhecimento não apenas das lógicas de funcionamento da sociedade, mas das maneiras como esse funcionamento deveria ser relatado, documentado e “guardado”, num *espaço interno de comunicação*.

Ao “escrever: o “herdeiro meu marido, há de se abater”, do escravo Francisco, “o que lhe devo por um crédito” e somente “se ele merecer meu herdeiro o coartará”, Maria do Nascimento narra a aquisição da dívida com a escrava Rosa e, na sequência, dispõe sobre como lidar com a situação de Francisco. Assim, pela oralidade, “escreve” os pontos de referência de sua relação com os escravos, tanto no que respeita a episódios passados quanto ao que irá acontecer. Nessa perspectiva, *fala* sobre o crédito que Rosa possuía com ela, bem como da necessidade e do desejo de que Francisco servisse ao seu herdeiro de forma adequada para, posteriormente, ser alforriado. Trata-se da narração de acontecimentos pessoais ancorados em marcas sociais, sendo que ambos, porque conectados e simultâneos, estruturam a memória coletiva.

O texto apresenta-se, portanto, conectado ao social ao mesmo tempo que remete a individualizações. A proprietária de Rosa, possuidora de outros escravos, “Francisco crioulo, Cristóvão angola, Miguel, Manuel, Francisco congo e Josefa”, acreditou ser indispensável registrar em seu testamento as disposições referentes à coartação desta última, também

deixada ao marido e herdeiro. A esse respeito afirmou: “Declaro que a negra Josefa também passo a meu marido, que por sua morte a *corte* dando tempo para procurar o seu valor.” No entanto, no caso do escravo Francisco, utilizou-se da escrita para alforriá-lo de forma condicionada, detalhando suas disposições, não o fazendo ao se referir a Josefa. Revelou, assim, a construção de uma memória sobre o acontecimento, a aquisição da dívida com Rosa, e de uma identidade social no relativa às decisões da vida familiar: legado dos bens e coações. Maria do Nascimento encerrou o testamento com seu sinal costumado com “próprio punho fazendo uma cruz”. Apesar de não saber escrever, relatou determinações diferenciadas, compondo um documento nuançado, autônomo e único. Lidando com desenvoltura no registro de suas decisões, utilizou-se socialmente da escrita na produção de seu texto.

Neste capítulo, nos propomos a analisar os usos sociais da escrita feitos por mulheres, a partir da transcrição de partes de textos testamentais. Para tanto, o dividimos em três momentos que se interligam. Primeiramente, analisamos documentos em que há menção às *crias* e enjeitados. Em seguida, elegemos aqueles que fazem alusão às *cartas de alforria*. Por último, elencamos textos a partir da existência de um conjunto de expressões interpenetradas, quais sejam: *cativo/escravo*, *alforria*, *forro* e *liberto*. Esses termos foram selecionados como *fiões condutores* da escrita devido à sua historicidade e à recorrência nos documentos. Como explicamos no Capítulo 1, buscamos, desse modo, identificar *marcas de autoria* presentes nas redações testamentais que tiveram origem na *enunção* das testadoras.

O registro das disposições referentes às expressões selecionadas remete a uma escrita específica da sociedade escravista no contexto estudado, possibilitando, como dito, a análise dos usos sociais da escrita. Frisamos, porém, que, muito embora tenhamos feito a escolha dos *fiões condutores*, a eles não ficamos presos, dando azo à interpretação de outras matérias contidas nas narrativas. Orientados todo o tempo pelo instrumental metodológico apresentado no Capítulo 1 e pelas reflexões teóricas expostas no Capítulo 2, ressaltamos, sempre que possível, questões discutidas pelos autores consultados. Nessa perspectiva, tentamos destacar, dentre outros aspectos, o *conhecimento* e a *avaliação* do enunciador acerca do *horizonte comunicacional* dos interlocutores, do *contexto extraverbal* e as *vozes sociais* presentes no *espaço externo* de comunicação, isto é, elementos constantes do quadro de *enunção*, elaborado com base nas teorizações de Bakhtin.

Constantemente, nos trechos transcritos, características da vida social dessas testadoras emergem com vigor, tornando-se inevitável tecer reflexões sobre alguns pontos,



dado que dialogamos com parte da produção historiográfica dedicada à análise da sociedade colonial. Ainda assim, cabe lembrar: nosso foco analítico é o uso social da escrita, o qual teve sua gênese na prática de ditar, entendida, aqui, como caminho para a elaboração dos textos.

A fluência em lidar e ditar temáticas do cotidiano, referindo-se à *cria*, pode ser identificada, igualmente, no testamento de dona Teresa Andrada Soto Maior, elaborado em 19 de outubro de 1793, quando determinou que, ao morrer, seu corpo fosse amortalhado no hábito da Arquiconfraria de São Francisco, à qual pretendia aderir. Viúva e proprietária de “casas de telhas no arraial” e de outros pertences, a testadora, além de ter dívidas a honrar, “assinou” o documento em cruz e declarou que não sabia ler nem escrever. Entretanto, demonstrou desenvoltura ao ditar suas disposições e ao utilizar a redação do testamento de maneira dinâmica, referindo-se aos seus bens e aos sentimentos que dizia cultivar por determinada ex-escrava, Faustina, *cria* em sua casa. Com essa intenção, declarou:

*Possuo* escravos e umas lavras na vizinhança do Arraial de São Gonçalo do Caeté aonde tem minha situação, o qual consta de títulos que tenho: as dou pelo amor de Deus à crioula Faustina, que foi minha escrava, cria e é hoje forra, e aos mais escravos que coartei para que morem na dita situação, trabalhem nas ditas lavras, unidos em boa paz como suas que ficam. (MO/CBG/CPO/LT 37(55), fl. 167, grifo nosso).

A descrição de seu sentimento pela ex-escrava apresenta elementos da religiosidade, *vozes sociais* informantes da *enunciação*, como a afirmativa “pelo amor de Deus,” que denota a devoção religiosa e a virtude da compaixão pela “crioula Faustina”. Além dessa característica, recorrente nos testamentos, a narrativa da testadora demonstra organicidade e lógica. Inicialmente, dona Teresa descreve a situação desta ex-escrava, justificando sua “doação”, pois em ordem de importância do lugar ocupado pelos ex-escravos, relata o fato de Faustina ter sido não apenas escrava, mas *cria*, sendo, naquela altura, forra. Somente depois, como se desejasse diminuir a importância dos outros escravos, dispõe acerca do que também virá a lhes pertencer, ou seja, as “lavras na vizinhança do Arraial de São Gonçalo aonde tem minha situação”.

A rememoração da condição de *cria* da ex-escrava Faustina acaba por formatar o texto de maneira particular, com base no sentimento e no lugar social (de ex-proprietária) ocupado pela testadora no momento em que dita. Sobre o caráter rememorativo dos textos, recorrendo a Ecléa Bosi, Lilian de Lacerda explica-nos:

[...] o narrador não busca recuar do presente para reviver, tal como se deram, os acontecimentos vividos. Rememorar é uma atividade orientada pela atualidade, determinada pelo lugar social, referenciada pela gama de

significados do imaginário social de um grupo, alimentada pelo relicário da vida pessoal, limitada pelas margens da própria atividade da escrita de quem registra e depende do trabalho de uso dessa memória individual e social. (LACERDA, 2003, p. 59-60).

A lembrança de dona Teresa da ex-escrava Faustina como *cria* não se deu de maneira “completa”, de forma a remontar o passado tal qual ele era. Memórias não são espelhos da realidade, mas reconstruções elaboradas a partir dela. As recordações são sempre fragmentadas, compõem-se de estilhaços do vivido, das seleções e escolhas feitas por quem narra, pelos sujeitos autores das lembranças. Esses “sujeitos-autores” lançam o olhar para o passado, mas alicerçados em novas bases, em experiências presentes, particulares. Daí decorre o entendimento de que as lembranças apresentam caráter subjetivo, mesmo compartilhadas coletivamente e reconstruídas a partir, inclusive, de elementos pertencentes a uma memória coletiva. Os discursos sociais estão a todo tempo presentes e, como nos explica Bakhtin, mesclam-se à experiência do sujeito que, ao enunciar, encontra-se numa relação dialética. Por isso, as escrituras são diferenciadas, isto é, os registros da memória ou suas “composições” textuais também apresentam aspectos individualizantes e individualizados, ainda que formatados por certos padrões discursivos.

Diferente foi também a narrativa de Maria de Sousa Nascimento sobre suas *crias*. Essa testadora nascera na Vila de Sabará, era filha natural de Antônio de Sousa Pinto e de Rosa Maria de Sousa, viúva de Domingos Rodrigues e mãe de dez filhos. O testamento, assinado em cruz, fora elaborado na fazenda Boa Vista, em 6 de outubro de 1776, quando Maria ordenou que seu corpo morto fosse envolto no hábito da Arquiconfraria de São Francisco, “[...] onde tinha vontade de entrar por irmã e professor, pagando esmola que for junta e pretendo fazer [...]” (MO/CBG/CPO/LT 39(58), fls. 91-95).

Ao ditar as disposições, asseverou: “[...] quando por algum incidente eu não consiga entrar na dita irmandade então serei sepultada na minha matriz em hábito de São Francisco, bem entendido que é na Igreja de Santo Antônio da Roça Grande”. Notemos que a testadora utiliza-se da redação do testamento para explicar minuciosamente onde desejava ser enterrada. Para evitar quaisquer enganos, argumenta no sentido de deixar “bem entendido” que o lugar correto para o sepultamento era a Igreja de Santo Antônio da Roça Grande, denotando a consciência de que o almejado, isto é, a entrada na Irmandade de São Francisco poderia não se concretizar. Precisou, então, empregar *recursos verbais* para explicar como deveria ser realizado o sepultamento. Certamente o redator escreveu de maneira a reforçar

essa determinação, mas, muito provavelmente, o fez pelo fato de a narradora do texto ter enfatizado tal aspecto. No desenrolar do ditado afirmou possuir:

[...] [Um] sítio e seus pertences, de alguns [matos], ainda que muito poucos, casas de vivenda coberta de telhas, senzala e paiol coberto de capim e engenho de mandioca já danificado e uma capoeira junto ao Rio das Velhas [...] mais escravos seguintes: Gonçalo, crioulo; Francisco, crioulo; Jorge, crioulo; Domingos Benguela; Antônio Mina; Joaquim Benguela; João da mesma nação; Rita crioula; Sebastiana crioula; Caetana crioula; Vitoriana crioula; Francisca parda; Joaquina parda, filha da dita; Francisco e João pardos, filhos da mesma; Rosa aleijada, filha da dita crioula Sebastiana. (MO/CBG/CPO/LT 39(58), fl. 92v).

A testadora consegue precisar os nomes de todos seus escravos, de onde provinham e de quem eram filhos. Constrói, desse modo, narrativa detalhada, mencionando, por exemplo, o fato da filha da crioula Sebastiana ser aleijada. Demonstra ter *conhecimento* do plantel que possuía, fator, talvez, devido à administração de sua propriedade, porquanto era viúva. Ainda que tivesse dez filhos, os quais poderiam se dedicar aos negócios familiares, Maria de Sousa narra pormenores acerca das posses e finanças da família e como deveriam ser encaminhadas. Mesmo sem saber escrever, pois marca o testamento com uma cruz, Maria do Nascimento deixa transparecer com sua narrativa o domínio da administração da casa, construindo texto preciso e coeso. Ao nomear cada escravo e não apenas quantificá-los, reforça a propriedade de seus bens e utiliza-se da escrita de modo a reafirmar o senhorio sobre os mesmos. Dando sequência às suas disposições, afirma:

[...] a meu filho Guilherme dei por conta de sua legítima paterna uma crioula por nome Teresa e a meu filho Joaquim um pardo por nome Manuel, sendo este ainda de menor idade, também por conta de sua legítima paterna, e a minha filha, senhorinha Maria, se juntou oito mil e quatrocentos; e a meu filho Sebastião quarenta e duas oitavas. Declaro que uma mulata, por nome Joana, deixou o falecido meu marido tomando [?] na sua terça para me servir e as suas filhas, Maria e Ana, até estas se casarem e que casadas ele lhe passe assim sua carta de liberdade, e por isso as ditas minhas filhas, visto se não terem ainda até o presente casado, farão a dita mulata Joana o benefício que muito quiserem e lhes parecer [...]. (MO/CBG/CPO/LT 39(58), fls. 92v-93).

Com suas determinações, a testadora define o destino dos cativos e deixa entrever na narrativa as negociações e decisões realizadas, tomando-se os escravos efetivamente como mercadorias a serem legadas. Explica com clareza as disposições de seu falecido marido, regressando aos legados que ele lhe conferira. O texto produzido cumpre, nesse trecho, a finalidade de recuperar acontecimentos e resoluções. Nesse sentido, esclarece como tinha procedido em relação às legítimas dos filhos, expondo, assim, um pouco da história familiar.

Em seu ditado, a testadora atribui às filhas autonomia para que procedam da maneira que julgarem melhor com relação ao destino da cativa Joana. Este último aspecto é denotativo do poder da escrita do testamento de Maria de Sousa, pois essa disposição acaba por desfazer determinações de seu falecido marido. Declara também que,

[...] por reconhecer que uma parda minha escrava por nome Maria Vitória, filha da dita parda Joana, é minha sobrinha, por ser filha de meu irmão João da Costa, é minha vontade que fique liberta, para o que a tome na minha terça, com a obrigação do dito seu pai mandar dizer oitenta missas de esmolas de meia oitava por minha alma ou ainda a dita parda e com apresentação da certidão [...] peço e rogo muito de [fazer] a meus filhos e herdeiros que se haver quem queira libertar e a alguns dos pardos ou pardos que forem crias de minha casa, dando a seu justo valor, que lhes convenham em lhes fazer esta equidade [...] pelo amor [?] que lhes tenho, os desejos ver a todos bem amparados. (MO/CBG/CPO/LT 39(58), fl. 93).

Aqui, torna-se importante destacar que o reconhecimento do parentesco com a parda Maria Vitória concede certa singularidade ao texto. Maria não reafirma disposições do marido, mesmo em parte modificadas, mas revela que tomou suas decisões a partir de determinado *conhecimento*. É possível que o nascimento da cativa ou a revelação de tal parentesco tenha se dado apenas após a morte do marido da testadora. De qualquer modo, a percepção da realidade acabou por *orientar* e *instituir* a redação de seu texto. Redação, aliás, que, para ser construída, extrapolou o mero relato de informações adquiridas pela testadora e demandou a capacidade de *avaliar*, a partir da posse dessa informação, a atitude a ser tomada, para mais tarde ser firmada no papel.

Em relação às *crias* da casa, a testadora pede e roga aos herdeiros que, desejando libertá-las, assim o façam, dado o amor que lhes declarava sentir. Numa primeira leitura, temos a impressão, por meio da escrita do testamento, que Maria de Sousa atribui autonomia aos herdeiros para agirem como melhor julgassem. No entanto, na sequência da frase, alerta sobre o amor declarado pelas *crias*, como se buscasse com seu argumento convencer do quanto apreciaria caso “alguém” proporcionasse a elas a liberdade. Benevolência que a testadora gostaria apenas de demonstrar com sua narrativa? Talvez. Se sua intenção era conferir a liberdade às *crias*, por que não o fez? Contudo, se, por um lado, Maria não as liberta, por outro, da maneira como constrói a narrativa, deixou as portas abertas para que isso ocorresse. Ao mencionar a libertação das *crias* por quantia justa, coloca a manumissão enquanto uma *equidade*, podendo ser realizada por outros, a partir da autorização dos herdeiros. Maria de Sousa atribuiu, assim, valorização à liberdade, considerando-a como

respeito à igualdade de direitos que *crias* e outros cativos teriam. Por fim, a testadora dispõe sobre as dívidas e créditos, ou seja, matéria costumeira dos testamentos:

Declaro que as dívidas que devo constam de créditos e obrigações; porém sem embargo disso, se aparecer alguma pessoa bem conceituada que diga que lhe devo alguma coisa, sendo até a quantia de dez oitavas meus testamenteiros, sem mais contenda e justiça e só com juramento da dita pessoa lhe satisfará; e ao meu testamenteiro deixo uma carta fixada para, debaixo de segredo natural, me cumprir o determinado nela, sem ser obrigado a declarar o seu contexto e só assim o jurar que cumprir o que lhe determinei. (MO/CBG/CPO/LT 39(58), fl. 93v).

Nesse trecho, o papel assumido pela oralidade na sociedade colonial aparece em destaque. Por um lado, com sua narrativa, Maria de Sousa, além de registrar dívidas – as quais, muitas vezes, se firmavam apenas pelo empenho da palavra –, ressalta o valor que a palavra de pessoa “bem conceituada” poderia ter, independentemente da existência de anotações ou apontamentos. Por outro, no entanto, ao estipular o limite do valor a que chegaria alguma dívida da qual porventura não se lembrasse, demonstra ter conhecimento do máximo contraído em empréstimo, utilizando-se da escrita de maneira a confirmar esse *entendimento* e se preservar de futuras cobranças não correspondentes à realidade, mesmo que alguém alegasse o contrário. Em igual medida, na elaboração do texto, revela-nos certo convívio com escriturações, ao afirmar que deixava ao testamenteiro “uma carta fixada” para cumprir, “debaixo de segredo natural”, as disposições.

A menção às *crias* nesse testamento mostrou-se breve e serviu-nos apenas como guia para localizarmos o documento e, junto a ele, outras informações bastante ricas sobre os sentidos e finalidades da escrita. Esse *fio condutor* da narrativa abriu-nos janelas para conhecer o registro de memórias familiares, a autonomia concedida aos herdeiros, as alforrias e o agenciamento dos negócios. Fatores que descortinam motivações para se escrever. Todavia, cabe destacar que, se as palavras sobre as *crias* foram, nesse caso, econômicas, a alusão aos sentimentos que Maria de Sousa dizia ter pelas mesmas configurou-se como recorrência nos textos testamentais.

As *crias* foram mencionadas por diferentes testadoras, mas também diferentes foram as maneiras como “escreveram” sobre elas. Francisca Gomes Pereira, natural de Santa Luzia, filha legítima de Francisco Gomes e de Antônia Pereira Baião, ao ditar seu testamento, em janeiro de 1803, dizendo não saber ler nem escrever, estabelece:

Declaro que sou senhora e possuidora de um moleque digo de um mulatinho por nome José e de um crioulo por nome Manuel, ambos filhos de duas

escravas minhas, os quais ambos por serem minhas crias e pelo amor que lhes tenho os deixo forros e libertos e sendo necessário meu testamenteiro lhe passará a cada um sua carta de liberdade. (MO/CBG/CPO/LT 58(77), fl. 7).

A escrita, uma vez mais, “serviu” para a legitimação das alforrias das *crias* e, ao mesmo tempo, para a demonstração dos afetos que as testadoras diziam possuir por elas. Não estamos, é claro, afirmando que as alforrias, em suas diferentes modalidades, são frutos tão somente das concessões generosas e amorosas de seus senhores para com os escravos. Como nos mostra a historiografia, os cativos e forros foram protagonistas de sua história e construíram estratégias de resistência e de negociação relativas às vivências e atuações no cenário social.<sup>1</sup> Porém, a recorrência nos textos analisados de dizeres que pretendem revelar as supostas relações estabelecidas entre senhores e escravos, principalmente entre proprietárias e cativos ou ex-cativos, instiga-nos a problematizar acerca da necessidade e das formas como se efetuaram os registros dessas convivências.

Francisca Gomes, enquanto possuidora do “mulatinho” José e de “um crioulo por nome Manuel”, desejou *explicar* a origem de ambos e o motivo do amor que lhes dizia ter. Justificou as alforrias “escrevendo” acerca da convivência mantida com José e Manuel, deixando marcado e perenizado o que afirmava sentir e porque sentia. Seu texto, nesse aspecto, apresenta-se mais detalhado do que o do exemplo anterior, ou seja, o testamento de dona Teresa Andrada Soto Maior.

Embora as duas testadoras “falem” e “registrem” a respeito dos motivos das “concessões” às *crias*, a primeira se justifica com base em explicações de natureza religiosa, remetendo, como dito, sua decisão ao sentimento de compaixão, ao expressar que “umas lavras, na vizinhança do Arraial de São Gonçalo do Caeté, aonde tem minha situação, o qual consta de títulos que tenho: as dou, pelo amor de Deus, à crioula Faustina, que foi minha escrava, *cria* e é hoje forra”. Já Francisca Gomes narra sobre seu sentimento, fundamentando o “amor” cultivado por suas “crias” e explicando o porquê da alforria de José e Manuel. As experiências pessoais se misturam aos elementos do contexto social e histórico. Se, por um lado, as alforrias eram práticas comuns e até mesmo corriqueiras no ato de testar, suas motivações e propulsões diferenciavam-se, assim como distintas eram as formas de escrevê-las e dá-las a conhecer. Lembramos, aqui, reflexões desenvolvidas no Capítulo 2 – ancorados nas elaborações de Magalhães (1994) –, quando afirmamos que a fixidez inerente à escrita

<sup>1</sup> A este respeito ver, dentre outros: REIS (1988); REIS; SILVA (1999); LARA (1988). Particularmente para a região estudada, sobre essas estratégias de resistência, ver: PAIVA (1995); GUIMARÃES (1988); RAMOS (1996).

poderia forjar ou alterar a memória, sendo a situação da enunciação um contexto de luta, quando se processa a retenção do que se quer dizer e mostrar, da representação que se tem do real.

Na fazenda de São Sebastião, localizada em Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras, por “atenção” ao fato de haver criado Antônia e em reconhecimento aos bons serviços por ela prestados, outra testadora, agora Vitória Gonçalves Geraldês, alforria sua escrava. Essa proprietária, que ditou seu testamento em 1795, rogou para que o assinassem e pediu para que seu corpo fosse amortalhado no hábito de São Francisco, de cuja irmandade era membro, e sepultado na capela da “Senhora da Conceição de Macaúbas”. A testadora era solteira, sem filhos e possuía especial devoção por São José e Santo Antônio. Era filha natural do capitão Manuel Gonçalves Geraldês e de Teresa Gonçalves “preta mina”. Leiamos trecho de seu testamento, feito em abril de 1795:

Declaro que na dita sociedade há uma crioula por nome Antônia e em atenção a havê-la criado e aos bons serviços que me tem feito a deixo forra pela parte que me pertence e pela metade do que me pertence digo que pertence ao meu sócio quando ele não queira contribuir para este benefício, minha testamenteira lhe passará este valor respeito a sua parte lhe passará carta de liberdade [...] (MO/CBG/CPO/LT 50(60), fl. 106v).

Vitória explicita a situação de sua escrava Antônia, que, segundo a testadora, encontrava-se na “dita sociedade”, levando-nos a supor que a mesma vivesse em sua companhia. O fato de afirmar ter “criado” a escrava difere dos casos mencionados, os quais dizem respeito às *crias*. Criar implicava cuidados diretos, em um conjunto de atitudes voltadas a garantir a sobrevivência e bem-estar, diferentemente das *crias* que eram filhas de escravas e que nasciam nas casas dos proprietários, convivendo com os mesmos, mas cuja criação cabia à mãe escrava. Todavia, numa ou noutra situação, a criança havia nascido ou pelo menos crescido na casa de seu proprietário.

Na narrativa de Vitória, há uma sequência lógica da apresentação dos acontecimentos. Em primeiro lugar, a testadora diz onde Antônia está, *explica* que é sua proprietária e que a criou e determina a alforria, pagando, inclusive, pela parte de seu “sócio” de forma a garantir a liberdade à Antônia. Para tanto, demonstrando *conhecimento* da realidade, orientou a testamenteira a passar o valor relativo ao preço da liberdade de Antônia a seu sócio, caso ele, de alguma maneira, se opusesse a alforriá-la. Ordenou ainda que, ao final do processo, a testamenteira passasse a carta de liberdade à escrava.

Mesmo que o redator do texto, ou outra pessoa presente no ato, tenha conferido, durante o ditado do testamento, organicidade ao conteúdo, é inegável que elementos específicos, como *o que* a testamenteira deveria fazer para garantir a liberdade de Antônia e a explicação acerca da identidade dessa escrava, apresentam coerência, conferindo racionalidade à narrativa. Nesse sentido, a *autora-oral* trabalha com os fatos: a existência e criação de Antônia; com hipóteses: com o que poderia dar errado no processo de alforria; e com resoluções: como garantir o cumprimento de sua determinação. Esse conjunto de elementos discursivos, quais sejam, fatos, hipóteses e resoluções, encadeia os acontecimentos, estabelecendo os nexos entre eles. Além da mera disposição sobre o destino da escrava, neste caso a escrita assumiu a função de descritora das situações vividas, servindo para justificar as ações e para precaver possíveis desvios às determinações testamentárias.

Esse panorama ou caminho do escrito é característico do contexto em estudo, ou seja, da sociedade escravista, pois nela os fatos mencionados ocorreram como descritos. Dito de outra maneira: no contexto escravista (colonial e/ou imperial) as alforrias condicionais e as coações dos filhos das escravas que viveram na casa de seus senhores fizeram parte da realidade histórica. Cabe frisar, portanto, que as características do *contexto extraverbal* são constituintes da forma, do estilo e do conteúdo. Em última instância, dos usos conferidos à escrita, mesmo por aqueles que não sabiam escrever.

Neste ponto, evocamos as formulações de Gnerre referentes às relações dos diversos grupos sociais com a escrita. Há aqueles com o domínio da escrita (enquanto apropriação dos códigos) e os que não o possuem (enquanto habilidade autônoma). Aqui, ressaltamos os usos sociais da escrita por um grupo que tradicionalmente não possuía as capacidades de ler e escrever. Significa dizer que, mesmo sem tais habilidades, essas mulheres, tais como Vitória, reafirmaram uma memória e expuseram narrativas que desejaram dar a conhecer. A redação do testamento funcionou como acontecimento, ocasião na qual o passado, os valores e as expectativas firmaram-se em suporte específico.

Sem saber ler nem escrever e marcando seu testamento com uma cruz, em janeiro de 1794, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras, Juliana Sanches da Silva registrou a respeito de suas *crias* Helena, Narcisa, Cecília, Perpétua, Bernardo, Maria e Vicência, filhos da escrava Maria, de “nação mina”, já falecida. A testadora era natural da Costa da Mina e foi batizada em São João de Ouro Fino, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, Comarca de Vila Rica, cujo sacramento recebeu adulta. Sobre as referidas crias determinou:



[...] os quais pelos bons serviços que me fizeram e amor que lhes tenho, lhes tenho passado a carta de liberdade a cinco de junho de 1792 anos com as cláusulas nelas declaradas e que neste meu testamento novamente as expresso a saber: Narcisa com a condição que daria para o meu enterro e sufrágios a quantia de quatorze oitavas, a Cecília com a obrigação de dar dezoito oitavas cuja quantia já recebi e lhe entreguei a sua carta e na qual também libertei as suas duas filhas digo libertei as suas filhas Agostinha, Angélica e Luísa; Perpétua com a condição de dar para o meu enterro e sufrágio a quantia de quatorze oitavas, Helena com a condição de dar para o meu enterro e sufrágios a quantia de quatorze oitavas e na carta que lhe passe de sua liberdade lhes forrei os seus filhos Antônio pardo, Luciano e Hilária crioulos; Bernardo com condição de dar para o meu enterro e sufrágios vinte oitavas de ouro cujas cartas as conserva em seu poder o senhor alferes Eusébio Francisco Lopes e lhes serão entregues depois de cada um satisfazer a parte que lhes toca. (MO/CBG/CPO/LT 47(66), fls. 138-138v).

O modo de Juliana elaborar e partilhar pensamentos e decisões sobre as *crias* é extremamente representativo da autonomia em escolher e compor a matéria a ser firmada no papel. Na verdade, sua narrativa trata-se da socialização de hábitos, crenças, impressões, sentimentos e necessidades. Assume função descritivo-explicativa, referindo-se a relatos do passado e a determinações futuras. Os apontamentos deixam entrever aspectos da convivência com os cativos, expondo os acontecimentos cronologicamente, como, por exemplo, ao datar o momento em que passara a carta de liberdade aos escravos.

Ademais, ainda que tenha sido estimulada e orientada a registrar tal momento, a testadora faz questão de expressar novamente as cláusulas contidas nas cartas. Costume da época, a reafirmação em testamento das liberdades concedidas aos escravos revela o uso da escrita de forma a ratificar, inclusivamente, decisões já legalizadas, prática, ao que parece, conhecida por nossas testadoras. Nesse sentido, vale lembrar, como nos explica Goody, que os textos postos no papel são retomáveis e verificáveis, passíveis de um “esquadrinhamento retrospectivo” (GOODY, 1977, p. 49-50), permitindo-se a eliminação das incoerências, as ratificações. Ressaltemos que, neste caso, o esquadrinhamento retrospectivo do que havia sido escrito deu origem a novo texto, o qual nasceu de uma enunciação oral. Revista e examinada, essa escrita compõe o quadro coerente, descortinando valores, crenças e hábitos.

Novamente, a alforria condicional ganhou a cena e surgiu atrelada aos *discursos sociais*, mormente às crenças e aos hábitos religiosos. Isto é, a escrita emerge relacionada ao *espaço externo de comunicação*. Minuciosamente, Juliana expôs as exigências para a efetivação das liberdades das *crias*, evidenciando uso circunstanciado da escrita. Outro aspecto relevante em seu testamento refere-se à ordem assumida pelas disposições. Em contraposição ao “modelo” testamentário, a testadora inicia seu texto com as determinações

acerca das coações e apenas depois declara os bens que possui. Na sequência de seu testamento, explicita:

Declaro que os bens que possuo são uma morada de casas em que moro e alguns móveis de pouco valor cujas casas e móveis os deixo às minhas crioulas e crioulo acima mencionados, para nelas morarem, e os móveis a Narcisa e Cecília [que] os repartirão entre todos igualmente. Declaro que as crioulas Vicência e Maria já eram libertas porque assim as mandei batizar por forras. Declaro que para os sobreditos pagarem as referidas quantias lhes dará meu testamenteiro um ano, e tendo o recibo de cada um o que lhe toca, lhes entregará a sua carta e o mesmo tempo lhe concedo para mostrar em juízo satisfeitas as minhas disposições; e pago o meu funeral. (MO/CBG/CPO/LT 47(66), fls. 138-138v).

A escrita de Juliana nos parece revelar, assim, certa hierarquia e lógica conferidas, pela testadora, às disposições em detrimento ao modelo rígido do testamento. Em primeiro lugar, evidenciou quem eram as *crias* e, logo em seguida, dispôs dos bens para favorecimento das mesmas. Atribuindo racionalidade ao discurso, inverteu o modelo ou padrão do texto testamentário, qual seja: encomendação do corpo, disposição dos bens e depois as alforrias, para principiar a narrativa com a declaração das liberdades.

Tendo em vista que deixaria seus legados para Helena, Narcisa, Cecília, Perpétua, Bernardo, Maria e Vicência, é como se fizesse questão de apresentá-los no início do ditado, explicando as condições das manumissões, para mais tarde dizer sobre aquilo que herdariam. Ao “escrever”, subvertendo a ordem do escrito, Juliana deixa-nos perceber, no texto, aspectos da narrativa que emana da oralidade, pois a redação não se encontra imobilizada pela ordem clássica do testamento. Ao contrário, mostra-se flexível e diferenciada. Mesmo existindo protocolos específicos que delineavam o conteúdo do documento, a testadora “redigiu” seus desejos e determinações, utilizando-se da escrita de maneira autônoma, liberta e pessoal.

Traços subjetivos, correlacionados ao *contexto extraverbal*, podem ser verificados, do mesmo modo, no discurso de Ana Duarte da Silva, natural da Costa da Mina, casada com Teotônio Ramos Pereira, de cujo matrimônio não teve filhos. Ao fazer o testamento, em 7 de fevereiro de 1792, declarou que não sabia ler nem escrever, marcando-o com uma cruz. Determinou que seu corpo fosse amortalhado em lençol branco e sepultado na matriz de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará. Quando veio para as Minas, em “tenra idade”, foi “batizada no Arraial de Raposos”. Mais tarde, passou a viver em Congonhas. Em ambos os lugares, Ana possuía casas de moradas. Vivendo nesta última localidade, criou Joaquina, “moça branca”, enjeitada, para quem pretendia deixar seus pertences, entre eles

brincos, uma vaca, um boi e dois tachos de cobre pequenos, sendo um “em bom uso e outro furado” (MO/CBG/CPO/LT 45(64), fls. 13-16v).

Não parece de todo impróprio pensar que Ana usou a escrita de forma a ressaltar o fato da enjeitada Joaquina, criada por ela, ser “moça branca”. Verbalizou esse “detalhe” em testamento, conferindo identidade social a Joaquina. Em uma sociedade escravista, esses “pequenos” dizeres assumiam dimensões mais amplas quando fixados no papel. Diferentemente de sociedades contemporâneas, a afirmação da cor branca traduzia a pureza de sangue e o distanciamento da condição de cativo, tanto da própria pessoa quanto de seus ascendentes. Trata-se, na verdade, de um caminho para distinguir a “qualidade” do indivíduo. Nesse caso, a testadora não se ocupou em declarar seus sentimentos pela enjeitada, mas em destacar aspectos que a qualificassem como alguém que não era negra, cativa ou mesmo liberta.

Iniciativa expressiva da narradora diz respeito, igualmente, à afirmativa de que um de seus tachos encontrava-se “furado”. Enquanto instrumento de trabalho e de uso doméstico, os tachos apresentavam grande importância para a sobrevivência das mulheres e de seus familiares. Esse utensílio aparece em número significativo de testamentos. Dizer sobre eles na elaboração do texto era, em última análise, escrever sobre si. A existência de “tachos de cobre”, tachos “de fazer doces”, pequenos ou grandes, novos ou velhos, em “bom uso ou furados”, foi constantemente registrada, deixando evidente, nas linhas redigidas, marcas e indícios do trabalho e da indústria dessas mulheres.

Neste sentido, a escrita foi utilizada como mecanismo de registro dos bens e legados, mas, em especial, como meio de explicitar práticas sociais relacionadas ao mundo do trabalho, onde instrumentos e utensílios assumem valor concreto e simbólico. Os tachos de Ana, deixados para a enjeitada Joaquina, “continham”, em sua descrição, o esforço, o trabalho e os sinais do desgaste, da labuta cotidiana. Deixá-los descrevendo-os significava muito mais que transferência de bens materiais. Tratava-se da transmissão daquilo que era significativo na vida da testadora. No registro minucioso desses objetos, a escrita assumiu a função de condensar as experiências, tornando-as conhecidas.

Objetos com significado importante deixados às *crias*, enjeitados e/ou escravos estão presentes, de igual modo, na redação do testamento de dona Eufrásia Maria Francisca Xavier. Filha legítima de Manuel Rodrigues e de Teresa Maria dos Prazeres, dona Eufrásia veio de Lisboa para as Minas e ordenou, em testamento redigido no ano de 1792, que, quando falecesse, seu corpo fosse “envolto em hábito da Senhora do Monte do Carmo na Igreja da

Ordem Terceira da mesma Senhora”. Rogou para que assinassem por ela o documento, “por eu não poder fazer”. Ordenou ao testamenteiro que, logo após seu falecimento, entregasse a Caetana Joaquina, sua *cria*, o oratório que possuía “com todas as imagens que se acharem dentro dele”, bem como “a minha cama e [cômoda]”. Em testamento assim declarou:

Possuo uma mesa, duas cadeiras, dois tamboretos torneados, um baú que está na sala, duas bacias de cobre de fazer doce, um candeeiro velho, e um [registro?] da imagem de São João Nepomuceno. Ordeno que se dê a Maria da Silva, minha escrava que foi, um tacho grande; e, a Úrsula se lhe dará o baú que está no meu quarto, uma bacia de arame de fazer doce e um registo de Nossa Senhora, uma cadeira, e um tamborete torneado, um candeeiro grande, e uma mesa pequena velha e um gancho de ferro. Declaro que tenho em meu poder uma mesa com duas gavetas que está na sala [?] empenhadas por oito ou doze vinténs, a qual mesa ficará em poder de Caetana até satisfazerem a dita quantia do empenho, então entregarão a meu testamenteiro. Também quero que se dê a Ângela, irmã de Úrsula, uma cadeira e um tamborete e um registo do santo Antônio. O mesmo se fará para com a crioula Ana dando-se-lhe uma mesa que está trocada por uma que emprestei a José Luís para a sua festa do Divino Espírito Santo, e um pilão também. Também quero [que] se dê a Gertrudes, minha *cria*, filha de Pontenciana, um registo de São Pedro e o manto que está sem renda, uma cadeira, quatro formas de fazer pão de ló. Declaro que todos os trastes que sobrarem desta minha petição, quero que se partam entre todos tantos forros como cativos em igual parte. Declaro que o negro Domingos, o deixo para servir a Caetana e [a] sua mãe. (MO/CBG/CPO/LT 45(64), fls. 110-110v).

Na relação dos bens de dona Eufrásia, encontravam-se objetos de uso cotidiano: mesas, cadeiras e baús, além daqueles específicos para o preparo de alimentos: bacias e tachos de fazer doce e os objetos de valor simbólico/religioso, a exemplo de imagens de santos de sua devoção. Para a *cria* Gertrudes, filha de Pontenciana, destinou um desses objetos de valor simbólico, o “registro de São Pedro”, o “manto que está sem renda, além de uma cadeira” e as quatro formas que utilizava para fazer pão de ló.

Distintamente dos outros casos aqui mencionados, percebemos que na “escrita”, ou melhor, no “texto” de dona Eufrásia, o lugar atribuído à sua *cria* Gertrudes não assumiu destaque ou foi ressaltado com relação aos demais escravos ou ex-escravos. Ao contrário. No início da narrativa, a testadora descreveu os bens e declarou o legado à ex-escrava Maria da Silva, como se lê: “ordeno que se dê a Maria da Silva, minha escrava que foi um tacho grande”. Na sequência, deixou a Úrsula – que não explicita quem é – o baú, além de “uma bacia de arame de fazer doce e um registo de Nossa Senhora, uma cadeira, e um tamborete torneado, um candeeiro grande, e uma mesa pequena velha e um gancho de ferro”. Ou seja, vários objetos e utensílios são legados a Úrsula, diferentemente do que deixou para Gertrudes.

As relações das senhoras com suas *crias* mostravam-se, portanto, nuançadas, sendo que em alguns casos a redação do texto busca revelar proximidade e afetuosidade. Em outros, apenas simples relato da existência desses sujeitos e de algumas medidas a ele relacionadas. Assim, a escrita do testamento, ao referir-se a indivíduos ocupantes de um mesmo lugar social, isto é, o de *crias* da casa, assume usos variados e funções distintas. Ora surge, preponderantemente, voltada para a descrição dos afetos, ora, de maneira objetiva, parece apenas cumprir meras formalidades. De uma maneira ou de outra, a testadora além de descrever os bens, explicitou as condições nas quais se encontravam, como quando mencionou “um candeeiro velho”, “uma mesa pequena velha” ou “o manto que está sem renda”. São dizeres que emanam de uma valoração e de certo detalhamento que dona Eufrásia julgou necessário proceder.

Em testamento, muitas mulheres descreveram os bens de raiz, escravos e objetos e para quem os deixariam, explicitando em que condições se encontravam. Declararam a existência das “moradas de casas”, “casas com quintal”, fazendas ou sítios, normalmente para se referirem ao lugar onde viviam. Especificamente com relação aos objetos, em grande parte dos textos, esses vinham descritos tão somente como *trastes* “que possuo” e que se achavam no local de moradia. O que não se mostra como novidade. O que nos chamou a atenção, no entanto, foi a necessidade de algumas testadoras em detalhar as condições de certos pertences, particularmente daqueles relacionados ao mundo do trabalho. Desse modo, especificar os bens e descrevê-los, ao que nos parece, apresentava sentido de diferenciação, de maior importância conferida a tais elementos e, por decorrência, às atividades e experiências a eles relacionadas.

Pintura aquarelada da realidade, as escrituras testamentais revelam-nos diferentes modos como as testadoras viam e avaliavam suas experiências cotidianas, como queriam dar a ler suas trajetórias, lembranças e impressões. Em determinados casos, a redação dos testamentos foi aplicada de modo a conferir destaque aos bens deixados para escravos e escravos, ao mesmo tempo visava ressaltar sentimentos de benevolência, compaixão e misericórdia que as proprietárias afirmavam possuir. Registrar em testamento a generosidade para com aqueles que lhes serviram poderia funcionar, inclusive, como parte de um conjunto de estratégias da camada proprietária com vistas a manter a população cativa sob controle. De igual forma, fazia parte do ritual mais amplo de preparação para morte, em que reconhecimento e gratidão eram ingredientes indispensáveis.

Nessa dimensão, ressaltamos as contribuições de Street (2006) – mesmo se reportando às práticas de letramento –, pois nos ajudam a pensar relações de poder e ideologia que

perpassam as práticas envolvidas na escrita. No entendimento de Street, essas forjam as identidades e encontram-se vinculadas às expectativas e papéis sociais de cada sujeito ou de grupos. Lembramos que, enquanto partícipes delas, assumimos ou repelimos seus conteúdos e sentidos. Portanto, no referido contexto, deixar por escrito as virtudes de reconhecimento e gratidão era, sem dúvida, bem mais importante e marcante do que simplesmente dizê-las. Tal registro traduzia expectativas e valores emanados do lugar social ocupado pela testadora.

No conjunto de mulheres proprietárias de escravos, alusões às alforrias das *crias*, à venda dessas, seu emprego para pagamentos de dívidas, dotes e legítimas, bem como outras referências são recorrentes. Os casos aqui selecionados nos serviram para analisar a utilização circunstanciada da escrita. Por isso, julgamos ser necessário tecer algumas considerações específicas a respeito.

Primeiramente, consideramos que a presença de *crias* nas vidas e nas casas de nossas testadoras determinou, no momento da elaboração de seus testamentos, a utilização a ser feita da escrita, de forma a descreverem tal realidade e de maneira a esmiuçarem aspectos dessa convivência. Há, como demonstrado, diferenciações do papel e lugar ocupado por esse ator social em relação aos outros escravos ou ex-escravos, particularidades que os textos deixam à mostra.

Lígia Bellini, ao estudar, para a cidade de Salvador, a relação senhor-escravo por meio da análise das cartas de alforria, destaca que muitas dessas manumissões tinham como pano de fundo “a relação de afeto e cumplicidade” estabelecida entre esses agentes. Nessa perspectiva, ressalta a grande proporção de documentos de liberdade em que “os senhores alegam estar alforriando o escravo por tê-lo criado ou ainda o estar criando, pelo fato de o escravo ter nascido na casa do senhor e pelos bons serviços da mãe, alguns declarando que ‘o amavam como se fosse filho’ [...]”. E, conclui: “o fato de um escravo ser criança deve ter favorecido a conquista de afeto e atenção especial dos senhores” (BELLINI, 1998, p. 79-80).

Ressalvamos que a autora busca evidenciar, em seu estudo, as estratégias desenvolvidas pelos cativos para alcançarem a liberdade. Nesse sentido, releva que os escravos poderiam se envolver com as mais diversificadas ocupações urbanas, sendo os domésticos os que poderiam trabalhar, também, fora de casa. Por serem remunerados, poderiam negociar a liberdade com seus proprietários. E ainda mais. Vivendo perto de seus senhores, lançavam mão de estratégias, artimanhas e sentimentos para se beneficiarem.

Os escravos de ganho, designação atribuída àqueles que trabalhavam em troca de remuneração – fosse por conta própria ou a mando do senhor –, tinham a “vantagem” de, muitas vezes, sustentarem, com seus jornais, os proprietários, vivendo próximos a estes; fatores que permitiriam o estreitamento dos laços de convivência. Significa dizer: as ligações entre cativos e senhorios certamente acabaram por desaguar na concessão de alforrias às crianças nascidas nas casas dos senhores. Por conseguinte, a declaração de afetos, alforrias e legados às crias é representativa da utilização da escrita enquanto mecanismo de expressão e registro de relações diferenciadas no espaço colonial. A redação dos testamentos prestou-se, assim, à explanação dos sentimentos das testadoras, fossem esses reais ou tão somente retóricos.

Em segundo lugar, entendemos que as lembranças a respeito das *crias*, com as quais as testadoras conviveram, e a declaração dos sentimentos alegados evidenciam aspectos dessa sociedade ainda pouco abordados pela historiografia. Muito se disse sobre expostos, crianças abandonadas e órfãs na sociedade mineradora. Parece-nos importante, no entanto, que um olhar mais cuidadoso e curioso seja lançado para o estudo dos fenômenos que envolveram o ator social denominado *cria*.

Em pesquisa já citada nesta tese, ao refletir sobre a manutenção da família escrava em um mesmo plantel como acerto efetuado entre senhores e cativos, Eduardo França Paiva menciona a existência das *crias* enquanto alternativa de mão de obra para os pequenos proprietários nas Minas.

O incentivo à procriação, aparentemente comum entre os testadores, pode, também, ter significado uma economia de recursos aos numerosos pequenos proprietários das Minas, sobretudo nas áreas urbanas. Eles, assim, substituíam, pelo menos em parte, a compra de escravos adultos – africanos e/ou brasileiros – pelas *crias da casa*. (PAIVA, 1995, p. 131, grifo do autor).

Com efeito, as *crias* serviram à reposição da mão de obra para esses proprietários. Mas certo é, também, que seu papel enquanto agente social não pode ser subestimado. Como viveram e de que forma se relacionaram com seus senhores e senhoras no interior do espaço doméstico? Se se prestavam tão somente, por parte dos proprietários, a substituírem a compra de escravos adultos, como se explica a existência de número expressivo de alforrias de *crias*, principalmente nos testamentos de mulheres?

Interessante, igualmente, é salientar que nem os dicionários de época significaram tal termo. O que eles nos apresentam são definições que se referem às crias como animais de

criação, a saber: “*cria*: da égua. Pullus equinus” (BLUTEAU, 1712, v. 1, p. 494); “Cria: o animal novo, que ainda mama” (SILVA, 1813, v. 1, p. 494).

Por fim, as características levantadas nos textos que mencionaram as *crias* denunciam a utilização da escrita aliada a aspectos peculiares da sociedade abordada. Nas diferenças identificadas e expostas em textos, torna-se patente a função da escrita enquanto meio empregado para se definir o papel e o lugar de pessoas, que, mesmo sem serem consanguíneas, conviveram com as testadoras em suas casas e, presumivelmente, despertaram nelas alguns sentimentos.

Assim como no caso das *crias*, reportar-se aos *enjeitados* configurou-se como prática identificável na redação dos textos. No conjunto dos documentos analisados, as escritas, por vezes, prestaram-se apenas ao registro de sua existência. Em outros casos, como mecanismo para declarações de relações mais estreitas. Sobre eles também foram ditas e escritas palavras afetuosas e deixados objetos de valor material e simbólico.

Anéis, um lindo laço e par de brincos de águas-marinhas, azuis como o céu, flores de pedras e roupas foram os legados que, em Santa Luzia, a enjeitada Mariana recebeu de dona Mariana Moreira de Carvalho. Essa testadora era filha legítima do sargento-mor João de Sousa de Carvalho e de dona Maria Moreira da Assunção e viúva de Manuel Fernandes Alves, de quem não tivera filhos. Ordenou que seu corpo fosse amortalhado no hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo, por ser vinculada à dita irmandade. Possuía como bens joias, escravos, caixilho de ouro, brincos de diamantes, além de quantias, que deixou para seus enjeitados.

Pelas notações cartorárias, podemos afirmar que dona Mariana pertencia à camada abastada da sociedade, o que lhe permitiu transferir bens de grande valor material para diferentes pessoas. Ao fazer o testamento, no ano de 1794, consignou:

Declaro que tenho dado a uma enjeitada de nome Mariana o meu laço e brincos de águas-marinhas e todos os meus anéis e flores de pedras. E tudo isto meu testamenteiro conservará em sua mão para lhe entregar quando ela houver de tomar estado ou tiver capacidade de se reger [...] e lhe deixo toda a roupa do meu uso, assim branca como de cor [...] (MO/CBG/CPO/LT (69), fls. 126-130).

Dona Mariana usou a escrita de forma a relatar futuro legado e aquilo que vinha dando à enjeitada. Ou seja, narrou e fez questão de registrar o destino dos bens, mas, fundamentalmente, o desenrolar do cotidiano expresso em aspectos que traduziam a convivência com Mariana. A expressão “tenho dado” atribui à redação a ideia de



continuidade, de sequência, de narrativa originada na experiência do dia a dia, no *espaço externo de comunicação*, exprimindo acontecimentos rotineiros situados na esfera privada.

A imposição de certas condições, como “[...] e tudo isto meu testamenteiro conservará em sua mão para lhe entregar quando ela tomar estado”, isto é, quando se casar, “ou tiver capacidade de se reger [...]”, diz respeito a hábitos encontrados na sociedade colonial. Nesse contexto, era comum as mulheres se apropriarem de legados e heranças somente quando estivessem na iminência de se casar, o que, de certa forma, funcionava como dote para o casamento. Identicamente, a expressão “capacidade de se reger” significava atingir o momento no qual deixaria de ser menor, isto é, a idade de 25 anos. Assim, dona Mariana, pela escrita de seu testamento, relata facetas da convivência com sua enjeitada, bem como, de certa forma, define a vida futura desta com relação à posse dos bens. Entrementes, continuou a ditar:

Declaro que dei a minha irmã Ana Vitória o meu caixilho de ouro com o seu cordão, o qual já ela tem em seu poder e, além disso, o meu [?] e brincos de pingos de água. Declaro que deixo a minha irmã dona Ana o meu laço e brincos de diamantes, que meu testamenteiro lhe entregará, e também entregará a minha irmã dona Josefa um laço e brincos de diamantes e uns anéis que ela havia emprestado nas mãos do falecido meu marido, pois nada lhe quero do mesmo empenho. (MO/CBG/CPO/LT (69), fls. 126-130).

Narrando sobre os pertences legados às irmãs, a testadora utilizou-se da escrita do testamento para *rememorar* e contar um pouco dos acontecimentos que envolviam os familiares. Adentrando as intimidades, as memórias que foram recuperadas assumem, quando escritas, a função de depoimentos, e a testadora informa-nos sobre os relacionamentos que mantinha com seus parentes. Para Ana Vitória, deixou o “caixilho de ouro com o seu cordão”, entregue antes da feitura do testamento, bem como o laço e os brincos de diamantes que lhes seriam passados após seu falecimento. O registro desses legados, até mesmo daqueles já em poder de Ana, denotam a amizade, a cumplicidade e o afeto existentes entre as irmãs. Por outro lado, ordenou que se desse à irmã Josefa “um laço e brincos de diamantes e uns anéis que ela havia emprestado nas mãos de seu falecido marido, pois nada queria do *mesmo empenho*”.

Não fica claro, na redação do texto, se o laço e os brincos de diamantes também faziam parte do empréstimo contraído pelo marido de dona Mariana ou se se tratava de legado que esta deixou à irmã. De qualquer maneira, a narrativa permite-nos conhecer aspectos do convívio familiar que envolvia, além dos afetos, situações relacionadas à aquisição de dívidas e, por vezes, a indisposições e ressentimentos. Quando dona Mariana expressa: “pois nada lhe

quero do mesmo empenho”, reportando-se à negociação realizada pelo marido, em nada alterou o resultado das disposições, mas desejou expor a necessidade de desvincular-se definitivamente da situação ou situações engendradas por tal negociação. A escrita foi empregada, nessa perspectiva, se não para transparente exposição dos sentimentos ou ressentimentos, para o posicionamento e demonstração de autonomia referente aos relacionamentos familiares e sociais e às ocorrências vivenciadas no cotidiano.

Ainda remetendo-se aos negócios entre familiares, dona Mariana afirmou: “[...] declaro que tive sociedade com meu primo João da Costa Viana e com ele ajustei as minhas contas e com ele ficam pertencendo todas as dívidas e créditos que respeitam à mesma sociedade [...]”. João da Costa também era o primeiro testamenteiro de dona Mariana. Tal escolha e o conteúdo do texto revelam a confiança da testadora em seu ex-sócio. Por fim, declara deixar parte da terça de “esmola a enjeitada Mariana e a outra parte [...] a um enjeitado que também tenho em minha companhia, digo em minha casa, por nome André [...]”.

Curioso perceber que a forma de construção do texto abre espaço para inferências com relação aos enjeitados. À Mariana, além da parte da terça, dona Mariana deixou joias e iniciou sua narrativa detalhando aspectos e condicionando a entrega dos bens, permitindo-nos afirmar existir maior preocupação com o destino de Mariana do que com o do enjeitado André. Para este, que aparece somente ao final do texto, recebendo parte da terça, não é feita nenhuma recomendação ou especificação. Do mesmo modo, a ressalva que após ao final da redação, “[...] em minha companhia, digo em minha casa”, parece sugerir o nível do envolvimento de dona Mariana com André. Ou, pelo menos, do nível de envolvimento que se gostaria de demonstrar. Ainda que a ressalva tenha sido feita pelo redator do texto, cabe salientar que a assertiva de que André somente vivera na casa da testadora, e não necessariamente em companhia desta, descortina preocupação em colocar cada indivíduo em seu devido lugar. Isto é: aqui a escrita possuiu a função de delinear e diferenciar os tipos de vínculos estabelecidos entre as mulheres e seus enjeitados. Se em testamento se escreveu sobre relacionamentos afetuosos, em igual medida, também por meio deles, se redigiu acerca de distanciamentos e relacionamentos formais, sendo tal formalidade praticada ou apenas aparente. Neste último caso, denunciando a crença dos sujeitos nas formas como certos vínculos deveriam ser vistos e conhecidos socialmente.

Esses vínculos que se estabeleciam ao longo da convivência das mulheres e seus enjeitados, assim como as situações daí decorrentes, foram também relatados por Tarcisa de

Meneses Sodré, natural da Vila do Sabará, filha legítima do capitão Francisco Martins da Costa e de dona Ângela de Meneses Sodré. A testadora era viúva de Manuel Martins Ferreira e, no momento da elaboração de seu testamento, exatamente a 2 de maio de 1796, declarou não saber ler nem escrever. Integrava a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo e possuía três escravos e uma morada de casas, sita no Arraial de Santa Luzia. Tarcisa, que rogou para que seu testamento fosse assinado, declarando não saber ler nem escrever, assim se manifestou:

Declaro que uma enjeitada que criei por nome Quitéria [?] com Bernardino José de Sena e lhe dei de dote uma crioula nome [Brígida?] para servir com a condição, porém, de nem terem autoridade a vender, a rematrar (*sic*) nem alhear que tudo será reputado se o fizerem [?com] remanescentes da dita crioula que vem a ser [mãe] filhos que tem Francisco e Silvéria [?] mais que haja de parir pertencem a uma filha que tem o dito Bernardino e Quitéria [?assim] por nome Joaquina que lhe ficam pertencendo por minha última vontade para seu dote. A dita crioula Brígida, que acima faço menção, fica pertencendo aos ditos nomeados acima por dote, porém, como a cláusula referida de não poder dispor. (MO/CBG/CPO/LT 49(68), fls. 180-180v).

O conteúdo da escrita do testamento de Tarcisa revela-nos que os enjeitados poderiam ser criados por mais de uma pessoa ao mesmo tempo. O relato evidencia as redes de relacionamento dos agentes. Importante destacar que, nesse texto, a prática de conferir dote às mulheres para o casamento aparece de maneira explícita, levando-nos a inferir que se essa era atitude estabelecida não somente entre pais e filhas, mas entre “criadores” e enjeitadas, poderia ocorrer, igualmente, entre tutores e tuteladas, padrinhos e afilhadas, ou seja, entre sujeitos e mulheres que ainda não tinham “tomado estado” e com as quais esses indivíduos possuíam algum liame de proteção.<sup>2</sup> A escrita, nesse aspecto, extrapolou a função de legado dos bens e respondeu à intenção de demonstrar o cumprimento de determinada “obrigação” por aquela que se apresentou como uma das responsáveis pela criação da enjeitada Quitéria. Uma vez mais, porque situados historicamente, os usos da escrita surgiram, se definiram e se amoldaram alicerçados no terreno social.

Tarcisa discorre, ainda, sobre as condições de merecimento e manutenção do dote da “crioula Brígida”. Para tanto, em determinadas passagens do testamento, reproduz conteúdo já expresso, como quando diz: “A dita crioula Brígida, que acima faço menção, fica pertencendo aos ditos nomeados acima por dote, porém, como a cláusula referida de não poder dispor.” Enquanto materialidade simbólica e produção de um tempo, a escrita elaborada a partir da *enunciação* da testadora tendeu a reafirmar as condições impostas para o recebimento do dote,

<sup>2</sup> A respeito dessa temática no universo colonial brasileiro, confira-se: NAZZARI (2001).

denotando o *conhecimento* da importância conferida a esse aspecto na redação do testamento de Tarcisa. A repetição desse “dizer” e, conseqüentemente, sua recorrência e reafirmação constituíram-se como atos de escrita emblemáticos de certos pontos do conteúdo. Ressalvemos, todavia, que a utilização de expressões como *sobredito*, *dito* ou *dita*, visando evitar as repetições, mas, por vezes, possuindo efeito contrário, era comum nos documentos produzidos e traduz uma forma de se escrever característica desse tipo de texto e também daquela época. Certos recursos e “vícios” de linguagem próprios àquela modalidade de escrita.

O emprego dessas expressões corriqueiras, que num primeiro momento poderiam apresentar-se como embaraços para nossa afirmação, qual seja, a necessidade de repetição de determinados dizeres pelas testadoras – reafirmando, por isso, sua importância –, emergem, na verdade, como aliado de nossa argumentação. Os *ditos* e *sobreditos*, quando observados de maneira um pouco mais cautelosa e individualizada, deixam de cumprir funções meramente mecânicas da escrita. Elucidam detalhes, especificidades da escrita mais visíveis quando as referidas expressões aparecem associadas às frases ou aos trechos amplos. Isto é, quando não surgem “sozinhas”, apenas com o objetivo de se referirem a alguém ou a algum elemento mencionado, mas vêm acompanhadas da repetição do próprio conteúdo, detalhando o escrito.

Verificamos esse caso no trecho do testamento de Tarcisa, no qual se refere à *crioula Brígida*. Essa passagem é repetida, utilizando-se não das mesmas palavras, mas mencionando-o com outros dizeres. Tarcisa deu a Bernardino e à enjeitada Quitéria a crioula Brígida e, inicialmente, alude que o fazia “com a condição, porém, de nem terem autoridade a vender, a rematar [...] nem alhear, que tudo será reputado se o fizerem”. Há, pois, uma advertência em sua disposição: “tudo será reputado se o fizerem”, destacando, assim, a importância da matéria ditada. Na sequência, explicita que os filhos da escrava e aqueles que porventura viria a ter seriam de Quitéria e de Joaquina, a filha de Bernardino. A testadora, ao final de seu texto, reitera, agora resumidamente, a disposição feita logo no começo da narrativa. Ela é (re)escrita com novas palavras, mas mantendo-se o sentido: “a dita crioula Brígida que acima faço menção fica pertencendo aos ditos nomeados acima por dote, porém, como a cláusula referida de não poder dispor”.

Remetemo-nos, aqui, novamente, às reflexões de Magalhães (1994), ao abordar o conceito de *apropriação*, o qual diz respeito à maneira como os vários interlocutores assimilam, interpretam e reagem às representações, reconstruindo-as no cotidiano. Essas representações referem-se à forma como determinada cultura é organizada discursivamente,

como é comunicada e transmitida por meio dos suportes linguísticos. Tarcisa atravessa todo o texto impondo condições e fazendo advertências. Depois dessa travessia, retoma disposição inicial para reafirmá-la, expressando a necessidade daquilo que achava importante ser salientado: a não disposição ou alheamento de Brígida. Ao que nos parece, a escrita foi utilizada, neste caso, para manter a cativa Brígida próxima aos seus filhos. Fosse por negociação ou solicitação desta, por interesses ou sentimentos desenvolvidos pela testadora por essa escrava.

A propósito, cumpre assinalar que, muitas vezes, os sentimentos não surgiam de maneira clara no texto, mas, de uma forma ou de outra, pareciam contemplar os enjeitados. Foi esse o caso de Ana Perpétua Pereira de Amorim, natural de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas do Sabará e moradora no Brumado. Ana Perpétua elaborou o testamento em 30 de maio de 1797, quando se apresentou como filha legítima do tenente Matias Pereira Pinto e de Rosa Jacinta de Assunção e viúva de Francisco de Faria Rocha. No ato da elaboração do testamento, declarou ser casada com o alferes Antônio José da Silva. Não possuía herdeiros forçados, isto é, não tivera filhos, ordenando, ademais, que seu corpo fosse amortalhado no hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo, irmandade da qual era membro. Ao ditar o documento, expôs que havia sido “apartada por sentença de divórcio”. Além disso:

[...] que, na minha mão, se acham alguns ouros lavrados como é (*sic*) um caixilho de ouro, dois cordões de ouro empenhados por dez oitavas, uns corais e um anel de ouro, também empenhados por dez oitavas. E [se] todos estes bens seus donos os quiserem resgatar, meu testamenteiro os entregará e possuo mais ouro lavrado e prata [?] que se achar por meu falecimento. Declaro deixo por esmola para obras de Nossa Senhora da Conceição dos Prazeres, duas oitavas. Deixo mais, por esmola, a minha afilhada Ana Valéria, filha de Custódia Lopes, dez oitavas. Deixo mais, por esmola, a minha enjeitada por nome Maria, dez oitavas. Deixo ao meu enjeitado, Francisco Antônio, quarenta oitavas por esmola [...] (MO/CBG/CPO/LT 50(69), fl. 99v).

A testadora declarou possuir dívidas e instituiu por herdeira a sobrinha Maria, filha do falecido José Pereira Passos. Podemos verificar que, ao dispor de suas quantias, Ana Perpétua deixa para a afilhada Ana Valéria e para a sua enjeitada Maria, a mesma quantia, isto é, dez oitavas, e quanto ao enjeitado Francisco Antônio, quantia bem superior, quarenta oitavas. Quais seriam os motivos para deixar a Francisco quinhão tão superior ao cometido à enjeitada Maria? Seria esta, também sua sobrinha e herdeira? Ainda que tais aspectos não fiquem claros na redação do documento, o que marca a narrativa de Ana Perpétua é certa homogeneidade e equilíbrio conferidos às disposições. Nem mais nem menos palavras são ditas ou frisadas com

relação àqueles a quem destina os legados. Nesse ponto, por força de sua formalidade e distribuição metódica, a escrita parece cumprir exatamente um dos principais objetivos a que o documento almeja: dispor dos bens e legados.

Se, por um lado, aos enjeitados não foram feitas declarações especiais ou diferenciadas, no texto de Ana Perpétua salta aos olhos a revelação de que se encontrava “apartada por sentença de divórcio”.<sup>3</sup> Mesmo existente na sociedade colonial, deve-se ter em mente que o divórcio não pode ser tomado como prática trivial, não sendo, de nenhum modo, estimulado pela Igreja. A legislação da época previa sua ocorrência em determinadas circunstâncias.<sup>4</sup> Segundo Gian Carlo de Melo Silva:

Existiam algumas causas que poderiam ser motivadoras do divórcio [...] maus-tratos ou sevícias; perigo de salvação por heresia, apostasia ou *infandae veneris scelus*; perigo de vida por atentado de violência, mau proceder desregrado do cônjuge; calúnia em matéria melindrosa e grave; falta de virgindade na mulher nubente; adultério formal de qualquer dos cônjuges. Conseguir o divórcio era considerado em alguns casos mais fáceis do que as anulações matrimoniais o código e os legisladores eclesiásticos evitavam [...] O depósito do divorciante era feito por oficiais eclesiásticos, mas, nas vilas onde eles não existiam, era o juiz ordinário da localidade que de tal se encarregava, depois de ter recebido uma “precatória” do Juízo Eclesiástico. (SILVA, 2008, p. 10).

Consideremos que, não obstante a legislação o permitisse e os cônjuges passassem a viver separadamente, o matrimônio continuaria a existir, pois era considerado união indissolúvel. Isso o diferenciava do processo de nulidade do vínculo matrimonial, uma vez que, quando tal ocorria, era possível o indivíduo contrair novo matrimônio. Além das causas e situações mencionadas na legislação eclesiástica, também os conflitos existentes no interior da situação conjugal explicariam sua ocorrência, como, por exemplo, o receio de que um dos cônjuges despendesse os bens havidos no matrimônio e diante de situação de adultério e/ou de maus-tratos.

Independentemente de identificarmos as causas do divórcio de Ana Perpétua, torna-se fundamental destacar a utilização da escrita pela testadora de modo a esclarecer acerca de seu “estado”. Afirmando ser casada, deixa claro na sequência da narrativa a situação peculiar relativa ao matrimônio. Dada a importância da escritura testamental, julgou pertinente enunciar e registrar informação tão decisiva de sua vida.

---

<sup>3</sup> No montante de 557 testadoras, uma declarou *estar apartada* por sentença de divórcio e uma afirmou se *encontrar* em sentença de divórcio.

<sup>4</sup> A tal respeito, ver, dentre outros: SILVA (1984).

Para conhecermos um pouco mais sobre essa testadora, procuramos pelos documentos de seus familiares. Não encontramos os testamentos nem os inventários do primeiro e do segundo marido, mas somente o testamento de seu pai, o tenente Matias Pereira Pinto. Ele era português, natural da Freguesia de Monserrate, na Vila de Viana do Castelo. Quando da feitura do testamento, em 29 de março de 1771, declarou ser viúvo e morador no Arraial de Santa Rita, onde era proprietário de equinos (MO/CBG/CPO/LT 28(43), fls. 163v-168). Afirmou, também, possuir bens herdados dos pais, cujo inventário se achava na Vila de Viana, sendo que a legítima da mãe estava empenhada na mão de Luís do Rego em 500\$000 réis. Registrou, ainda, ser membro da Ordem Terceira de São Domingos e possuir como filhos Maria Jacinta, casada com José Pereira Passos, Ana Perpétua, viúva de Francisco de Faria Rocha, o padre Luís Eusébio de Amorim, Joaquim Pereira de Amorim, Mariana Clara, Ana Joaquina e Josefa Maria dos Santos.

Podemos perceber que Ana Perpétua pertencia a uma família de razoável poder econômico, visto seu pai ser filiado à Ordem Terceira de São Domingos.<sup>5</sup> Poderia, assim, ter convivido mais de perto com a escrita, posto que seu irmão era padre e pelo fato, sem justificativa, de fazer constar do testamento que não poderia assinar o documento. Entretanto, não mencionou o desconhecimento da leitura e da escrita. Na ocasião, Ana declarou, ainda, possuir como bens:

[...] Manuel banguela, o qual fica coartado, para dentro em seis anos; Timóteo cabra, o qual fica pertencendo ao reverendo capelão, onde eu for sepultada; Manuel crioulo, Rita cabra, e sua filha Lina deixo-as forras e libertas com cartas passadas com obrigação de só me servir enquanto eu viver. (MO/CBG/CPO/LT 50(69), fls. 99v-99v)

A testadora utiliza-se da escrita de maneira a registrar os critérios para as alforrias e a forma como seu sepultamento seria custeado, oferecendo o escravo Timóteo cabra ao reverendo capelão. Por outro lado, a despeito dos motivos ou causas do divórcio de Ana Perpétua, enfatizamos que, fosse para proteger os bens ou para reafirmar a “nova” identidade, adquirida após a separação do marido, a escrita do testamento objetivou explicar aspectos da intimidade que, se não alteravam a disposição dos legados, estampavam marcas identitárias bastante peculiares, mesmo que essas acabassem por imprimir certos estigmas sociais aos seus portadores.

---

<sup>5</sup> “[...] as ordens terceiras são associações pias que se preocupam, fundamentalmente, com a perfeição da vida cristã de seus membros. Embora vivendo no século, os terceiros se vinculam a uma ordem religiosa, da qual extraem e adaptam regras para uma vida cristã no mundo [...] A admissão é extremamente mais seletiva que nas irmandades [...] Via de regra, as ordens terceiras se caracterizam por serem associações de camadas mais elevadas, sendo a composição de seu quadro social mais sofisticada.” (BOSCHI, 1986, p. 19-20).

Marcas delimitadoras da identidade social do sujeito foram enunciadas, igualmente, no testamento de Maria Ribeiro de Meneses, elaborado em 27 de agosto de 1794, no Arraial de Santa Bárbara. Nesse documento há também menção às crias e enjeitados. Quando de sua redação, Maria Ribeiro disse ser natural da Costa da Mina, solteira e sem filhos. Ao ditar suas disposições, ordenou o enterro de seu corpo na capela do Rosário de quem era irmã e a condução do mesmo com esquife da Irmandade das Almas para o que lhe consignou quatro oitavas de ouro. Em seu testamento, manifestou:

Eu, Maria Ribeiro de Meneses, mulher solteira de sessenta para setenta anos de idade, abaixo assinada, de nação mina, liberta e moradora neste Arraial de Santa Bárbara, estando enferma, mas em meu perfeito juízo, faço meu testamento na forma seguinte [...] ordeno que se dê a Antônia, minha cria liberta, dez oitavas de ouro, outro tanto a Joana, irmã da mesma, outras dez oitavas a Luísa, digo a Luzia parda, minha enjeitada, e serão dadas oito oitavas de esmola a Mariana carneira. (MO/CBG/CPO/LT 48(67), fls. 208-208v).

Não era comum a declaração da idade em testamento, considerando-se que a informação da data exata do nascimento não deveria ser clara para os testadores, quanto mais em se tratando de ex-cativos, oriundos do continente africano. De todo modo, gostaríamos de destacar a forma como Maria Ribeiro inicia seu ditado: “Eu, Maria Ribeiro, mulher solteira, de sessenta para setenta anos de idade, abaixo assinada, de nação mina, liberta e moradora neste arraial [...]”. Tais informações compõem quadro identitário bastante rico. Proporcionam ao ouvinte/leitor, ausente ao ato de registro do testamento ou que não conheceu Maria Ribeiro, quase um “retrato” de como a narradora se via ou gostaria de ser vista. Ainda que a organização e a clareza da narrativa sejam obras de quem redigiu, o esmiuçar das características sociais, porque escrito em primeira pessoa, certamente teve origem no *enunciador* desse texto, o qual se coloca, assim, como protagonista da construção de sua própria imagem. Ao *escrever* sobre quem era, Maria Ribeiro reconstrói parte de sua trajetória de maneira sequenciada e cadenciada, dizendo, pela ordem, seu nome, sexo, estado em que se encontrava, quantos anos tinha, “naturalidade” e condição e onde vivia, para depois dizer, como de praxe, sobre suas condições de saúde. *Estando enferma, mas em seu perfeito juízo*, ordenou que se dessem esmolas à *cria*, à irmã da mesma e à enjeitada Luzia.

Apesar de não trabalharmos com os níveis de letramento dos sujeitos, é mister resgatar aqui as considerações de Tfouni (2000) acerca da autoria de um texto, ao afirmar que a ideia de autor está ligada “à noção de *sujeito do discurso* [...]”. Este seria, portanto, o estruturador da narrativa (oral ou escrita). Pelo que constatamos, Maria Ribeiro estrutura seu discurso a



partir desse *princípio organizador contraditório*. Ao *falar de si para escrever sobre si*, a testadora, durante a produção do discurso, constrói uma *autorreflexibilidade crítica*, criando uma *imagem* de si, forjada com base na subjetividade e nas ingerências sociais. O discurso não nasce apenas de suas lembranças e entendimentos, mas carrega elementos de *vozes sociais*, até mesmo ao construir a autorrepresentação. Ao *escrever* sobre quem era, a testadora pensa a respeito de si, porém, a partir da relação dialógica desenvolvida com as vozes emanadas do social, articula e reelabora aqueles dados que comporão seu retrato escrito. Isso possibilita, “no próprio texto, um retorno constante à forma como aquele sentido está sendo produzido” (TFOUNI, 2000, p. 42-43).

Maria Ribeiro não mencionou nenhuma informação a respeito de outras pessoas além das referidas, apenas deixando escrito o fato de sua *cria* Antônia ter sido liberta. Informação que a testadora julgou fundamental registrar, a liberdade de Antônia, de certa forma, confirma e exemplifica a existência de vínculos mais estreitos entre senhoras e suas *crias*, aproximando estas, muitas vezes, àquelas crianças enjeitadas que viviam em suas casas. De maneira geral, esses vínculos podem ser identificados nos relacionamentos existentes entre senhores e escravos.

Em diversas ocasiões, a redação dos testamentos denotou os laços estabelecidos entre esses dois personagens e, em outras tantas, explicitou a conquista e a materialização das manumissões daí ocasionadas. Essas liberdades, normalmente, se davam por instrumento específico, a *carta de alforria*. Inicialmente, no caso da liberdade condicional, o documento que antecedia a manumissão era a *carta de corte*, até que todas as condições para a liberdade fossem cumpridas pelo cativo. Devido a recorrência de menção a tais instrumentos nos textos testamentários, e, principalmente, à historicidade dos mesmos, acabamos por tomá-los como mais um dos *fios condutores* das narrativas. A interpretação das redações a partir dessas referências permitiu-nos conhecer um pouco mais da intimidade de nossas testadoras, expressa em seus escritos.

#### **4.2 A ESCRITA DA LIBERDADE: AS CARTAS DE ALFORRIA NA REDAÇÃO CARTORÁRIA**

Livres seriam, de acordo com as determinações de Joana Matildes Rosa, todos os escravos que, após seu falecimento, apresentassem *carta de liberdade* assinada por ela e pelo marido. Essa testadora, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas,

Comarca de Vila Rica, filha legítima de Antônio Ferreira e de Ana Francisca, elaborou o documento em 22 de dezembro de 1780. Era viúva de Manuel Pereira de Andrade e associada à Ordem Terceira de São Francisco. Na ocasião da feitura do testamento, ditou “[...] declaro que os escravos que por meu falecimento apresentarem carta de liberdade assinada por mim e pelo dito meu marido, José Dias Torres, sejam inteiramente libertos” (MO/CBG/CPO/LT 49(68), fls. 227v).

Não era inusitado haver nos testamentos menção às *cartas de alforria* ou às *cartas de corte*.<sup>6</sup> Tratavam-se ambas de documentos com valor legal, sendo que a primeira outorgava a plena liberdade ao escravo, podendo ser registrada em cartório. Redigida por quem de direito, seria comprada ou concedida gratuitamente e, neste caso, por vezes, a liberdade apresentaria-se na forma condicionada. Em Minas Gerais, tanto as alforrias gratuitas quanto as condicionais foram recorrentes nos testamentos. “Não havia grupos preferenciais destinatários de um ou de outro tipo, e a concessão dependia muito da condição financeira do testador e da convivência anterior entre senhor e escravo.” (PAIVA, 2007, p. 509-510). Quando concedida, a carta de liberdade transformava a condição do cativo que passaria, então, a ser forro ou liberto, diferenciando-se juridicamente dos escravos. Para a historiografia, no entanto, essa distinção não o colocava em situação social e/ou econômica de igualdade com os livres, principalmente brancos, não obstante, perante a lei, estivessem no mesmo patamar.<sup>7</sup>

De acordo com Sheila de Castro Faria, de maneira geral, os pesquisadores associaram a condição dos libertos à pobreza econômica, sem, contudo, verticalizarem as análises acerca das formas de vida desses sujeitos após a alforria. A principal alegação para tal associação é a de que as alforrias custavam caro e, para conseguir pagá-las, os escravos empenhavam

---

<sup>6</sup> Sobre a temática de manumissões, são autores centrais: Kátia Queirós Mattoso, que estudou a sociedade escravista baiana no século XIX em seu livro **Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX** (2004); Hebe de Castro (1995), em seu livro **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista-Brasil Século XIX**, que trabalha com todo o Sudeste Escravista no século XIX; Mary Karash (2000), em **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1800-1850**, e Sidney Chalhoub, em **Visões da liberdade**, apresentam como recorte espacial o Rio de Janeiro do século XIX; Laura de Mello e Souza, que aborda a temática para Minas Gerais, no século XVIII, em sua obra **Norma e Conflito** (1999), e João José Reis, que em **Negociação e Conflito** (1989) enfoca as negociações e os conflitos que perpassavam as relações entre escravos e senhores, bem como os estudos presentes na coletânea organizada por esse autor: **Escravidão e invenção da liberdade; estudos sobre o negro no Brasil** (1998). Para Minas Gerais, particularmente para a Comarca do Rio das Velhas no século XVIII, ver: Kathleen J. Higgins, “**Licentious liberty**” in **a Brazilian gold-mining region** (1999) e Eduardo França Paiva, em **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII** (1995). Sobre a incidência das práticas de manumissão em Minas Gerais e a postura das autoridades, ver: Andréa Lisly Gonçalves, em **As margens da liberdade: estudos sobre as práticas de alforrias em Minas colonial e provincial** (2011).

<sup>7</sup> A este respeito ver, dentre outros: FIGUEIREDO (1993).

praticamente todas as economias feitas durante a vida de cativo. Por conseguinte, seria praticamente impossível conseguirem amealhar pecúlios novamente.

Discordando dessa perspectiva, especialmente com relação às mulheres, Faria, em estudo intitulado *Mulheres forras: estigma e riqueza social*, tece amplo diálogo com a historiografia e reconhece que uma das “poucas unanimidades entre os historiadores é a ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de bem menos numerosa na população escrava” (FARIA, 2000, p. 70). No entanto, sustenta que não devemos

[...] considerar de maneira absoluta como pobre o proprietário de um único escravo, principalmente porque a grande maioria da população economicamente ativa da sociedade escravista não tinha condições de ter nem mesmo um. Mulheres proprietárias de escravos, qualquer que tenha sido sua condição social, não podem ser consideradas pobres, no sentido econômico do termo. (FARIA, 2000, p. 83).

Numa atitude revisionista das próprias reflexões e apropriando-se de fontes diversificadas, a autora busca evidenciar que “as mulheres forras ou de cor livres souberam administrar, como poucas, os recursos que adquiriram, sempre com referências possíveis às suas culturas de origem” (FARIA, 2000, p. 89). Exercendo atividades diversificadas, essas mulheres conseguiram acumular recursos ou usaram diferentes estratégias para alcançar a manumissão. Depois de libertas, transformaram-se em proprietárias e, não raro, tiveram a posse tanto de bens de raiz quanto de bens móveis, sem, contudo, terem ainda merecido, sob esse aspecto, o devido interesse da historiografia.

Em nossa pesquisa, não privilegiamos tal segmento social. Entre as testadoras provenientes de distintas frações sociais, levantamos o número das proprietárias de escravos e que, ao testarem, declararam a alforria de mancipios (de um ou mais) em qualquer uma das modalidades, como pode ser verificado no gráfico abaixo.

Gráfico 5 – Testadoras e posse de escravos



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Dos 557 documentos existentes no banco de dados, em 37% deles há menção a alguma modalidade de alforria paga ou gratuita (direta ou condicional), sendo que 65% das testadoras afirmaram possuir escravos (um ou mais). Do total de testamentos, em 35% não há referência a esse tipo de posse. Dado o expressivo número de proprietárias de escravos, foi possível perceber porque nos textos testamentários as descrições de situações que envolviam cativos e/ou ex-cativos eram constantes. O relato das relações entre senhores e seus escravos, bem como com muitos daqueles que já se encontravam alforriados, fez parte da gerência dos bens, mas, em última instância, da construção de uma memória concernente às relações estabelecidas a partir das convivências. Tal memória, como demonstrado, foi construída e redigida com base nas ocorrências cotidianas, mas também pautada em lembranças fragmentárias e adaptadas a certa forma e fórmula de se escrever.

Não apuramos a média numérica das testadoras, pois a declaração ou a nominata de seus cativos em testamento não significa que possuíssem somente aqueles. Some-se a isso o fato de, em alguns textos, encontrarmos apenas a afirmação da propriedade de escravos, sem a quantificação ou citação dos nomes desses.

Como observamos no Gráfico 5, nas fontes trabalhadas nesta pesquisa há um percentual importante de mulheres proprietárias de cativos e que versaram a respeito das relações estabelecidas com os mesmos. A nosso ver, elas quiseram não apenas alforriá-los diante da iminência da morte ou ainda legá-los como pertences. Na narrativa de seus textos, fizeram mais. Buscaram registrar trajetórias, resguardar direitos, construir representações sobre seus lugares sociais enquanto proprietárias e valorizar, também, aquilo que haviam conquistado. Ao “escreverem” sobre os cativos, declararam sentimentos, fazendo perenizarem-se, por meio da escrita, seus posicionamentos nestas relações, fossem eles reais ou meras construções narrativas.

De acordo com Faria, como era de costume, a escravidão atingiria seu fim ou pela morte natural do escravo ou pela liberdade adquirida, isto é, a alforria, a qual poderia ser comprovada de três maneiras. Em suas palavras:

No caso da alforria, havia três modos legais de um ex-escravo comprovar seu estado de livre: a carta ou “papel de liberdade”, assinada somente pelo senhor ou por outro, a seu rogo, algumas vezes registrada em cartório, em livros de notas, outras somente como um papel particular; o testamento ou

codicilo; a pia batismal. Todas as formas, mesmo as particulares, valiam como comprovação da liberdade. (FARIA, 2000, p. 66-67).<sup>8</sup>

No caso dos escravos alforriados por meio da coartação,<sup>9</sup> isto é, àqueles que conseguiam a liberdade, em prazo determinado, com pagamento parcelado, era concedida a “carta de corte”, que se diferenciava da carta de alforria. Aquela permitia ao escravo trabalhar tanto próximo dos domínios do senhor quanto fora deles. A esse respeito, Stuart B. Schwartz esclarece que o escravo coartado “não era o mesmo que um mero escravo, nem tampouco se igualava ao forro, situando-se de fato num meio caminho entre uma condição e outra” (SCHWARTZ, 1988, p. 158). Essa autonomia do escravo era, na verdade, determinada por seu proprietário, informação não obrigatoriamente presente em sua carta de corte.

Andréa Lisly sublinha a importância desse documento na garantia do cumprimento do contrato firmado entre senhores e cativos. No entanto, parece não existir consenso historiográfico relativamente ao momento de transferência da carta de corte ao seu destinatário, isto é, ao escravo coartado. Laura de Mello e Souza pondera que o escravo apenas o obteria quando pagasse por todo o valor determinado para a manumissão. Desse modo, a autora acaba conferindo ao documento proximidade ou quase similitude com a carta de alforria. Ponto de vista diferente é o de Eduardo Paiva, quando esclarece ser inabitual o registro desse tipo de papel em cartório. A carta de corte, portanto, não deve ser entendida como documento comprobatório da manumissão. Ao findar as condições impostas pela coartação, nova carta ou documento seria elaborado, o que poderia ocorrer, também, copiando-se o conteúdo da carta de corte.

Com relação à carta de alforria, em estudo respeitante à Comarca do Rio das Velhas, Paiva nos mostra que esse instrumento comprovava os limites da condição social do liberto, pois era concedido ou vendido pelos proprietários, funcionando, em algumas situações, como mecanismo de controle e manutenção dos vínculos de dominação entre senhores e cativos. Estes almejavam a todo custo a liberdade, submetendo-se, muitas vezes, aos condicionalismos impostos pelos senhores e, em outros casos, desenvolvendo estratégias de resistência à escravidão, consubstanciadas na apropriação dos valores dominantes e na adaptação ao sistema, ainda que de forma teatralizada.

---

<sup>8</sup> A autora afirma que existiam três formas do escravo comprovar seu estado de *livre*. No entanto, chamamos a atenção para o fato de ser tratar, na verdade, da comprovação do estado de *liberto*.

<sup>9</sup> Eduardo França Paiva define a *coartação* como uma modalidade de liberdade em que o pagamento é feito pelo escravo e/ou terceiros por meio de parcelas, em tempo determinado. Nesse tipo de manumissão, “o coartado afasta-se, geralmente, do domínio do senhor, conseguindo deste último autorização por escrito – carta de corte – para trabalhar em outras regiões e para obter pecúlio. Às vezes, a coartação era acertada verbalmente e dispensava o acordo por escrito.” (PAIVA, 1995, p. 21-22).

As cartas de alforria poderiam, assim, apresentar para os escravos um caráter paradoxal: se, por um lado, eram a materialização do sonho de se ver livre do cativeiro, por outro, exerciam função de controle e de subserviência. Kátia Mattoso, analisando a realidade das alforrias em Salvador no século XIX, assevera que a emissão dos papéis de liberdade significou uma prática que, ao mesmo tempo, fazia despontar esperanças e ilusões em homens e mulheres no escorregadio e delicado caminho da busca pela alforria.

Cabe lembrar que, apesar de serem os escravos os maiores interessados na manumissão, esta também se constituía, tanto para os senhores quanto para o Poder metropolitano, num importante mecanismo de controle social. Ao condicionar as manumissões, os senhores teriam, pelo menos durante o prazo estabelecido para a efetivação da liberdade, aquele cativo debaixo de seu olhar vigilante. Nesse sentido, frisemos que, muito embora os textos testamentais (e as próprias cartas de alforria) busquem ressaltar as supostas relações de afeto e cumplicidade entre senhores e escravos, as alforrias (condicionais e coações) apresentavam-se como meio de controle exercido pelo proprietário sobre seu escravo. Em última análise, as condições impostas tratavam-se, na verdade, de obstáculos para a concretização das liberdades, sendo tais condições, recorrentemente, descritas em testamento. Essas narrativas poderiam descortinar as negociações estabelecidas entre cativos e proprietários. Nas palavras de Ligia Bellini:

Na convivência cotidiana, na micropolítica da vida diária, podemos observar escravo e senhor tendo frequentemente que negociar entre si, enfrentar-se, fazer acordos, enfim, criar espaços em que um e outro têm sua chance de exercer influência e pequenos poderes [...] Trata-se, na realidade, de jogos singulares de poder e sedução [...] são fatos que faziam parte da rotina diária da escravidão no Brasil [...]. (BELLINI, 1998, p. 74-75).

Esses *jogos singulares de poder e sedução* devem ser compreendidos como marcas sociais. Na Capitania de Minas Gerais, a incidência dessas práticas foi atestada por diferentes historiadores. Mesmo sob a onipresença do aparelho administrativo metropolitano no território mineiro – que se processou por fatores de ordem diversa<sup>10</sup> –, do desenvolvimento de especificidades administrativas e da preocupação das autoridades em manter essa sociedade sob controle, na visão das autoridades a população configurava-se eminentemente mestiça,

<sup>10</sup> Análise referencial a respeito da temática encontra-se no artigo de Francisco Iglésias (1974). Acerca da administração colonial mineira, reporte-se às obras de Laura de Mello e Souza: **Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII** (1982); **Norma e conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII** (1999); **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII** (2006). Especificamente sobre a relação da administração portuguesa e as práticas de manumissão em Minas Gerais, cf. Andréa Lisly Gonçalves, **As margens da liberdade: estudos sobre as práticas de alforrias em Minas colonial e provincial** (2011), em especial o capítulo 3.

“instável” e, por isso, perigosa. Tal realidade traduzia a complexidade e as peculiaridades da Capitania, em que uma “sociedade mais fluida, volúvel e complexa” se constituía, exigindo, desse modo, especial atenção das autoridades reinóis. De acordo com Caio Boschi, nas Minas Gerais coloniais:

[...] negros e negras forras, mulatos, trabalhadores livres, dentre outros elementos, exigiam destes administradores um cuidado especial [...] Assim, por dinâmica social particular, as Minas Gerais demandavam da metrópole e dos representantes desta, para ali deslocados, uma capacidade administrativa que não podia estar submetida a regras e normas genéricas [...]. (BOSCHI, 2002a, p. 96-97).

A natureza fluida e volátil dessa sociedade e a superioridade da população mestiça em relação à branca, levou à construção de um “imaginário político próprio às Minas” que “incluía o segmento dos libertos, fosse de origem africana ou até mesmo de mestiços”, sendo que “as preocupações do governo colonial com a prática das alforrias, portanto, obedeciam a imperativos de ordem política” (GONÇALVES, 2011, p. 111). Ressaltemos, contudo, ser assente na historiografia o entendimento de que, apesar de todas as medidas empregadas pelas instituições de poder coloniais no sentido de coibir as alforrias nas Minas, o número de manumissões na Capitania foi expressivo, pelo menos nos espaços mais urbanizados, demarcando a pouca eficácia das medidas do governo colonial (GONÇALVES, 2011, p. 111).

De qualquer maneira, advogamos que os procedimentos relacionados às alforrias, porque recorrentes, de certo orientaram e preencheram os conteúdos das fontes selecionadas em nossa investigação. Não é objetivo desta pesquisa, todavia, discutir as políticas de alforria na sociedade mineira colonial. Pretendemos, tão somente, entender como as manumissões, em suas diferentes modalidades, foram escritas e descritas na redação dos testamentos. Isto é, buscamos evidenciar a maneira pela qual a escrita foi utilizada para estampar e ao mesmo tempo materializar a dinâmica das alforrias.

Para compreendermos essas narrativas, devemos ter sempre em conta o contexto em que elas ocorreram. Assim, torna-se importante esclarecer que os escravos que ora aparecem como os “destinatários” das liberdades atuavam num espaço urbano, desempenhando atividades de natureza diversa, tanto na esfera doméstica quanto fora dela. Realizavam trabalhos ligados à mineração, à agricultura, ao comércio e/ou ao artesanato. Tal aspecto é fundamental, pois, devido à dinamicidade econômica, social e cultural característica do cenário urbano, o número de manumissões se mostrou maior, denotando estratégias e

negociações existentes entre proprietários e cativos e que eram esboçadas das mais variadas formas.

Andréa Lisly Gonçalves, ao analisar as práticas de manumissão em Minas Gerais, interpreta:

A própria ausência de normas estritas que regulassem os assuntos relacionados às manumissões levava a que os papéis de liberdade, *registrados nos Livros de Notas do Tabelião*, contivessem uma variada gama de informações tão numerosas quanto os arranjos específicos estabelecidos entre senhores e escravos com vistas à obtenção ou à concessão da alforria. (GONÇALVES, 2011, p. 20, grifos nossos).

Tal variação de informações pode ser conferida, em igual medida, nos textos dos testamentos. Entender as escrituras, entrelaçadas ao social, facultava-nos a possibilidade de evidenciar a atuação dos agentes, particularmente, aqui, dos *sujeitos autores*, e, paralelamente, de compreender a forma, a importância e a função de se “escrever” determinados textos.

Ainda sobre “os papéis de liberdade”, Gonçalves (2011) nos esclarece que os textos podem demonstrar, por vezes, que as manumissões não beneficiaram somente os cativos, mas, igualmente, aqueles situados “no outro polo da relação”, isto é, os senhores. Da mesma maneira, de acordo com a autora, os alforriados poderiam influenciar na forma como a liberdade se concretizaria. Ora, se interesses distintos delineavam os modos como as manumissões se dariam, talvez não fosse incorreto inferir que também as escritas sobre as alforrias, embora formatadas pelos padrões da estrutura documental, apresentassem desenhos múltiplos, materializados em variações e individualizações discursivas. Sobre a libertação da escrita das cartas de alforria das molduras textuais, Gonçalves assevera:

O uso de fórmulas na redação das cartas de alforria, por sua vez, se conferia alguma padronização a esses documentos não impedia que de suas linhas se insinuassem situações particulares, desejos ensejados por situações específicas nas quais se baseavam determinadas relações entre senhores e escravos. Afinal, em um contexto no qual prevaleciam as noções de direito privado no domínio dos escravos curioso seria se o arbítrio do senhor não transparecesse na redação do documento. (GONÇALVES, 2011, p. 19).

Redação que era erigida não somente nos papéis de liberdade, mas também nos textos por nós analisados. Constatamos esse fato na escrita do testamento de Quitéria Veloso Carvalho, exarado em 2 de junho de 1794. A testadora rogou para que assinassem o documento e afirmou não saber ler nem escrever. Era filha natural de Maria [?] de Sena, crioula forra, e de pai desconhecido, revelou possuir:



[...] uma escrava por nome Florência angola, Inês também angola, João angola e Clara, nação mina e a crioula Maria da Trindade, filha da minha escrava Inês [...] dois tachos de cobre um grande e outro pequeno, e os demais trastes que se acharem depois do meu falecimento. Deixo coartadas as duas minhas escravas Florência e Inês, ambas angolas, por preço de oitenta oitavas cada uma para satisfazer em quatro pagamentos anuais e fizerem até o terceiro pagamento e [?] alguma coisa do último, querendo mais tempo para a satisfação do resto, lhe dará meu testamenteiro o preciso tempo para satisfação, atendendo sempre para as poucas conveniências que hoje se faz. E a crioula Maria da Trindade, a declaro forra para sempre, pelo muito amor que lhe tenho, e bastará uma certidão desta verba para lhe servir de título de sua liberdade. (MO/CBG/CPO/LT 48(67), fls. 45-45v).

Elencando seus bens, Quitéria inicia o texto nomeando as escravas e identificando a origem e o parentesco das mesmas, para, em seguida, listar outros pertences. Dispõe com detalhes de que modo se dará a alforria de Florência e de Inês, além de argumentar, reforçando suas disposições, que, caso fosse necessário, o testamenteiro aumentaria o prazo com a finalidade das duas conseguissem pagar a quantia estabelecida.

A dimensão deste último argumento manifesta o desejo da testadora em facilitar, de alguma forma, a liberdade das duas cativas. Como se não bastasse registrar sua vontade em testamento, prevê e adianta uma possível dificuldade das escravas em conseguir comprar as liberdades. Esse tipo de precaução, frequente nas disposições testamentárias, atribui à escrita sentido particular, pois coloca a própria determinação em perspectiva, como que antevendo a impossibilidade de sua concretização. Podemos observar que a enunciação da testadora, partindo do pressuposto e da reflexão sobre provável acontecimento futuro, isto é, de hipótese certamente fundamentada na realidade que vivenciava, permitiu-lhe tecer considerações e apresentar soluções a respeito de supostas dificuldades no cumprimento daquilo que havia disposto. Utilizou-se da escrita do testamento com a intenção de defender suas escravas de um possível, ainda que remoto, retorno ao cativeiro, assegurando-lhes melhores condições para garantir a liberdade.

Quitéria Veloso registra, também, o sentimento de *muito amor* que afirmava possuir pela cativa Maria Trindade. Mais do que simples crônica da convivência, no texto dessa testadora insinua-se a existência de relações de cumplicidade entre a proprietária e a escrava, desaguando, para Maria Trindade, na facilitação da comprovação de sua condição de liberta. A afirmativa de que “bastará uma certidão desta verba para lhe servir de título de sua liberdade” acaba por reforçar a intenção de alforria, tornando-a de mais fácil comprovação. Dispensa-se, nesse caso, a carta propriamente dita. Assim, bastaria uma certidão feita a partir da cláusula em testamento para Maria Trindade ver-se, juridicamente, livre. Esse dado é

bastante significativo, visto que na sociedade escravista a carta de alforria era documento compreensivelmente sonhado pelos cativos e, ainda que a liberdade por ela conferida não possibilitasse aos forros iguais condições de vida às dos brancos, era inegável o seu valor. Quitéria Veloso faz uso da escrita do testamento, nesse aspecto, para avaliar a condição de forra de sua escrava, independentemente da existência de instrumento específico para tal finalidade. Despregando-se da vida e tomando forma no papel – fosse pelo *muito amor* que a testadora dizia sentir, fosse pelas negociações existentes entre ela e sua escrava –, os sentimentos, vínculos e “combinados” transformavam-se, pela via da *enunciação oral*, em textos capazes de alterar as condições de existência dos sujeitos.

Dando continuidade às disposições, a testadora define:

[...] declaro que devo toda a compra do escravo João angola e é minha vontade que, pelo amor que lhe tenho, fique coartado em [?] libra de ouro que irá dando o seu jornal de mês em mês que tocar [*pro rata*] daquela quantia, de que se lhe dará recibo para se regular os pagamentos; e com o [?] que der seja satisfeito o preço porque o comprei; e logo se lhe passe carta de liberdade. (MO/CBG/CPO/LT 48(67), fl. 45v).

Referindo-se, no caso do escravo João angola, à carta de liberdade, Quitéria Veloso diferencia o caminho da obtenção da alforria para esse escravo em relação àquele traçado para Maria Trindade. Particularidades e ocorrências que permitem vislumbrar, nas linhas escritas, as relações e as negociações estabelecidas entre os agentes e as intencionalidades que têm por base o conhecimento das formas existentes para a concretização da liberdade. O contexto *extraverbal*, enquanto constituinte da *enunciação* da testadora, mostra-se nítido nesse momento. Mesmo declarando possuir *amor* por esse escravo, assim como o fez referentemente à cativa, o texto se modifica e revela acontecimentos (a dívida relativa à compra do escravo) e condições (a forma como se daria a coartação) dispostos de maneira bastante clara.

Deliberando de forma coerente e consciente, a senhora de João angola demonstra possuir a *compreensão do horizonte espacial* no qual a escrita acontece, pois num caso realiza a *avaliação* de que com a escrita testamentária poderia conferir legitimidade à condição de forra de Maria Trindade, a partir de uma certidão, dispensando a carta de alforria. No outro, determina as condições da coartação de João angola e, por arremate, explicita como se daria o pagamento da dívida, exprimindo o conhecimento do *contexto social comum* aos interlocutores. O *conhecimento*, a *compreensão* e a *capacidade avaliativa* acerca da realidade

remetem, como visto, a critérios centrais da *enunciação*, constituindo-se esta, assim, como desempenho autoral numa *situação de comunicação*.

Ao desempenhar o papel de *autora* de suas disposições, também Francisca [?] da Silva, natural da Freguesia de Caeté, filha legítima de Bernardo de Campos e Francisca Romeira da Silva, deixou alforriada uma escrava, para o que ordenou lhe passassem carta de liberdade. Essa testadora marcou o testamento em cruz e declarou não saber ler nem escrever. Era mãe de oito filhos e irmã da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Ao ditar seu testamento, em 15 de maio de 1780, afirmou:

[...] declaro que, por ora, por mercê de Deus, não devo dívidas avultadas e sim algumas módicas. Declaro que uma escrava que possuo e [que] se chama Rosa, de nação mina, por ter dela recebido o seu justo valor em bons serviços que me tem dado o benefício de todo o monte de meus bens, a deixo forra com sua carta de liberdade, e os meus herdeiros a conservarão em a dita minha fazenda enquanto ela viver e nela quiser estar fazendo suas plantas e só a botarão [para] fora se o seu procedimento for escandaloso [...]. (MO/CBG/CPO/LT 37(55), fls. 100-101v).

Rosa, por conquistar sua alforria *pelos bons serviços prestados*, além da carta de liberdade, teria o direito de se “conservar” na fazenda da testadora se assim o desejasse. Francisca, ao relatar as disposições relativas à escrava, confere à redação do testamento a tônica de reconhecimento e de gratidão. Além disso, emprega a escrita de maneira prospectiva, projetando a trajetória de Rosa, quando da sua condição de liberta. *Consciente* da mudança que esse novo estatuto acarretaria, evidencia o *conhecimento* da realidade, ao *avaliar* as prováveis dificuldades que a ex-escrava viria a enfrentar. Desse modo, dado o *reconhecimento* da importância dessa escrita, determina, em testamento, não só a alforria, mas a proteção de Rosa, por meio do acolhimento, da permanência e da possibilidade de continuidade de seu trabalho na fazenda, no limite, do cultivo de suas plantas.

Condiciona, todavia, essa permanência ao procedimento adequado que Rosa deveria apresentar. Informada pelos valores morais da época, que diziam respeito às condutas não escandalosas, Francisca Silva “escreve” de maneira a conferir proteção à liberta, mas utiliza-se, igualmente, da redação do testamento para preservar seus herdeiros e entes de futuros problemas relacionados ao comportamento de Rosa. Nessa medida, a escrita revela o *julgamento* e a *avaliação* realizados pela testadora, os quais levaram à construção de um texto que apresenta marcas particulares de autoria, expressas, sobretudo, em trecho de caráter preventivo e cauto.

Prevendo situações futuras, agora, Ana Cruz Ribeiro, solteira, filha de Inácia da Cruz Ferreira e de Jerônimo Ribeiro Castro de Ataíde, ao elaborar o testamento, em 17 de junho de 1783, declarou relativamente à filha Maria Antônia, “com idade de mais ou menos 20 anos”, que a emanciparia “[...] por ter idade, capacidade e boa economia para reger os bens que por meu falecimento lhe ficarem e a instituo por minha herdeira e testamenteira [...]” (MO/CBG/CPO/LT 37(55), fls. 116-120v).

A testadora rogou para que assinassem o testamento<sup>11</sup> e determinou, ademais, que a filha ensinasse ao mulatinho, morador em sua casa, um ofício que lhe fosse útil. A escrita desse testamento acaba por assumir função bem mais ampla do que a disposição dos bens. Esclarecendo sobre as relações familiares e domésticas, Ana Cruz Ribeiro revela a confiança depositada em sua filha e assenhora-se da escrita, inclusive, com a finalidade de legalizar a emancipação de Maria Antônia. Ao texto testamental é atribuído, nesse trecho, o valor de *registro de emancipação*.

O fato de instituir a filha como testadora denota, além da confiança e da vontade de conferir-lhe poder para reger os bens, o *conhecimento*, por parte da *enunciadora*, do cumprimento de certos trâmites no sentido de operacionalizar sua vontade. Para fazer valer sua disposição, Ana tanto elegeu a filha como testamenteira quanto a emancipou, legalizando, assim, seu objetivo. Mesmo orientada a proceder de tal forma, certo é que, na ocasião da escrita do testamento, deixou descortinar a *compreensão* de como deveria agir naquele momento para atingir seu intento, característica que, como vimos, numa situação de comunicação, pode ser identificada como sinal de *autoria* de texto.

Na sequência de suas disposições, Ana Cruz alforria a negra Narcisa, “pelos bons serviços, para que minha testamenteira e herdeira sem perda de tempo assim o cumpra”. A escrita de Ana Cruz, nessa passagem, apresenta-se como ato que desencobre práticas sociais arraigadas. As manumissões pelos “bons serviços” surgem como justificativa constante nos testamentos, podendo tanto denotar sentimentos de gratidão ou reconhecimento, quanto revelar negociações estabelecidas entre senhores e escravos. De qualquer modo, aqui, a testadora enuncia valores e hábitos familiares, a exemplo do reconhecimento pelos *bons serviços* e da urgência e importância da alforria para os cativos. Ao continuar o ditado do testamento, diz:

---

<sup>11</sup> A testadora alegou não poder assinar o testamento, sem mencionar se sabia ou não escrever.

[...] que é também minha vontade que Narcisa mulata, Bernarda também mulata, Vivência, também mulata, todas de idade de mais de vinte e seis anos, servirão à dita minha filha, minha única herdeira e testamenteira, doze anos, do dia do meu falecimento em diante, fixados os quais lhes passarão suas cartas de liberdade com condição que, para haver de ter lugar esta minha vontade e sustentar-se esta verba, prestarão os serviços respectivos, ditado (*sic*) e este tempo com todo aquele amor e obediência que eu delas confio; e, no caso de obrarem o contrário, pode [?] vender por que desde que [haja], hei por revogada esta verba. (MO/CBG/CPO/LT 37(55), fl. 117).

Para compor o quadro das disposições relativas aos escravos, a testadora estabelece as condições para as manumissões de Narcisa, Bernarda e Vicência. Cabe sublinhar que, nesse testamento, a “concessão” da liberdade contemplou um grupo de cativos, apresentando diferentes condições para sua concretização. Característica dos jogos de poder estabelecidos entre senhores e escravos, as condições impostas para as manumissões deixam à mostra mecanismos sutis de dominação. Embora não fossem pagas, tais liberdades estavam condicionadas por determinações expressas tanto nos papéis de liberdade, quanto, em muitos casos, nos testamentos. Essas condições referiam-se ao cumprimento do trabalho, à fidelidade e subserviência e, até mesmo, aos sentimentos que os cativos deveriam manter pelo herdeiro de seu antigo senhor, agora seu atual proprietário.

Amor e obediência foram as imposições feitas por Ana Cruz para que as referidas escravas obtivessem a alforria. Escrever sobre a diligência com que elas sempre a trataram ilustra certo *conhecimento* dos efeitos da escrita. A *compreensão* de *como* escrever e o emprego da escrita de forma perspicaz, em que o argumento elogioso busca reforçar, assim, a dominação e a obediência. Apesar do discurso não ser tão intencional, a imposição da obediência e do amor como condição para a liberdade desvenda o propósito da testadora em, durante doze anos após o seu falecimento, manter as escravas exercendo serviço fiel, prestimoso e cordato a sua filha.

Não obstante a escrita ter ou não sido realmente utilizada de forma a constatar a eficiência e solícitude dessas escravas, é inegável que as palavras empregadas por Ana Cruz, quais sejam, amor e obediência, embalam em ritmo aconchegante a narrativa. Sob tal aspecto, reportamo-nos novamente a Tfouni (2000), para quem o autor confere ordenamento ao discurso. Essa construção discursiva ordenada possui intencionalidades, as quais produzem certos *efeitos de sentido*, podendo construir o sentimento de cumplicidade entre os agentes envolvidos na situação comunicacional. Ao afirmar os supostos sentimentos que permearam sua convivência com as escravas, a narradora acaba por *direcionar* o texto, conseguindo, assim, exercer certa *composição* no *sujeito interpretante*.

A revelação de inconfidências, prendendo e direcionando o olhar do ouvinte/leitor, surge demais no texto de outra testadora, Micaela Coelho, quando narrou aspectos da convivência com seu cativo. Sedução e embriaguez foram os motivos por ela alegados para conferir ao escravo a carta de liberdade. Micaela era viúva do sargento-mor Antônio Monteiro dos Santos e possuía seis filhos. No entanto, não localizamos o testamento, tampouco o inventário de seu falecido marido. A testadora era congregada da Irmandade de São Francisco e deixou quantias em dinheiro para ajudar o hospital da Vila de Sabará, onde morava. Em seu testamento, lavrado aos 9 de março de 1814, não há a identificação de sua naturalidade nem sua filiação. Na altura, revelou: “declaro que fui seduzida e embriagada por meu escravo Júlio, para lhe passar uma carta de liberdade, como, com efeito, passei” (MO/CBG/CPO/LT 72(90), fls. 10v-13v).

Em seu texto não encontramos detalhes sobre o que havia ocorrido. De qualquer maneira, é interessante perceber que, nesse caso, a escrita foi utilizada para denunciar o “engano” no qual havia incorrido devido à artimanha do escravo. Nessa versão dos acontecimentos, fez questão de mencionar que a carta de alforria era legítima, isto é, realmente havia sido passada por ela. Em contrapartida, expõe os motivos “ilícitos” empregados pelo escravo para obtê-la, argumentando de maneira a convencer o ouvinte/leitor de que havia sido ludibriada.

Nas sociedades do Antigo Regime, em terras coloniais, sendo mulher viúva, era necessário à testadora reafirmar e comprovar honestidade e retidão. Nesse contexto, as mulheres, ao enviuvarem-se, deveriam manter-se honestas, vivendo em recato e com comportamento adequado, isto é, tendo conduta moralmente aceita, a qual se pautava nos valores cristãos. Com essa intenção, muitas passavam, inclusive, a viver como “recolhidas” em instituições leigas.<sup>12</sup> Os recolhimentos eram espaços que abrigaram viúvas, solteiras, adúlteras, órfãs e religiosas. Nessa medida, serviram, também, para reprodução e manutenção da dominação masculina, visto que, devido à “fragilidade” de seu sexo, as mulheres eram consideradas como mais vulneráveis aos “pecados da carne”. Consequentemente, as práticas culturais vividas e exercidas por esses atores no contexto colonial, bem como as ações daí decorrentes devem ser captadas em sua historicidade, ou seja, levando-se em consideração o discurso misógino característico daquela sociedade. Isso não significa dizer, no entanto, que

---

<sup>12</sup> A institucionalização desse tipo de reclusão feminina foi estudada por Leila Mezan Algranti, em **Honradas e devotas: mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822** (1993).

as mulheres não exerceram poderes ou não atuaram nas esferas pública e privada, desenvolvendo estratégias de negociação no cenário social.

Ao abordar as discussões teóricas referentes às questões de gênero, Rachel Soihet (2003) sublinha a importância de se analisar os espaços de ocupação pelo poder feminino no decurso da história. Para tanto, demonstra a existência de estudos teóricos defensores da necessidade de as pesquisas pertinentes abordarem a esfera política da questão. Explica, todavia, que alguns pesquisadores acreditam que, somente ao atravessarmos as fronteiras do universo político e centrarmos-nos no cotidiano, no ambiente privado e no trabalho doméstico, seria possível desvendar os espaços e as formas da atuação feminina. Para Soihet:

Os estudos sobre a sociabilidade feminina que deram lugar a importantes trabalhos sobre o lavadouro, o forno, o mercado, a casa, assim como os estudos sobre os tempos marcantes da vida, tomando como objetos o nascimento, o casamento e a morte são destacados. Daí não se aterem unicamente à esfera pública, objeto exclusivo, por largo tempo, do interesse dos historiadores impregnados do positivismo e de condicionamentos sexistas. Explica-se, assim, a emergência do privado e do cotidiano, nos quais emergem com toda força a presença dos segmentos subalternos e das mulheres. Longe está o político, porém, de estar ausente dessa esfera, na qual se desenvolvem múltiplas relações de poder. (SOIHET, 2003).

Evidenciar os âmbitos de atuação das mulheres nos processos culturais cotidianos é opção metodológica inscrita no quadro de renovação historiográfica e afasta-se de perspectivas analíticas tradicionalmente sexistas. Entretanto, a despeito de se evitar o binômio “dominação/subordinação”, não se deve esquecer a existência da hierarquia, da opressão, das desigualdades e violências que, muitas vezes, caracterizam o contato entre os sexos. Elas são marcas da dominação masculina, sem prejuízo da existência do que a autora denomina de *contrapoderes* femininos, como a maternidade, o poder social, o poder sobre outras mulheres e as compensações no jogo da sedução e do reinado feminino. Ressaltam-se, nesse ponto, as alianças e os consentimentos por parte das mulheres. Em última análise, cabe realçar que, no jogo social, a dominação masculina não pode ser considerada como portadora de caráter absoluto.

Voltemos, então, à narrativa de Micaela Coelho. Num olhar mais ligeiro sobre o texto produzido, parece aflorar na redação a “fragilidade” do sexo feminino. Porque embriagada, seduzida e enganada, teria outorgado ao escravo a carta de alforria. No entanto, se analisarmos o conteúdo, espreitando por trás do que foi dito, entenderemos que, se por um lado a testadora se justifica, confidenciando a suposta *fraqueza*, por outro se posiciona, fazendo o registro da narrativa de maneira a convencer o ouvinte/leitor. Isto é, se não invalida

a carta, posto que realmente a havia concedido, coloca em xeque a credibilidade das condições da realização da concessão. Micaela possuía *consciência*, portanto, do *que* queria “escrever” e da *forma* como deveria construir a narrativa. Seus argumentos têm a intenção de isentá-la de responsabilidade sobre uma alforria que não gostaria ou não poderia ter concedido.

Por meio de narrativas como a de Micaela, adentramos a esfera do privado e do cotidiano e percebemos detalhes das vivências sociais desenroladas no interior das casas, bem como as estratégias desenvolvidas pelas mulheres para manifestarem-se socialmente, dadas as limitações e a imposição do silêncio guardado em relação aos acontecimentos da vida pessoal. No jogo das interações sociais, a utilização da escrita por essa testadora configurou-se como meio de atuação, de posicionamento e, por que não dizer, acabou por transformar a redação do testamento em mecanismo de contrapoder, independentemente dos acontecimentos terem ocorrido da maneira como os narrou. Trata-se, na verdade, de escrita tradutora das relações de poder engendradas na sociedade da época.

Visualizado a partir das relações de poder que permeiam as vinculações entre os sexos, o cenário social se traduz como palco de conflitos e confrontos e, igualmente, de elaboração de estratégias. As mulheres, ao exercerem seus papéis, assumem o lugar de sujeitos formuladores da vida social. São portadoras de identidades, singularidades e subjetividades. Sujeitos históricos atuantes que imprimem modificações no mundo do trabalho, da política, da afetividade. Ocupam e constroem, simultaneamente, o espaço público, embora inseridas, por vezes, no ambiente doméstico.

Tal compreensão tem por base, como exposto, os estudos de gênero e as orientações da história social, principalmente da historiografia inglesa, respeitantes à superação das visões limitadoras e compartimentadas da realidade, destacando-se a atuação dos sujeitos nos emaranhados culturais vivenciados na esfera pública e privada. De idêntica maneira, as reflexões desenvolvidas no interior da história cultural indicam caminhos para que possamos compreender as representações e as práticas engendradas pelas mulheres configuradoras do porvir social. Ao salientarem-se os aspectos culturais, as determinações econômicas ou políticas deixam de ser vistas como únicos elementos construtores da realidade.

Assim, valorizamos a dimensão política de acordo com a compreensão de que as relações entre homens e mulheres são construções edificadas e desenvolvidas com base nas experiências individuais e coletivas. Ou seja, afirmamos a capacidade de homens e mulheres de, na fluência da vida, refazerem seus trajetos, suas atuações e as percepções sobre o real.



Tal abordagem possibilita a extrapolação do campo institucional para outras dimensões em que ocorrem negociações entre os sujeitos. Espaços nos quais foram expressas as representações e as memórias dos atores sociais.

De igual maneira, memórias e acontecimentos fizeram parte da narrativa elaborada por Felícia Ferreira. Essa testadora assinou o testamento com sua firma que era uma cruz. Enunciou ser natural da Freguesia do Senhor do Bom Jesus da Mala Grande, da cidade de Pernambuco, solteira e sem filhos e membra da Irmandade das Almas e da Confraria da Terra Santa de Jerusalém. Em testamento assente em 3 de janeiro de 1776, declarou que fora

[...] rematada na praça da mesma cidade (de onde era natural) por dívida que o senhor que me criou devia cuja [emulação] foi feita, sendo eu de menor idade e logo vim em [...] para estas Minas e não me lembro de meu pai, nem tampouco do primeiro senhor, que me criou. Meus pais foram cativos e já são defuntos e em mão e poder de Francisco Pereira de Melo, por eu ser cativa do dito, este me passou meu papel de coartamento (*sic*) para ser forra pelo preço e quantia de duas libras de ouro, que são duzentas e cinquenta e seis oitavas de ouro, no tempo do valor de mil e quinhentos réis cada oitava [...]. (MO/CBG/CPO/LT 35(53), fls. 45v-46).

Lembranças e esquecimentos permeiam a história contada por Felícia Ferreira. Refazendo os caminhos percorridos, enriquece o texto com detalhes, a exemplo dos motivos e o lugar onde foi arrematada, a *idade* que teria na ocasião e o valor da alforria. Não se lembrou do nome do pai e nem o de seu primeiro senhor, porém precisou o exato valor equivalente em réis da oitava de ouro, no *tempo* em que havia sido vendida. Memórias centrais das vivências de Felícia imprimem à escrita do testamento a função de reconstituir uma trajetória, resgatando, para tanto, dados relativos às origens e à mudança do local no qual a testadora residira. *Consciente* da importância de se explicitar minúcias do passado, Felícia *avalia* o significado que algumas informações poderiam ter naquele contexto comunicacional. Compondo o mosaico da própria existência, recorre ao movimento de incrustação de pequenas lembranças, expresso, inclusive, pela repetição da conjunção aditiva *e*. Reconstrói, assim, a sua vinda para as Minas, colocando-se como autora de um texto feito a partir dos fragmentos de experiências e episódios recuperados. Felícia, ao prosseguir com o ditado, exprimiu:

[...] e como eu, do meu trabalho, satisfiz a dita quantia mencionada, se me passou a minha carta de alforria e me acho forra pela [mercê] de Deus. Declaro que todos os bens que possuo os adquiri depois de forra, pelo meu trabalho, cujos bens se acham sem impedimento algum. Declaro que uma rocinha que possuo, cuja tem um paiol em que se colhe algum milho que na dita se colhe, o qual se acha junto ao Arraial de São Miguel [...]. (MO/CBG/CPO/LT 35(53), fl. 46).

Da vida em cativeiro à conquista da liberdade, a testadora inseriu-se no mercado de trabalho, conseguindo comprar a própria alforria. Recebeu, por isso, o documento comprobatório. De acordo com seu relato, somente depois de liberta, teria adquirido os bens declarados. No que se refere à garantia da sobrevivência, às diferentes atividades exercidas pelas mulheres forras na colônia e, de forma particular, na Comarca, bem como acumulação de bens e pecúlios daí decorrentes, Paiva explica-nos:

As forras não titubearam em valer-se de todas as atividades que pudessem lhes proporcionar melhores condições de vida [...] As atividades comerciais, principalmente os tabuleiros e as vendas de secos e molhados, estiveram concentradas nas mãos das negras, ora menos, ora mais intensamente, em ambientes urbanos, até o final do período colonial. (PAIVA, 1995, p. 140).

Parece ter sido esse o caso de Felícia Ferreira que, vendida na *praça de Pernambuco* e vinda para Minas Gerais, empenhou-se na compra de sua manumissão. Em testamento, determinou a alforria de escravos, deixou quantias em dinheiro, além de algum ouro lavrado. Muito embora tivesse adquirido certa posição na sociedade, isto é, de mulher liberta e proprietária, em sua escrita testamentária desejou evidenciar o fato de que *havia satisfeito a quantia* necessária para a compra da liberdade por meio de seu trabalho, ainda que tenha declarado achar-se forra *pela mercê de Deus*. Não obstante tratar-se de discurso estigmatizado pela fé católica, *soube* narrar com lucidez e esclarecimento a maneira pela qual havia conseguido seus bens, *os quais se encontravam sem impedimento algum*, e de que modo havia obtido a condição de liberta.

Neste ponto, valemo-nos das reflexões de Magalhães (1994), pois, como afirmamos, elas nos levam a pensar sobre o lugar dos sistemas organizados de escrita na vida dos “cidadãos comuns”. O caso de Felícia Ferreira mostra-se exemplar do papel fundamental assumido pela escrita na vida das pessoas iletradas e, na maior parte, pertencentes às camadas menos favorecidas (econômica e/ou socialmente). Emerge do documento um texto *polifônico*, visto que, ademais dos objetivos óbvios do testamento, narrando sua trajetória e conquistas, a testadora utilizou-se da escrita a fim de reafirmar os bens materiais conquistados, além de enfatizar a condição de liberta, explicitando os difíceis meios para sua obtenção. Relembra, assim, pessoas, lugares e percursos trilhados.

A alforria de escravos em testamento também fez parte das declarações de Teresa Coutinho, preta forra, natural da Costa da Mina, viúva do preto forro José Ferreira. O documento foi redigido em 2 de agosto de 1770, ocasião em que a testadora rogou para que

assinassem o testamento e declarou possuir como bens uma “morada de casas coberta de telhas com o seu quintal” e “vários escravos e escravas [...]”. Eis suas disposições:

[...] todos os quatro escravos aqui nomeados os forro por minha morte, os dou liberdade da escravidão, como se forros nascessem do ventre de suas mães, por deles ter recebido grandes serviços e lealdade na minha companhia; e poderão tratar de sua vida por onde lhes parecer; e para constar e serem forros como, com efeito, o são, não carecem de carta de alforria [...] [dizerem] esta minha verba, aqui declarada, para com ela se mostrarem e serem libertos de toda a escravidão e assim que a Justiça de Sua Majestade que Deus guarde, assim o cumpram e lhe dê força e vigor a estes libertos. (MO/CBG/CPO/LT 38(57), fl. 103).

Ao dispensar a existência da carta de alforria para comprovação da liberdade conferida a seus escravos, Teresa Coutinho construiu um texto com especificidade originada nas relações estabelecidas entre ela e os cativos. Alegando ter recebido destes grandes serviços e lealdade, explica por que prescindiu daquele documento e de que maneira, então, se comprovaria o fato de serem forros, com base na *verba* expressa em testamento. Dessa forma, demonstra possuir *conhecimento* das formas pelas quais a manumissão poderia ser validada. Esse conhecimento, talvez, se devesse à própria vivência, posto ter sido ela mesma cativa.

Continuando a enunciação, dispôs a respeito dos bens e para quem os deixaria, além de mencionar a possível existência de outros papéis de liberdade:

[...] declaro que tenho [?] uma morada de casas cobertas de telhas com seu quintal que partem de uma banda do poente com casas de Manuel Gonçalves e da parte do poente com casas de Antônio Teixeira, as quais casas as dou e, com efeito, tenho a [uma] crioula forra que foi minha escrava, para nelas morar como suas que são, de hoje para todo sempre [...] declaro que, se ao abrir deste meu testamento se achar dentro metido, por algum canto, alguma cláusula por mim assinada, quero se lhe dê vigor tendo testemunhas que presenciasse a tal assinatura de minha própria mão, quero se lhe dê validade, e do contrário não dará validade alguma [...]. (MO/CBG/CPO/LT 38(57), fls. 103-104).

Ao ditar o texto, Teresa Coutinho descreve a exata localização de sua casa, a partir de referenciais por ela construídos e conhecidos, demonstrando *consciência* de como aquela matéria deveria se relatada, de maneira a tornar-se mais clara e precisa. Dessa feita, para explanar a localização de sua residência, transformou o poente e as moradas dos vizinhos em guias. Esse movimento nos permite perceber que, a despeito da historiografia matizar a rarefação dos usos da escrita pelos iletrados e/ou analfabetos, é incontestável que estes, no contexto abordado, ao buscarem explicar e registrar aquilo que lhes era fundamental, acionaram estratégias cognitivas para elaborar os conteúdos escritos.

Na sequência do ditado, essa testadora expõe o que teria efeito legal e aquilo sem legitimidade alguma, pois, ao fazer valer sua vontade, acaba por evidenciar o *entendimento* dos mecanismos de validação dos documentos. Os registros por ela assinados teriam o estatuto de escritos legais. Em contrapartida, se não apresentassem sua assinatura, registrada perante testemunhas, não deveriam ser tomados como documentos legítimos. Curioso sobre tal aspecto é que, apesar de não assinar o testamento, Teresa se refere a papéis que somente teriam vigor se assinados por sua própria mão, denotando, ao menos, o fato de saber pegar na pena.

Lembremos, como demonstrado no Capítulo 3, que muitas testadoras, quando marcavam sinal ou rubricavam o documento, afirmavam tê-lo assinado, tomando as marcas por assinaturas. Por outro lado, a declaração de que talvez tivessem assinado papéis com suas próprias mãos poderia significar saberem ao menos grafar o nome, não obstante o realizassem de maneira rudimentar. No entanto, não o fizeram em testamentos, visto esses terem sido assinados a rogo. Nesse caso, a declaração da possível existência de assinatura em outros registros apresenta-se como indício de que apesar de saberem escrever o nome, muitas pessoas não o faziam quando da elaboração de documentos mais solenes, talvez por não se julgarem completamente aptas para isso. Seja como for, fica patente, no testamento de Teresa Coutinho, certa convivência com os registros escritos, isto é, com o hábito de colocar no papel narrativas importantes para serem guardadas.

Papéis importantes, como a carta de alforria foram guardados e declarados, do mesmo modo, por Florência da Costa Coelho, mulher forra, em testamento elaborado no dia 10 de janeiro de 1788, quando o marcou com uma cruz. Naquele ato, Florência revelou:

[...] sou natural da Costa da Mina, sou solteira e nunca fui casada, nem devo ter herdeiros forçados, digo, herdeiros necessários. Fui forra e liberta por preço e quantia de duzentas oitavas de ouro, como consta da mesma carta de alforria. (MO/CBG/CPO/LT 41(60), fl. 27).

Florência, ao dizer sobre quem era, reporta-se ao lugar de onde seria “natural” e relembra o valor de sua manumissão, porque, talvez, ela própria a tivesse pago e considerasse, por isso, tal informação digna de registro em testamento. Menciona, assim, a carta de alforria, afirmando que nela constava o referido valor. Demonstrou, portanto, ter *conhecimento* do conteúdo registrado em seu papel de liberdade.

A testadora era integrante da Irmandade de São Francisco e declarou possuir uma morada de casas no Arraial de Santa Luzia, na rua Direita, “cobertas de telhas e seu quintal e

mais pertences”. Além disso, possuía um moleque, por nome Domingos, de nação angola, uma negra por nome Maria, também de nação angola, cordões de ouro e créditos. Pelo que podemos notar, Florência dispunha de algum lastro econômico. Conseguiu tornar-se proprietária de escravos, adquirir bens móveis e de raiz, possivelmente frutos de seu trabalho, pois, conforme declarado, era solteira. Ao registrar seus legados, destinou as roupas de seu uso à

[...] crioula Maria da Costa, que se acha forra pela boa companhia e assistência que me fez nas minhas doenças. Como também [quando] ela se casar, meu testamenteiro lhe dará, da minha fazenda, vinte oitavas de ouro; e não é minha vontade dar trastes de meu uso e venda nada mais de entregue à dita Maria da Costa, vou dispondo dos meus bens da maneira seguinte [...]. (MO/CBG/CPO/LT 41(60), fl. 27).

Em agradecimento ao companheirismo de sua escrava, no momento das enfermidades, a testadora deixa-lhe as roupas de seu uso. Ademais, no caso de Maria Costa vir a se casar, receberia a quantia de vinte oitavas. Quanto aos outros pertences, oferece esmolas para as obras de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, além de valores pecuniários à madrinha, dona Isabel.

As disposições são claras e sequenciadas. Porém, apesar de reconhecer os bons serviços prestados pela cativa Maria Costa, ao ditar o texto, a testadora fez uma ressalva. Afirmou que apenas as roupas de seu uso e vinte oitavas seriam cometidas à escrava e que não intencionava legar-lhe nada mais. Interessante destacar o fato de Florência, explanando o não desejado, atribuir à escrita tom ainda mais imperativo do que o usual nos testamentos. Usa a escrita, dessa forma, de maneira a tornar sua disposição mais enérgica e vigorosa. Revela a *compreensão* de que, para se evitar mal-entendidos, com relação aos legados deixados à Maria Costa, seria necessário enfatizar, no momento da escrita testamental, não apenas sua vontade, como era de praxe neste documento, mas, também, possíveis acontecimentos, os quais visava evitar.

Outra testadora, agora a preta forra Teresa Francisca Carvalho, natural da Costa da Mina e batizada na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, de Sabará, mencionou, em testamento, sua carta de alforria. O testamento, assinado a rogo, fora fixado em 25 de junho de 1778, quando a testadora declarou ser solteira e não possuir filhos. Ordenou o amortalhamento de seu corpo no hábito de São Francisco e, “[...] na falta dele, o que o testamenteiro fizer eleição, sepultado na Capela de Nossa Senhora do Rosário desta vila, donde sou irmã”.

Ao ditar suas disposições, Teresa Francisca afirmou que Antônio Francisco da Penha havia lhe passado carta de liberdade pela quantia de duzentas e dez oitavas de ouro. Declarou, além disso, a posse de uma morada de casas onde vivia, “coberta de telhas com seu quintal” e pertences, “um tacho grande de fazer sabão [e] uma bacia de cobre para fazer doce”. Relatou que “Antônio Carvalho, preto forro, [morador da Vila] do Príncipe, [lhe devia] a quantia de cento e quatro oitavas e meia de ouro que lhe emprestei, em várias parcelas, para se forrar [...]” (MO/CBG/CPO/LT 46(65), fls. 113v-117).

O texto do documento é breve. Francisca não se estende em suas disposições. Na análise dessa fonte, constatamos a existência de mais uma testadora que, ao referir-se à carta de alforria, especificou o valor pago pela liberdade. Pelos bens declarados, presumimos que Francisca deveria trabalhar na venda dos diferentes produtos feitos em sua casa. Logo, é lícito concluir que a manumissão possivelmente teria sido comprada por ela e por isso a informação de seu valor se fez tão precisa. De qualquer maneira, chamou-nos a atenção a necessidade de registrar essa quantia em testamento. Em casos como esses, parece que a utilização da escrita se destinou a consolidar, pelo menos simbolicamente, matéria extremamente relevante nas vidas dessas mulheres. Acoplada a essa relevância, encontram-se o sentido que seu trabalho e esforço assumiram e a diferenciação social proporcionada pela nova condição. É como se não bastasse portar a carta de alforria, mesmo com todo valor jurídico e social da mesma. Era preciso narrar, descrever e escrever a trajetória de esforço e de legitimidade da liberdade conquistada.

Outro aspecto interessante na redação do testamento diz respeito à quantia em dinheiro emprestada pela testadora a Antônio Carvalho, para poder se libertar. Desvendando os meandros da escravidão, a redação testamental de Francisca descortina, de igual maneira, as estratégias empregadas pelos mancípios para alcançarem a condição de libertos. Remete às redes de sociabilidades existentes entre os escravos e, igualmente, entre estes e os libertos para enfrentarem, com alguma esperança, a vida em cativeiro. A escrita esclarece, assim, sobre outros caminhos de acomodação/resistência à escravidão traçados, não necessariamente, no seio da família escrava, nas instituições religiosas ou por meio da apropriação dos valores dominantes.

Alguns pesquisadores haviam apontado para a existência de redes de solidariedade que se estabeleciam entre os grupos africanos vindos para o Brasil, como forma de manutenção de uma tradição. Muitas vezes, essas redes desempenhavam o papel que poderia ser cumprido

pela família consanguínea.<sup>13</sup> No entanto, tais análises concentram-se na realidade vivenciada ora pelos grupos escravizados, ora pelo segmento dos forros. Pelo que observamos nas fontes pesquisadas, essas comunhões e acordos também se desenrolaram entre forros e cativos – não necessariamente aparentados – como mecanismos de resistência à escravidão, merecendo, a nosso ver, abordagem mais detida por parte da historiografia.

Narrar e registrar a existência de dívidas e créditos em testamento era, como mencionamos, prática comum na sociedade colonial. No caso de Francisca, a menção à forma como emprestou o dinheiro ao escravo Antônio Carvalho se fez seguida do motivo que o levou a tomar o empréstimo. Explicação e justificativa foram, portanto, escritas, conferindo maior rigor ao registro da dívida. Para efeitos legais, bastaria a identificação dos nomes do credor e do devedor e a especificação das quantias. No entanto, ao expor as causas que levaram Antônio a contrair a dívida, Francisca utiliza-se da escrita com intuito de comprovação do conteúdo falado. Narra a existência do empréstimo feito por Antônio, explanando seus objetivos. Observamos que a argumentação tecida buscou, assim, dar maior credibilidade ao texto elaborado.

Devido a sua relevância, as alforrias, comuns nos documentos de homens e mulheres, apareceram na escrita dos testamentos femininos vinculadas a expressões de afeto e às referências ao mundo do trabalho. Pelo que verificamos, a alusão às manumissões ocorria independentemente de virem acompanhadas dos respectivos documentos comprobatórios. No conjunto documental consultado, as coações e liberdades diretas, pagas ou gratuitas, aparecem em 206 casos, isto é, 37% dos testamentos (cf. Gráfico 5).

Outro ponto importante abordado nas redações refere-se às atividades desempenhadas pelos cativos e pelas testadoras. Não é invulgar, nos textos, a referência ao mundo do trabalho e às relações que a partir daí se estabeleceram entre senhores e escravos. Em outros casos, a menção ao trabalho surge mesmo não estando submetida à alforria ou à nítida exposição de ligações mais estreitas existentes entre os dois atores sociais. Certo é que a não referência a esses laços não os apagou, pois nos casos selecionados, em que as mulheres remetem às atividades desempenhadas, de uma forma ou de outra, os mancípios estão presentes. Dada a

---

<sup>13</sup> Para Maria Inês Côrtes de Oliveira, “os contatos mantidos com africanos, fora do âmbito familiar, tendiam a reforçar a memória cultural e ao mesmo tempo criar substitutivos para vínculos subitamente rompidos com sua vinda para o Brasil [...]”. Destaca, nesse sentido, que os libertos possuíam, além dos parentes consanguíneos, uma “família extensa formada por parentes de consideração e companheiros de trabalho [...]” (OLIVEIRA, 1988, p. 70 *apud* PAIVA, 1995, p. 100). Paiva também menciona os vínculos existentes entre os africanos, a partir de “certa identificação ou até mesmo solidariedade intergrupala [...] Assim, a herança cultural africana estava sendo preservada entre os escravizados [...] mesmo com adaptações [...]” (PAIVA, 1995, p. 99).

historicidade, a presença constante e a relevância das liberdades nas escrituras documentais, tomamos as palavras *cativo/escravo*, *alforria*, *forro* e *liberto* como *fios condutores* das narrativas. Nesse sentido e, por decorrência, veio à tona o universo do trabalho.

#### **4.3 IMPERFEITA LIBERDADE: ALFORRIAS, RELAÇÕES DE PODER E TRABALHO NA REDAÇÃO DOS TESTAMENTOS**

Em meio ao trabalho na roça e nos quintais, os escravos de Catarina Gonçalves de Sena obtiveram a alforria, direta ou sob a forma de coartação, como consta do testamento de sua senhora. O documento fora elaborado em 22 de julho de 1796, quando a testadora disse ser natural da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Vila do Caeté. Na ocasião, encontrava-se viúva de Manuel de Almeida da Costa, de cujo matrimônio teve duas filhas, Maria e Teresa. Projetando-se no tempo, Catarina ordenou que, quando de sua morte, seu corpo fosse envolto no hábito de São Francisco e sepultado na matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Vila de Caeté. Ao ditar o testamento, afirmou não saber ler nem escrever e, a princípio, ditou:

[...] declaro que os bens que possuo são os seguintes: uma roça de cultura sita na terra dos cocais desta freguesia, duas moradas de casas sitas na vila do Caeté, mais três sitas no Arraial de Nossa Senhora da Penha, todas unidas umas com as outras. Assim, mais dez escravos por nomes: Manuel angola, Joaquim crioulo, Pedro cabra, Francisco crioulo, Antônio crioulo, Manuel crioulo, José mulato, Apolônia crioula, Inácia crioula, Maria mina. (MO/CBG/CPO/LT 49(68), fls. 206-207v).

A testadora menciona as roças de cultura e, nesse caso, não há no texto preocupação em precisar a localização dessas propriedades. Por outro lado, verificamos a explicação da organização arquitetônica desses bens. Revela, assim, que as moradas de casas existentes no Arraial de Nossa Senhora da Penha encontravam-se unidas umas às outras e nomeia cada um dos seus escravos. Declara, ainda, como pertences: “um cavalo, uma besta de sela, um [macho] de cargas, uma vaca, três tachos de cobre, e as ferramentas com que trabalham os pretos [...] seis pratos de estanho, entre grandes e pequenos”. Com base nos bens declarados, dispendo de considerável patrimônio, Catarina Gonçalves parece ter sido uma mulher situada, quando nada, em camada social intermediária da realidade sócio-histórica em causa. Não raramente as mulheres afirmaram possuir mais de uma morada de casas e cativos. Ressaltamos, no entanto, que a testadora declarou ser proprietária de cinco moradias, além de senhora de razoável plantel de escravos.



Verificamos, no texto, a menção às ferramentas, talvez empregadas no cultivo da terra. Do mesmo modo, a referência ao animal de carga acena para a possibilidade de a testadora dedicar-se à ocupação comercial ou de transporte, ligada ao abastecimento e parece ter se dedicado, igualmente, à atividade mineradora. Os pratos de estanho arrolados entre os bens poderiam apresentar essa finalidade. Tais peças tinham história naquelas plagas. Foram utilizadas, principalmente, pelos primeiros desbravadores da região mineradora, sendo, posteriormente, substituídas por novo instrumento, a bateia, que teria sido introduzida pelos escravos africanos provenientes da Costa da Mina.<sup>14</sup>

Pela análise do testamento de Catarina, podemos inferir que se tratava de uma viúva dedicada ao gerenciamento dos bens e negócios. A administração de propriedades por viúvas nas Minas Gerais do século XVIII não era algo inusitado. A viuvez foi realidade vivenciada por expressivo número de mulheres na Capitania, as quais se tornaram chefes de domicílio.<sup>15</sup> Destinadas, segundo o discurso moral e religioso da época, ao cumprimento de funções específicas, as mulheres deveriam aplicar-se aos trabalhos domésticos. Isso, todavia, não significa afirmar que não tenham ocupado outros lugares ou desempenhado diferentes funções. Exerceram a autoridade dentro e fora de casa, sendo que, muitas vezes, ao administrarem os negócios, poderiam ter maior atuação na vida pública daquela comunidade. Nesse contexto, enviuvar-se, não raro, acarretou numa maior autonomia feminina. Muitas mulheres tornaram-se as únicas responsáveis pela criação dos filhos e pela gestão do patrimônio a eles destinado.<sup>16</sup> Do mesmo modo, as atividades mercantis incrementadas na Capitania após o declínio da produção aurífera, principalmente aquelas ligadas ao abastecimento interno, possibilitaram, em algumas regiões, dentre elas a Comarca do Rio das Velhas, a atuação das viúvas na gerência de negócios.<sup>17</sup>

Certamente como cabeça dos negócios, visto ser viúva e sem filhos homens, Catarina Gonçalves deveria ter cadernos de razão ou codicilares, mesmo sem saber escrever. Além

---

<sup>14</sup> A respeito das diferentes técnicas empregadas na mineração ao longo do século XVIII, ver: GONÇALVES (2007). A autora afirma que os pratos de estanho foram substituídos pelas bateias, elencando as vantagens desta.

<sup>15</sup> A família matrifocal em Minas Gerais foi objeto de estudo da tese de Wanda Lúcia Praxedes, intitulada **Segurando as pontas e tecendo as tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)** (2008).

<sup>16</sup> A necessidade de maior autonomia por parte das viúvas já havia sido destacada, para outros espaços da América portuguesa, por Maria Beatriz Nizza da Silva, ao constatar, no início do século XIX, um aumento no número de pedidos de provisão de tutelas. Cf. SILVA (1996).

<sup>17</sup> Tal realidade foi estudada, dentre outros, por Rachel Mendes Pinto Chequer em sua dissertação de mestrado, intitulada **Negócios de família, gerência de viúvas: senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais 1750-1800)** (2002). Ver especialmente capítulos 2 e 3.

disso, era preciso acionar certos saberes, possuir determinado conhecimento relativamente aos valores de mercadorias, prazos para pagamentos, valor de escravos etc. Provavelmente essa testadora convivera com registros escritos, ainda que não os tenha mencionado em testamento. Não localizamos o inventário ou o testamento de seu marido, nem mesmo de outros familiares, pois Catarina não declarou os nomes dos pais. A “escrita” de seu texto encontra-se centrada na exposição acerca dos bens utilizados na indústria doméstica e na explicitação das ferramentas com as quais os cativos trabalhavam.

Quanto às manumissões, alforriou diretamente apenas uma escrava, Maria, deixando outros cativos coartados, prescrevendo detalhadamente como se dariam as liberdades. Aqui, suas palavras:

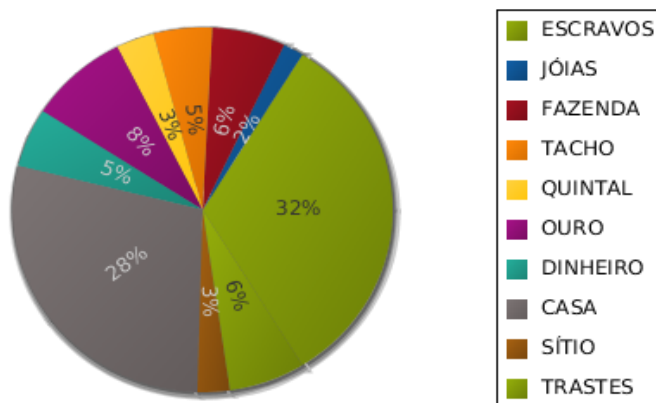
Declaro que, de todos os meus escravos já nomeados, deixo forra e liberta [?] de toda a escravidão a preta Maria mina de [sua?] escravidão depois de meu falecimento [...] a qual poderá gozar como quiser. Declaro que a crioula Apolônia a deixo coartada por três quartos de ouro [...] e assim mais o preto Paulo o deixo também coartado em preço de meia libra de ouro, e da mesma forma deixo coartado o mulatinho José [apagado] de minha (*sic*) libra de ouro e todos estes [lotes] foram os preços de seus acoartamentos (*sic*) no tempo de quatro anos e se completam o mês os não tiverem satisfeito tornarão ao cativo de meus herdeiros sem que seja preciso [?] de Justiça [...] (MO/CBG/CPO/LT 49(68), fl. 207v).

Da liberdade à ameaça de (re)escravização, Catarina utilizou-se da redação para diligenciar sobre os destinos dos cativos. Salvaguardando o patrimônio dos herdeiros, a testadora adverte que se o valor estabelecido da coartação não fosse satisfeito, os escravos voltariam ao cativo. Reforça com a narrativa o peso de suas decisões ao registrar que, no caso de não cumprimento das imposições para as coartações, dispensar-se-ia a interferência da Justiça. Em sua *enunciação* não deixou margem para interpretações ambíguas ou equivocadas. Ao asseverar de maneira direta e segura, ancorada em seus *conhecimentos*, não se deteve em aspectos da intimidade, descortinadores de possíveis relações de afeto, tampouco às confidências ou lembranças, mas em disposições precisas e diretas. Trata-se de escrita pragmática e objetiva, emanada de quem não sabia escrever, mas que conseguiu colocar em “ordem” as demandas cotidianas ao fazer registrar as decisões a elas relacionadas.

A exemplo do testamento de Catarina, a alusão aos objetos, descritos por trastes (incluindo-se as ferramentas de trabalho, os teares e os tachos de fazer doce), fez-se constante. No entanto, destaca-se, nos documentos, a declaração de posse dos bens de raiz: moradas de casas, roças (quintais, sítios e fazendas) e os semoventes, principalmente, aos cativos. Esses

bens, grosso modo, se referem ao mundo do trabalho. No gráfico a seguir, podemos visualizar a proporção de diversificados tipos de bens mencionados nos testamentos.

Gráfico 6 – Bens das testadoras



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

No universo de 557 testamentos, notamos o número bastante elevado de escravos como os bens com maior incidência na documentação (32%), seguido de casas (28%), reforçando o entendimento de que, na sociedade em causa, ser proprietário de escravos conferia distinção social, tornando-se prática comum, inclusive, entre forros. Do mesmo modo, esse dado poderia explicar o alto número de manumissões nos textos testamentais. Numa sociedade onde parcela considerável da população possuía pelo menos um escravo e caracterizada pela crença de que, na iminência da morte, a concessão da alforria aos mancipios poderia “contribuir” para a salvação da alma dos seus senhores, não surpreende a tendência às manumissões nesse momento. Cabe ressaltar, no entanto, que nem sempre as mulheres declararam, em testamento, a totalidade de seus escravos. Em alguns casos diziam apenas que os bens possuídos eram aqueles encontrados em sua casa, destinando-os ao marido, aos filhos, familiares ou entes.

Nos testamentos, como visto, os bens de raiz, como casas de morada, aparecem em quantidade expressiva (28%), sendo as com quintal e sítios a menor proporção (3%). É plausível inferir que isso ocorra na documentação, tendo-se em conta o fato de a Comarca do Rio das Velhas e, em particular, a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará configurarem-se como “espaços urbanos” que tiveram sua gênese na atividade mineradora. Mesmo que essa distinção seja um tanto quanto tênue, levando-se em consideração a dificuldade de se delimitar de maneira rígida o espaço urbano e rural na realidade colonial e o fato de ser inegável que, na Capitania de Minas Gerais, mineração, agricultura e comércio

foram atividades desenvolvidas de maneira concomitante. Nas palavras de Carla Maria Carvalho de Almeida:

São abundantes os trabalhos que apontam para a grande diversificação das atividades produtivas e o dinamismo interno da Capitania de Minas mesmo após a crise da produção do ouro [...] Na segunda metade do século XVIII, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação foi se aguçando e os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia da Capitania, anteriormente ocupado pelo ouro. (ALMEIDA, 2005, p. 2).

Como vimos no Capítulo 3, a economia da Comarca em estudo encontrava-se sustentada por um comércio dinâmico que comportava atividades variadas, caracterizando-a como importante polo econômico das Minas, no século XVIII, com elevada concentração populacional.

Nesse contexto, outra testadora declarou possuir moradas de casas e quintal, trata-se de Inácia Monteiro. Em testamento, elaborado em 21 de outubro de 1789, declarou ser natural da Costa da Mina, solteira e sem filhos. Integrava a Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos e assinou o documento em cruz. Na ocasião, afirmou:

[...] os bens que possuo são os seguintes: uma morada de casas cobertas de telhas sitas na [praia] deste arraial e umas datas no Morro da Samambaia, que consta por títulos e uma casa de telhas com seu quintal, em o mesmo morro, e um tanque de juntar águas da chuva, em que sou sócia com Manuel Fernandes de Andrade, e outro tanque, em que sou sócia com o capitão Salomão [Murié], e outro tanque pequeno que é meu. Só tudo no mesmo morro e um escravo José, por nação mina e outro do mesmo nome também mina e uma escrava por nome Ana, [de] nação mina, e algumas dívidas que se me devem que constam por créditos. (MO/CBG/CPO/LT 37(55), fls. 20-20v).

Inácia, preta forra, possuía, ainda, tachos para fazer doces e outros pertences. Sua escrita fora utilizada para listar não apenas os bens, mas dizer da posição ocupada na sociedade local. Apropriando-se da liberdade, tornou-se proprietária de escravos, de moradas de casas e de datas. Descreveu com exatidão a localização dessas, além de fixar que, delas, detinha os títulos.

Na continuidade do texto, é interessante perceber a frase “só tudo no mesmo morro”, que parece revelar o emprego de linguagem mais coloquial na redação do documento. Seja como for, a testadora utiliza a escrita para falar de como se constituíam suas posses. Demonstra o *conhecimento* do que havia naquela sociedade, especificando quem era cada um

dos sócios e, além disso, destacando o tanque do qual era proprietária exclusiva, ainda que estivesse *tudo* localizado no *mesmo morro*.

O texto, cuja origem está na enunciação da testadora, apresenta-se cadenciado, relativamente à descrição dos tanques. Ainda que cumprisse o modelo de escrituração testamentária, nele percebemos o ritmo ou a perfeita sequência da narrativa. A testadora descreveu a posse do tanque, sua localização, revelou quando o possuía societariamente e, em caso positivo, nomeou o sócio. Num encadeamento de informações precisas e pormenorizadas, a narrativa de Inácia explícita, detalha e revela um pouco do mundo do trabalho dessas mulheres, as estratégias e atividades desenvolvidas para sobrevivência após a alforria, bem como elucida sobre suas redes de sociabilidades.

Quando menciona os cativos, não declara que tem dois escravos por nome José, ambos de nação mina. Ao contrário, diz o nome do primeiro e depois afirma ter um segundo, homônimo, igualmente de nação mina. Percebemos, assim, que narra a posse dos cativos, mencionando um a um, como se, ao dizer sobre eles, estivesse contando quantas peças teria.

Outra preta forra a testar, mas agora fazendo alusão à carta de liberdade e à existência de dívidas e créditos, foi Inácia Gonçalves Pinto, natural da Costa da Mina. No documento, definido na Vila Nova da Rainha, em 19 de outubro de 1792, revelou que não sabia ler nem escrever, rogando para que assinassem seu testamento. Declarou ser viúva de “[...] José Corrêa, preto forro, de quem sou herdeira e testamenteira”. Ordenou que, com sua morte, seu corpo fosse “[...] amortalhado no hábito de São Francisco e, na falta dele, num lençol e sepultado na matriz desta vila [...]”. Era irmã da Santa Casa de Misericórdia, a quem deixou esmolas, e filiada à Irmandade das Almas, da Freguesia da Vila Nova da Rainha. Ao ditar o texto, expôs:

[...] declaro que deixo coartado a Ventura mina a quarenta oitavas de ouro para as pagar no espaço de quatro anos, em quatro pagamentos iguais. Deixo coartado a Francisco crioulo em sessenta e quatro oitavas, que as pagará no referido tempo de quatro anos, em quatro pagamentos iguais. Declaro que deixo coartada a Bernarda, de nação mina, em quantia de noventa e seis oitavas de ouro para as satisfazer no referido tempo de quatro anos em quatro pagamentos iguais. Meu testamenteiro lhe passará papel de quitamento (*sic*), depois do meu falecimento, com declaração [de] que, não pagando no referido tempo as ditas quantias, meu testamenteiro as chamará a cativo como se tal coartamento não houvesse. (MO/CBG/CPO/LT 50(69), fls. 126v-127).

Aqui, além de a escrita ter sido utilizada para se esclarecer acerca das alforrias – passando-se, depois de atendidas as exigências, a carta de liberdade aos beneficiados –,

assumiu a função de determinar possíveis ocorrências se as condições da coartação não fossem cumpridas no prazo estabelecido. Como nos esclarece a historiografia, a alforria era, na verdade, concessão ou doação que o senhor fazia ao cativo e, por isso, poderia ser revogada. Tratava-se, desse modo, da transferência da propriedade do escravo. Talvez por isso a testadora tenha feito menção a ela no testamento. A explicitação das determinações de retorno ao cativo seria uma forma de garantir o respeito e a execução das cláusulas definidas para as manumissões. Em sua narrativa estipulou as liberdades, estabeleceu suas formas, mostrou-se *consciente* da importância dos papéis de quitação e, por fim, fez registrar fatores que poderiam invalidar o contrato e o que, a partir daí, aconteceria aos mancipios. Entretanto, suas disposições tiveram continuidade:

[...] declaro que deixo forra Ana parda, com a obrigação de servir ao dito meu herdeiro e testamenteiro até o falecimento deste, depois do qual ficará forra como se forra nascesse do ventre de sua mãe. Declaro que deixo por forra a Francisca crioula. Meu testamenteiro e herdeiro lhe passará carta de liberdade [...] e deixo por forra e liberta da escravidão a Inácia crioulinha. (MO/CBG/CPO/LT (69), fl. 127).

A declaração da alforria de Ana parda apresentou-se atrelada a uma obrigação, isto é, tratava-se de alforria gratuita, porém condicionada. Como anotado, essa modalidade de manumissão funcionou, inclusive, como mecanismo de manutenção da dominação do escravo pelo proprietário. A afirmativa “depois do qual ficará forra como se forra nascesse do ventre de sua mãe” reflete a utilização da escrita como tentativa de, com esse dizer, se apagar as marcas do cativo. Tal declaração era expressão recorrentemente empregada, já nos testamentos, nas cartas de corte e nas de alforria. “Retroceder” a condição de liberto ao nascimento visava dar ao forro e a quem lesse o documento a ideia de uma vida, desde sempre, caracterizada pela liberdade.

Como dito, também as dívidas e créditos compuseram muito da escrita testamental. Sobre essa matéria, Inácia Gonçalves manifestou:

Declaro que sou devedora a Diogo de Moraes, viandante do Caminho do Rio [de Janeiro], de créditos que ambos importam cem oitavas. Declaro que sou devedora a Guilherme da Rosa, viandante do Caminho do Rio [de Janeiro], da quantia de dez oitavas. Declaro que sou devedora a Antônio, [?] também viandante, da quantia de vinte e uma oitavas. (MO/CBG/CPO/LT 50(69), fl. 127).

Viandantes eram comerciantes que, na Colônia, vendiam produtos de porta em porta. Mais tarde, no século XIX, seriam designados por tropeiros. Na escala dos agentes ligados ao

comércio, ocupavam o último lugar na hierarquia. Poderiam trabalhar autonomamente ou para outros e portavam produtos das mais variada natureza.

Como explicado, nesse contexto, os negócios/transações comerciais eram, em grande parte, feitos a prazo, emergindo, por isso, muitas vezes, com riqueza de detalhes na escrita das fontes aqui analisadas. Além de apontamentos e anotações particulares, sublinhamos que o registro dessas práticas creditícias em testamento conferiam-lhe maior credibilidade e legitimidade. O uso da escrita para firmá-las em documento solene poderia, inclusive, salvaguardar os direitos dos herdeiros. Na situação comunicacional que caracterizava o ditado do testamento, dizer sobre as dívidas significava, ainda, se não a sua quitação imediata, investir-se de responsabilidade acerca das mesmas. Tal atitude era indispensável em momento tão importante do ritual de preparação para morte.

O texto de Inácia Gonçalves é bastante detalhado. Além da referência às alforrias e dívidas, contém inventariação dos bens e descrição destes. A testadora revelou ser proprietária de vários escravos e de uma “[...] morada de casas coberta de telhas em que hoje vivo, sitas na rua do Mato Dentro, um quintal cercado por detrás dos quintais da mesma rua do Mato Dentro, ao pé do Rio Sabará”. Notemos que, nesse trecho, Inácia utilizou-se da escrita para inventariar seus bens e, sobretudo, para descrevê-los. Sobre o quintal, esclareceu ser o mesmo independente da casa.

Esse momento da narrativa é significativo, pois denota o importante papel dos quintais no período. Neles se dava a cultura de diferentes produtos, como milho, mandioca, banana, arroz, feijão. Nas roças se cultivavam, tal qual, hortaliças e plantas frutíferas, sem esquecer-se da criação de galinhas e porcos, e, em alguns casos, abrigavam os engenhos. Por meio da lida na roça, muitas mulheres garantiram a própria sobrevivência e de seus familiares, além de trabalharem no comércio, conseguindo acumular bens e pecúlios.

Compuseram, desse modo, uma camada intermediária da população que surgiu nas Minas colonial. Camadas médias compostas pelos mais diferentes profissionais, inclusive por aqueles que exerciam ofícios manuais e mecânicos. Garimpeiros, pequenos lavradores, artesãos, profissionais liberais, comerciantes, como os proprietários de vendas e pessoas dedicadas às artes. Nesse contexto, as mulheres inseriram-se num cenário urbano e dinâmico, estabeleceram relações de variada natureza, deixando por escrito marcas dessas vivências.

Foi esse o caso da preta forra Joana Machado, em testamento datado de 2 de março de 1782. Utilizando-se da escrita com vistas a legar e a alforriar, transmitiu como herança sua

roça, um bananal, não bastassem títulos de terras minerais. Tudo isso pareceria óbvio não fosse o fato de ter deixado todos esses bens para os escravos. Joana, que declarou não saber ler nem escrever, marcando o testamento com uma cruz, era solteira, sem filhos e associada à Irmandade de Nossa Senhora dos Rosários dos Pretos. Na elaboração do documento, determinou:

Deixo a Eulália mulata, filha de minha negra Quitéria, seis mil réis [...] Deixo a minha roça em que vivo, com as suas casas e bananal e os títulos das terras minerais com seu [?] de agora que está por cima de José Alves Barbosa, aos meus crioulos e crioulas, filhos da negra Quitéria, para que [se] sirvam dela como sua que fica sendo. Declaro que se a minha negra Quitéria dever algum ouro para sua liberdade meu testamenteiro o receba. (MO/CBG/CPO/LT 37(55), fls. 61-61v).

Relações de poder e trabalho mesclam-se e se avultam na escrita do testamento. Preta forra, Joana, após a liberdade, adquiriu roça, moradas de casa, terras minerais, acumulou pecúlio, tornou-se proprietária de escravos. No curso do cotidiano, estabeleceu vínculos mais estreitos com a cativa Quitéria, desenvolvendo alianças retratadas intencionalmente em testamento. A ela e aos seus filhos legou-lhes os bens. A escrituração do documento ditado por Joana, ademais, assumiu a função de explicitar as condições em que a liberdade de Quitéria se daria. E ainda mais, demonstrou a proximidade da testadora com a cativa. A afirmação “se a minha negra Quitéria dever algum ouro para sua liberdade” é reveladora das relações de poder estampadas na venda da alforria e, ao mesmo tempo, denota certa cumplicidade entre as duas, refletida na imprecisão dos prazos e nos valores da manumissão.

Autora de seu texto e senhora de suas vontades, Joana constrói narrativa que diferencia seu testamento dos demais documentos. Ainda que muitas testadoras libertas tenham deixado os bens para escravos e *crias*, na documentação pesquisada raras foram aquelas que legaram os pertences e propriedades exclusivamente aos seus escravos. Os principais herdeiros de Joana são os filhos da negra Quitéria. Ao narrar suas vontades e registrá-las em testamento, a escrita do documento acabou por servir de palco onde se expuseram um pouco os laços identitários dos libertos, descortinando sentimentos e estratégias que os aproximavam e os fortaleciam, numa sociedade onde, muitas vezes, as relações de trabalho constituíam-se como o único caminho para uma nova vida.

Também pelo trabalho Teresa Maria Gomes de Abreu declarou ter adquirido todos os bens. Nascida na Vila de Sabará, filha natural de Inácio Gomes de Abreu e de Joana Correa das Flores, elaborou o testamento em 14 de outubro de 1793. Nele fixou não saber ler nem escrever e disse ser viúva de José Fernandes. Encontrando-se doente e de cama, ordenou que,



uma vez morta, seu corpo fosse sepultado na Igreja de Santa Luzia, amortalhado no manto de Nossa Senhora do Monte do Carmo e sepultado na tumba da Irmandade das Almas. A testadora tivera cinco filhos: Maria Fernandes de Barros e Marcelino Fernandes de Barros, já falecidos na época, além de três filhos naturais havidos depois da viuvez, a saber: Manuel de Sousa Carvalho, Ana Coelho e José Gomes. Definiu em testamento:

Declaro que em meu poder se acha um [trancelim] de ouro de pescoço, empenhado em meu poder, por uma oitava e meia, que já recebi e como o dito trancelim levou descaminho do meu poder, peço a meu testamenteiro que o pague à dona que e a [?] Luzia do Campo. Declaro que devo a meu filho Manuel de Sousa Carvalho [...] Declaro que devo mais ao dito meu filho Manuel de Sousa Carvalho, outra execução [...] Declaro que meu filho Manuel de Sousa Carvalho tem pago por mim várias dívidas, das quais o dito apresentará rol ou recibo delas e [a ele] se pagará da herança que ficar depois de pagas minhas dívidas [...] Declaro que todos os meus bens que possuo foram adquiridos com o meu trabalho depois do estado de viúva [...]. (MO/CBG/CPO/LT 51(70), fls. 42v-43v).

Teresa Maria registrou como posses os escravos Antônio crioulo, Antônia crioula, Luciano mulatinho, filho do dito Plácido crioulo. Não mencionou, porém, a alforria de nenhum deles. Em meio à exposição dos bens e dívidas, narrou que todos os bens teriam sido adquiridos com o seu trabalho, após enviuvar-se. Não deixou em testamento indício a respeito desse trabalho. Importa saber, todavia, que, independentemente de sua ocupação, a alegação de ter conquistado tudo sozinha não interfere nas decisões testamentárias. Nenhuma observação em particular é feita com relação à herança. Pelo contrário, afirma que, se a filha Maria Fernandes quisesse participar da partilha dos bens, deveria habilitar-se “com o que lhe deixara o monte”, possivelmente referindo-se ao fato de já ter lhe passado o dote. Declarou, ainda, que, após serem pagas as dívidas e efetivados os legados, o restante deveria ser repartido entre os herdeiros. Quais seriam suas motivações para marcar o apego e a importância do trabalho na constituição do patrimônio material? Mais uma vez, ao que nos parece, a escrita do testamento assumiu a função de valorizar aquilo que a testadora supostamente havia conquistado com seu esforço e empenho.

No decorrer do ditado, Teresa enuncia algo, para ela, indispensável de ser esclarecido: o fato do trancelim de ouro ter se “desencaminhado”, solicitando, por isso, o pagamento do valor à sua dona, Luzia de Campo. Menciona as dívidas contraídas, dentro e fora do círculo familiar. Por fim, enuncia autonomia ao relatar não apenas o fato de ter adquirido os pertences por meio de seu trabalho, mas que isso havia se dado depois da viuvez. Direcionando o olhar do ouvinte/leitor, a testadora faz uso da escrita de maneira a valorizar os bens conquistados e

de modo a destacar a forma pela qual conseguira adquiri-los. De acordo com sua narrativa, absolutamente tudo havia sido conquistado com seu trabalho e após ter ficado viúva. Parece-nos que a argumentação visou enfatizar esse dado, dando realce ao trabalho e ao esforço da testadora.

Numa sociedade em que o espaço de trabalho para a mulher era conquistado a “duras penas”, a narrativa de Teresa Maria é emblemática da inserção social feminina. A distribuição do trabalho por sexo nas vilas coloniais revela a força da tradição como mecanismo de exclusão das mulheres na operação de diferentes atividades. Em alguns ramos, existiam ocupações exercidas apenas pelos homens, particularmente no conjunto de atividades referentes à prestação de serviços, ao passo outras eram realizadas unicamente por mulheres. Estas voltavam-se, em geral, para o serviço doméstico, o artesanato, a alimentação. Nas áreas urbanas, “a lavagem de roupa constituiu fonte de renda para muitas famílias [...] Porém, ao que se sabe, identificado com trabalho de escrava, o serviço de lavadeira era um dos mais desprezados pelas mulheres livres forras ou livres pobres.” (FIGUEIREDO, 2004, p. 89). Ressaltemos, contudo, que, na área da saúde, a mulher teve atuação de destaque, fosse no tratamento de enfermidades – por meio do conhecimento das propriedades curativas das plantas ou mesmo da suposta capacidade de contato com o sobrenatural –, fosse como parteiras (FIGUEIREDO, 2004).

Ao afirmar, portanto, que seu trabalho lhe permitira adquirir todos os bens, a testadora, a partir de elaboração oral, conseguiu registrar e fazer reconhecer o valor das atividades cotidianas por ela desempenhadas. Destacou positivamente os resultados dos esforços empreendidos, que se encontravam materializados nos pertences. *Conhecedora* de sua trajetória e do significado que a labuta assumia naquela sociedade, ao final da narrativa, julgou importante *enfatizar* tal aspecto. Ao escrever sobre o caminho trilhado para ser senhora de tudo que lhe pertencia, serviu-se da escrita de maneira a demonstrar a *reflexividade* das próprias ações.

Identicamente, ao falar de si, a testadora Rosa Gonçalves Fernandes reconstrói parte de sua trajetória, revelando originar-se do gentio da Guiné e ser mãe de três filhos naturais: José Rodrigues Moreira, filho de Antônio Rodrigues Moreira, “e outra fêmea por nome Rita Maria do Espírito Santo, filha natural de José Inácio da Fonseca e outro por nome Manuel Gomes de Almeida, filho natural de Tomás Gonçalves de Almeida”. Rosa ditou o testamento em 8 de abril de 1790 e rogou para que o assinassem. O documento fora elaborado no lugar

chamado Córrego do Padre Matos, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, na Vila Real do Sabará. No conjunto de suas lembranças, a testadora discorreu:

Declaro que sou natural da Costa da Guiné, e [que] vim para esta terra de menor idade. Fui escrava do alferes Manuel Gonçalves Fernandes, fui batizada na matriz da Vila de Caeté, de que foram padrinhos [Peter] Pereira Neto e Rosa Pinto. Julgo ser de idade de setenta e quatro anos mais ou menos [...]. (MO/CBG/CPO/LT 43(62), fl. 209).

Ao reconstituir o quadro de sua vida, a testadora produziu narrativa em que dispôs e conectou as informações sobre seu passado. Disse o nome e o sobrenome, este tomado de empréstimo de seu ex-senhor. Aludiu à idade que julgava ter, tentando descortinar dados de sua própria existência. Falou de onde e quando veio para as Minas, de quem havia sido cativa, citou o lugar onde fora batizada e revelou a identidade de seus padrinhos.

Na sociedade escravista, as relações de apadrinhamento eram extremamente importantes, servindo para os cativos, muitas vezes, como meio de inserção ou forma de se encurtar a vida em cativeiro.<sup>18</sup> Padrinhos poderosos, influentes ou com algum dinheiro poderiam auxiliar na compra das alforrias, tanto dos afilhados como dos filhos destes. Mesmo que não possuíssem riqueza e poder, poderiam avocar para si papel fundamental na criação dos afilhados e, não raro, na de seus filhos. Talvez, por isso, a testadora tenha *avaliado* ser importante registrar por escrito o nome dos seus padrinhos naquela situação comunicacional. Fosse pela importância simbólica e cultural de tal prática no contexto referido, fosse por questões pragmáticas como acima mencionado. De qualquer maneira, essa informação enriqueceu a redação do testamento e demonstrou a importância a ela atribuída.

A conexão de experiências pontuais e significativas, como o tempo da vinda para estas terras, o batismo e a vida em cativeiro, construiu uma redação em que as ideias estão conectadas e por meio da qual a testadora expressou vivências, lembranças e valores, dando a conhecer suas representações do presente. Relembrando sua trajetória, mas com os olhos no futuro, Rosa demonstra *conhecer*, no *espaço interno de comunicação*, dados fundamentais. A esse propósito, aliás, recorde-se o que afirmamos no Capítulo 2: a escrita constitui-se em produção contextualizada, individual ou conjunta, por meio da qual homens e mulheres expressam suas experiências, ideias, sentimentos, valores e desejos, comunicando representações sobre o passado e o presente, projetando o futuro. Rosa continuou a narrativa:

---

<sup>18</sup> Sobre tal matéria, consulte-se, sem prejuízo de outras referências: BRÜGGER (2007).

Declaro que o meu testamenteiro [ilegível] de minha fazenda pagará a meu filho, José Moreira, oitenta e uma oitavas e dois tostões de ouro cujas [?] recebeu de seu pai. Declaro que nada [recebeu] mais sim lhe deixo a minha fazenda para que ele se liberte [...] Declaro que tenho três filhos. Declaro que liberto o meu filho José Rodrigues Moreira. Instituo por meus herdeiros minha filha Rita Moreira do Espírito Santo e Manuel Gomes de Almeida [...] Declaro que a minha terça deixo ao meu filho José Rodrigues Moreira e à minha filha Rita Maria do Espírito Santo [...]. (MO/CBG/CPO/LT 43(62), fl. 209-209v).

Do acumulado em pecúlios e bens, provavelmente frutos de seu trabalho, Rosa determinou a compra da manumissão do filho José Rodrigues Moreira, além de instituir os três filhos por herdeiros. Para tanto, assevera: “de minha fazenda pagará a meu filho, José Moreira [...] Declaro que nada [recebeu] mais sim lhe deixo a minha fazenda para que ele se liberte.” Provenientes de uma enunciação oral, trabalho, afeto e liberdade interligam-se no texto em que a testadora destaca que o legado da alforria do filho era resultado de seu esforço.

Em retribuição ao trabalho por ele realizado, Antônio, filho de dona Mariana Mendonça, herdou seus bens. A testadora, que era natural da cidade de São Paulo, filha legítima de Tomé [Verjão] de Mendonça e de dona Ana Freire de Brito, elaborou o testamento em 28 de outubro de 1798. Era viúva de Gaspar Pereira da Cunha e filiada à Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Na altura em que fez o testamento, disse ter cinco filhos vivos e marcou o documento com uma cruz, o sinal contumaz. Esse testamento foi o único caso de declaração da testadora como “mulher branca”. Dona Mariana Mendonça afirmou ainda:

Vim de tenra idade para a Vila de Sabará e me casei nessa cidade com Gaspar Pereira da Cunha, há vinte e cinco ou vinte e seis anos falecido, e ainda me acho viúva do dito e dele tive oito filhos e dos cujos morreram três [...] vivo em companhia de meu filho Antônio e este é que me ajuda e tem tido o seu trabalho comigo e me tem feitorizado estes escravos para meu alimento e trato de pessoa, e, com a sua diligência, [tem me] ajudado a pagar muitas dívidas que eu devia e ainda do tempo do defunto meu marido, para o que, em remuneração deste trabalho e dos passados, lhe deixo [...] da minha fazenda cem oitavas [...] (MO/CBG/CPO/LT 40(?), fls. 115v-116v).

“Mulher branca” foi a informação que dona Mariana fez questão de mencionar no início da narrativa, definindo de imediato aspecto de sua identidade social julgado como indispensável de registro. Numa sociedade escravista e estamental, distinguir a qualidade, dentre outros aspectos, significava revelar a “pureza” do sangue e definir o lugar social ocupado ou no qual se julgava estar.

Em seguida, relatou sua vinda para Minas, mencionando o casamento, para logo depois registrar que, há muitos anos, era viúva e assim permanecera. Como vimos, principalmente para as mulheres brancas, a manutenção da honra, consoante os preceitos morais e cristãos da época, constituía-se em condição imprescindível para a vida em sociedade. A todo o momento, as mulheres precisaram atestar o bom comportamento, estabelecido de acordo com os padrões morais e religiosos impostos, fosse para conseguir a tutela dos filhos, para administrar legítimas ou apenas para não ter a imagem associada à conduta reprovável pela Igreja e pela sociedade. Por isso, a reputação de mulher e/ou viúva honesta era merecedora de ser dita, ouvida e escrita.

Proprietária de escravos e possuidora de dívidas, certamente dona Mariana estava habituada a marcar papéis e apontamentos com seu sinal de costume. Na gestão dos negócios contou com os préstimos do filho para “feitorizar” os cativos e administrar as finanças. Afirmou viver em companhia deste, destacando sua diligência nos negócios e nos cuidados para com ela. Com esses dizeres, utilizou-se da escrita não somente para legar, mas para justificar o fato de deixar a quantia de cem oitavas somente para esse herdeiro.

Conhecendo o contexto em que vivia, o fato de todos os filhos terem os mesmos direitos e, tendo conhecimento, ainda, do *horizonte comunicacional* no qual se encontrava, ou seja, a legitimidade da escrituração cartorária, desejou registrar por escrito as motivações que a levaram a fazer essa distinção relativamente a Antônio. Desse modo, não deixou espaço para revogação de suas decisões, pois, ao argumentar sobre as qualidades do filho, buscou “convencer” o ouvinte/leitor da credibilidade das determinações. Dona Mariana sabia, portanto, o *quê* exatamente queria registrar e a *forma* como deveria fazê-lo. Do reconhecimento e da gratidão, emergiu, assim, a *autoria* de um texto persuasivo, bem elaborado, coerente e com finalidade inequívoca.

Antônia Ferreira da Conceição, natural da Costa da Mina, de maneira semelhante, atribuiu finalidade bastante clara ao seu testamento, feito em 7 de fevereiro de 1790, declarando não saber ler nem escrever e marcando o documento com uma cruz. Naquela oportunidade, alforriou escravos, justificando a manumissão de um destes a partir de característica específica que ele possuía. Antônia assim declarou:

*Possuo* três escravos, Antônio, José e Felipe, todos angolas. Declaro que o dito Felipe, meu testamenteiro, logo depois de meu falecimento, lhe passará carta de alforria por ser aleijado dos pés e mãos e por me ter servido bem e por ser esta a minha última vontade. Declaro que as casas em que vivo as fiz

com o meu dinheiro e as deixo à Irmandade da Senhora do Rosário para os ofícios dela [...]. (MO/CBG/CPO/LT 43(62), fls. 131-131v. Grifo nosso).

Essa testadora narrou os motivos pelos quais alforriava Felipe. Compaixão por ser ele “aleijado” e reconhecimento pelos bons serviços prestados foram os argumentos que compuseram um texto com objetivo de acelerar a entrega da carta de alforria ao cativo. Antecipando/prevedendo o futuro, a atitude dessa testadora conferiu à escrita do testamento a intenção de resolver possíveis dificuldades ou demora que poderiam vir a acontecer quando da entrega do papel de liberdade.

Terminada a escrita do documento, declarados dia, mês e ano, de súbito a testadora lembrou-se de outras disposições a serem registradas e determinou:

Declaro mais: que tenho em mãos do senhor João de Miranda um escravo por nome Antônio, alugado ao preço de dois tostões, por semana. Declaro que, do gado que tenho na Fazenda das Recolhidas, se dará a João crioulo, filho da defunta Rita [...]. (MO/CBG/CPO/LT 43(62), fl. 132v).

Lembranças de negociações, narrativas de vínculos com cativos e ex-cativos caracterizaram o trecho da narrativa feita *a posteriori*. Ao voltar a *falar*, após finalizada a escrita do testamento, Antônia Ferreira imprime ao documento novo formato. Ainda que não fosse incomum tal ocorrência, não podemos deixar de destacar que o retorno ao texto demonstra a efetiva presença e posicionamento da narradora no processo de autoria do documento. Retomar o ditado para registrar lembranças significa enunciar algo socialmente importante, escondido na memória, a exemplo do aluguel do cativo e do legado a João Crioulo. Por outro lado, descortina desejos individuais, aos quais poderiam estar subjacentes promessas anteriormente obradas, tradutoras das relações entre senhores e escravos. Talvez o legado a João crioulo se tratasse de compromisso assumido pela testadora com a falecida cativa Rita. A resposta dificilmente saberemos. Todavia, é sintomático o fato de Antônia ter mencionado o legado ao escravo, recordando-se de que era filho da “defunta Rita”.

Foram tantas lembranças, intenções, singularidades e revelações encontradas nos textos que poderíamos continuar a escrever páginas e páginas. Elementos caracterizantes das relações de afeto e desafeto, de poder e de trabalho, operadas no cotidiano e que, por meio da enunciação oral, possibilitaram a utilização da escrita. No emaranhado de informações, de marcas sociais e de subjetividades, foram construídas, narradas e registradas histórias únicas, escritos particulares. A autoria coube tanto a quem, pelas mãos, as colocou no papel, quanto, e fundamentalmente, aos portadores dos conteúdos.

Sentimentos, liberdade e poder forneceram a matéria-prima das escrituras, levando ao conhecimento do ouvinte/leitor textos singulares; histórias diferenciadas, como a de Graça Pereira da Fonseca, que revelou, em seu testamento, ser “natural do Reino de Angola, [de] onde vim para este país cativa e me comprou Inácio da Rocha Rodrigues, e me forrou e casou comigo [...]” (MO/CBG/CPO/LT 41(60), fl. 36).<sup>19</sup>

Ou a de Sofia Maria de Abreu, ao declarar ser “nacional” do Rio de Janeiro, deixando forra ao tempo de seu falecimento “[...] a escrava Maria [...] como se do ventre de sua mãe nascesse [...] pelo amor de Deus, pelos bons serviços que me tem feito [...] e haver me ajudado a criar os meus filhos” (MO/CBG/CPO/LT 40(?), fl. 125).<sup>20</sup>

Também a de Maria de Faria, moradora na Vila de Sabará. “Fui escrava de Inácio de Faria, que por seu falecimento me alforriou [...] sou solteira, e nunca tive filho nem filha, nem herdeiro de presente porque sou preta da Costa da Mina e forra, como já disse [...]” (MO/CBG/CPO/LT 36(54), fl. 158).<sup>21</sup>

Bem como a de dona Maria de Jesus da Encarnação, senhora de

“[...] um crioulo por nome Vicente, outro por nome Ângelo, outro por nome Manuel, os quais eu tinha passado papel de corte e só destes terá o do crioulo Vicente [...] Havia passado, também, [...] papel de corte ao crioulo por nome Manuel para ter vigor depois do meu falecimento [...]” Este, porém, “[...] aborrecido da minha mercê, desobedecendo-me aos meus preceitos, se ausentou logo da minha companhia sem obediência alguma e há anos anda retirado. Por isso, revogo o dito coartamento.” (MO/CBG/CPO/LT 60(79), fls. 40v-43).<sup>22</sup>

Assemelhando-se a de dona Maria Rosa de Jesus, ao afirmar possuir “[...] um escravo e escrava em tempo de coartamento, mas a dita escrava Maria e nem o crioulo Manuel não conseguiram pagar pelo seu preço no tempo determinado [...]” e, por isso, “[...] sempre os tive por cativos”. (MO/CBG/CPO/LT 56(75), fl. 20).<sup>23</sup>

Ou a história de Antônia Ferreira da Costa, ao declarar não ter pai nem mãe e que teve um filho por nome Nicolau, do qual não recebia notícias há muito tempo. Alforriou Vitória,

<sup>19</sup> Feito em 22 de janeiro de 1788. Assinado a rogo, por não saber ler nem escrever.

<sup>20</sup> Feito em 22 de setembro de 1784. Assinado a rogo.

<sup>21</sup> Feito em 10 de abril de 1783. Assinado a rogo, por não saber ler nem escrever.

<sup>22</sup> Feito em 22 de abril de 1806. Apenas assinado, sem informação se o fez com o nome.

<sup>23</sup> Aprovado em 4 de fevereiro de 1800. Apenas assinado, sem informação se o fez com o nome.

que foi “coartada em 5/4 de ouro”, declarando que, se esta “[...] tiver um filho, será cativo” (MO/CBG/CPO/LT 54(73), fl. 239).<sup>24</sup>

A exemplo da história de Eusébia Maria do Sacramento, que deixou uma escrava para a filha, mas revelou que aquela “se ausentou e me roubou, indo embora para os sertões” (MO/CBG/CPO/LT 57(76), fl. 134).<sup>25</sup>

Igualmente a de Maria da Encarnação Araújo, natural da Freguesia de Santo Antônio do Rio das Velhas, que ordenou a entrega de seu tear “à ex-escrava por nome Teresa, hoje forra” (MO/CBG/CPO/LT 76(5), fl. 53).<sup>26</sup>

Do mesmo modo, a de Joana Corrêa, preta forra ao enunciar: “[...] a minha escrava Maria, de nação mina, a deixo forra e livre de toda a escravidão, em atenção aos bons serviços que me tem feito e ao amor com que tem me tratado, e fica com sua carta passada por mim” (MO/CBG/CPO/LT 57(76), fl. 40).<sup>27</sup>

Ou ainda outras tantas mais...

---

<sup>24</sup> Feito em 3 de dezembro de 1799. Marca em cruz.

<sup>25</sup> Feito em 27 de julho de 1802. Marca em cruz.

<sup>26</sup> Feito em 12 de dezembro de 1818. Apenas assinado, sem informação se o fez com o nome.

<sup>27</sup> Feito em 4 de julho de 1785. Assinado a rogo. Marca com cruz, por não saber ler nem escrever.



## **POR FIM...**

Diríamos que, nas sociedades do Antigo Regime, iletrados utilizaram-se da escrita sem saber escrever. Como porta entreaberta, vislumbraram no ditado mecanismo para vencer a incapacidade de redigir na solidão. A partir da enunciação oral, elaboraram textos sobre suas vidas, resgataram lembranças, construíram memórias, argumentaram, outorgaram e exprimiram vontades. Ao redigirem por mãos alheias, compuseram comunidades de escreventes, no interior do abrangente contexto de uma civilização escrita. Participaram, alimentaram e questionaram, desse modo, a cultura daquele tempo.

Essas constatações somente se fizeram possíveis com base em novo entendimento do conceito de *práticas educativas*. Na América portuguesa, de maneira geral, e na Capitania de Minas Gerais, em particular, ensino e aprendizagem configuraram-se como fenômenos sociais ocorridos tanto nos espaços institucionais quanto fora de seus limites. Enquanto processos históricos de caráter amplo, essas práticas revelaram estratégias desenvolvidas pelos sujeitos para apreensão, compreensão e usos de elementos de uma cultura marcada pela escrita.

A essa compreensão subjaz a tentativa de leitura diferenciada de fontes analisadas em recorrência pela historiografia. Os testamentos, para além do que nos dizem em seu conteúdo, podem e devem ser problematizados em sua forma como instrumentos – utilizados por distintos segmentos da população – de exploração das sendas existentes nos sistemas sociais e de estabelecimento de comunicação com o ordenamento instituído. Nas frestas das relações de poder e com engenhosidade, as escolhas dos indivíduos foram, na longa duração, assumindo sonoridade e tornando o sistema mais permeável e flexível. Assim sendo, escravos, ex-escravos e mulheres, setores social e economicamente discriminados, puderam desvendar e afirmar seus dizeres. Palavras e pensamentos ocultos, reivindicações e expectativas, em momento e evento de escrita, tomaram corpo e ganharam materialidade.

Na história – nosso ponto de referência –, não existem, portanto, fontes esgotadas. Todavia, a leitura e a interpretação, sob novo ângulo, dos empoeirados e tão visitados “documentos oficiais”, ensejaram, quando nada, tratamento interdisciplinar. Dessa maneira assentes, alguma coragem e certa pretensão nos movimentaram em busca de diálogo com áreas distintas do conhecimento, destacadamente com a linguística. Como errantes de laboriosa e surpreendente jornada, descobrimos, em meio aos estudos e reflexões sobre as práticas de leitura e escrita, a existência de questões que ultrapassam a identificação de graus

ou níveis da capacidade de ler e de escrever. A opção pelo interdisciplinar se mostrou profícua, descortinando a riqueza contida nos processos relacionados à linguagem escrita.

No percurso investigativo, constatamos que a alfabetização e o letramento precisam e podem ser mais bem examinados pelos historiadores, tornando-se fundamental tentar aclarar os trajetos das narrativas antes de se consubstanciarem em textos. Ao buscarmos compreender modos e meios da constituição dos escritos, descobrimos algo mais a respeito das formas de pensar, das crenças, anseios e maneiras de se viver da sociedade em causa. No diálogo estabelecido entre disciplinas, fez-se possível o repensar do próprio conceito de escrita, além da compreensão de como se encontram organizadas investigações que, de uma maneira ou de outra, preocuparam-se em abordar as relações que homens e mulheres, em diversos contextos, estabeleceram com a escrita.

Relações variadas, nuançadas e complexas. Chamaram-nos a atenção, sobre esse aspecto, na realidade em questão, algumas semelhanças. A começar pelo fato de mulheres e homens validarem em igual medida os textos dos testamentos, independentemente do domínio dos códigos alfabéticos. Essa constatação nos fez redimensionar a importância das assinaturas enquanto ferramenta metodológica para o estudo das conexões estabelecidas entre agentes históricos e escrita nas sociedades pré-estatísticas. Levou-nos, ademais, a perceber a amplitude das vinculações com a escrita, as quais extrapolam a alfabetização e as determinações de gênero.

Outra semelhança que nos saltou aos olhos foi a existente entre os conteúdos redigidos oriundos das narrativas de mulheres possivelmente alfabetizadas e daquelas que afirmaram não saber escrever. De maneira similar, sentimentos, poder, trabalho e gerência dos negócios forneceram a substância para a utilização da escrita e, por consequência, para a autoria dos textos em ambos os casos.

Cabe destacar a importância do cenário escolhido. No espaço urbano, palco em que fervilhavam ofícios e afazeres de natureza distinta, mesmo os indivíduos iletrados viram-se convocados ao contato com a escrita. Em contexto de constantes atividades comerciais e creditícias e de maior mobilidade social, anotações e cartas particulares, livros de razão e cadernos codicilares fizeram parte do cotidiano dos públicos masculino e feminino, denotando a ocorrência de intensa comunicação escrita.

Percebemos similitudes, do mesmo modo, nos textos de mulheres de diferentes estratos sociais. Como procuramos demonstrar, parcela desses sujeitos, principalmente a mais

abastada, possuía algum conhecimento do sistema alfabético, conquanto suas narrativas aproximam-se sensivelmente, em conteúdo e forma, àquelas de mulheres iletradas. Não nos parece plausível supor que isso se deva apenas ao padrão ou à formatação do documento. Acreditamos encontrarem essas aproximações explicação mais verossímil no imaginário social da época. Defendemos que as “vozes sociais”, quais sejam, valores, crenças e hábitos, informaram em larga escala os usos da escrita, equivalendo a dizer que a autoria dos textos encontra respaldo e sustentação no compartilhamento de representações de um tempo, as quais se fundam no terreno social.

No quadro das descobertas aqui expostas, importa-nos, em especial, ressaltar a diferença identificada, entendida como sentido e razão da própria história. Destacamos, pautados nessa compreensão, a transformação fundamental observada por meio da análise da documentação: ao se solidificar a vida coletiva e sua organização nas Minas Gerais, sujeitos letrados ou não - de diversas origens e segmentos sociais - estabeleceram ligações com a escrita e passaram a utilizá-la. Entre panos, teares, joias e alimentos, escritos secretos, declarações de amor e desilusão, emergiram notáveis, pragmáticos e, por vezes, literários textos.

Por um lado, essas práticas de escrita aconteceram nos moldes e seguindo a ritualística comum à realidade do Antigo Regime. Por outro, remetem a especificidades e particularidades do cotidiano vivenciado na multifacetada Capitania, onde devido ao expressivo número de mulheres forras, os usos da escrita denotaram - ao mesmo tempo em que permitiram - maior mobilidade social, caracterizando-se, em primeiro plano, pela administração da casa e/ou dos negócios, seguidos pelo desnudamento de intimidades e sentimentos.

Referentemente ao contato e utilização da escrita por diversificados segmentos sociais, cumpre sublinhar a importância de outras fontes históricas a serem devassadas. Em nossa pesquisa, pudemos constatar e sinalizar a potencialidade de documentos ditados, a exemplo dos requerimentos de provisão de tutela, como veículos portadores de narrativas – elaboradas pelos indivíduos que, grosso modo, não liam nem escreviam sozinhos – adequadas, formatadas e postas na folha em branco. No entanto, em que pese sua padronização, ao transformarem-se em textos, esses dizeres não perderam os traços de subjetividade, de autoria, evidenciando, por analogia aos testamentos, as interpenetrações das práticas orais e a escrita.

Em bom rigor, pretendemos compreender os intercâmbios existentes entre a oralidade e o ato de escrever na sociedade colonial. Talvez essa tentativa tenha sido a contribuição que

logramos com nosso esforço, mesmo sendo os resultados tímidos ou modestos. Em meio às disposições testamentárias referentes aos afetos, ao mundo do trabalho, às relações entre senhores e escravos ou senhores e ex-escravos, foi possível perceber que a utilização da escrita, via ditado, conferiu realce aos posicionamentos sociais. Forjou identidades, definiu destinos, delineou representações, manifestou-se, enfim, como poder dependente, no fundamental, da capacidade de verbalização, isto é, da enunciação dos indivíduos.

Durante a realização desta pesquisa, pudemos constatar, desse modo, a relevância de tomarmos o documento em sua singularidade, apesar de pertencer a uma série. Esforçamo-nos no objetivo de reavivar a particularidade de cada trecho redigido, das palavras e expressões selecionadas por quem as ditava. Intencionamos, com essa atitude, resgatar escritas originadas das falas de sujeitos comuns, numa abordagem que, se não completamente esquecida pela historiografia, parecia repousar à sombra da tendência em se analisar os papéis desempenhados pelas elites, autoridades, funcionários régios, ou seja, por protagonistas letrados pertencentes ou ligados diretamente às redes de poder.

Especialmente na primeira década do atual século, reabilitaram-se os estudos sobre a administração, a justiça e o exercício do poder na América portuguesa. Afloraram, por decorrência, a importância e o significado das capacidades de ler e escrever, em detrimento das relações estabelecidas com a escrita por setores iletrados da população. Foi este último aspecto que, em realidade específica, intencionamos compreender.

Fomos movidos (e arrebatados a certa altura) pela ideia de que a história social da escrita - aqui e agora, bem como nas sociedades do Antigo Regime - não pode ser reduzida à identificação e análise de simples dicotomias (como letrados e iletrados) ou ao entendimento das práticas de leitura. Por rotas serpenteantes, os registros escritos remetem às vidas de seus autores orais. Buscamos, com o diálogo interdisciplinar, desvelar - nos usos da escrita feitos por esses sujeitos - novas maneiras de ver e de compreender o contexto colonial.

Se o trabalho ora apresentado traz conclusões, não estamos bem certos. Seguimos convencidos, porém, de que ao tentarmos responder questões, suscitamos outras dúvidas, muitas indagações presentes em caminhos ainda pouco percorridos. De resto, orienta-nos a convicção: no *fazer* história, quando da tentativa nos invadem as perguntas, é porque alguma coisa mudou de lugar e um ponto se iluminou.

## FONTES

### MANUSCRITAS

**ARQUIVO DO MUSEU DO OURO/INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM)/CASA BORBA GATO (SABARÁ-MG)**

**FUNDO: CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO – LIVROS DE REGISTROS**

Livro 28(43), fls. 163v-168 – Testamento de Matias Pereira Pinto – Data: 29/3/1771.

Livro 31, fl. 257 – Testamento de José Ribeiro – Data: 9/12/1769.

Livro 35(53), fls. 45-51 – Testamento de Felícia Ferreira – Data: 3/1/1776.

Livro 36(54), fls. 158v-161 – Testamento de Maria de Faria – Data: 10/4/1783.

Livro 36(54), fls. 167v-172 – Testamento de Catarina da Rocha Sodré – Data: 6/1/1779.

Livro 37(55), fls. 19v-25 – Testamento de Inácia Monteiro – Data: 21/10/1789.

Livro 37(55), fls. 59-64 – Testamento de Joana Machado – Data: 2/3/1782.

Livro 37(55), fls. 100-104v – Testamento de Francisca [?] da Silva – Data: 15/5/1780.

Livro 37(55), fls. 116-120v – Testamento de Ana Cruz Ribeiro – Data: 17/6/1783.

Livro 37(55), fl. 167 – Testamento de Teresa Andrada Soto Maior – Data: 19/10/1793.

Livro 38(57), fls. 101v-106v – Testamento de Teresa Coutinho – Data: 2/8/1770.

Livro 39(58), fls. 91-95 – Testamento de Maria de Sousa Nascimento – Data: 6/10/1776.

Livro 40(?), fls. 114v-119 – Testamento de Mariana Mendonça – Data: 28/10/1798.

Livro 40(?), fls. 124-128v – Testamento de Sofia Maria de Abreu – Data: 22/9/1784.

Livro 41(60), fls. 26-30v – Testamento de Florência da Costa Coelho – Data: 10/1/1788.

Livro 41(60), fls. 36-39v – Testamento de Graça Pereira da Fonseca – Data: 22/1/1788.

Livro 43(62), fls. 130v-134v – Testamento de Antônia Ferreira da Conceição – Data: 7/2/1790.

Livro 43(62), fls. 147v-150v – Testamento de Catarina Fernandes – Data: 6/4/1790.

Livro 43(62), fls. 208-211v – Testamento de Rosa Gonçalves Fernandes – Data: 8/4/1790.

Livro 44(63), fl. 59 – Testamento de João Pedro Lisboa e Berta Ribeira – Data: 12/6/1822.

- Livro 44(63), fls. 175v-179 – Testamento de Isabel Nogueira Ferraz – Data: 18/8/1791.
- Livro 45(64), fls. 13-16v – Testamento de Ana Duarte da Silva – Data: 7/2/1792.
- Livro 45(64), fls. 108v-114v – Testamento de Eufrásia Maria Francisca Xavier – Data: 16/5/1792.
- Livro 46(65), fls. 42v-46 – Testamento de Eugênia Maria da Rocha – Data: 9/6/1792.
- Livro 46(65), fls. 113v-117 – Testamento de Teresa Francisca Carvalho – Data: 25/6/1778.
- Livro 47(66), fls. 137v-141 – Testamento de Juliana Sanches da Silva – Data: 11/1/1794.
- Livro 48(67), fls. 44v-47v – Testamento de Quitéria Veloso de Carvalho – Data: 2/6/1794.
- Livro 48(67), fls. 151v-155v – Testamento de Vitória Ferreira de Almeida – Data: 28/11/1782.
- Livro 48(67), fls. 204v-207v – Testamento de Antônia Francisca da Silva – Data: 5/8/1789.
- Livro 48(67), fls. 208-211 – Testamento de Maria Ribeiro de Meneses – Data: 27/8/1794.
- Livro 49(68), fls. 89-91v – Testamento de Rosa Ferreira da Silva – Data: 18/1/1793.
- Livro 49(68), fls. 178v-183 – Testamento de Narcisa de Meneses Sodré – Data: 2/5/1796
- Livro 49(68), fls. 206-210v – Testamento de Catarina Gonçalves de Sena – Data: 22/7/1796.
- Livro 49(68), fls. 226-230v – Testamento de Joana Matildes Rosa – Data: 22/12/1780.
- Livro 50(69), fls. 9v-13 – Testamento de Úrsula Pacheco – Data: 31/10/1796.
- Livro 50(69), fls. 21v-24v – Testamento de Ana Joaquina – Data: 29/12/1796.
- Livro 50(69), fls. 74v-77v – Testamento de Ana Fernandes Tavares – Data: 3/10/1796.
- Livro 50(69), fls. 98v-101v – Testamento de Ana Perpétua Pereira de Amorim – Data: 30/5/1797.
- Livro 50(60), fls. 104-109 – Testamento de Vitória Gonçalves Geraldes – Data: 19/4/1795.
- Livro 50(69), fls. 126-130 – Testamento de Inácia Gonçalves Pinto – Data: 19/10/1792.
- Livro 51(70), fls. 41v-45v – Testamento de Teresa Maria Gomes de Abreu – Data: 4/10/1793.
- Livro 51(70), fls. 98-100 – Testamento de Maria Pereira do Nascimento – Data: 24/11/1794.
- Livro 51(70), fls. 110-114v – Testamento de Maria do Nascimento Vieira – Data: 30/8/1781.
- Livro 51(70), fls. 117-127v – Testamento de Brites Correa de Oliveira – Data: 22/12/1784.
- Livro 51(70), fls. 136-140v – Testamento de Maria de Mendonça – Data: 16/1/1789.

- Livro 51(70), fls. 181-184 – Testamento de Ana Maria da Costa – Data: 17/5/1794.
- Livro 52(71), fls. 52-56 – Testamento de Isabel Maria Leonor de França – Data: 7/8/1797.
- Livro 52(71), fls. 138-141 – Testamento de Ana Florência Lemos de Oliveira – Data: 8/9/1796.
- Livro 52(71), fls. 147v-148 – Testamento de Joana de Sousa – Data: 11/8/1782.
- Livro 54(73), fls. 239v-240v – Testamento de Antônia Ferreira da Costa – Data: 3/12/1799.
- Livro 55(77), fl. 104v – Testamento de Joana da Silva Gouveia – Data: 17/5/1804.
- Livro 56(75), fls. 19-20v – Testamento de Maria Rosa de Jesus – Data: 4/2/1800.
- Livro 57(76), fls. 39-42v – Testamento de Joana Corrêa – Data: 4/7/1785.
- Livro 57(76), fls. 133v-138 – Testamento de Eusébia Maria do Sacramento – Data: 27/7/1802.
- Livro 58(77), fl. 7 – Testamento de Francisca Gomes Pereira – Data: 18/1/1803.
- Livro 58(77), fls. 115v-117 – Ana Ferreira da Silva – Data: 9/12/1803.
- Livro 59(78), fl. 62v – Testamento de Maria Dias da Silva – Data: 8/11/1804.
- Livro 60(79), fls. 40v-43 – Testamento de Maria de Jesus da Encarnação – Data: 22/4/1806.
- Livro 61(80), fls. 22v-24 – Testamento de Rosa Maria Teixeira – Data: 17/6/1797.
- Livro 61(80), fls. 52v-57v – Isabel Josefa do Lago – Data: 1/6/1807.
- Livro 61(80), fl. 122v – Testamento de Quitéria Vieira de Matos – Data: 11/2/1788.
- Livro 62(82), fl. 130 – Testamento de Maria Caetana da Silva – Data: 14/7/1807.
- Livro 66(-), fls. 28v-32 – Testamento de Quitéria Maria de Barros: Data: 24/12/1808.
- Livro 66(-), fls. 69v-71 – Testamento de Josefa Maria da Conceição – Data: 11/8/1807.
- Livro (69), fls. 126-130 – Testamento de Mariana Moreira de Carvalho – Data: 7/2/1794.
- Livro 72(90), fls. 10v-13v – Testamento de Micaela Coelho – Data: 9/3/1814.
- Livro 73(-), fls. 14-18 – Testamento de Maria Pereira da Costa – Data: 27/12/1804.
- Livro 73(54), fls. 51v-55 – Testamento de Antônio de Araújo Quintão – Data: 2/5/1793.
- Livro 74(4), fls. 136-139 – Testamento de Maria Joaquina da Conceição – Data: 17/4/1819.
- Livro 75(41), fls. 51v-55v – Testamento de Maria Joaquina Rosa de Lima – Data: 18/10/1818.

Livro 76(5), fls. 4-5v – Testamento de Joaquim José de Santana – Data: 19/11/1819.

Livro 76(5), fls. 53-54v – Testamento de Maria da Encarnação Araújo – Data: 12/12/1818.

Livro 76(5), fl. 93v – Testamento de Isabel Maria de Jesus – Data: 5/10/1820.

Livro 76(5), fl. 118v – Testamento de Ana Maria Barbosa – Data: 19/07/1802.

Livro 76(5), fls. 140v-142 – Testamento de Maria Vitória da Silva – Data: 23/02/1819.

Livro 76(5), fl. 142 – Testamento de Ana Maria de Jesus – Data: 28/07/1821.

Livro 77(92), fl. 38v – Testamento de Domingos José da Silva – Data: 22/06/1820.

Livro 78(6), fl. 106v – Testamento de Serafim Gonçalves Lima – Data: 10/12/1817.

***ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (BELO HORIZONTE – MG)***

***FUNDO: CÂMARA MUNICIPAL DE SABARÁ***

Registros de Testamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição (1800-1845) – Livro 209, fls. 22-23v – Testamento do alferes Manuel Martins Pereira – Data: 26/9/1803.

Registros de Testamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição (1800-1845) – Livro 209, fls. 50-51v – Testamento do alferes Lourenço de Oliveira – Data: 12/7/1802.

***ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (LISBOA – PORTUGAL)***

***FUNDO: CONSELHO ULTRAMARINO – SÉRIE: BRASIL – MINAS GERAIS***

Caixa 108, doc. 1 – Requerimento de Maria do Nascimento, moradora na Comarca do Rio das Mortes, pedindo que se lhe permita continuar na administração dos bens dos seus filhos – Data: 7/1/ant. a 1775.

Caixa 109, doc. 57 – Requerimento de Eugênia Gomes de Macedo, moradora no Arraial de São Miguel, na Comarca do Rio das Velhas, solicitando provisão para tutelar as pessoas e bens de seus filhos – Data: 6/12/ant. a 1776.

Caixa 111, doc. 12 – Requerimento de Ana Joaquina de Sousa Osório, moradora em Vila Rica, solicitando provisão para tutelar as pessoas e os bens de seus filhos – Data: 15/2/ant. a 1777.

Caixa 111, doc. 14 – Requerimento de Genoveva Maurícia de Jesus, viúva de José Ferreira Lopes, ex-assistente na Freguesia de São Miguel, no termo de Mariana, pedindo provisão para tutelar as pessoas e bens dos seus filhos – Data: 18/2/ant. a 1777.

Caixa 122, doc. 33 – Requerimento de Teresa de Jesus, viúva do tenente José Francisco de Sá Mourão, solicitando a D. Maria I a mercê de lhe conceder a tutela de seus filhos e administração dos seus bens – Data: 28/9/ant. a 1784.



**IMPRESSAS**

COELHO, José João Teixeira. **Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1782)**. Organização, transcrição documental e textos introdutórios: Caio César Boschi. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura/Arquivo Público Mineiro; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. 2 v. (Série Publicações do Arquivo Público Mineiro)

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais**: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Trad. Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. (Reconquista do Brasil, v. 5)

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.
- ADÃO, Áurea. **Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as Escolas Régias (1772-1794)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação, 1997.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. UnB, 1993.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Educação feminina: vozes dissonantes no século XVIII e a prática colonial. In: MONTEIRO, John Manuel; BLAJ, Ilana (Org.). **Histórias & utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 252-266.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: volume 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (Org.). **O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico**. São Paulo: Alameda, 2009.
- ALMADA, Márcia. **Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de (Org.). **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro, 1870. Livro 4 Tit. 80: Dos testamentos, e em que forma se farão. Disponível em: <<http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1-2, p. 137-160, jan./dez. 2005.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- ALVARENGA, Thábata Araújo de. **Homens e livros em Vila Rica – 1750-1800**. 2003. 218f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, São Paulo.
- ALVES, Vitor Fernando S. Simões. Sociabilidades camponesas em Sazes de Lorvão nos séculos XVI-XVIII. **Ler História**, Lisboa, n. 24, p. 33-51, 1993.
- ANDRADE, António Alberto Banha de. **A Reforma Pombalina dos estudos secundários no Brasil (1769-1771)**. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (Org.). **O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 255-263.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 45-77.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos. **Histórica Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 6, out. 2005. Disponível em <<http://www.historica.arquiwoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao06/materia01/>> Acesso em: ?

ARAÚJO, Regina Mendes de. Mulheres de Vila do Carmo: a preocupação com a “Boa Morte” (1713-1750). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 85-106, ago./dez. 2009.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. 2 ed. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. v. 1.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov, V.N). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARROS, José Márcio. O rodar do moinho: notas sobre a antropologia e o conceito de cultura. **Caderno de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 5-13, abr. 1993.

BARTON, David. **Literacy: an introduction to the ecology of written language**. Oxford: Blackwell, c1994.

BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz (Org.). **Situated literacies**. London: Routledge, 2000.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Org.). **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru: Edusc, 2004.

BELLINI, Lígia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1998. p. 73-86.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 191-200.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 18, nº36. São Paulo: ANPUH/FAPESP/HUMANITAS, 1998, p. 251-280.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin; BLOCH, Étienne. **Apologia da História, ou, o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BLOOME, David. Reading as a social process. In: HUSTON, B. (Ed.). **Advances in reading language research**. Greenwich, CT: JAI Press, 1983. v.2 , p. 165-195.

BLOOME, David. A special issue on intertextuality. **Linguistic and Education**, Long Beach (CA), v. 4, n. 3-4, p. 255-256, 1992.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. v.5. 8 v.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOSCHI, Caio César (Coord.). **Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 3 v.

BOSCHI, Caio César. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da Capitania de Minas Gerais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 77-109, jul. 2002a.

BOSCHI, Caio César. Nem tudo que reluz vem do ouro... In: SZMRECSÁNYI, Tamas (Org.). **História econômica do período colonial**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Associação de Pesquisadores em História Econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002b. p. 57-65.

BOSCHI, Caio César. Textos introdutórios. A obra. O autor. In: COELHO, José João Teixeira. **Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1782)**. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura/Arquivo Público Mineiro/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007. p. 21-150.

BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário histórico Brasil Colônia e Império**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. Tradução de Paula Montero. **Langue Française**, n. 34, p. 31-32, maio 1977. Disponível em: <<http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12933/11099/AEconomiasdasTrocasLingsitcasPierreBourdieu.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. **Del escribano a la biblioteca**: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII). Madrid: Síntesis, 1992. (História Universal Moderna, v. 5).

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. (Coord.). **Cultura epistolar en la Alta Edad Moderna**: usos de la carta y la correspondencia entre el manuscrito y el impreso. Madrid: Universidad Complutense, 2006.

BRAIT, Beth. Introdução: alguns pilares da arquitetura bakhtiniana. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 7-10.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado, enunciado concreto e enunciação In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 61-78.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Peter. **A arte da conversação**. Tradução de Alvaro Luiz Hattner. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

BURKE, Peter. Os usos da alfabetização no início da Idade Moderna. In: BURKE, Peter; POTER, Roy (Org.). **História social da linguagem**. Tradução de Alvaro Luiz Hattner. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 14-41.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais**. São Paulo: Nacional, 1968.

CARVALHO, Feu de. Instrução pública: primeiras aulas e escolas de Minas Gerais (1721-1860). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 182-207, 1933.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Edusp/Saraiva, 1978.

CASTAÑEDA GARCIA, Carmen. Introducción: descubriendo la historia de la cultura escrita. **Cultura escrita & sociedad**, Gijón, n. 11, p. 9-14, set. 2010.

CASTILLO GÓMEZ. Antonio (Coord.). **História de la cultura escrita**: del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada. Gijón: Trea, 2002.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 5, p. 93-124, jan.-jul. 2003.

CASTILLO GÓMEZ. Antonio. **Das tabuinhas ao hipertexto**: uma viagem na história da cultura escrita. Tradução de Manuela D. Domingos. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004.

CASTRO, José Flávio Morais. **História da cartografia e cartografia sistemática**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

CASTRO, José Flávio Morais et al. Visualização cartográfica dos mapas de Minas Gerais dos setecentos e oitocentos: em destaque as bases urbanas. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE QUALIDADE DE VIDA URBANA, 6.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS URBANOS, 5., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia (Tratamento da Informação Espacial) da PUC Minas, 2006. 1 CD-ROM.

CERCEAU NETO, Rangel. **Um em casa do outro**; concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (Coord.). **Dicionário de análise do discurso**. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 100-113, 1994a.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: Ed. UnB, 1994b.

CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido, cultura escrita**: entre distinção e apropriação. Tradução de Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CHEQUER, Rachel Mendes Pinto. **Negócios de família, gerência de viúvas**: senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais, 1750-1800). 2002. 132f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. **“Por que sou um chefe de famílias e o senhor da minha casa?”**; proprietários de escravos e famílias cativas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX. 2005. 178f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

COSTA, António Firmino; ÁVILA, Patrícia. Problemas de literacia: uma investigação na sociedade portuguesa. **Ler História**, Lisboa, n. 35, p. 127-150, 1998.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura escrita**: séculos XV-XVIII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

DAVES, Alexandre Pereira. Subsídios para a história da instrução na Capitania de Minas Gerais: a Comarca do Rio das Velhas (1716-1755). In: LOPES, Ana Amélia Magalhães et al. (Org.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/Fumec, 2002. p. 69-82.

DEL PRIORE, Mary. Ritos da vida privada. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil**: volume 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 275-330.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DENNY, J. Peter. O pensamento racional na cultura oral e a descontextualização da cultura escrita. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995. p. 75-99.

DURHAN, Eunice Ribeiro. A dinâmica cultural da sociedade moderna. **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 32-35, 1977.

FALCON, Francisco José Calazans; DEL PRIORE, Mary. **História cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: estigma e riqueza social. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 65-92, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Vol.1, 13ª ed. São Paulo: Globo, 1998.

FELDEMAN, Carol Fleisher. Metalinguagem oral. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995. p. 55-74.

FERNANDES, Rogério. Estratégias de ironia e de sarcasmo contra a educação feminina em Portugal (séculos XVIII/XIX). **Revista Faces de Eva**, Lisboa, n. 9, p. 13-27, 2003.

FERREIRA, António Gomes. **Gerar criar educar**. Coimbra: Quarteto, 2000.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1999.

FIGUEIREDO, Luciano. **Mulher e família na América portuguesa**. São Paulo: Atual, 2004.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. **Revista HISTEDBR**, 2005. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_074.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_074.html)>. Acesso em: 13 jan. 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação e os níveis da análise linguística. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIÇÃO E DISCURSO, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SITED, set., 2010. p. 396-402.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D'el Rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira, Cláudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011a.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Historiografia da educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2, 2003, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003a. p. 1-20.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **A vida de Sabará no século XVIII**. Belo Horizonte: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/Faculdade de Educação/UFMG, 2003b. (Mimeo).

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Processos e práticas educativas no século XVIII: um estudo sobre fontes de pesquisa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Editorial Mídia, 2005. v. 1. p. 1-8.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Portugueses em Minas Gerais no século XVIII: cultura escrita e práticas educativas. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Revista de Humanidades**, Caicó-RN, v. 9, n. 24, set./out. 2008. Disponível em: <[www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da educação no Brasil: abordagens e tendências de pesquisa. **Revista LPH**, Ouro Preto, n. 19, v. 2, p. 4-27, 2009b. <Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/lph/imagens/stories/REVISTA-LPHn19-2.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e (Org.). **As reformas pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições/Fapemig, 2011b.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e et al. Rachi. **Fontes coloniais para uma história da educação no Brasil**. Trabalho apresentado no VII Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, organizado e promovido pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), realizado em Mariana-MG, de 4 a 6 de setembro de 2013.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda ; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa. Séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURET, Francis; OZOUF, Jacques. Trois siècles de métissage culturel: annales. **Économies, Sociétés, Civilisations**, Paris, ano 32, n. 3, p. 488-502, 1977.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócios**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira Um cartógrafo nas Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, Ano 46, n. 2, p. 152-159, dez. 2010. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2010E10.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2010E10.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2012.

FURTADO, Júnia Ferreira. Uma correspondência de negócios nas Minas setecentistas: possibilidades de leituras. In: ABREU, Márcia et al. (Org.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2005. p. 118-139.



GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Leituras de cordel em meados do século XX: oralidade, memória e a mediação do outro. In: ABREU, Márcia et al. **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado de Letras, 2005. p. 269-397.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Oralidade e escrita: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 403-432, maio-ago. 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIACOMELLI, Karina. **A enunciação em Benveniste e Bakhtin: exclusões saussurianas**. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/04/artigos/063.htm>>. Acesso em: 10 set. 2013.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

GONÇALVES, Andréa Lisly. As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 2. p. 187-224.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GOODY, Jack. **The domestication of the savage mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

GOODY, Jack; WATT, Ian. **As consequências do letramento**. Tradução de Waldemar Ferreira Neto. São Paulo: Paulistana, 2006.

GORGULHO, Talitha Maria Brandão. **Aos órfãos que ficaram: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750-1800)**. 2011. 122f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

GRAFF, Harvey. O mito do analfabetismo. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 36-64, 1990.

GRAFF, Harvey J. The literacy myth at thirty. **Journal of social history**, Oxford, v. 43, n. 3, p. 635-661, 2010.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). **Revista do Departamento de História [UFMG]**, Belo Horizonte, n. 2, p. 7-36, jun. 1986.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Ícone, 1988.

HAMILTON, Mary. Expanding the new literacy studies: using photographs to explore literacy as social practice. In: BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz (Org.). **Situated literacies**. London: Routledge, 2000. p. 56-87.

HAVELOCK, Eric. A equação oralidade cultura escrita: uma forma para a mente moderna. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995. p. 17-34.

HIGGINS, Kathleen J. “**Licentious liberty**” in a **Brazilian gold-mining region**; slavery, gender, and social control in eighteenth-century Sabará. Minas Gerais. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio B. de (Org.). **A época colonial**. São Paulo, Difel, 1968. t. 1, v. 2. p. 259-310. (História Geral da Civilização Brasileira).

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 100, p. 257-273, out.-dez. 1974.

ILLICH, Ivan. Un alegato en favor de la investigación sobre el alfabetismo laico. **Revista de Educación**, Madrid, n. 288, p. 45-61, jan.-abr. 1989.

ILLICH, Ivan. Um apelo à pesquisa em cultura escrita leiga. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995. p. 35-54.

JÚLIO, Kelly Lislie. **Práticas educativas e sociabilidades**: mulheres forras em São João del-Rei e São José del-Rei (1808-1840). 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

KALMAN, Judith, **Escribir en la plaza**. Prefácio de Guadalupe Valdés. Tradução de Victoria Ana Schussheim. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

KANTOR, Iris; DANTAS, Mônica. O ofício do historiador hoje: entrevista com Stuart B. Schwartz. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 89, mar. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002011000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100010)>. Acesso em: 10 dez. 2013.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA; Tânia Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 9-27.

KLEIMAN, Angela B. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

KLEIMAN, Angela B. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. São Paulo: Pontes, 1989.

LACERDA, Lílían de. **Álbum de leitura**: memórias de vida, história de leitoras. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais**: as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 1, p. 407-438.

LISBOA, João Luís. O papel da história entre os leitores do século XVIII. **Ler História**, Lisboa, n. 24, p. 5-15, 1993.

LOPES, Eliana Marta Teixeira. Nostalgia e aspiração pelo livro: Santana Mestra na Colônia. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Modos de ler, formas de escrever**: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1988. p. 43-63.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina et al. Evolução da economia e da riqueza na comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais, 1713-1763. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 10, Diamantina, Cedeplar-UFMG, 2002. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D04.PDF>>. Acesso em: 23 set. 2013.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime**: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. Braga: Universidade do Minho, 1994.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Alquimias da escrita**: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime. São Paulo: Universidade São Francisco, 2001.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Escrita escolar e oficialização da escola portuguesa. In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio (Dir.). **Mis primeros pasos**; alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura (siglos XIX y XX). Gijón: Trea, 2008. p. 19-40.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3 ed. Campinas: Pontes; Ed. Unicamp, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983. p. 61-75.

MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras**: leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000.

MARQUES, Maria Manuela Ferreira. **Crédito privado num contexto urbano**; Lisboa, 1770-1830. 1996. Tese (Doutorado)- Instituto Universitário Europeu, Departamento de História e Civilização.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX**: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MELLO E SOUZA, Laura de; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O governo dos povos: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009.

MENESES, José Newton Coelho. **Artes fabris e ofícios banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Folhetos em ordem na Coleção Barbosa Machado. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (Org.). **O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 201-228.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 1, p. 55-85.

MORAIS, Christianni Cardoso. **Para aumento da instrução da mocidade de nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na vila de São João del-Rei (1824-1831)**. 2002. 205f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

MORAIS, Christianni Cardoso. **Posses e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)**. 2009. 337f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote; mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. **A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira**. 2008. 187f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra**. Tradução de Enid Abreu Dobránszki. Campinas: Papirus, 1998.

OLSON, David R. **El mundo sobre el papel: el impacto de la lectura en la estructura del conocimiento**. Barcelona: Gedisa, 1994.

OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. Depois do cativo: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais: as Minas aetecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1, p. 505-521.

PASSOS, Zoroastro Vianna. **Notícia histórica da Santa Casa de Sabará (1787 a 1928)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929.

PASSOS, Zoroastro Vianna. **Em torno da história do Sabará: a Ordem 3ª do Carmo e a sua igreja**. Obras do Aleijadinho no templo. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1940. (Publicações, v. 5)

PATTANAYAK, D. P. A cultura escrita: um instrumento de opressão. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995. p. 117-120.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIRES, Vera Lúcia. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. **Organon**; os estudos enunciativos; a diversidade de um campo, Porto Alegre, v. 16, n. 32-33, p. 35-48, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/organon/issue/view/1699>>. Acesso em: 20 set. 2013.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. 23ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. **Segurando as pontas e tecendo as tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880)**. 2008. 273f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 164-192.

RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 44, p. 132-153, jan.-jun. 2008.

REIS, João José. **Escravidão e invenção da liberdade: estudo sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: volume 2 –**

Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 95-141.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RICOEUR, Paul. **Do texto à acção**: ensaios de hermenêutica II. Tradução de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. [Porto]: Rés, 1989.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 3 v.

ROBIN, Régine. **História e linguística**. Tradução de Adélia Bolle e Marilda Pereira. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROCHA, Maria Manuela. Entre nós basta a palavra: as práticas informais de crédito na investigação histórica. **Ler História**, Lisboa, n. 41, p. 161-182, 2001.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Henrique. Índice de alfabetização de imigrantes saídos para o Brasil entre 1835-1860. **Ler História**, Lisboa, n. 27-28, p. 217-229, 1995.

SALLES, Walter. Central do Brasil. São Paulo: Europa Filmes, 1998. 1 videocassete (112 min.): NTSC/VHS: son., color.

SANTOS, Raphael Freitas. **Devo que pagarei**: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas, 1713-1773. 2005. 196f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Rebecca; HÉBRARD, Jean M. **Freedom papers**: an Atlantic odyssey in the age of emancipation. Cambridge/London: Harvard University Press, 2002.

SEIXAS SOBRINHO, José. **O teatro em Sabará**: da Colônia à República. Belo Horizonte: [s.n.], 1961.

SILVA, Antonio Moraes de. **Diccionario da lingua portugueza** – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Flávio Marcus da. **Da terra o poder**: a produção agropastoril e o mercado interno como estratégias de controle sociopolítico em Minas Gerais no século XVIII. 2000. 165f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Avesso ao matrimônio: traição e adultério no Pernambuco colonial**, 2008. Disponível em: <[www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st\\_trab\\_pdf/.../gian\\_silva\\_st3.pdf](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/.../gian_silva_st3.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura no Brasil colonial**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 1984.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria e D. João VI**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Donas e plebeias na sociedade colonial**. Lisboa: Estampa, 2002.

SILVA, Solange Maria da. **Estratégias e práticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas, século XVIII**. 2011. 149f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, Magda Becker. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, 2004.

SOARES, Magda Becker. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda Becker. **O que é letramento**. São Paulo: Diário do Grande ABC, 2003.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres e relações de gênero: debatendo algumas questões**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/16.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

STREET, Brian V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. (Cambridge studies in oral and literate culture, 9)

STREET, Brian V. What's "new" in new literacy studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. **Current Issues in Comparative Education**, Columbia, v. 5, n. 2, p. 77-91, 2003.

STREET, Brian V. Perspectivas interculturais sobre o letramento. **Revista de Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 8, p. 465-488, 2006.

STREET, Brian V. Os novos estudos sobre letramento: histórico e perspectivas. In: MARINHO, Marildes; GILCINEI, Teodoro Carvalho (Org.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 33-53.

TFOUNI, Leda Verdiani. A escrita no oral; o oral na escrita: ler vozes e ouvir letras. **Entreletras – Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT**, Palmas, n. 3, 2011. Disponível em: <[http://www.uft.edu.br/pgletras/revista/capitulos/1.\\_a\\_escrita\\_no\\_oral;\\_o\\_oral\\_na\\_escrita.pdf](http://www.uft.edu.br/pgletras/revista/capitulos/1._a_escrita_no_oral;_o_oral_na_escrita.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2012.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

VALDÉS, Guadalupe. Prefacio. In: KALMAN, Judith. **Escribir en la plaza**. Tradução de Victoria Ana Schussheim. México: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 7-13.

VARTULI, Silvia Maria Amâncio Rachi. **Escritos, costuras e preces: histórias femininas e a construção de novas práticas na América portuguesa. Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 145-159, ago.-dez. 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações [Brasil e Portugal]**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. v. 1, p. 35-82.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides mineiras, 1664-1897**. Introdução: Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Melgaço Neves. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. v. 3-4, p. 732-733.

VENÂNCIO, Gisele Martins. Presentes de papel; cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. In: SÁEZ, Carlos; CASTILLO GÓMEZ, Antonio (Ed.). **La correspondencia en la Historia; modelos y prácticas de escritura epistolar**. Actas del Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita. Madrid: Biblioteca Litterae/Calambur, 2002. p. 447-468. v.1.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papirus, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Migração e alfabetização em Mariana colonial. In: SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (Org.). **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP/Fapesp, 2001. v. 2, p. 391-399.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: volume 1 – cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385.



VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura**: usos do livro na América portuguesa. 1999. 442f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

VILLALTA, Luiz Carlos. Educação: nascimento, “haveres” e gêneros. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **História de Minas Gerais**: as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007a. v. 2, p. 253-287.

VILLALTA, Luiz Carlos. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. **História de Minas Gerais**: as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo. 2007b. v. 2, p. 289-311.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Alfabetização na sociedade e na história**: vozes, palavras e textos. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Alvaro Moreira Hypolito e Helena Beatriz M. de Souza. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação/ANPED**, São Paulo, n. 0, p. 63-88, set.-out.-dez. 1995.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Leer y escribir**: historia de prácticas culturales. Naucalpan de Juarez [México]: Fundación Educación/Voces y Vuelos y Edilar, 1999.

## ANEXOS



Pierre Augustin Thomire, **Mulher lendo**, c. 1775-1780.



Wybrand Hendriks William Oliver, **Garota lendo**, [s.d.].





Victor Joseph Chavet, **Mulher lendo**, 1848.



Charles Perugini, **Retrato de Miss Helen Lindsay**, c. 1870.



Francis John Wyburd, **Leitura**, [s.d.].





James Sant, **Ida e Ethel**, 1884.



Theodor Fischer Pio Ricci, *Na livraria*, [s.d.].





Guglielmo Zocchi, **Uma boa leitura**, [s.d.].





Eduardo Leon Garrido, **O livro de rascunhos**, [s.d.].



Edmund Tarbell, **Garota lendo**, 1909.



Robert James Gordon, **Mulher lendo**, c. 1910.





Fritz Zuber Buhler, **Retrato de uma menina**, [s.d.].



George Bernard O'Neill, **Boa leitura**, [s.d.].

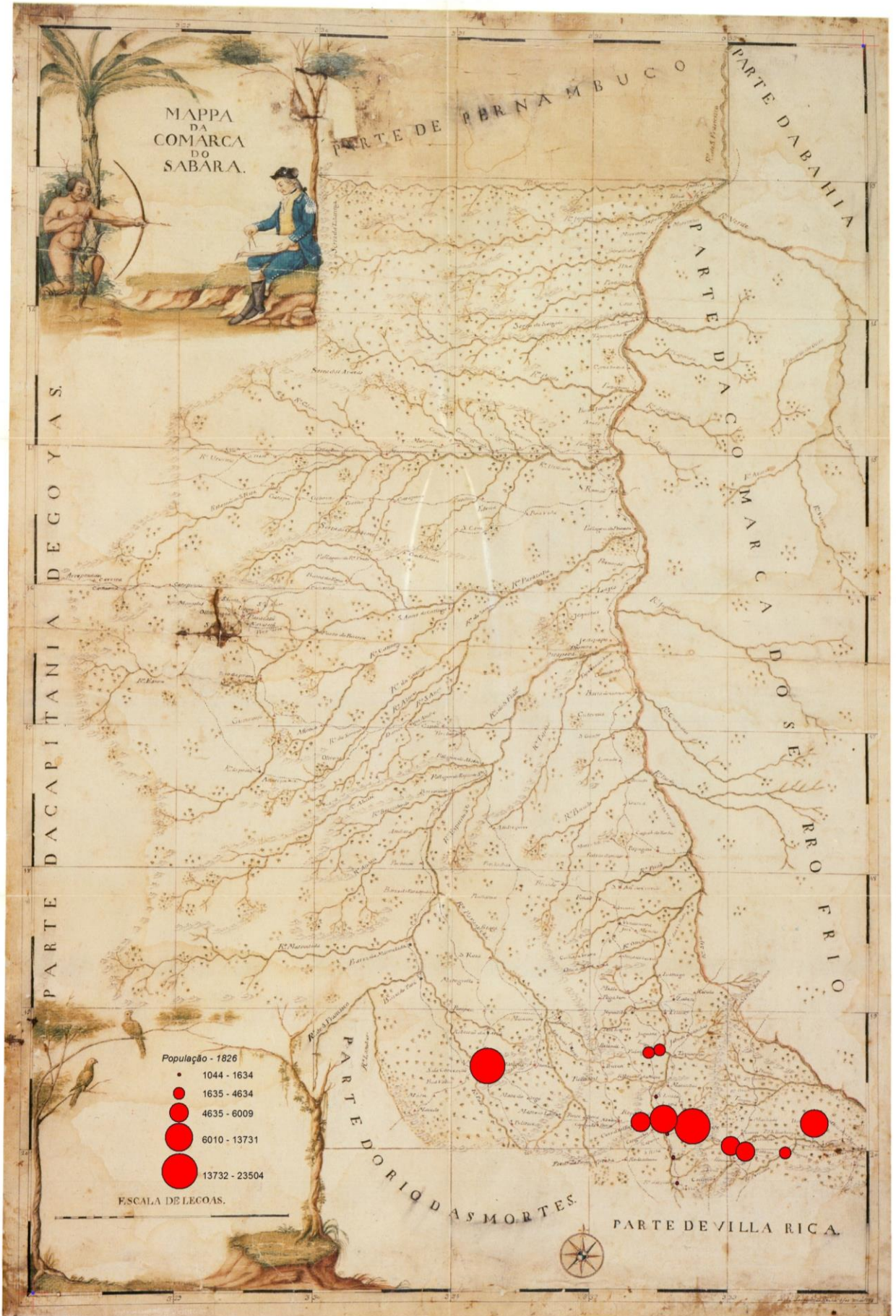




MAPA DA COMARCA DE SABARÁ - 1778 - Acervo Arquivo Público Mineiro

Fonte: modificado de FJP, 1995. Cartografia: José Flávio Moraes Castro, PPGG-TIE/PUCMinas, 2013.

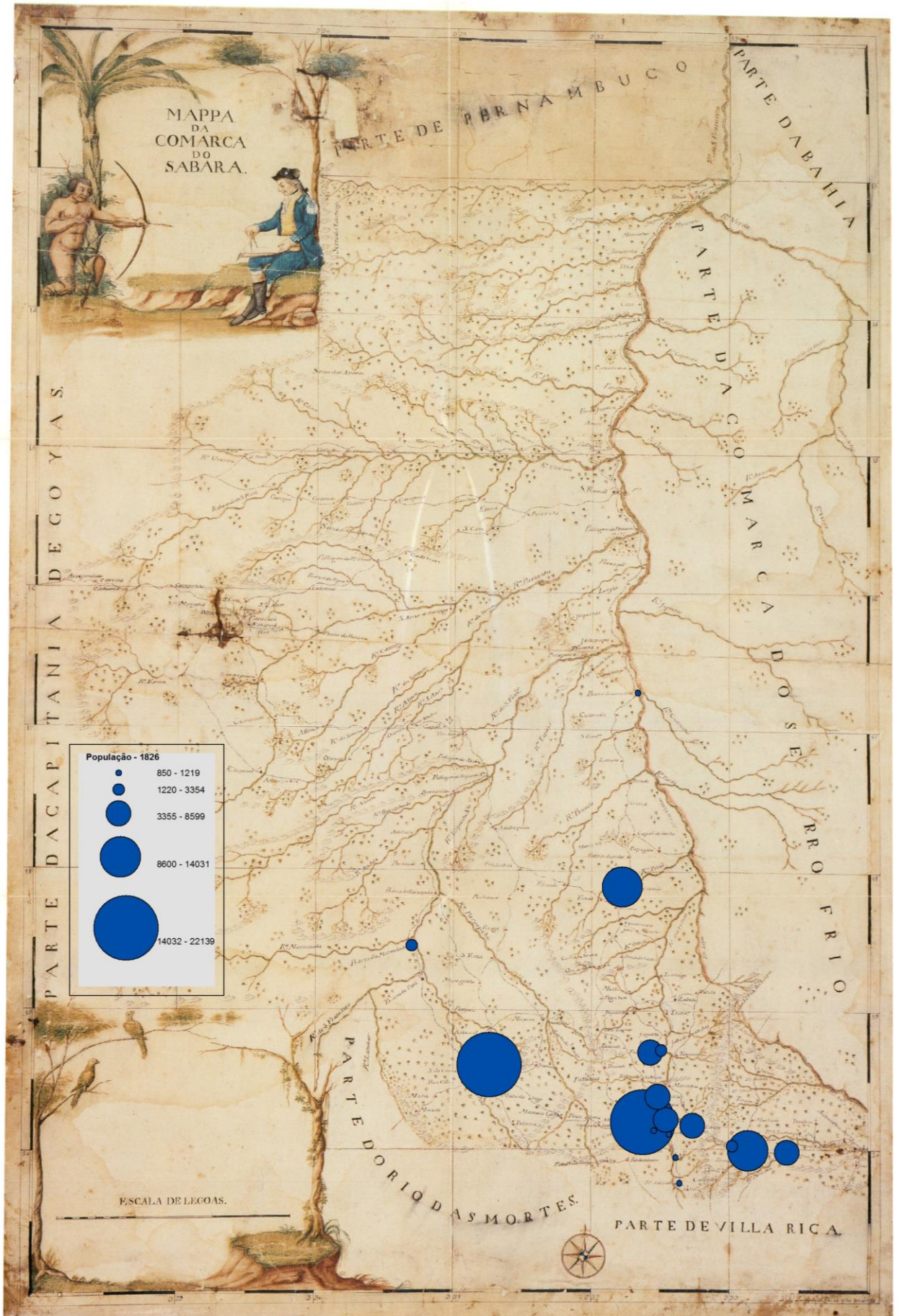




MAPA DA COMARCA DE SABARA - 1778 - Acervo Arquivo Público Mineiro

Fonte: Matos, 1979.  
Cartografia: José Flávio Morais Castro, PPGG-TIE/PUCMinas, 2013.





MAPA DA COMARCA DE SABARA - 1778 - Acervo Arquivo Público Mineiro

Fonte: Matos, 1979  
Cartografia: José Flávio Morais Castro - PPGG-TIE/PUC Minas, 2013.